

LABORATÓRIO DE DIREITO PENAL



LABORATÓRIO DE DIREITO PENAL

PARTE GERAL

Dez Casos Práticos para uso em Sala de Aula

Contém
“O Caso do
Matemático Homicida”

2014

Víctor Gabriel Rodríguez
Professor-Doutor de Direito Penal na USP,
Faculdade de Direito de Ribeirão Preto


ALMEDINA

LABORATÓRIO DE DIREITO PENAL

AUTOR

Víctor Gabriel Rodríguez

EDITOR

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

Rua Fernandes Tomás, nºs 76-80

3000-167 Coimbra

Tel.: 239 851 904 · Fax: 239 851 901

www.almедina.net · editora@almедina.net

ALMEDINA BRASIL, LTDA

Alameda Lorena, 670

Jardim Paulista

01424-000 São Paulo

Tel./Fax: +55 11 3885 6624 / 3562 6624

Mob: +55 11 6963 1739

brasil@almедina.com.br

DESIGN DE CAPA

FBA.

PRÉ-IMPRESSÃO

EDIÇÕES ALMEDINA, SA

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

Janeiro, 2014

DEPÓSITO LEGAL

Apesar do cuidado e rigor colocados na elaboração da presente obra, devem os diplomas legais dela constantes ser sempre objeto de confirmação com as publicações oficiais.

Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer processo, sem prévia autorização escrita do Editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infrator.



ALMEDINA

GRUPOALMEDINA

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL – CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

INTRODUÇÃO AOS PROFESSORES

Como se trata de uma obra nova no mercado, faço adiante uma apresentação, em quatro tópicos, sobre uso e concepção do livro.

1. A participação do aluno

É lugar-comum afirmar que, na Faculdade de Direito, as aulas devem ser menos expositiva e mais práticas, estimulando o aluno à **busca pelo aprendizado**. Porém, no dia a dia, em sala, poucos são os professores que o fazem. Há várias razões para a omissão, dentre as quais se pode enumerar a falta de tempo, a quantidade excessiva de alunos em uma turma, ou a tradição pelo protagonismo do professor, que se transforma em expectativa do próprio aluno. Mais pontual, porém, é outro motivo: a falta de material no mercado, em que não se disponibilizam **casos concretos** direcionados específica e **metodicamente** para a resolução em sala de aula.

Os alemães, ao contrário, contam com várias publicações nesse estilo, os chamados *Fälle und Lösungen*, e eu tive particularmente a preocupação de estudar a maioria deles – ou a maioria deles que me foram conhecidas – antes de decidir por levar a público estes casos concretos. Nessa pesquisa, fiquei feliz por saber que grandes penalistas, a exemplo de Maurach, são autores de obras nesse estilo, o que significa que eles próprios acreditavam no complemento a sua teoria, ou, melhor dito, que aqueles casos eram **instrumento** para conduzir à leitura de sua doutrina.

Sabem os bons professores que esse é o mais eficaz método de ensinar o Direito: fomentar questões que são respondidas pelo próprio aluno,

por meio de suas leituras, com o direcionamento do professor. Este, como um maestro de orquestra, dita o ritmo e corrige os erros, mas o aluno sabe, ou deveria saber, que seu aprendizado real não se pode dar apenas escutando o mestre. E por quê? Porque é necessário ler. E a leitura é ativa e, sempre, individual. Predicar o contrário, desculpe, é enganá-lo. Aulas expositivas, com esquemas no quadro, vídeos ou muita conversa podem servir para a revisão, mas não para o aprendizado, simplesmente porque o Direito será exercido pelo aluno, inevitavelmente, na composição de texto, oral ou escrito. Nunca por esquemas.

Particularmente, em meus tempos de Faculdade essa sistemática era muito clara: meus grandes mestres promoviam discussões em sala de aula, a partir de textos selecionados, que nos serviam como norte. Por eles sabíamos em que parte da matéria estávamos e se nossa leitura do manual era frutífera ou equivocada. O manual, sim, era problema nosso. Hoje, enquanto na teoria muito mais se fala pela *busca do conhecimento* pelo aluno, a prática tem-se distanciado ainda mais do ideal: muitos estudantes entram na Faculdade esperando aulas que lhes promova pura e divertida passividade, como a dos cursinhos pré-vestibulares. O professor que não se dinamize a ponto de fazer com que a aula seja como um vídeo do *youtube* é tachado de lento, e então por vergonha ou por medo – principal mas não unicamente – no ensino superior privado, ninguém se atreve a quebrar essa expectativa do público. Este, por inércia, segue aguardando que a informação lhe seja entregue da forma mais fácil possível, ou seja, sem o esforço pela busca. Outras escolas, e falo isso sem qualquer alusão a alguma instituição a que eu não pertença, gabam-se de manter o aluno em *período integral* em sala de aula, o que nada mais é que retirar-lhe na prática todo o tempo que poderia dedicar-se à leitura, afirmando-lhe institucionalmente que o Direito se aprende com ouvidos atentos à voz de um professor que monopoliza o tablado.

É esse aliás um dos pontos relevantes da resistência em estimular a participação do aluno em sala de aula. Não falo da vaidade do professor em desejar estar sob o holofote durante toda a hora-aula, mas das dificuldades que surgem em controlar a participação, equilibrar as opiniões e (como ocorrerá tantas vezes caso se utilize este livro) acalmar ânimos de alunos acalentados pela discussão. Para exercer a maestria de ordenar a participação, é necessário muito mais autoridade que para pedir silêncio

e seguir falando. Falando, digo, mais alto que a platéia. Creio que tal é uma realidade que qualquer professor mais experiente já notou com muita clareza.

Daí que a aula participativa não significa uma renúncia em esforçar-se em comunicar com o aluno, muito ao contrário. Sua capacidade de diálogo é sempre colocada a teste, porém distante do monólogo expositivo que busca uma simpatia forçada. Aliás, se me permitem a subjetividade, foi por dar-me conta que, ao tentar parecer jovial, eu caía no ridículo, que preferi implantar em definitivo a resolução de casos concretos na disciplina de direito penal. As narrativas feitas, estas sim, devem muito à contemporaneidade da enunciação, e tenho consciência de que aquelas que aqui apresento requererão atualização constante. Comunicam-se com os mais jovens, sem no entanto se curvar a uma simplificação de quem se inicia no Direito.

Tudo isso para dizer que acredito profundamente que a utilização desta obra, se não trazer os casos mais interessantes, compõe o melhor **método didático**, desde que o professor respeite a participação do aluno e, como direi adiante, intervenha o menos possível, apenas no essencial. Assim se surpreenderá com os argumentos que surgirão na interpretação dos casos, com o conhecimento que o aluno tem e esconde, com a eloquência daqueles que em sala de aula eram mais tímidos ou, principalmente, com a **carga de leitura** que um aluno demonstra haver colecionado, porque motivado pela competição sadia a alcançar os melhores argumentos a favor de sua tese. Tudo isso sem ameaças, sem estímulos negativos, sem notas baixas ou broncas estridentes nas aulas. Ou tantas outras práticas tão estereis.

2. A utilização dos casos

O professor de Direito penal que ler estes casos saberá como utilizá-los, certamente. O que faço é passar um pouco de minha experiência, já que escrevi o primeiro destes casos (O de número 04, do assalto ao posto de gasolina), quando ainda estudava o mestrado e auxiliava meu primeiro (saudosos) orientador em aulas de seminário. Desde então venho-os utilizando, compondo-os pouco a pouco, e recentemente tive a alegria de haver fomentado a criação de uma disciplina absolutamente prática em meu departamento na FDRP/USP, intitulada “Laboratório de Direito

Público”, que espero que um dia se procrie para um emancipado “Laboratório de Direito Penal”, porque será de proveito a todos aqueles que se formam para essa área do conhecimento.

Ao utilizar estes casos em sala de aula, buscamos fazer **tribunais simulados**. Uma equipe de acusação; diversas equipes de defesa na dependência de quantos sejam os réus e se haverá ou não teses conflitantes; cinco ou sete juízes¹, que devem lavrar acórdão como em uma Corte. Nesse ponto, é bom frisar que estes casos abordam Direito penal material, portanto as questões processuais são tangenciais. Se o professor desejar, pode fazer com que os alunos elaborem a denúncia pormenorizada, a defesa preliminar e as alegações finais, mas isso não é obrigatório. O interessante, para a matéria de Direito penal, é promover-se acusação e defesa, em contraditório, em várias sessões se necessário for, com argumentos que analisem intensamente os detalhes da narrativa. E, claro, decisões (votos) teoricamente muito fundamentadas. Os casos, então, não trazem decisão de primeira instância, mas, para que participem mais alunos, debatendo, o interessante é que se montem esses **órgãos colegiados** de decisão. Assim, há que se deixar de lado a idéia da prática processual, de que a primeira decisão judicial é, em regra, monocrática. Não é esse detalhamento processual o cerne do exercício.

E aqui a experiência permite que eu conceda algumas dicas. Primeira delas é que o professor colabore com a **dramatização** que tanto empolgará os alunos, ao ponto de eles se envolverem como em uma atividade de prática real. Assim, ainda que a princípio pareça um pouco pedante, algumas medidas, por dizer algo, litúrgicas, surtem seu efeito notório, porque ao fim e ao cabo nada mais são que elementos que dão a devida respeitabilidade cenográfica ao **aluno**, centro de todo o exercício: um ambiente (sala) que simule um tribunal, o uso de vestes talares (que custam tão pouco hoje que são feitas de poliéster, e que evitam que o estudante tenha de, em não o querendo, gastar um terno ou um vestido para o evento), uma pasta bonita com o símbolo da Faculdade, que **institucio-**

¹Há especificidades em alguns casos para a composição desse Tribunal: **a)** O caso 03 simula a reunião de juristas no gabinete do Ministro da Justiça; **b)** o caso 05 obrigatoriamente simula um julgamento no Pleno do STF, portanto são imprescindíveis onze julgadores; e **c)** o caso 10 simula a reunião de juristas em uma sala particular, preparada pelo próprio réu, talvez em sua própria residência.

nalize os materiais utilizados, que se transformam em elemento cenográfico. Tudo isso é valorização ambiental, repito, para o próprio aluno.

Também posso aconselhar que existam logo a princípio duas figuras: um *mediador*, para os trabalhos preparatórios, e um *juiz presidente*, para quando começarem os debates. O *mediador*, que pode ser o próprio professor, é alguém que não pertence a qualquer equipe e que leu com profunda atenção o caso concreto. Porque ele deverá zelar pelo **equilíbrio** entre as partes, quando estas estiverem tentadas a trazer ao caso concreto elementos que nele não figuram expressamente. Por exemplo, quem põe em prática estes casos perceberá que não será rara a vez que alguma das equipes apresente a narrativa a um psiquiatra, um profissional real, quem poderá atestar a inimputabilidade de um réu, por exemplo. Essa prova, para além do texto do caso, deverá ser aceita? Só o mediador poderá dizer, julgando se tal prova contribui para ou se choca contra o espírito do texto. Muitas vezes, desestruturará sobremaneira o contexto probatório, o qual, claro, foi concebido com intencionalidade calculada. O mediador, sugiro, intervém, quando necessário, até o momento em que inicia o julgamento, também criando regras para todos: quanto tempo fala a acusação, quanto tempo fala a defesa, se pode haver entrega de memoriais, se podem aparecer livros ou notícias de jornais, dentre outros. Mas reforço a advertência nada modesta ao mediador: os casos concretos foram todos **testados** (alguns ao largo de mais de uma década) e calculados em relação a seus argumentos, palavra a palavra e, por assim dizer, prova a prova. Então, sugiro que seja ele muito cauteloso ao aceitar qualquer tipo de alteração no texto. Lacunas haverá, claro, como datas, locais, laudos, mas em geral a melhor resposta a ser dada em um pedido de complementação é: “tal qual em um caso real, não há acesso a todas as provas ou informações que gostaríamos. Os autos estão, assim, prontos para sustentação e posterior julgamento”. Isso não apenas poupa muito trabalho, mas preserva o caso concreto. Evidentemente, trata-se de uma sugestão, porque o mediador pode optar por ampliar o contexto probatório o quanto quiser².

² Há momentos em que lacunas aparecem propositadamente. Alguns réus, como a personagem “Souflé” do caso 06 ou “Eva”, no caso 08, não depõem. Alguns alunos pedem para acrescentar seu depoimento aos “autos”, criando-o, como defensores. É possível permitir essa inserção, mas deve-se considerar que o exercício foi criado para não trazer a versão desses acusados. Fica a critério final do mediador.

Neste ponto, uma peculiaridade deste livro, como conjunto de narrativas. Intencionalmente, os **personagens** criados figuram em mais de um caso. Isso importa em que seja possível que informações de um texto, aparentemente hermético, possam ser utilizadas em outro. Por exemplo, um personagem denominado “Euzébio Calatrava” é referido em ao menos três casos concretos, daí que as histórias se cruzam. É aconselhável que o aluno possa utilizar-se, portanto, das informações que estão em outra narrativa do mesmo livro. Será como um prêmio àquele participante que ler a obra como um todo, à caça de mais informações. Mas a resolução de um caso não depende essencialmente da leitura dos demais, e isso é intencional. Aliás, a depender do número de alunos em sala, é pouco provável que o professor consiga utilizar **todos** os casos concretos ao lecionar a Parte Geral, portanto deverá selecionar os mais adequados a seu público.

As instruções específicas, colocadas no início de cada caso, dão ao professor a noção de tempo que gastará nos **debates**, o que é uma simples estimativa. O tempo de fala de cada equipe também é meramente sugerido. Faça-o nas instruções específicas do caso de acordo com sua **complexidade**, mas o professor que os aplicar deverá, para a fixação do tempo, levar em conta outro fator: a maturidade e experiência dos alunos. Vinte minutos de fala pode parecer intervalo curtíssimo a um aluno do quinto ano, que deseje perscrutar todas as provas de um caso mais longo, ao mesmo tempo que se afigurará como uma eternidade a um aluno de primeiro ano, que não conhece todas as implicações teóricas que um fato penalmente relevante pode suscitar, ou sequer teve experiência para falar em público. Alguns casos, como os 09 e 10, são muito adequados à pós-graduação, suscitando debates teóricos. Nesse caso, uma defesa pode estender-se por horas, sem necessariamente ser monótona.

De resto, o aluno – caso simule o promotor, o advogado ou o juiz – deverá ir à biblioteca, ler seus **manuals** (em papel ou suporte eletrônico, dá igual), buscar jurisprudência, **artigos científicos**, ter suas próprias idéias, ensaiar sua fala, compor seu texto. Atividade que exige **solidão**, pois ninguém lê em grupo ou ao lado de professores. Nesse momento, qualquer ajuda implica interrupção. A pesquisa e a leitura estão a cargo do aluno, que já tem suficiente informação com o caso que lhe é apresentado.

Ao iniciar a **atividade do julgamento**, a nomeação de um juiz presidente entre os seus pares é muito importante. Ele deve controlar o tempo de fala, os pedidos de aparte que certamente virão e, principalmente, os turnos que deve haver na decisão colegiada. O ideal é que uma aula termine ao fim da sustentação das defesas, para que na **semana seguinte** os juízes tragam o voto escrito, mas ainda assim o veredicto da Corte muitas vezes terá de ser fragmentado. Eu, particularmente, em geral não cobro da Corte a fixação das penas, mas caso o professor queira exigí-lo, verá que o julgamento colegiado se prolonga por várias fases, a depender das motivações e das divergências.

Agora, o lado bom de todo o esforço: o professor que ainda não tenha utilizado essa atividade de casos concretos se surpreenderá com a forma como eles se envolvem na atividade. Certamente cometerão erros técnicos, mas serão poucos. Em alguns alunos de minha turma, aplico um caso concreto logo nas primeiras aulas, quando não têm da matéria qualquer noção de Direito penal senão a do senso comum, e, anos depois, o *mesmo* caso, à mesma turma quando já se concluem as aulas de Direito penal em parte especial. A comparação entre um e outro julgamento – os alunos mesmos a farão – é prodigiosa: o julgamento não muda apenas em qualidade técnica, mas em seu resultado. Em geral (só em geral), o que parecia uma hipótese clara de condenação passa a ser um evidente caso de escusa de culpabilidade, por exemplo. Se o professor ousar comparar fixação de penas, a diferença será mais gritante.

Um pouco por isso, os casos são classificados em nível de complexidade: baixo, médio ou alto. Porém, isso se refere à **complexidade narrativa**, não necessariamente à quantidade de discussão abordada. O ideal mesmo é que o professor selecione o caso a ser utilizado por **matéria** de seu programa. Por isso, por ordem de importância, indicam-se os assuntos mais relevantes de cada texto. O aluno deverá, claro, ser advertido de que o fato de um tema teórico estar inscrito nessa instrução não significa obrigatoriedade de seu acatamento. É mera sugestão, porém nada custa estar atento a tais dicas.

3. A concepção dos casos concretos

Acho que esclarecer alguns pontos sobre a composição dos casos pode ajudar o professor no momento de aplicá-los, e é só esse o meu propósito.

Falo um pouco, primeiro, de como foram criados, e, logo, como foram agrupados.

Os casos aqui apresentados *podem* ser inspirados em fatos reais, sem que isso implique, seguramente, a violação de qualquer segredo profissional. O fato de surgirem da realidade, ou de algo próximo a ela (raras vezes com dois ou três fatos reais amalgamados em um mesmo caso), concede a segurança de que são verossimilhantes, mas não só: propiciam realismo e riqueza de detalhes, que são, creio eu, pontos essenciais dos textos, que eu gostaria de ressaltar.

a. Quanto ao *realismo*, é necessário frisar que ele concede à resolução do caso, para os alunos, pontos centrais de argumentação. Isso significa que podem complementar o texto com idéias do mundo que o circunda, como fazemos sempre na atividade forense ou docente. Nenhum deles é uma hipótese inatingível, ao contrário: os fatos, sabemos, superam em muito em crueldade e estranheza o que a mente humana pode criar. A minha, especialmente, que não é muito imaginativa, precisa sempre estar orientada pela observação do nosso entorno, em um país infelizmente tão rico em variedade criminosa.

Daí a preocupação que tento passar aos exercícios: essa carga de hiper-realismo, no sentido de trazer o ambiente do crime ao caso concreto. Seria um preconceito inaceitável afirmar que a criminalidade se represa nas classes baixas e pouco instruídas, por isso a maioria dos casos, aqui, se passa com membros de castas mais privilegiadas. Entretanto, não é irreal que os crimes se aglutinam em um ambiente, porque não me ocorre palavra melhor, marginal e por vezes trágico. Dramático. Portanto um dos meus objetivos com esta obra é a de que o aluno não seja surpreendido, no fim da faculdade, com um Direito penal tão distante dos exemplos puritanos de seus livros. Narcotráfico, prostituição, crime organizado, corrupção, grupos de extermínio, sem falar em questões mais corriqueiramente tratadas (talvez porque subjetivas) como os ciúmes e a obsessão por vingança são a matéria prima do direito penal, no cotidiano forense, então não me parece correto que o aluno seja poupado desses exemplos no decorrer do curso. Represar a visão da realidade fática e social, no curso de Direito, em matérias como a Sociologia ou a Criminologia é, creio, um erro. Quando tenho mais tempo disponível com a turma, não dispenso usar como texto para julgamento casos como os que estão descritos na boa literatura nacional, a exemplo da peça “Dois perdidos numa

noite suja”, de Plínio Marcos, ou “Um gato no triângulo”, de Marcos Rey – autor com quem tive a honra de passar minha infância e adolescência trocando cartas, daí que tenho algum aprendizado de como escrever o mundo urbano. Textos como os daqueles grandes autores revelam com drama e realismo o que há por detrás de um crime, o qual, embora pareça às vezes escapar a alguns teóricos, deve ser nosso objeto de estudo.

Mas, bem distante desses grandes narradores, os textos apresentados como caso concreto não têm qualquer pretensão literária, muito ao contrário. São calculados – na medida em que meu intelecto me permite – para dar espaço ao raciocínio e criação daquele que tem de interpretá-lo, para defender pontos de vista ou, como juiz, decidir. A sustentação do texto deve vir de suas **lacunas**, como naquele velho exemplo da roda da bicicleta, cuja firmeza não se deve exatamente aos raios de metal, mas ao vazio que há entre eles. Têm, isso sim, alguma preocupação estética, para conduzir o leitor a uma compreensão geral mais imediata, porém intencionalmente perigosa: detalhes relevantes para a interpretação do caso podem estar **ocultos** em trechos de texto que parecem mais despreziosos ou coloquiais. Um modo de valorizar o leitor mais perspicaz, como ocorre no cotidiano profissional: é indispensável aprender a ler os autos com atenção redobrada, para as minúcias.

Nesse sentido há também uma função *empática*, que também é perigosa porém realista. Os casos concretos em geral trazem o nome de um personagem, e sua figura, como pessoa, seu histórico de vida, seu caráter menos ou mais agradável, certamente influenciará o leitor. É natural do cotidiano forense que alguém se envolva no drama humano que está por detrás do crime, na convergência de sentimentos, histórias, erros de percepção e interpretação, traumas e tantos outros elementos que compõem autores e vítimas, e o aluno, eu acredito, tem que estar preparado para lidar com essa dualidade: não cair na armadilha de ser **injusto por simpatia ou antipatia**, mas tampouco desconsiderar a tragédia pessoal que circunda cada delito. Tal é, ademais, o grande dilema de todo o direito público.

A concepção dos casos concretos, aí especificamente, distancia-se muito dos “*Fälle und Lösungen*” alemães, que mencionamos logo ao início. Os casos concretos aqui trazidos de maneira alguma têm um veredito “correto”, uma solução única. São concebidos para propiciar uma nova criação a partir do quanto narrado, e portanto tem como premissa

– também como já dissemos ao início – uma **participação constante** do professor, que guarda o relevante papel de não deixar que a amplitude do caso, que em si mesmo não tem solução, permita um vôo livre dos alunos para **divagações coloquiais**, distantes da técnica. Resolver este caso concreto, alerta, não é promover uma tertúlia literária nem uma pseudo-filosofia de senso comum, mas encontrar, a partir da **dogmática**, a solução mais justa. A terminologia correta, a aplicação precisa dos institutos penais, a invocação de jurisprudência pertinente, além de todos os outros elementos de coerência argumentativa, são parte da sua solução, e a concepção narrativa o leva em conta.

Para explorar amplamente o exercício, sempre se indicam os temas dogmáticos mínimos que a resolução deve abordar.

4. A seqüência dos casos e sua orientação

Decidi por publicar este livro de casos apenas quando me foi possível colecionar um número suficiente para abordar *todo* o programa da parte geral. Os temas obrigatórios estão quase todos abordados³.

Agrupei os casos, então, de acordo com o **Programa de Direito Penal** e, como foram criados para esse fim, não me foi difícil estabelecer essa ordem. Entretanto, paralelamente se desenvolve uma seqüência cronológica, pois, como dito, algumas narrativas se entrelaçam. Mas, como já dito, a autonomia de cada texto é preservada, e isso é informado ao leitor.

Usei, com essa preocupação, de alguns artifícios de orientação, para professor e alunos. Cada caso identifica os temas que nele são abordados, principal mas não unicamente. Por exemplo, o caso 01 tem como tema principal a omissão penalmente relevante, mas isso não significa, nem de longe, que seja o único ponto que o aluno abordará, e menos ainda que o réu deva ser condenado via essa tese, ou diante dos artigos da lei penal que ali se sugerem. São meros nortes. Também o professor pode alternar o uso do livro, tanto para Parte Geral quanto para Especial, já que a aplicação de uma a outra, como sabemos, é indissolúvel: um caso criado principalmente para discutir concurso de agentes, na Parte Geral, pode ser bem utilizado para uma aprofundada discussão sobre diferenciação

³ Alguns poucos não aparecem, como um cálculo prescricional, por simplificar muito a prova talvez, ou por demandar atualidade extrema; mas os efeitos da extinção de punibilidade são, por sua vez, objeto de discussão.

entre homicídio e latrocínio, por exemplo. Espero deixar isso suficientemente indicado a cada capítulo.

Os textos também, de modo pouco literário mas muito didático, são cuidados para apresentar contrapontos de visões. Uma ou outra fala mais dramática, que beirará o **óbvio** – como o alerta para o perigo das drogas – evitará que algum aluno mais empolgado com a narrativa forme uma visão **ideologicamente equivocada** do escrito. O humor também tem essa função. Ainda assim, não é demais repetir: o professor tem alertar para argumentos não fundamentados ou preconceituosos. Essa indicação é elemento essencial do aprendizado.

A final, o que pretendo é haver concebido um *instrumento* de trabalho útil a professores e alunos. Tenho já compostos outros casos, que entretanto não estão metodologicamente organizados. Meu ideal (que nunca se pode dizer inatingível) é contar com a colaboração de especialistas de outras áreas, para que redijam outros casos e, assim, propiciar uma coleção de obras práticas, para todas as áreas do Direito, que sejam sempre atualizadas e provocativas, a fomentar um ensino com alunos de graduação muito mais ativos, motivados a uma carga de leitura doutrinária bem mais variada e, talvez, incomodados com a voz do professor que não lhe abra oportunidade de buscar conhecimento.

O aluno aprenderá Direito penal quando, com calma e concentração, ler e interpretar os bons manuais, tratados e monografias presentes em nosso mercado. Ao professor cabe orientar essa leitura e, mais, motivar a ela. Creio que a presente obra colabora neste último intento. Não mais que isso, mas acho que não é pouco.



RESUMO DE TEMAS

Aqui se indicam os temas principais por caso. Eles estão estruturados na seqüência do Programa de Direito Penal, mas nada obsta que o professor inverta a ordem de resolução. Entretanto, como se esclarece no método, alguns personagens atuam em mais de um caso, assim que existe também uma relativa seqüência cronológica. Tampouco é imprescindível que se a acompanhe.

Para que se facilite também o eventual interesse direto pelo professor ou pelo aluno em cada caso, apresenta-se breve descrição do seu elemento conflitivo, embora, claro, haja diversos detalhes que não se mencionam nessa sucinta apresentação. É importante que **não** se utilize esse resumo durante a resolução do exercício, por tratar-se de texto meramente indicativo.

Acrescenta-se uma classificação a respeito do grau de complexidade do exercício, porém não relativa à matéria teórica de fundo, senão aos elementos narrativos envolvidos. Isso indica ao professor que, no grupo de resolução, a matéria pode ser resolvida com menor ou maior tempo de preparação. Assim, se o professor prefere trazer o caso para a resolução em uma única aula, deverá buscar um caso de menor complexidade. Ou, se trabalha com alunos com conhecimento mais avançado em Direito penal – que conseguem com maior rapidez identificar os fatos e as teses relevantes para o debate e solução do caso – pode optar por um de maior complexidade. Essa classificação também é meramente indicativa, porque o modo de organização do exercício pode fazê-lo bem mais denso, por exemplo, se em um exercício for ou não exigida a fixação das penas dos eventuais condenados, com fundamentada dosimetria.

CASO 01:

Quem matou Getúlio?

Resumo: Getúlio, ao completar 18 anos, por ciúmes mata a namorada. O pai da garota vai em busca do jovem para vingar a morte da filha e, quando encontra o rapaz, este ameaça pôr fim à própria vida. O sogro nada faz para evitar o suicídio de Getúlio.

Complexidade: Baixa.

Temas: Ação e Omissão – Nexo de Causalidade – Causalidade Omissiva – Resultado – Dolo – Tipicidade – Imputação objetiva e subjetiva.

CASO 02:

O Caribbean Dreams

Resumo: Após a morte de uma garota de programa, dono e gerente de casa de prostituição são acusados de delito contra a dignidade sexual. Alegam, entretanto, que a casa não promove a prostituição, apenas facilita e dá condições de trabalho à atividade, a qual ocorreria independentemente da ação dos acusados.

Complexidade: Baixa.

Temas: Bem jurídico – Bem Jurídico Protegido – Função do Direito Penal – Tipo Penal – Dignidade da Pessoa Humana – Crimes contra a Dignidade Sexual – Paternalismo Penal.

CASO 03:

O Dossiê Gutiérrez

Resumo: A um cirurgião brasileiro é imputada a morte, em mesa de cirurgia, do chefe de governo de um país caribenho. Acuado, o cirurgião escreve uma carta em que demonstra que aquilo que parece um acidente pode ter sido parte de uma trama internacional muito mais intrincada. Em sua defesa, questiona se é possível deixar de punir o crime culposos, de menor gravidade, em nome da preservação da soberania e da vontade da tal nação caribenha e dos interesses diplomáticos do Brasil.

Complexidade: Média.

Temas: Lei penal no Espaço – Extraterritorialidade – Ação Penal: iniciativa pública – Crime Culposo – Culpabilidade – Autocolocação em Risco – Função do Direito Penal – Sigilo de Estado – Direito Penal e Soberania.

CASO 04:

O Posto de Gasolina

Resumo: Componentes de uma quadrilha decidem roubar um posto de gasolina. Os líderes, sabedores de que o mais jovem do grupo é extremamente violento, permitem que ele porte apenas uma arma de brinquedo. Quando se descobre que o adolescente, por sua própria conta, levou escondida uma arma real, já é tarde para evitar que ele assassine um dos frentistas do local assaltado.

Complexidade: Alta.

Temas: Erro de Tipo – Tentativa: Crime Impossível, Desistência Voluntária – Culpabilidade – Concurso de Pessoas: coparticipação dolosamente distinta, Participação de Menor Importância – Concurso de Crimes – Homicídio/Roubo/Roubo Tentado/ Latrocínio – Bem Jurídico – Estado de Necessidade – Legítima Defesa – Contraposição de Versões

CASO 05:

O Extermínio e o Indulto

Resumo: Em uma reunião dentro do gabinete, o Governador do Estado, o Secretário de Segurança e alguns agentes da lei decidem assassinar líderes do crime organizado para conter uma onda de violência. Descoberta a ordem ilegal surgida do próprio Governo, o Presidente da República resolve, no uso de suas atribuições, conceder indulto pessoal ao referido Governador do Estado. O caso vai para julgamento na Suprema Corte da Nação.

Complexidade: Alta.

Temas: Concurso de Crimes – Concurso Material e Concurso Formal – Extinção da Punibilidade: Graça e Indulto (cabimento) – Autoria e Participação: esfera organizada de poder público – Dosimetria da Pena – Obediência hierárquica – Comissão por Omissão – Homicídio – Qualificadoras

– Controle de Constitucionalidade penal – Criminologia – Política Criminal
– Segurança Pública.

CASO 06:

O ‘Polícia na Rua’

Resumo: O Conselho Deliberativo, órgão colegiado de gestão de um canal de televisão, aprova a produção de um novo programa, o ‘Polícia na Rua’, que por alguns anos compõe a grade da emissora. Um jornal torna, entretanto, público que a produção do programa é autora de corrupção ativa, ou até mesmo conivente com algum homicídio. Deflagrado o escândalo na mídia, um membro do tal Conselho Deliberativo revela que era previsível, aos dirigentes da emissora, que esse tipo de delito viesse a ocorrer.

Complexidade: Média/Alta.

Temas: Autoria e Participação: domínio do fato – Pessoa Jurídica – Responsabilidade em Órgãos Colegiados – Culpabilidade – Tortura – Tipos de Crime: crime próprio; delito especial – Responsabilidade Subjetiva – Responsabilidade Objetiva – Tipicidade (elemento cognoscitivo do tipo) – Dolo – Dolo Eventual – Contraposição de Versões.

CASO 07:

A Viagem de Teodora

Resumo: O pai da jovem Teodora usa uma rede social para pedir aos antigos amigos de adolescência que lhe financiem uma ação criminosa. Alguns deles financiam essa empreitada, mas esclarecem que, embora saibam que seu ato não era correto, atendiam a uma antiga dívida moral.

Complexidade: Média.

Temas: Execução e Atos Preparatórios – Conduta penalmente relevante (Adequação Social – Risco Permitido) – Limites da Participação – Crime Impossível – Segredo Profissional – Violação de Segredo Profissional – Proporcionalidade – Elemento Normativo do Tipo (“justa causa”) – Tráfico de Drogas – Associação para o Tráfico – Favorecimento.

CASO 08:

O testamento Calatrava

Resumo: Euzébio Calatrava deixa, em testamento, uma coleção de canetas antigas para seu sobrinho Romeu, que mal tivera contato com o tio, falecido. Sabendo do fato, um comerciante rapidamente consegue comprar a coleção de canetas herdada por Romeu. Este, entretanto, só mais tarde vem a descobrir que a quantia paga pelos objetos foi irrisória, dado seu milionário valor. Rememorando as condições em que houve a operação de compra e venda, Romeu entende-se vítima de estelionato.

Complexidade: Baixa.

Temas: Limite entre Direito Civil e Direito Penal: a fraude – Princípios do Direito Penal: Subsidiariedade e Fragmetariedade – Relação entre Direito Penal e Moral – Tipicidade: elementos normativos: engano – Bem jurídico protegido no Estelionato – Limites de Intervenção do Estado – Autocolocação em Perigo.

CASO 09:

A Conta de Tremeterra

Resumo: A governanta da residência do mais famoso contraventor da metrópole, João Tremeterra, abre uma conta-corrente milionária em determinada agência bancária. Ela declara, entretanto, que o dinheiro era utilizado apenas pelo contraventor, mas que, ao emprestar a ele seu nome, não acreditava cometer qualquer delito. O gerente da tal agência confessa que sabia não pertencerem os valores manejados à titular nominal da conta, porém informa que não se entendia obrigado a quebrar o sigilo para denunciar o fato às autoridades. Nesse intervalo, há uma relevante alteração na lei de lavagem de dinheiro.

Complexidade: Média.

Temas: Tempo do Crime – Lei Penal no Tempo – Lei penal no tempo e espécies de delito – Erro de Proibição – Delitos de Dever – Culpabilidade: Exigibilidade de Conduta Diversa – Lavagem de Dinheiro – Contravenção Penal – Responsabilidade pela organização – *Compliance* – Concurso de Agentes.

CASO 10:

A Curiosa Morte de Jaci (*Caso do Matemático Homicida*).

Resumo: Um matemático reúne a juristas seletos para relatar que matou um homem. A vítima é Jaci, indivíduo que foi causa da ruína familiar do protagonista. Alega, porém, que agiu motivado pela honra e pelo cumprimento do seu próprio destino. Questiona aos juristas, após a narrativa detalhada dos episódios de sua vida, qual função teria a aplicação da pena em seu caso. Circunstâncias relevantes como o consentimento do ofendido tornam a resposta bem mais difícil que aquilo que de início aparenta.

Complexidade: Alta.

Temas: Função da Pena – Função do Direito Penal – Prevenção – Prevenção Geral Positiva e Negativa – Prevenção Especial – Dosimetria da Pena – Motivos do Crime – Desvalor da ação e Desvalor do Resultado – Circunstâncias do Crime – Consentimento do Ofendido – Determinismo e Indeterminismo Psíquicos.

PROGRAMA DE DIREITO PENAL

INTRODUÇÃO

Conceito e Função do Direito Penal:

Caso 10: Função do Direito Penal e Função da Pena.

Caso 02: Eventual separação entre Direito Penal e Moralidade – Bem jurídico.

Caso 08: Princípios: Fragmentariedade, Subsidiariedade da intervenção penal.

Lei Penal:

Caso 09: Lei Penal no Tempo.

Caso 03: Lei Penal no Espaço – Direito Penal e Soberania.

Caso 05: Controle Constitucional da Lei Penal.

TEORIA DO CRIME

Relação de Causalidade:

Caso 01: Causalidade e Omissão penalmente relevante.

Caso 06: Causalidade, omissão.

Caso 10: Autocolocação em Perigo.

Caso 08: Ilícito Penal e Ilícito Civil.

Caso 06: Tipos de Crime: crime próprio, crime de mão própria.

Consumação e Tentativa:

Caso 04: Tentativa, Crime Impossível, Desistência Voluntária, Arrependimento Eficaz.

Caso 07: Início da Execução – Conduta Neutra – Favorecimento.

Tipicidade:

Caso 01: Dolo e Resultado.

Caso 02: Bem jurídico

Caso 04: Erro de Tipo.

Caso 07: Adequação Social – Elemento normativo do tipo (“justa causa”)

Caso 03: Dolo e Culpa (Relevância do Crime Culposos).

Ilicitude:

Caso 04: Legítima defesa – Estado de Necessidade.

Caso 10: Consentimento do Ofendido.

Caso 09: Erro sobre a Ilicitude.

Culpabilidade:

Caso 09: Exigibilidade de Conduta Diversa.

Casos 01, 04 e 06: Exigibilidade de Conduta Diversa como teses secundárias.

Casos 04 e 07: menoridade penal (imputabilidade)

Caso 10: Determinismo e Indeterminismo Psíquicos.

Caso 05: Obediência hierárquica.

Autoria e Participação (Concurso de Agentes):

Caso 06: Autoria e Domínio do Fato – Responsabilidade em órgãos colegiados.

Caso 04: Coparticipação dolosamente distinta, participação de menor importância.

Caso 09: Autoria e Lavagem: responsabilidade por organização defeituosa – *compliance*.

Caso 05: Autoria e participação na gestão pública.

Concurso de Crimes:

Caso 04: Concurso entre Roubo (tentado), homicídio e lesão.

Caso 05: Concurso material, formal e continuidade delitiva.

FATO PUNÍVEL

Ação Penal:

Caso 03 Disponibilidade da Ação Penal. Ação Penal Condicionada/
/Incondicionada (motivos).

Punibilidade:

Caso 05: Extinção por Graça e Indulto (cabimento) – Extinção por morte.

TEORIA PENA

Caso 10: (especialmente): Função da Pena, Prevenção Geral e Especial, motivos do delito, circunstâncias – Dosimetria da Pena.

Todos os casos: Em virtude do detalhamento de cada caso, pode-se em todos ver diversas circunstâncias do delito e o quanto podem contar na eventual aplicação de reprimenda. Entretanto, como dito, o caso 10 é construído especificamente para discussão da Teoria Geral da Pena. Caso o Professor deseje trabalhar com maior detalhamento algum deles, indicam-se os casos abaixo, lembrando que, a depender do aluno-juiz, alguns podem resultar em absolvição, não havendo portanto pena a ser aplicada:

Penas privativas de liberdade:

Casos 04 e 05: Penas cominadas mais altas.

Penas Restritivas de Direito:

Casos 07 e 08: possível aplicação de penas mais leves.

Pena de Multa:

Casos 06 e 09: Circunstâncias diversas para aplicação de pena de multa em valores elevados, a começar pelo cálculo do dia-multa, com réus em condições econômica diversificada.

Caso 04: Pena de multa obrigatória, a réus de baixa condição econômica.

Circunstâncias:

Caso 10: Circunstâncias judiciais: motivos do crime, culpabilidade.

Caso 03: Circunstâncias judiciais: resultado.

Caso 08: Circunstâncias judiciais: comportamento do ofendido.

Casos 04 e 06: Circunstâncias agravantes no concurso de Agentes.

Casos 02, 07 e 10: Circunstâncias atenuantes.

Caso 01

Quem matou Getúlio?

Resumo: Getúlio, ao completar 18 anos, por ciúmes mata a namorada. O pai da garota vai em busca do jovem para vingar a morte da filha e, quando encontra o rapaz, este ameaça pôr fim à própria vida. O sogro nada faz para evitar o suicídio de Getúlio.

Complexidade: Baixa.

Temas: Ação e Omissão – Nexo de Causalidade – Causalidade Omissiva – Resultado – Dolo – Tipicidade.



CASO 01:

Quem Matou Getúlio?

Temas:

Ação e Omissão – Nexó de Causalidade – Causalidade Omissiva – Resultado – Dolo – Tipicidade – Imputação objetiva e subjetiva.

SUGESTÃO DE RESOLUÇÃO

Trata-se de um caso de solução mais célere que os próximos, tendo em vista seu contexto probatório mais estrito e a existência de apenas um réu. Entretanto, dá oportunidade de profunda análise sobre o que é a **relação de causalidade**, a tipicidade e o dolo. Desse modo, é recomendável como primeiro texto para uso em sala de aula, no início do Direito Penal, embora o professor possa optar por outros de maior profundidade filosófica sobre o sentido do Direito e da Pena, como o **caso 10**.

O professor deve selecionar um conjunto de alunos juizes (simulando uma Câmara de Tribunal – vide instruções gerais) que escutará acusação e defesas, proferindo posteriormente voto fundamentado.

Escolhe-se uma equipe de acusação, composta de ao menos dois alunos, que se encarregarão de *formular uma denúncia escrita* e encaminhá-la ao mediador, conforme instruções gerais, para possibilitar o exercício da defesa. Formulada a denúncia, é marcada data para julgamento, que contará com fala de poucos atuantes.

01. Acusador (sugere-se 02 componentes).

02. Defensor de Etevalson (sugere-se ao menos 02 componentes).

03. Cinco julgadores.

Total de participantes: **09 alunos.**

Tempo estimado de debates: **1h00**, com 25 min. de fala a cada parte.

É um exercício relevante para que o professor mostre que a discussão não se pode perder longe da técnica. A análise, assim, do art. **13 do CP** e seus parágrafos deve ser criteriosa para todos os participantes, incluindo-se, claro, os juízes. Buscar **doutrina** será essencial, pois se trata de um caso em que a adoção de este ou aquele posicionamento teórico fará toda diferença para o réu. A análise de um **desenho**, que consta do processo, de autoria de um personagem-chave da história permite também um trabalho apurado de argumentação, ao buscar verbalizar a importância ou irrelevância da figura no contexto probatório, estreitamente ligado à idéia de resultado, em sentido técnico penal.

Era um daqueles tantos amores adolescentes. Getúlio tinha treze anos quando conheceu Lorena na escola. Lorena, doze aninhos, linda. Seu pai que, depois, disse: Linda como a atriz da novela, o cabelo castanho quase negro. Começaram a se encontrar na saída da aula, quando podiam tomavam um lanche perto da escola, Bem rápido, preciso chegar a casa cedo!, ela sempre dizia. Desde muito jovem já tinha de cuidar das obrigações domésticas.

Os alunos da Escola Estadual D. João, com o passar dos anos, acostumaram-se a ver o casal como corda-e-caçamba, grudados, apaixonados. Dizem que até fisicamente eles se pareciam: morenos, cabelo liso, magrinhos, falavam do mesmo jeito, riam das mesmas coisas. Quando Getúlio completou quinze anos, Lorena prometeu oferecer-lhe, como presente de aniversário, que fizessem um *piercing* juntos, na boca ou no supercílio, tal como uma aliança, mas foi o único pedido da namorada que Getúlio recusara: “O corpo é inviolável!”, pronunciou. E com o tempo se foi revelando cada vez mais radical em seu convencimento: nunca tomaria álcool, jamais comeria carne. Lorena também se fez vegetariana, embora uma amiga dela jure que ambas comiam *hot dog* às escondidas, quando o dinheiro permitia.

Aliás, a mesma amiga, Manoela, depois de todo o ocorrido, relatou em Delegacia de Polícia a relação do casal:

Manoela Huber, 17 anos, estudante.

“Ai, eu nunca podia imaginar uma tragédia dessa. Getúlio e Lorena eram casal assim, tipo, de novela, sabe? Na boa, ele era apaixonado por ela e eu garanto que os dois se gostavam muito. Ela teve uns problemas, aquela coisa do pai, mas não era nada demais, ia passar, liga? Entende? Ela me disse que estava a fim de dar um tempo, normal, justificar as coisas em casa. Acertar os ponteiros, porque a vida estava difícil. É que tinha muita coisa que vocês não tão sabendo, que nem sei se vale a pena sair dizendo. Sou obrigada a contar? Sou não, sou de menor, conheço meus direitos. E só vou contar porque nenhum dos dois está aqui entre nós, porque eu sei como é: a gente fala as coisas e vocês entendem tudo diferente, tipo, distorcem. Cruel. Meu, pensa, o cara ficou vegetariano, e não respeita aquela hora que vem a vontade de bater um *dog*, aquela *junk*, tipo, pra lubrificar as veias, colesterol bom. Ela foi ficando de saco cheio, mas, na boa, só de vez em quando. Eu trocava idéia com a Lorena, falava ‘meu, o cara te ama, entende’, ela sabia disso, mas ele ia ficando meio doido com essa história de nada de carne, só salada, folha. Vivia pastando, liga? Aí teve outra história, como é que eu digo? Bom, ela encontrou o pai e viu que o velho tinha uma tatuagem no braço, um lobo enorme, irado. Eu vi a tatuagem do seu Etevalson, era legal mesmo, meio velha, apagada, mas legal. Um lobo tinha tudo a ver com ele, forte, selvagem. Não, ela nunca comentou com ninguém sobre o passado do pai, a única coisa que me disse é que ninguém sabia o que aconteceu de fato. E era pai, e ia ficar com ele. Por que eu to falando isso? Ah, é, mas ela pirou na tatuagem. Só falava dela, assim, numas três ou quatro semanas nosso assunto era só tatuagem, quem faz, quanto custa, mas só entre a gente... E num dia desses por aí, acabou soltando pro Getúlio que queria fazer uma *tattoo* de um tigre. Ele ficou virado, que ela me contou. Aquelas filosofias dele, que ‘o corpo é um templo sagrado, que nenhum metal penetra’. Aí falou um monte, falou do pai dela, disse que era um desafio, tipo, uma afronta a ele, só pra irritar. A tatuagem seria uma provocação ao Getúlio, isso. Então, um monte de idéia errada, ela só queria um tigre no braço, só isso. Tinha conversado com o pai, que falou pra ela ter cuidado porque tatuagem marca bandido, ele tinha uma tatuagem na mão que era de bandido, mas a gente explicou que não era nada disso, eu estava esse dia. Ele falou que não gostava da idéia, não, mas a Lorena não tirou o

tigre da cabeça. Daí a Lorena e eu bolamos um plano, que tinha tudo pra dar certo. Se ela gostava do Getúlio... Bom, o negócio era pedir um tempo, ficar um mês separado. Separados, numas, liga? Seria o tempo suficiente pra ela poder fazer a tatuagem, e pra ele refletir sobre esse estilo de vida. Sei lá, comer um salame. Eu que disse pra Lorena, ‘Quando ele notar que te perdeu por causa dessas coisas de leitor de mangá, desse radicalismo, volta à normalidade rapidinho’. Bastava ela mentir, dizer que tudo tinha acabado. Um mês, só, e ele ficaria mais normal, menos encanado, parava com aquelas histórias de dizer que ela estava mudada, que era outra pessoa. Delírio dele, eu acho. Que mudar todo mundo muda, né, o tempo passa mesmo. Mas acho que ela mentiu bem demais, na hora de dizer que tudo estava acabado. Muito convincente, liga?”

Mas ainda estamos na boa fase do namoro do jovem casal quando Etevalson sai da cadeia. Não deve mais nada à Justiça, e se apresenta na casa das tias de Lorena, recebido como um rei. Esse o depoimento de **Mir-lene**, tia de Lorena:

“Quando ele entrou em casa, vi que era outro homem. Os olhos brilhando, cheio de emoção. Me abraçou, chorava, e era outro homem, outro físico. Quando me apertou, parecia um muro de concreto, um armário mesmo. Duro, forte. Ninguém acreditaria que entrou na cadeia magro como vara de apanhar mamão, uma tripa. E já foi perguntando pela filha. Só queria ficar do lado dela, ‘Quero Lorena, quero minha filha’. Alugou um cômodo aqui do lado e levou Lorena embora. Uns meses depois de sair preso, presente de aniversário pra ela. Com minha bênção, ele só queria o bem da menina. Não importa o que tivesse feito, Etevalson parecia um bom homem. E Lorena? Quando viu o pai, desabou. Felicidade. Era o orgulho dela, um pai daquele tamanho, forte. E aparentemente honesto. Pra quem passou a vida sem pai nem mãe, era a realização. ‘Vai com ele, minha filha, seja feliz’. Tem momentos em que a gente tem que saber superar, conhecer as escolhas da vida, não é mesmo? Como eu ia afastar os dois, que eram feitos da mesma carne? Falem o que for, Etevalson é um bom homem. Da morte que veio depois eu não sei, não vi nada. O que eu escutei a respeito todo mundo já sabe”.

Quando completou quinze anos, Lorena saiu da casa da tia e foi morar com o pai, Etevalson, em alguns cômodos alugados em uma casa, ali na vizinhança. Realmente, ao que se saiba ela nunca comentara sobre o passado do pai – ou sobre o que sabia do passado do pai –, como tampouco existe qualquer registro que dê conta de qualquer atrito entre o Etevalson e o genro, Getúlio. Testemunhos descrevem alguma mudança, por esses tempos, de comportamento em Lorena, mas nada que seja consenso.

O melhor amigo de Getúlio, conhecido pelo apelido de Ameba, relatou o que aconteceu aproximadamente seis meses depois que Lorena foi viver ao lado do pai:

Cristian Salchicha (**Ameba**), 17 anos.

“Velho, eles começaram a brigar o tempo todo. Discutir. A cada discussão ele ficava abalado, parava de comer. Eu ia pra casa dele escutar aquela conversa ‘Ela está diferente’, e ouvir ele contar, uma treta atrás da outra. Dizia que era por culpa do pai dela, cara que tinha abandonado ela criancinha, e agora voltava pra fazer graça. E ela louca com o pai, era a única coisa que eu sabia. Getúlio não era muito normal, não, mas quem é normal nestes dias? Principalmente porque tava fissurado na mulher, só pensava nela. E não adiantava falar com ele de outra coisa, dizia que não agüentaria ficar longe. Essas coisas assim, muito emo. Velho, o Getúlio estava piradão, sim, mas por causa da mulher. É o amor, não é isso? Um dia eu trombei ele descendo a rua da casa dela, falando sozinho. ‘Que isso?’, eu perguntei, e ele me botou as duas mãos no meus ombros, me encarou bem no fundo dos olhos, parou e disse: ‘Irmão, eu tive no quarto dela agora. Encrenca de novo. O quarto dela só tem pôster de luta, umas fotos de uns caras musculosos se pegando. Irmão, ela está virando homem. Está falando como homem, pensando como homem. Irmão, ela ta louca’. Dias depois veio o negócio da tatuagem. Ele transtornou. Pelo que eu sei, ela telefonou e disse que tinha uma novidade pra dizer, que tinha escolhido um desenho para a *tattoo*. Acho que era um dragão, ou um lobo? Não lembro. Ele não comentou assim diretamente, mas é claro que ficou foi com ciúme, porque achou que era tudo idéia do sogro. Eu nunca vi, mas ele dizia que o sogro tinha tatuagem de bandido, metia o pau. O que é estranho, porque se tinha uma coisa que o Getúlio adorava era desenhar. Pintava como um artista, mas o negócio dele

era fazer esses desenhos de revista em quadrinho, pirava num mangá. Pelo que sei, parou de desenhar quando pela primeira vez a Lorena falou na tatuagem dela. Ciúme mesmo. A gente que está de fora sabia o que tava acontecendo, o namoro estava acabando e pronto. Mas vai dizer isso pra ele? Velho, dito e feito: na semana seguinte eles se encontraram e ela falou que tinham que dar um tempo. Que tinham que terminar. A última vez que falei com ele foi pelo celular. Ele me ligou, disse que ela tinha terminado tudo. Disse que era homem e que ia tomar providências. Nunca vi ele falar assim ‘tomar providência’. Mas falou. E desligou o celular, e desapareceu, da vista de todo mundo. Velho, ele estava atrás das ‘providências’. Ficou sumido uns quatro dias, até o assassinato. Era aniversário dele, dezoito anos. Eu telefonei na casa dele e quem atendeu foi o polícia, dizendo ‘estamos em uma ocorrência, quem é você?’ Vai entender. Ele devia estar irado, perdido. Engraçado, ele com aquelas histórias de ‘nenhum metal me penetra o corpo’, pregou chumbo na menina. Vai, é engraçado, velho. Não é engraçado? Eu acho engraçado porque aprendi com meu pai a ver a vida com calma e alegria. Meu pai não vive comigo, sumiu e voltou, igual o pai da Lorena, mas sem cadeia no meio. O meu velho agora fica perguntando da história do Getúlio porque quer fazer um documentário, diz que a história do Getúlio é um grande drama, o velho é metido a cineasta. Desses hippies fora do tempo, a última vez que estive comigo me deu um monte de fitas do Senhor do Bonfim, falou que as cores fazem parte da vida. Não tive coragem de usar, não, estão na minha gaveta. Gosto do meu velho, por isso entendo a Lorena, o tempo que eles passam longe da gente faz a gente valorizar, sabem? Sabem. Tentei passar isso pro Getúlio, mas ele não escutou. Pobre Getúlio, um amigo e tanto.”

A irmã de Getúlio, **Sarita**, conta o que viu:

Sara Pereira, 14 anos.

“Era sexta-feira e meu irmão estava desaparecido desde domingo ou segunda. Eu fiquei preocupada porque naqueles dias estávamos só nós dois em casa, meu pai tinha viajado pra trabalhar numa obra no interior, anotou o telefone do alojamento, pra deixar recado se tivesse emergência. Não tem celular, não senhor. Voltou pro dia do enterro, coitado. Na quarta-feira, quando o Getúlio estava sumido, fiquei na

dúvida de liga-não-liga pra avisar meu pai, mas deixei por isso mesmo. Getúlio já era quase maior de idade, sabia se cuidar, eu pensei. Liguei no celular da Lorena, ela disse que não tinha mesmo notícias do Getúlio, e que ela tinha pedido um tempo pra ele, justo no domingo. Aí liguei pro Ameba, que me disse que ficasse tranqüila, que o Getúlio devia só estar meio down por causa da mulher, ele gostava muito dela. Amava ela de paixão. Bom, meu irmão voltou, só voltou na sexta-feira de manhã e foi tudo muito rápido. Rápido mesmo. Passou batido por mim, não falou nada, estava com uma camisa xadrez surrada, a única coisa que lembro. Foi pro nosso quarto e se trancou. Eu nem sabia que a porta do nosso quarto trancava, todas as vezes que tentei passar aquela chave, estava emperrada. Ele era vegetariano, mas não era fraco, não. Gritei pela porta, se estava tudo bem, primeiro ele não respondeu. Continuei gritando, ele me falou só ‘Me deixa em paz’. Disse que queria dar um beijo de feliz aniversário nele, mas nem assim. Fui esquentar um miojo. Foi o tempo de a água ferver e bateram na porta, eu abri e era o Etevalson. “Cadê aquele merda?”, ele falou, já entrando. Eu berrei pra alertar meu irmão de que vinha encrenca, mas parece que não adiantou. Aí foi assim. Acho que foi assim: o grandalhão viu o quarto e meteu o pé na porta, que abriu logo. Eu coleí atrás dele, pra proteger meu irmão, quando consegui pela lateral do batente ver o Getúlio sentado na cama, com um revólver na mão. Mas foi o Etevalson, ainda parado na porta, que gritou “Eu vou te matar”. Meu irmão estava acuado, não sei explicar, com cara de quem estava se defendendo. Mesmo com um revólver, ele estava só se defendendo. Pô, meu irmão não sabe atirar nem nada, a única reação que tive pra salvar a pele dele foi ir até a cozinha, e peguei a panela de água fervendo e joguei nas costas daquele brutamontes. Olha, como eu estava tremendo muito, talvez tenha caído água no chão, mas posso garantir que um monte de água borbulhando dissolveu na nuca dele, nas orelhas, nas costas, sei lá. O cara nem se mexeu. Aliás, aí é que ficou imóvel mesmo. Eu vi que não podia fazer mais nada, a não ser gritar. Não, ainda tentei de todo jeito socorrer o meu irmão, como eu explico? O grandalhão ficou parado na porta do quarto e eu fiquei tentando alcançar meu irmão, ir até ele. Não conseguia, até a hora em que o Etevalson me segurou pelo braço. E aí veio a frase que está gravada na minha cabeça, que eu ouço a cada minuto: ‘Se mata logo, Piolho!’. E vi meu irmão enfiando a arma pela

boca, e o disparo ‘Pá’. Só depois Etevalson soltou meu braço, eu fui até o Getúlio, que ainda se debatia na cama, e daí vi o grandalhão calmamente se virar e sair andando. A polícia já estava chegando, meu irmão estava morto. Claro que o Etevalson matou ele. Meu irmão sentiu que ia ser assassinado se não se matasse antes, e eu podia ter socorrido. Podíamos ter conversado, se o brutamontes não me segurasse, se ele não aparecesse. Ficou assistindo meu irmão se matar, como aqueles homens que grudam a cara na tela da TV quando o jogador vai bater pênalti. E saiu feliz da vida, tenho certeza. Hoje eu acho tudo muito confuso. Acho que ninguém tem o direito de impedir que uma pessoa salve outra, quero deixar claro: se ele não tivesse me segurado, eu me jogava em cima do meu irmão e salvava ele. Se aquela cena saísse da minha cabeça, minha vida ia ser muito melhor. Não é fácil. Eu estava aos berros quando entrou o Pedrão, pai da Agnes. Agnes é minha melhor amiga.”.

Pedro Rezende, 51 anos, músico.

“Sou nascido e criado naquela comunidade. Então, sou dos moradores tradicionais. Sou conhecido, sou fundador dos *Estridentes*, conhecem? Não? Pois é uma banda de muito sucesso, fora do *mainstream*, mas de muito sucesso. Sou músico, entende? Conheço todos os envolvidos na história, menos o Etevalson, que vi pela primeira vez quando tentei, bem inutilmente, barrar ele na porta da casa da Sarita. Sarita é a melhor amiga da minha filha, a Agnes, só que a Agnes não mora comigo. Eu pretendo trazer a Agnes pra morar comigo, mas está difícil. A mãe dela resiste, meu sogro ainda mais. Minha filha mora em bairro rico, mas quer vir pra nossa vila, porque me ama. Ela e Sarita são grudadas, porém é muito mais fácil a Sarita ir na casa da Agnes, lá na casa dos grã-fino, que o reverso. Mas coincidentemente ontem passei o dia com minha filha, por isso estou assim alegre. Um dia com Agnes me põe nas nuvens. Mas deixa eu explicar por que estou dizendo tudo isso. É que minha filha e eu passamos o dia no parque. Ela, claro, já sabia da morte do Getúlio, que aconteceu faz já duas semanas, não?, mas a mãe dela ficou sabendo disso, que o irmão da melhor amiga morreu assassinado, (ou se matou?), e foi o suficiente pra não deixar ela vir pra minha casa. Disse que é bairro de assassinos, má influência pra filha dela. Como se ela ligasse. Bom, tivemos que ficar num parque

do bairro chique; nada mau, mas por causa disso minha filha e a Sarita não se viram. Agnes gosta muito de desenho, sabe? E, como tem dinheiro, ela dá (ou dava, melhor dizendo) frequentemente material de desenho para o Getúlio, que desenhava pra burro. Bem melhor que a Agnes, tenho que reconhecer. Então, minha filha e o Getúlio tinham certo diálogo, mas ontem a Agnes me contou que fazia tempo que ele não desenhava mais. Só que, numa quarta feira da semana anterior, justo nesses dias que andou desaparecido, Agnes o encontrou no Centro Cultural, sozinho; minha filha, claro, com o motorista como guarda-costas, vigiando-a 24 horas. Getúlio estava com lápis e papel, caros, que Agnes lhe dera, estava fazendo um desenho, o que então era surpreendente. Agnes me contou que ele a cumprimentou, interrompeu o desenho, e disse que estava tudo bem, que estava ali “para espairer” ou algo assim. E lhe entregou o desenho, este que eu trago aqui numa cópia, simplesmente porque ela, claro, achou super legal, deve ter se maravilhado. A minha filha me deu a cópia do desenho, guardou o original. Ela falou que o desenho é “muito significativo”, eu mostro porque concordo com ela, não sei se colabora em algo. Bom, ela me deu para que eu trouxesse aqui, e eu confio no *feeling* de Agnes. Ela tem 12 anos, mas é esperta como uma cobra, mandou dizer que o desenho é significativo porque o Getúlio desenhava muito bem, mas esse desenho não estava com o traço dele, parece que não era racional, parece que vinha de dentro. Palavras dela, com que eu concordo, porque ela é genial, tem ao menos dez vezes mais cérebro que a mãe dela. Bom, ter mais cérebro que a mãe dela não é nada difícil, mas Agnes tem *muito* mais. Falando em mãe dela, deixa eu fazer um pedido: não chamem minha Agnes pra depor aqui não, ok? Se possível, evitem isso. Tudo o que ela tinha pra falar, eu reproduzi fielmente aqui. É que, se chegar uma intimação assim pra menina depor, aí é que a mãe dela faz um escândalo, leva a intimação pro advogado, que consegue, no fórum, que minha filha não me visite mais. E, com minha banda, os *Estridentes*, sem o devido reconhecimento, se eu fico longe da Agnes minha vida perde todo o sentido, estou falando sério. Será mais um com um tiro na boca, lá no IML. Desculpe. Bom, de o que eu vi não dá pra falar muito. Ouvi os gritos da Sara e corri para a casa dela, que é na minha rua. Era de tarde, umas duas horas. Cheguei a ponto de ver o Etevalson deixando o portãozinho de ferro da casa do

seu Pereira, a casa do Getúlio. Não sou covarde, segurei o fulano pelo braço, mas o cara é muito forte. Me empurrou pelo peito, eu caí na escada e notei que não tinha chance de brigar com ele. Levantei e vi que ele saiu andando, sem correr, como se fosse comprar um pãozinho no mercado. Como os gritos continuavam, preferi entrar na casa. E vi o que vi: Sarita agachada chorando, ao lado do corpo do irmão. Liguei 190 e é isso. Sou sentimental, coisa de artista. Tenho saudade do rosto do Getúlio, mas não consigo evitar me colocar no lugar do pai. Se eu soubesse que um namoradinho matou minha Agnes, Deus que me livre, não sei não. Não sei onde iria parar minha cabeça”.

A versão de **Etevalson** para os fatos:

“Não sei por que vou contar isso. Acho que é porque confio nos senhores. Fiquei pensando muito. Posso não ser bom assim de me expressar, mas burro não sou. Se fosse burro, do jeito que a vida me criou armadilha, não estaria vivo hoje. O que eu quero dizer é que fiquei pensando em um monte de coisas que os senhores precisam saber pra me julgar, que pra entender uma morte, um crime, precisa ligar muito mais coisa. Só que pode ficar tranqüilo, que não estou enrolando pra me safar das responsabilidades. Não. Olha, eu cresci tomando porrada. Eu tinha ido comprar um docinho na padaria pra Lorena, que fazia 04 anos naquele dia, um dia depois do meu aniversário, sabe? Eu tinha feito vinte e dois. Nós morávamos em outro bairro. Saindo da padaria, a polícia me fez ficar com as mãos pra cima, me levaram preso, acusado de latrocínio. Não tenho nem idéia de o que foi. A partir daí não vi ninguém mais da minha família, minha mulher nunca foi me visitar, a meio irmã dela disse que ela morreu mas eu não sou trouxa, não tem tumba, não tem atestado de óbito. Está solta por aí que eu sei, mas não me importa. Nem importa que ninguém me levou um advogado, nem que eu puxei doze anos fechado por um crime que não cometi. Importa que, quando saí da cadeia, minha filha estava me esperando. E me perdoou. Nem precisei dizer que eu era inocente, comecei a contar sobre meu passado e ela disse “Não me interessa, me conta outro dia”. Esse tal dia nunca chegou. Estou falando de doze anos depois da minha prisão, na porta da padaria. Naqueles doze anos de cana eu só fiz sobreviver, um dia deu um pega-pra-capar e pra me defender cobri um velho de porrada, nem sei bem quem era. A partir daí me

levaram pro boxe, me deram bomba, quando mudei de penitenciária já tinha quase um ginásio montado me esperando. Por isso não tenho estes dentes daqui, sabe? Murro. No presídio as luvas são duras, entende? Só que eu fui campeão, e campeão tem suas regalias. Até grana eu consegui juntar e mandar pra fora, porque ali rolava aposta grande. E não só de quem está em cana. Mas eu dizia: quando me deixaram sair do presídio, minha filha estava me esperando. Linda, que era a cara daquela moça da novela. Tudo o que eu tinha na vida, falei que ia alugar um quartinho pra gente, perto de onde ela estava morando, ela topou na hora vir comigo. E, como disse, nunca me perguntou da cadeia, eu também nunca fiquei perguntando de namorado, isso era coisa dela. Mas olha que conversávamos: eu disse que ia trabalhar na serralheria enquanto não arranjava grana pra abrir uma academia de bairro. Vê, eu estava construindo os aparelhos de musculação, eu mesmo. Faço serra e solda, que aprendi antes de ir em cana, porque consertava caminhão. Na cadeia aprendi a dar golpe. É isso, que mais querem saber? Que eu estava na serralheria e veio um maluco gritando que eu tinha que ir pra casa, que tinham feito mal à minha filha. Corri e vi aquele tumulto na porta do cortiço, todo mundo dizendo que era o Getúlio. E ela morta, com três tiros no peito, na minha cama. Lembrei de ela dizer que tinha 'dado um tempo' com o namorado, mas sem detalhes. Coisa de adolescente. Mas, porra, matar? Vocês não entendem não, não entendem o que eu sinto. Naquela cama estava minha vida toda, Lorena era o que eu tinha. Eu corri pra casa do moleque, que nem sabia direito onde era, mas neste mundo tem muito cagüeta que gosta de ver sangue, né? Mais sangue. Fui pra matar ele, pra quebrar ele inteiro, como fosse uma parede que eu tivesse de destruir com a marreta de demolição. Sem a marreta. Entrei na casa e lá tinha uma menina, que tentou me segurar, coitada. Brincadeira, né? Vi a porta do quarto trancada, meti o pé, e estava lá o covarde. Com a arma na mão, apontando pra mim. E depois disse que ia se matar, eu falei que ele não tinha coragem. Achei que ele não era homem pra isso. Quem mata mulher não é homem pra tirar a própria vida, nossa vida vale muito, sabe? Bom, a dele não valia muito não, isso é verdade. Ele olhou pra mim e disse que eu não me movesse, que eu me afastasse, essas coisas de criança. Eu olhei, e só quando ele pôs o revólver na boca é que vi que estava

falando sério. Pena. Já não dava pra correr e matar ele, ele disparou. Acho que entendeu que, se ele não se matasse, eu matava ele. Caiu a ficha. Saco, tudo na minha vida sai diferente de o que planejo. Pro bem ou pro mal, sai diferente. Não sou bom de falar, mas queria dizer que o único crime que eu quis mesmo fazer, não consegui. Eu ainda sonho com a cena dele metendo o revólver na boca e disparando, por que eu fui tão burro, por que eu fui tão lento? Tudo culpa minha. Aquela menina me atrapalhou, é verdade, porque talvez nessas de segurar ela, entende? A gente tem honra, eu não ia matar o cara com a menina no meio, mas nem sei se isso é importante assim porque refazendo a cena na minha cabeça eu juro que lembro quase nada dela. A pior coisa que me aconteceu foi mesmo que ele se matou, porque agora eu fico com esse peso. De não ter feito nada, ou quase nada pela minha filha. Se eu tivesse matado ele, estaria mais confortado. Queria ter tido tempo suficiente, pra mostrar como um homem de cueca mata outro, sem máquina, sem arma: osso com osso. Não deu, ele atirou antes. Droga. Um pouco eu lembro dessa irmã dele, ela desesperou, mas não me recordo direito o que fez, eu digo, eu devo ter afastado ela pra poder ficar sozinho com o moleque. Ela me queimou com uma panela, eu acho, é mesmo, eu dei uma chave nela pra que se imobilizasse. Podia ter saído machucada, mas lutador como eu tem sangue frio nesses momentos. Isso, eu não afastei ela não, eu segurei. Saco, devia ter sangue frio também pra prever que o marica ia se matar. Meu consolo foi quando o policial passou em casa dizendo que eu respondia por homicídio porque na verdade tinha que ter evitado a morte dele. ‘Então eu o matei?’, perguntei, ele disse que sim e me levou algemado. Se foi isso, melhor, mesmo que eu ache essa história meio estranha. Pra mim, importa muito pouco. Já paguei por um crime que não cometi e então não confio na Justiça faz tempo. Nesses dias de cadeia eu refleti mais. E agora penso que não é nada justo que eu responda pelo crime que eu quis cometer mas não consegui. Confie em mim, sem minha filha, cadeia ou não pra mim não faz diferença, mas não é justo. Eu fui pra matar e ele se matou antes, porque estava em crise de consciência. O carcereiro, fofoqueiro como todos, veio me dizer que o que “a lei esperava de mim” era que eu, quando vi o menino se preparando pra matar, tentasse evitar sua morte. Eu respondi que, se a lei esperava isso de mim, que esperasse sentada”.

Seu Pereira, o pai de Getúlio, também deu uma breve declaração:
Geobaldo Pereira, 47 anos, mestre de obras.

“O estranho, vejam bem, o estranho é que esse animal desse Etevalson não soubesse compreender que meu filho estava apaixonado. Tudo bem, ele perdeu a filha e eu imagino o quanto isso é triste, porque senti bem esse drama. Exatamente igual, aliás. Mas qual a razão de matar meu filho também? Meu filho queria pagar pelo que fez, caso contrário não esperaria o aniversário de 18 anos para cometer o crime. Queria agir como homem e responder por seus atos. E se matou por bondade. Porque viu que isso ia deixar o pai da menina mais satisfeito. Era o que ele queria, ele mandou que meu filho se matasse. Deu ordem, e se aproveitou da fragilidade da mente do menino. Frio como ele aprendeu a ser, mandou o moleque se matar e sabia que iria ser obedecido. Pra depois vir dizer que não matou ninguém, ora. Porque, se meu filho não se matasse, o pai da Lorena matava ele ali, na hora. Fazer o quê? Em casa, fico pensando na cena que minha filha descreveu: se a polícia chegasse um minuto antes pra prender meu filho, ele estaria vivo. Era tudo o que eu queria. Mas também já me acostumei, que nessa vida as coisas não acontecem como a gente quer. Tenho muita prova disso. Sim, a arma era minha, mas estava muito bem escondida. Moro num bairro perigoso. Mas o que é que se consegue esconder de um rapaz apaixonado que pensa em se matar?”

O desenho de Getúlio aparece no Anexo 01 do inquérito. Não há mais provas relevantes, comprovada a materialidade da morte do casal, por tiros da mesma arma, apreendida ao lado do corpo de Getúlio. Defina penalmente a situação de Etevalson, levando em consideração os fatos documentados.

Anexo 01



Personagens:

Getúlio Pereira, 18 anos.

Lorena Soriano, 17 anos, vítima.

Etevalson Soriano, 40 anos, acusado.

Manoela Huber, 17 anos, estudante.

Mirlene, 48 anos, operadora de caixa.

Cristian Salchicha, 17 anos, estudante.

Pedro Rezende, 51 anos, músico.

Sara Pereira, 14 anos, irmã de Getúlio.

Geobaldo Pereira, 47 anos, mestre de obras, pai de Getúlio e Sarita.

Caso 02

O Caribbean Dreams

Resumo: Após a morte de uma garota de programa, dono e gerente de casa de prostituição são acusados de delito contra a dignidade sexual. Alegam, entretanto, que a casa não promove a prostituição, apenas facilita e dá condições de trabalho à atividade, a qual ocorreria independentemente da ação dos acusados.

Complexidade: Baixa.

Temas: Bem jurídico – Bem Jurídico Protegido – Função do Direito Penal – Tipo Penal – Dignidade da Pessoa Humana – Crimes contra a Dignidade Sexual – Paternalismo Penal.



CASO 02:

O Caribbean Dreams

Temas:

Bem jurídico – Bem Jurídico Protegido – Função do Direito Penal – Tipo Penal – Dignidade da Pessoa Humana – Crimes contra a Dignidade Sexual – Paternalismo Penal.

SUGESTÃO DE RESOLUÇÃO

O caso é de mais rápida resolução, embora permita aprofundada análise de Filosofia do Direito e, daí, Filosofia do Direito Penal. O principal será discutir a função do tipo penal frente ao bem jurídico protegido.

O professor deve selecionar um conjunto de alunos juizes (simulando uma Câmara de Tribunal – vide instruções gerais) que escutará acusação e defesas, proferindo posteriormente voto fundamentado.

Escolhe-se uma equipe de acusação, composta de ao menos três alunos, que se encarregarão de *formular uma denúncia escrita* e encaminhá-la ao mediador (vide instruções gerais) para permitir a defesa. Formulada a denúncia, é marcada data para julgamento, que contará com fala de poucos atuantes

- 01.** Acusador (sugere-se 02 componentes).
- 02.** Defensor de Quiroga.
- 03.** Defensor de Bathata. (opcional, que as defesas de ambos seja feita conjuntamente, pelo mesmo profissional ou equipe).
- 04.** Julgadores (cinco pessoas – vide instruções gerais).

Total de participantes: **15 alunos.**

Tempo estimado de debates: **45min-1h**, com 15 min. de fala a cada parte.

Na prática deste caso, costuma ser bastante divergente a opinião entre homens e mulheres, quando na posição de julgadores, porque se discutirá a **moral sexual**. Daí duas outras recomendações: **a)** que os juízes sejam compostos por pessoas dos distintos sexos, obrigatoriamente; **b)** que os jurados observem critério conceitual ao tratar de temas relevantes como moralidade, dignidade da pessoa humana ou, especificamente no Direito penal, bem jurídico protegido. Existe a tendência do aluno-julgador em transformar seu discurso em algo subjetivo.

Também é de se **desconsiderar** aqui, como nos demais casos desta obra, os termos processuais. O exercício narra apenas um inquérito, porém mais do que suficiente para que se desenvolva o debate principal. Note-se que há um homicídio como pano de fundo, mas ele não é objeto da análise jurídica, até porque o autor de tal crime é desconhecido.

Peculiar também é a possibilidade de discussão da importância do bem jurídico protegido, devido à alteração legal, que definiu a dignidade sexual como objeto de tutela penal, afastando moral pública sexual. Isso deve ser ponto central do debate, acredita-se.

Naquela metrópole, quem quer diversão sexual já sabe aonde ir. O *Caribbean Dreams* é uma casa noturna, freqüentada pelas mais belas mulheres da região. São jovens atraentes, de corpo esguio, vestidos caros, maquiagem discretíssima. Nenhum sinal aparente de vulgaridade, elas se espalham pelos salões da casa, nas mesas ou diante dos balcões de coquetéis, com sorriso aberto, perfume caro e discreto. Conversam sobre literatura ou comentam sobre os lugares mais charmosos das grandes cidades européias, ou as melhores lojas de cintos e bolsas em Nova Iorque. Bebem pouco, talvez champanhe, talvez coquetel de frutas ou água de coco, Para cuidar a forma, disse uma, com encanto. Encanto.

Ao lado do *Caribbean Dreams* funciona o *Grand Hotel Caribbean Blue*, uma casa de hospedagem de alta rotatividade. São oitenta suítes temáticas, cuja decoração imita desde a cabine de um transatlântico até uma romantizada praia, com coqueiro e barulho do mar. O preço mínimo do

período em cada suíte é de R\$ 350,00, mas se aceita pagamento em dólar, sem qualquer ônus, “Conversão: taxa-base do cartão de crédito”, anuncia uma placa atrás do balcão de granito negro.

Pois foi na suíte *Barbados* que, no dia **07 de julho**, encontrou-se o cadáver de **Valentine** – na verdade Flora Maria Freitas, 24 anos – uma bela universitária que costumava freqüentar o hotel. Seu corpo estava quase todo imerso na cascata artificial da suíte, com apenas os ombros e a cabeça para fora da água. A perícia no local do crime indicou que seus cabelos não haviam sido molhados, “Sinal evidente de que não fora afogada”, dizia o laudo, conquanto a *causa mortis* fosse a de asfixia. Havia sinais leves de estrangulamento, mas tampouco se pode descartar que uma *overdose* de droga tivesse antecedido a agressão. A análise do sangue deu conta da alta intoxicação por cocaína, e cápsulas do entorpecente foram encontradas por toda a suíte.

A investigação policial não conduziu a polícia à autoria segura do homicídio. É certo que Valentine fazia programa com um homem, que saiu sozinho do quarto, vestindo uma chapéu e óculos de sol, apesar da penumbra no local. A testemunha que mais colabora para a elucidação do delito é **Mélvinson**, que trabalha como recepcionista noturno da casa. Assim comentou em delegacia de polícia:

Mélvinson, 25 anos, recepcionista:

“Eu vi quando Valentine entrou com o senhor de chapéu e óculos escuros. Não fiz perguntas, porque essa é a praxe: colhi os documentos de Valentine e só, nós costumamos pedir documentos apenas de um dos hóspedes, ordens expressas. A não ser que eles tenham aparência de menores de idade, não pedimos documentos aos homens. Mas nunca vi um menor ali, que eu me lembre. Pois bem, Valentine me deu a carta de motorista, e o homem tirou da carteira R\$ 450,00, em notas de cinqüenta. Preço do quarto, só isso. Empresário bem sucedido o homem, sabe? Conheço quando vejo um. Meia hora depois ele desceu, sozinho. Óculos escuros, não dava pra ver bem o rosto. Mas tinha jeito de homem de negócios, o porte. Conheço... bom, acho que já disse isso. Não vou mentir, pra quê? Ele tirou do bolso quatro notas de cem e me deu de gorjeta, ‘A vida, quando a gente menos espera, dá uma reviravolta’, ele me comentou. ‘Já estou me acostumando a isso, tranquilo’. E foi embora, finíssimo, elegantíssimo. Eu entendi bem o que disse. Ele reconheceu meu espírito empreendedor também,

como se estivesse olhando a um espelho. Notou que, se eu estava ali como um empregado, era por mera questão circunstancial, momentânea. Eu quase fui dono da maior frota de transporte da cidade, mas minha empresa em ascensão quebrou depois que eu a perdi na mesa de jogo. Empresários são assim, ousados. Bom, vou falar a verdade. Um advogado aconselhou que eu colocasse minhas vans no nome de um parente, porque a origem do dinheiro que as comprou não era bem comprovada. Coisa de advogado, porque meu capital inicial fora colocado de repente no meu bolso, mas é uma história meio complicada. Aí eu pus tudo no nome da mãe da minha filha, e ela resolveu sumir no mundo, de van. Não tem graça, não. Então, é isso. Ele me deu esse dinheiro e foi embora, caminhando. Que pistas mais eu posso ter? Existe sim circuito interno de câmeras, mas as imagens não são gravadas. Não, realmente não me lembro do nome dele, de seu rosto. E também não estou escondendo o que sei por ter recebido dinheiro. Se fosse assim, era melhor eu nem haver dito que recebi dinheiro. Ele me pagou porque notou meu tino pra negócios, sou quase o Eike Batista, não fossem essa montanha russa que era a vida. Pobre Valentine, tão boa pessoa”.

Para apurar a morte de Valentine, a polícia fez algumas diligências. Soube que tanto o *Caribbean Dreams* quanto o Grand Hotel – pessoas jurídicas diversas – pertencem ao Sr. **Quiroga**, um conhecido cineasta, produtor de filmes pornográficos. Para informar sobre o Sr. Quiroga, naquele inquérito, apenas uma amiga da falecida Valentine. Assim falou Fernanda Mathias, a **Afrodite**:

Flávia Mathias (Afrodite), 29 anos, bacharela:

“Terminei a faculdade e agora sou bacharela. Pela minha profissão, adquiri consciência da vida indigna que eu levava quando frequentava o *Caribbean*. Como ‘qual Caribbean’? Ah, me refiro tanto ao hotel quanto à casa noturna, eles são absolutamente a mesma coisa. Nós, que trabalhávamos ali, tínhamos até acesso pelos fundos, da casa noturna ao hotel. Pode ver que, nos fundos, tem uma passagem entre as duas construções, exatamente onde fica a moradia das garotas. Moradia, sim. Um quarto em que podíamos passar a noite, alugar um armário para guardar roupas íntimas, preservativos, acessórios, perfumes, jóias e cocaína. Por quê? Quase todas usávamos, ou você

acha que é fácil passar a noite acordada, abraçada num fazendeiro barbigudo, ou num coreano alcoolizado que resolve fazer numa noite todas as safadezas que não fez em quarenta anos de vida? A gente trazia cocaína da rua, mas lá dentro também tinha gente que vendia. Não, não tenho certeza de que o Sr. Quiroga fizesse venda de drogas, quem passava eram os funcionários da casa. Mas não seria de se estranhar, comerciante do jeito que é. Explorador, mesmo. Veja o quanto ele cobrava a suíte do hotel, quatrocentos reais! Se não fosse pelo nosso trabalho, aquele quartinho não valeria nem sessenta! E a champanhe? Sabe quanto um copo de champanhe, lá no bar? Cento e quarenta reais. Pensa que eu to brincando? Cento e quarenta! Noventa pra casa e cinquenta pra menina! E mesmo assim com desconto de dez por cento do garçom. Não, do programa a casa não ganhava nada, não. Mas tinha vez que a gente fazia o programa quase de graça, porque já tinha arruinado o cliente na champanhe e no uísque a noite toda, depois tinha que recompensar pra que ele voltasse. Fora filmes pornográficos, isso e aquilo, em que o Sr. Quiroga usava as meninas que conhecia ali. Uma vez entrei numa locadora de filmes pornô em Barcelona e o vendedor me olhou sorridente, depois entendi tudo: tinha um cartaz com minha foto pregado na parede. Na Espanha, acredita? Não ganhei tostão por isso. Em troca, o quê? Nem segurança, nada. Taí a morte da Valentine, ninguém pra pedir o documento do assassino, nenhuma foto, claro. Ou alguém vai em bordel pra ser filmado? Pois é. Exploração pura, crime do mais vil. Vil, eu falei. Sorte que me livre disso. Mas as outras meninas estão aí, vítimas desse tipo de gente, que fomenta esse nosso suplício, porque lucra com ele. Volta e meia morre uma, não pense que o caso da *Valentine* é isolado. Conversei uma vez com Valentine, ela disse que era filha de alguém importante, insinuou que era da política. Não é de se estranhar, porque nessas famílias de tudo ocorre, e nunca se pode dizer que uma menina não possa vir parar ali, no bordel, depois de um contratempo. Espero que esse sujeito importante mova suas influências para dar fim a essa exploração”.

As palavras de Afrodite fizeram com que o delegado de polícia inaugurasse outro inquérito policial, para apurar delito contra a **dignidade sexual**, que nos interessa especialmente aqui. Em operação conjunta

com a prefeitura, o *Caribbean* teve suas atividades suspensas, em 21 de julho. Visitando o local, a polícia relatou:

“Existem indícios de que a casa seja usada como local de prostituição. De fato, há um corredor que liga a casa noturna ao hotel, e não se pode dizer que seja um corredor exatamente oculto, porque ele é iluminado e tem uma decoração bastante cuidada. E existem quartos simples, nos fundos do hotel, aparentemente usados como moradia de garotas de programa. Não foram encontradas drogas. Ressalta-se, entretanto, que a ausência de ordem judicial de arrombamento não nos permitiu abrir cofres, armários do escritório ou os armários da “moradia” referida, em que havia indício, ao menos pelo depoimento de Afrodite, de que armazenassem drogas. Encontrou-se vasto material pornográfico, principalmente fotos e filmes, devidamente apreendidos. Na gerência da casa, Sr. **Bathatha**, que foi conduzido a depoimento. Nada mais de relevante”.

Alfredo Bathatha, 34 anos, gerente:

“Sou gerente da casa *Caribbean Dreams*, não tenho nenhuma relação com o *Grand Hotel Caribbean Blue*. Quer dizer, tenho porque, para o *Grand Hotel*, eu presto consultoria. Consultoria logística, sabe? Outro dia descobri, por exemplo, que o Mélvinson, esse rapaz que trabalhava de recepcionista, recebia por fora vinte reais de cada ‘menina’ para chamar no quarto e dizer que o tempo havia se esgotado, quase meia hora antes do devido. Pode? Olha, cada um nesse mundo! Tenho todos os documentos: sou funcionário registrado do *Caribbean Dreams* e consultor do *Grand Hotel*. Tudo declarado em imposto de renda. Eu tinha sim conhecimento de que a casa era freqüentada por garotas de programa, mas isso não quer dizer que a gente tivesse participação nisso. Que eu soubesse, somente prostituição feminina. Bom, a moça que se inscrevesse conosco ganhava comissão pela bebida que vendesse, mas isso não é prostituição, é? É venda, *roaster*, como nos melhores restaurantes do ramo. E me parece que o hotel fazia a mesma coisa: dava uma comissão do preço da diária para a menina. Coisa de trinta ou quarenta por cento, não pense que era pouco! Porque, se não fosse assim, é claro que as meninas levariam seus clientes para outro hotel. Existia uma passagem interna do bar para o hotel, mas isso era só uma questão de estratégia arquitetônica devido à evidente parceria

comercial entre as duas casas. Nós vendemos bebidas e pratos feitos de nossa cozinha para o *Caribbean Blue*, daí a estratégica posição desse corredor. Isso é crime? Repito, eu sabia que as meninas eram garotas de programa, o País inteiro sabe! Mas nós não participamos no negócio delas. Do que eu tenha ciência, a casa começou a ficar famosa com um grupo de moças que freqüentava ali, de beleza inquestionável. Eu era namorado de uma delas, daí conheci a casa, mas isso é uma história que não cabe aqui. Pois bem, depois dessas meninas, a casa tomou corpo e assim seguiu. O hotel foi aberto ao lado, mas isso é outro negócio. Ramo de hotelaria. Acho que não tenho nada mais a esclarecer. Quanto à morte de Valentine, é uma pena que não se encontre o culpado, mas acho que não foi pra falar disso que eu fui trazido até aqui, né? Sim, sou empregado do Sr. Quiroga há muitos anos. Registrado em carteira desde o primeiro dia”.

A polícia trouxe também como testemunha outra ex-prostituta do local, que acrescenta relevantes informações.

Carla Cristina (**Chris**), 22 anos.

Jamais viria depor por vontade própria, mas como me dizem que sou obrigada a falar, não tenho o que esconder. Já que é pra testemunhar, cuidarei de falar a verdade. Trabalhei no Caribbean durante muito tempo. Agora, estou na casa concorrente. Não temos um vínculo de emprego com a casa, com o Sr. Quiroga, mas tampouco é algo assim tão livre. Deixa eu ver se me explico, a partir do meu caso. Eu não posso simplesmente entrar assim hoje à noite na casa e caçar clientes. Tenho que, primeiro, me cadastrar, compreender as regras do local, apresentar referências de outras meninas, deixar telefone, endereço e, claro, passar por uma entrevista para ser aceita. Nessa entrevista verão todas as minhas qualidades. Todas. Quem faz a entrevista é o Bathatha ou o próprio Sr. Quiroga. Evidentemente, uma moça feia ou sem modos não será aprovada no tal teste, daí não pode fazer o cadastro. Sem cadastro, não entra na casa. Caso tente entrar, o porteiro barra. Barra, diz que a mulher não passa da portaria e pronto. Só por cima dele. Isso, claro, se for prostituta. Porque raríssimas vezes ocorre de um grupo de amigas ou um casal tentar entrar na casa, algum alienado que não percebe que ali é lugar de prostituição. Se isso ocorrer, o porteiro simplesmente avisará às mulheres ou ao casal que ali não é

ambiente para mulheres sozinhas, pois elas podem ser confundidas com profissionais. Logo, se quiserem entrar, entram, mas pagarão caríssimo pela curiosidade, porque o porteiro lhes cobrará a entrada normal, que é uma fortuna, e exigirá consumação. E, claro, as bisbilho-teiras estarão sujeitas aos preços das bebidas e comidas da casa (sem duplo sentido), que não são nada populares. Não quero sequer ima-ginar o que pode ocorrer com uma mulher que diga ser uma curiosa e tente fazer programa na casa, levar o cliente a outro local, seu apar-tamento ou outro hotel. Mas jamais vi isso ocorrer. O que quero dizer é que a mulher sabe que, quando passa a exercer a profissão, cai nas regras dela. É normal. E também é normal que existam mulheres libe-rais, que um dia querem fazer programa e outro não. Depois daquele livro da prostituta carioca, aquele livro que virou filme, elas tomaram coragem, acho, e agora aparecem aos montes. Eu, mais ou menos, era uma delas quando entrei nessa vida. Por isso veja bem, apesar de o que digo, o Sr. Quiroga, ou o Bathatha, não são gigolôs nem nada parecido. Não tomam dinheiro, não ameaçam, simplesmente fazem parceria. Se eu estivesse no cadastro deles agora, meu telefone poderia tocar, chamando-me para uma reunião, e eu vou se quero. A reunião expli-caria novas regras da casa, algo assim. Se eu não comparecer, não há represália. No caso de ser algo essencial para a parceria, é possível que, de noite, o porteiro não me deixe trabalhar na casa enquanto eu não me atualizar sobre as regras. Vou dar dois exemplos de reuniões des-sas, nos dois anos em que estive ali. Primeiro, foi quando a Afrodite se desligou. O próprio Bathatha me ligou e falou pra eu estar no *lobby* do Grand Hotel às 16h. Na hora agendada, estavam todas as prostitutas ali, e fomos encaminhadas a uma sala em que havia café, chá, água, queijo branco, sucos e frutas das mais variadas. Nossos coffe-breaks, entenda, são dietéticos. Estava na sala o Sr. Quiroga, e na parede uma televisão gigantesca, dessas conectadas à internet. O proprietário, então, nos saudou e começou falando da Afrodite. O que ela havia feito? Havia assumido a causa com orgulho e dado entrevistas em jor-nais, dando conta da difícil vida de prostituta, denunciando o nome das casas em que trabalhava, referindo-se ao *Caribbean*, dentre outras. O Sr. Quiroga então disse que, claro, ainda a queria bem, mas que apenas nos reunia ali para mostrar-nos o grande erro que ela come-tia. Perguntou-nos o verdadeiro nome dela, que ninguém conhecia, e

depois levantou uma folha de um jornal, em que havia uma reportagem em que constava o tal verdadeiro nome. Katia, Flávia, não lembro. Um nome comum e fino, bem melhor que Afrodite. Pois bem. Ele digitou o nome inteiro dela no buscador da internet, que aparecia na televisão enorme da parede. Sabe o que apareceu? Só *links* para notícias de jornal que indicavam sua condição de prostituta. Aí disse o Sr. Quiroga: “A Afrodite hoje tem 25 anos, algo assim, e em breve termina a faculdade de Direito. Imagine-a daqui a dez anos, casada e com um filho. O filho digita o nome da mãe, e o que encontrará? O que as senhoritas podem ver aqui. E se presta um concurso público, na última fase farão uma busca aqui e o que será visto? Isso. Qual instituição pública quer uma prostituta assumida em seus efetivos?”. Esse é um tipo de reunião. Não houve constrangimento nem ameaça, foi apenas uma ajuda, que colabora para ambas as partes, na minha opinião: eu tomo mais consciência das conseqüências de um ato impensado que, no fundo, prejudicaria também o negócio dele. Acho que é uma comunhão de interesses. Da mesma forma, o segundo exemplo que eu disse que forneceria. Um dia fomos para uma reunião dessas e estava palestrando um psicólogo. Ele apresentou um mini-curso que daria a todas nós, um curso breve sobre perfis psicológicos, relacionados às preferências sexuais. Seria nas tardes de segundas e terças, só duas tardes. Eu fiz o curso, e não posso dizer que, se não o houvera feito, seria expulsa do *Caribbean*. Porque, na verdade, depois da palestra de apresentação do tal psicólogo, todas quisemos fazer o curso, e o fato de ser gratuito para nós era um favor do Sr. Quiroga. Não falo ironicamente, o curso foi muito bom, bem focado. Adorei. Me ensinou como lidar com as preferências, como identificar as vontades dos clientes, como entrar no assunto que muitos deles, e até nós, apesar de estarem ali em um momento muito íntimo, reprimem. Novamente, uma troca de interesses: eu me aprimorei como profissional, e o Sr. Quiroga passou a fornecer um serviço mais qualificado a seus clientes. Não sou inocente, e também estou fazendo faculdade, paga à custa do meu trabalho, agora na casa concorrente. Com “não sou inocente” quero dizer que sei que o Sr. Quiroga, como seus concorrentes nesse mercado, lucram com nosso corpo (que dura pouco para o ofício), com nossa humilhação (porque não se trata de uma profissão honrada), com nosso risco pessoal (prova maior, o que ocorreu com Valentine).

Porém não somos – falo apenas pelo Caribbean, note bem – humilhadas, forçadas ou ameaçadas, em momento algum. Nós precisamos de gente como o Sr. Quiroga e ele precisa, e muito, de gente como nós.

O Sr. **Quiroga** foi mais incisivo no depoimento:

“Sou dono de algumas empresas. Entre elas, a casa noturna Caribbean Dreams, e o Caribbean Blue, um hotel. E, antes que vocês perguntem, também sou dono da Brazilian Fantasy, produtora de filmes. Não vejo o que exista de errado nisso. O que existiu de errado foi um maluco fazer programa com uma hóspede do meu hotel e matá-la ali dentro. E um funcionário corrupto que recebeu dinheiro pra dizer que não sabe reconhecer o assassino, e fez a polícia engolir uma história de que ele é nascido para o sucesso. Como existem idiotas por aí! Bom, agora morre a menina e a imprensa toda começa a pressionar. Porque era moça bonita, de família famosa, filha de autoridades e isso e aquilo. Eu sei quem é a autoridade de quem ela é filha e vocês sabem também. Claro, o sujeito não vai dar as caras agora, porque se souberem que ele era pai de prostituta, perde seus ouvintes no rádio, que o tem como grande exemplo de moral familiar. E daí nem o elegem deputado mais. Falei muito? Então escute essa: a Valentine só trabalhava na minha casa sem qualquer medo de trombar com o pai, porque todos sabemos que seu distinto progenitor, o tal defensor da moral, apesar de casado e com filhos pelo mundo, não gosta do produto que minha casa fornece. Assim é a vida, repleta de farsas. Como é farsa, mas muito conveniente, que de súbito todos resolvam descobrir que o Caribbean era freqüentado por garotas de programa, que gostam de grana e farinha. Sempre foi, sempre será; ou será enquanto eu puder mantê-lo longe de autoridades hipócritas. Autoridades que sabem que eu montei um ambiente para que as moças trabalhem em segurança, e jamais lucrei direto do trabalho delas. Simplesmente montei um bar que elas freqüentam e pronto, e isso não é promover a prostituição, porque montar uma lanchonete em frente a uma Faculdade para que os alunos tomem seu lanchinho não é promover o ensino, é? Acho que está tudo esclarecido. Elas conhecem ali seus clientes e levam para o hotel. Eu cobro o que cada um consome no bar e a diária do hotel. Nada mais que isso. E, se conheço alguma moça interessante, posso perguntar se ela quer fazer filme para mi-

nha outra empresa. Não vejo nada de mau na atividade. Minha casa é freqüentada pela mais alta sociedade, não é mesmo? Ali se fecham negócios, ali se comemoram os grandes contratos, ali se relaxa depois de um grande evento. Ou você acha que os estrangeiros vêm a esta metrópole para conhecer a Marginal? Hein? Algum atrativo deve haver. Não, eu não trafico drogas nem promovo a moradia das meninas. Apenas as que querem dormir ali podem alugar um quarto ou um armário, direto no hotel. É um quarto mais simples que as suítes temáticas. E comem do restaurante. Mas eu digo uma coisa: meu advogado falou que agora os crimes não são mais quanto à moral, já que ninguém tem moral. É contra a dignidade sexual. Pois, para que se exerça a única profissão que nunca deixará de existir, eu faço justo o contrário: promovo dignidade, condições humanas de trabalho. Deveria receber um prêmio, não um par de algemas. Mas desde quando este mundo é justo, não é mesmo?”

Não há elementos de prova mais relevantes que os descritos.

No exercício, estabeleça a situação jurídica dos Srs. **Bathatha e Quiroga**, exclusivamente em relação aos **crimes contra a dignidade sexual**.

Personagens:

Alfredo Bathatha, 34 anos, gerente do Caribbean.

Sr. Quiroga, 59 anos, proprietário do Caribbean.

Flora Maria Freitas (Valentine), 24 anos, vítima de homicídio.

Carla Cristina, 22 anos.

Flavia Mathias (Afrodite), 29 anos, bacharela.

Mélvinson, 25 anos, recepcionista e testemunha.



Caso 03

O Dossiê Gutiérrez

Resumo: A um cirurgião brasileiro é imputada a morte, em mesa de cirurgia, do chefe de governo de um país caribenho. Acuado, o cirurgião escreve uma carta em que demonstra que aquilo que parece um acidente pode ter sido parte de uma trama internacional muito mais intrincada. Em sua defesa, questiona se é possível deixar de punir o crime culposos, de menor gravidade, em nome da preservação da soberania e da vontade da tal nação caribenha e dos interesses diplomáticos do Brasil.

Complexidade: Média.

Temas: Lei penal no Espaço – Extraterritorialidade – Ação Penal: iniciativa pública – Crime Culposos – Culpabilidade – Autocolocação em Risco – Função do Direito Penal – Sigilo de Estado – Direito Penal e Soberania.



CASO 03:

O Dossiê Gutierrez

Temas:

Lei penal no Espaço – Extraterritorialidade – Ação Penal: iniciativa pública – Crime Culposos – Culpabilidade – Autocolocação em Risco – Função do Direito Penal – Sigilo de Estado – Direito Penal e Soberania.

SUGESTÃO DE RESOLUÇÃO

O trabalho aqui é o Direito Penal e seu viés político-diplomático, cuidando, grosso modo, dos **princípios da ação penal** e da **extraterritorialidade**. Daí surge um amplo debate acerca de elementos como soberania, obrigatoriedade da ação penal, função do direito punitivo, conveniência, dentre outros. Mas também o crime culposos deve ser debatido, mediante uma questão que, em nossa doutrina, nos preocupamos em abordar:

Neste exercício (tal qual no Caso 10) não se pode fazer um julgamento em sentido estrito, porque se simula uma reunião confidencial de autoridades do Estado. Seis alunos, ou seis grupos independentes, desenvolvem cada um deles um texto, sob o ponto de vista da autoridade que representam. O texto deve responder à seguinte questão, com ampla fundamentação: o inquérito, que investiga um crime homicídio culposos confesso pelo próprio investigado, deve ou não ser transformado em ação penal?

O professor pode dispensar, neste caso, a apresentação do voto escrito, substituído pelos **apontamentos**, pelo **esquema** de cada um dos votantes, mas ainda assim é sempre necessário manter uma ordem de fala de

cada um dos congregados, que a final, sob a presidência do Ministro da Justiça, decidirão por maioria de votos. Na ordem apresentada, deve-se dar a palavra a cada um dos personagens:

01. Representante do Ministério Público Federal.
02. Representante do Ministério Público Estadual.
03. Superintendente da Polícia Federal (Delegado de Polícia Federal).
04. Delegado de Polícia Estadual.
05. Representante da Ordem dos Advogados do Brasil.
06. Professor de Direito Penal.
07. Magistrado.
08. Ministro da Justiça.

Todos devem responder às questões do Ministro da Justiça, lembrando que entre eles não existe relação de hierarquia. Todavia, como consentiram em participar da reunião secreta, feita no próprio Ministério, comprometem-se em manter o sigilo e acatar a decisão da maioria. A maioria, claro, observará as regras do Direito, da Ética e, daqui, da Política. A fala pode ser de 15 min., ou outro tempo dividido igualmente entre os personagens, com fala final do Ministro da Justiça, que também tem de arrazoar. Não se pode dispensar uma ampla discussão, ao menos, sobre **crime culposo** e sobre **princípios da ação penal**, sob o ponto de vista da Parte Geral do Direito Penal.

Ultra Confidencial:

Excelentíssimo(a) Senhor(a):

- () 01. Representante do Ministério Público Federal.
- () 02. Representante do Ministério Público Estadual.
- () 03. Superintendente da Polícia Federal (Delegado de Polícia Federal).
- () 04. Delegado de Polícia Estadual.
- () 05. Representante da Ordem dos Advogados do Brasil.
- () 06. Professor de Direito Penal.
- () 07. Magistrado do Tribunal, de absoluta confiança deste Ministro.

Eu, Ministro da Justiça, envio-lhe anexo um *dossiê* que preparei sobre o intrincado caso da morte do Presidente de San Fermín, Alfredo Gutiérrez. Vossa Excelência com certeza acompanha o caso, ao menos pela imprensa, mas aqui, asseguro, haverá informações surpreendentes, novas, sobre as quais necessito sua ilustrada opinião. Mandei redigir o texto deste dossiê como se fora apresentar para quem não conhece o episódio, dado os diversos níveis de informação que os destinatários podem ter acerca dos fatos. As notas de rodapé do texto são todas por mim redigidas, com o objetivo de algum esclarecimento pontual.

O inquérito colhido pela Polícia Federal pode ser disponibilizado a Vossa Excelência, mas creio que as informações anexas são mais que suficientes. Todas elas, fielmente documentadas. Peço atenção especial ao último documento, a **carta** do Médico-Cirurgião Flávio Kathetter, que é apócrifa. Convido Va. Exa. a uma reunião que se celebrará, presentes os destinatários desta missiva (veja no cabeçalho acima) na primeira quinta-feira do próximo mês, em meu gabinete.

Na reunião, Vossa Excelência terá a palavra, para que, no intervalo de quinze minutos, de modo amplamente fundamentado, responda-nos: podemos e devemos agir no sentido de seguir as investigações sobre a morte do Presidente de San Fermín, ou devemos **aceitar a proposta** que nos faz o principal investigado? Por quê?

A palavra de Vossa Excelência, como a dos demais destinatários, será decisiva. Por isso, peço que não deixe de estudar cada detalhe do dossiê anexo. Tudo, aqui, é ultra-confidencial.

Aguardo Vossa Excelência com ansiedade e honrado,

O Ministro da Justiça.

Ministério da Justiça

(Ultra Confidencial)

Dossiê Gutiérrez

Tudo parecia uma morte natural. O primeiro informe concedido pela equipe médica dava conta de que o Presidente da República de San Fermín, bastante enfraquecido devido aos graves tumores, não teria resistido à intervenção, falecendo na mesa de cirurgia. A cirurgia da equipe do Doutor Flávio Kathetter, um dos mais renomados médicos brasileiros, havia sido tecnicamente perfeita, mas o estágio avançado da doença não permitiu que o ilustre paciente se recuperasse. O primeiro informe da equipe cirúrgica do Hospital Rottweil, o mais famoso de São Paulo, tinha o seguinte texto:

Terça-feira 06.08 deste ano.

É com muito pesar que nós, da equipe médica do Hospital Rottweil, informamos que o quadro de saúde de Alfredo Gutiérrez, presidente da República de San Fermín, é altamente grave. Ele foi internado, neste Hospital, na noite do domingo passado e submetido a cirurgia a partir da manhã de hoje, para tentar extirpar um câncer de intestino. O tumor, entretanto, estava bastante alastrado, e isso somente se pôde ver no momento em que o paciente já se encontrava sob procedimento cirúrgico. Diante do quadro gravíssimo que se ocultara, a equipe de cirurgia decidiu retirar apenas uma pequena parte do intestino, mais gravemente atacada, para depois reiniciar os tratamentos com quimioterapia. Entretanto, seu quadro de debilidade faz com que o

paciente não se recupere a contento, não obstante o sucesso da intervenção. Neste instante em que se redige o informe, está submetido a antibióticos e antitérmicos, porém com pouca chance de sobrevivência.

Ass.: Flávio Kathetter, cirurgião.

Quatro horas depois, anunciou-se seu falecimento. Desta vez, o Doutor Flávio Kathetter preferiu falar diretamente às câmeras:

“O quadro de saúde do Presidente Gutiérrez era bastante grave, e o paciente sabia disso. Tratava-se diretamente com nosso colega, Dr. Hernán Mezger, em seu país, e há dois anos, pelo que se sabe, combatia um câncer. Seus últimos exames, feitos em San Fermín, davam conta de um problema grave no intestino, que o afastou do exercício da presidência. Todos, inclusive o Presidente Gutiérrez, conheciam o risco que a intervenção representava. Não é realmente incomum que, nesse estágio da doença, sejam descobertos, apenas quando no panorama de visão que só a abertura cirúrgica proporciona, pólipos antes imperceptíveis nos exames. Mas a cirurgia se justificava porque, caso o tumor estivesse limitado ao que era possível notar por aparelhos, parte do intestino poderia ser arrancada e, com isso, sua vida decerto se prolongaria. Talvez tudo fosse diferente se ele nos tivesse visitado cinco ou quatro meses antes”.

Conforme determina a lei, o atestado de óbito foi assinado por dois médicos do Hospital: Dr. Kathetter e um médico plantonista, que não participara da cirurgia, Dr. Chucrutti. Do hospital, seu corpo foi levado ao serviço funerário, onde foi brevemente tratado para evitar a decomposição durante a viagem de volta a San Fermín. O país caribenho, aliás, estava em polvorosa, claro, com a notícia morte do seu líder, em território estrangeiro. E esse desassossego em San Fermín tem algo que ver, também, com o relatório policial abaixo, autuado e mantido, até o momento, em absoluto **segredo de justiça**. A divulgação dos fatos pela imprensa não está, portanto, relacionada a qualquer vazamento da documentação sigilosa.

Mandado de Prisão, Busca e Apreensão.

Cumprir relatar que esta equipe, chefiada pelo Delegado Hermenegildo Cobranza, chegou às 6h da manhã de quarta-feira, 08 de

agosto, à casa do médico, Dr. Flávio Kathetter, exibindo-lhe o mandado de prisão, busca, eventual arrombamento e apreensão lavrado pela Autoridade Judicial Federal. Foi uma mulher, que se apresentou como “governanta do Dr. Flávio” que atendeu à porta enquanto ele se ocultava em seu quarto, no andar de cima da casa. A equipe, com três policiais, a fim de dar cumprimento ao mandado de prisão, subiu as escadas que levavam a seu quarto, acompanhado da aludida governanta, quem nos franqueou acesso à suíte principal, a qual se encontrava com a porta destrancada. O Dr. Kathetter estava no banheiro da referida suíte, este sim com a porta travada por dentro. Ele disse que estava usando o banheiro e sairia em cinco minutos, sendo-lhe então conferido o tempo necessário para que, conforme sua informação, o investigado se compusesse para entregar-se, não sem antes determinar-se que se vigiasse atentamente o lado de fora da casa, evitando qualquer fuga do investigado. Minutos depois, a autoridade policial ouviu o barulho da descarga sendo apertada e sentiu um forte cheiro de papel queimado exalar do referido cômodo, quando então decidiu por arrombar de imediato a porta. Como se suspeitava, o Dr. Kathetter acabava de queimar papéis e jogá-los pelo vaso sanitário, de maneira que de fora encontravam-se apenas cinzas e um pedaço de pequena margem de papel branco. Dr. Kathetter foi algemado e conduzido para a delegacia. Foram apreendidos, conforme o mandado, todos os computadores da casa, e não se encontraram outros documentos relevantes que justificassem retenção, à exceção de sua agenda pessoal, e uma pequena maleta em que se estavam seus documentos individuais, inclusive seu passaporte, vinte mil reais em notas de cem e cinqüenta, além de cinqüenta e seis mil dólares, em notas de vinte, cinqüenta e cem dólares americanos. À porta da casa, pelo lado de dentro, havia duas malas de viagem fechadas, que foram fotografadas tais como estavam. Revistadas, as malas continham apenas roupas pessoais do próprio investigado, com grande número de camisas, bermudas, chinelos, botas, duas gravatas, meias e cuecas. As roupas foram também fotografadas, porém não apreendidas. Foi localizado apenas um cofre na casa, que estava fechado, mas que foi aberto pela governanta. Ali estavam cinqüenta mil reais em notas de cem reais, com lacre bancário, e várias jóias, mais exatamente relógios. Não havia qualquer

documento. Dali nada foi apreendido, por falta de ordem judicial. Era o que havia a relatar.”

Na delegacia, logo no momento da prisão, Dr. Kathetter encontrou, também preso, Dr. Chucrutti. Não houve tempo de se inteirar de o que ocorrida de fato, porque – e isso é a realidade – o Delegado apenas lhe disse algo que posso assim reproduzir: “O senhor está sendo acusado de matar o Presidente de San Fermín, e a ordem de investigação vem do próprio Ministro da Justiça. Então o senhor tem duas oportunidades: ou fica calado, ou solta já o que sabe e facilita o trabalho de todo mundo. Minha experiência diz que é melhor falar de uma vez tudo o que sabe, porque poupa investigações injustas, principalmente em casos como esse, que dão muita imprensa. Não sei exatamente quais são as provas contra o senhor, e se soubesse, provavelmente não lhe diria. O que posso te dizer é que durante a madrugada fizeram vários exames no corpo do tal do Presidente, e estão dizendo que ele não tinha câncer, nunca teve câncer, e que a cirurgia foi um modo de matá-lo. Não sei como convenceram alguém que não estava doente a fazer uma cirurgia para tirar um tumor, mas talvez o senhor possa nos explicar. Ou talvez a acusação seja falsa, não sei. Eu só cumpro minhas funções, e minha tarefa agora é mantê-lo preso à disposição da justiça, dando-lhe oportunidade de declarar sobre os fatos. Porém estou há duas horas aguardando seu advogado, que não chega, e então não posso mais esperar. Ou o senhor fala sem ele, ou eu coloco aqui que o senhor prefere calar-se, exercendo direito constitucional e essas coisas. E então?”

Então foi nessas condições o primeiro depoimento de Kathetter:

Tarde de 08.08. “Eu não sei de o que me estão acusando. Sou um médico renomado, de cirurgia geral. Todos me conhecem pelas cirurgias plásticas que realizei em personagens de todo o mundo, mas minha primeira formação era de cirurgia. Cirurgia Geral. Comecei minha carreira, quando jovem, operando em hospitais públicos da periferia: facadas, ferimentos a bala – que então eram muito mais raros do que hoje – extração de cacos de vidro, apendicite. Vasectomia, aos milhares. Era o que eu fazia no início de carreira, sou cirurgião. Depois rodei o mundo, com essa história de cirurgia plástica, mas sou cirurgião geral, que isso fique bem claro. Repetirei quando necessário for. Pois bem, esse Doutor Mezger, lá de San Fermín, fez um curso rápido

de cirurgia que proferi em um hospital universitário em Nova Jérsei. Lá, perto de Nova York. Desde então mantemos algum contato, ele sempre me pergunta alguma coisa. Depois, transformou-se em médico pessoal do Presidente (ou o seu paciente de toda a vida elegeu-se Presidente, melhor dito). Desde então, a cada ano religiosamente vou passar uma semana em San Fermín, à custa do governo. Não posso mentir: o governo me paga tudo. Talvez eles me usem como material de propaganda política, porque sou internacionalmente conhecido, mas isso é comum no meio político. Ministro alguns cursos nos Hospitais Públicos, para a nata da medicina dali, medicina pública, faço uma conferência no Ministério da Saúde deles e depois tenho um pouco de lazer. Estive uma vez, faz dois anos, com o Presidente Gutiérrez, mas ele não me falou nada de doença, tampouco o Dr. Mezger. Naquele tempo, não disseram nada. Então há menos de quatro meses o Dr. Mezger esteve aqui, com uma série de resultados na mão. Eu os observei e concordei com meu colega: ele precisaria de uma cirurgia de urgência, com todos os riscos que ela traz. Os hospitais de San Fermín são suficientemente equipados, mas o hospital aqui em São Paulo, o Rottweil, sem dúvida é melhor. Depois, sai mais barato trasladar o paciente, que pagar passagens e estadia a toda a equipe médica. Submetido à cirurgia, que planejava cortar parte cancerígena do intestino, ocorreu o que está total e amplamente relatado nos prontuários. O paciente encontrava-se em estágio avançado de doença e não resistiu à perda de sangue, eventualmente com alguma infecção. Talvez os exames deles fossem falsos, não fui eu quem os fez. Eles me foram entregues diretamente pelo Dr. Mezger, e eu os protocolei no Hospital, para que autorizassem a cirurgia. Perguntado se, no exame, chegou a ver se o paciente tinha indicativos de câncer alastrado pelo corpo, como e onde podem ser encontradas essas evidências, o interrogado não quis responder. Perguntado se no hospital foram feitos outros exames sobre a doença, disse que não, porque já estava decidida pela equipe a realização da cirurgia, de maneira que os exames foram apenas os pré-cirúrgicos de praxe, sem relação com a doença de fundo. Perguntado se o Dr. Mezger acompanhou a cirurgia, disse que não, porque a legislação brasileira não permite o acompanhamento, mas pelo que sabe o Dr. Mezger encontra-se no País, pois ambos tomaram café anteontem pela manhã, no hotel onde o médico estava

hospedado. Perguntado qual o hotel, o interrogado diz que não se lembra do hotel, mas que era perto da Paulista. Perguntado se tem algum contato pelo qual se possa encontrar o Dr. Mezger neste momento, facilitando o trabalho desta autoridade policial, respondeu que não. Perguntado se o Dr. Chucrutti participou da cirurgia, disse que não, mas que ele foi escolhido para atestar a morte do paciente porque supervisionou seu quadro clínico antes de iniciar o procedimento, já que cuidou do pré-operatório, com a equipe de anestesia. Perguntado se tem mais algum fato a esclarecer, diz que está surpreso da acusação de falha na cirurgia e que gostaria de ter mais esclarecimento sobre tudo o que está ocorrendo, e que se encontra disposto a colaborar com as autoridades, inclusive fazendo novo depoimento, caso se lembre de outros fatos. Perguntado se estava em fuga quando os policiais chegaram em sua casa, e o motivo disso, disse que planejava viajar para a praia, simplesmente para não ser alcançado pela imprensa, mas isso não implica qualquer erro médico. Saberá que teria de dar muitos esclarecimentos sobre o caso, pois se tratava do presidente de um país, e como já recebia ligação de muitos jornalistas, planejou afastar-se por dois ou três dias, evitando esse tipo de exposição. Nada mais disse, nem lhe foi perguntado”.

Na mesma data, o depoimento de **Doutor Chucrutti**, 28 anos, médico residente.

(Tarde de 08 de agosto) “Deixa eu dizer o que sei. Hoje eu estava dormindo na casa da minha namorada, e então tocou o telefone. Do apartamento dela. Um sujeito pediu pra falar comigo, ela me acordou e eu fui saber de que se tratava. A voz do outro lado da linha falava em espanhol, eu disse que não compreendia o que me dizia, ele gritou, mas passou a falar bem devagar. Era voz de homem, idoso. Disse que sabia quem eu era, que me havia localizado ali e portanto poderia me achar em qualquer lugar. Pediu pra eu prestar atenção, prestei porque tinha medo de se tratar de seqüestro de algum familiar, hoje em dia é tão comum. Me perguntou se eu sabia de quem era o atestado de óbito que eu havia assinado, eu disse que havia assinado três atestados de óbito, que ele fosse mais específico. Indagou se eu conhecia o “Presidente Gutiérrez” e eu disse que sim, que um dos atestados que assinei era do Presidente, e que eu só soube disso porque o Doutor Kathetter

me encontrou no corredor pra assinar o atestado, dizendo que era meu plantão e que eu tinha que firmar a morte na mesa de cirurgia porque não havia cirurgião assistente, quem sou eu pra contrariar o Doutor Kathetter? Mas isso eu não disse ao telefone, mas a tal voz perguntou, bem assim: “Ele tinha câncer?”, eu disse que não sabia, e que soubesse não responderia, isso é segredo profissional. Ele me ameaçou “Não brinque comigo, eu estou te vigiando. Fale a verdade”. Eu disse então a verdade, mas sinteticamente: sou um médico iniciante no Hospital, estou fazendo residência, e sempre me mandam assinar atestado de óbitos, eu não faço mais que ver o cadáver. Às vezes acompanho o quadro do paciente até ir a óbito, ocasionalmente sequer sei de quem se trata, confio naquele que me traz o caso. Só isso. Aí a voz me disse “O senhor está bem apanhado, confiaremos em sua memória”, foi assim. E desligou. Não dormi depois disso. Também não falei muito à minha namorada, disse que era um parente maluco de um paciente no hospital, que tinha me descoberto ali e pedia ajuda, essas coisas. Não sei se ela acreditou. Às seis da manhã me ligou minha mãe, dizendo que havia polícia em casa, que estavam todos me procurando. Minha mãe me pôs imediatamente na linha com o policial, que não contou que ia me prender, disse que precisava falar comigo com urgência, eu liguei para a polícia militar porque ainda pensava que fosse seqüestro, quando cheguei encontrei policiais militares conversando com o tal agente, que então anunciou que me levaria preso. No caminho relatei tudo ao tal agente, o telefonema, e agora já estou sabendo: o IML fez um exame-relâmpago no corpo do tal Presidente e viram que ele nunca teve câncer, não é isso? Dizem que os médicos do Rottweil o abriram e o mataram na mesa de operação, mas sobre isso estou tranquilo porque não participei de cirurgia nenhuma, nem tenho como participar porque sou clínico geral, só posso entrar em centro cirúrgico pra ser espectador. Perguntado se chegou a examinar o corpo, disse que não, mas que o viu. Pensando bem, nem sabe dizer se era mesmo o corpo do Presidente Gutiérrez, mas com certeza havia um corpo de alguém recém falecido, em sala cirúrgica. Alguém grande, corpulento. A volumosa barriga estava sendo suturada pelo fim da intervenção, e o documento de óbito já estava impresso, ‘com o meu nome para assinar’. O doutor Kathetter apenas disse que foi lamentável, que a cirurgia

era arriscadíssima, e para dizer a verdade a o depoente sequer leu o documento, apenas firmando sobre seu nome. É que estava passando ainda em visita a seus pacientes no plantão, foi interrompido para isso. Esclarece que, ao que saiba, o médico que atesta o óbito não precisa haver participado do tratamento do paciente, apenas tem que estar seguro da causa da morte, e ali não havia forma de duvidar. Com câncer ou sem, o paciente aparentava haver ido a óbito em procedimento, e isso é muito comum ali. A doença que antecede a cirurgia é deduzida a partir do prontuário do paciente. Que chegou a ver o rosto do paciente já morto, um homem de bigodes pintados, dava para ver que eram pintados de negro. De resto, corpulento, obeso, com pele bastante branca e calvo. Os poucos cabelos que tinha também pareciam ser pintados, mas não estava certo. Não se lembra de outras características. Pensando melhor, lembra-se vagamente que o paciente tinha a boca aberta e os dentes muito escuros, provavelmente fumante, mas há outras causas de escurecimento dos dentes. Não mais pode esclarecer. Nada mais disse, nem lhe foi perguntado”.

O que parecia um mero problema de doença terminal foi-se transformando em algo bastante mais intrincado. A revista do domingo trouxe um resumo a princípio bastante fidedigno da situação nacional e internacional, que foi anexado aos autos, até mesmo para informação das autoridades, que pouco conheciam do contexto em que se dera o fato investigado:

(Revista *A Semana do Brasil*, Domingo, 11.08) O médico brasileiro, Dr. Flávio Kathetter, está no auge de uma investigação internacional de assassinato. Conhecido cirurgião plástico, a fama de Dr. Kathetter deu-se há mais de uma década, por dois fatores muito difíceis de combinar: fama e sigilo. A carreira internacional de Dr. Kathetter teve um *boom*, como explicam vários médicos e personalidades entrevistadas pela *Semana*, pelo sucesso de suas cirurgias plásticas, com resultados que agradaram a todos aqueles por quem seu bisturi passou. Para melhor explicar, basta dizer que o estopim de seu sucesso na mídia se deu quando a estrela americana Judith Herz, logo após ganhar o Oscar de melhor atriz, concedeu entrevista a um talk-show local e, quando questionada sobre sua idade e a aparência jovial, confessou:

“Fui ao Brasil cinco anos atrás e fiz minha única cirurgia plástica, porque estava infeliz com algumas marcas em meu rosto. Para mim, ele é o grande cirurgião do mundo, porque fez seu trabalho com absoluta competência, tem a indicação dos melhores profissionais, mas jamais se revela como tal. Hoje não me importa dizer que me submeti à cirurgia, mas a seu tempo é algo que sempre se prefere esconder”. A partir daí a imprensa de entretenimento atribuiu, aparentemente com grande razão, a Dr. Kathetter a cirurgia, mas publicamente ele sempre o negou, embora mantendo a aura de mistério. “Ele diz um ‘não’ que quer dizer ‘sim’”, escreveu um jornalista de Manhattan. Em Beverly Hills, colhem-se aos montes nomes de celebridades que se deitaram em sua mesa de cirurgia, no Brasil, nos Estados Unidos e até mesmo na Europa. Comenta-se que ao menos três candidatos à Casa Branca prepararam seu rejuvenescimento para campanha pelas mãos do médico brasileiro, mas apenas se confirma uma das três suspeitas: o atual vice-presidente da América, ao fim de sua campanha, em uma informal entrevista declarou que fora o Dr. Kathetter quem cuidara de suas pálpebras caídas, cuja correção era indisfarçável. Mas o cirurgião tampouco, até hoje, falou publicamente sobre assunto. Suas viagens frequentes a Dubai denotam que também opere por ali, talvez dos mesmos artistas de cinema, talvez de autoridades do próprio Oriente. O Dr. Kathetter não tem, no Brasil, o reconhecimento midiático que seria normal a alguém de sua categoria, mas isso parece ser proposital: a constante fuga a declarações e a negativa, por ele próprio, de qualquer intervenção cirúrgica deve frustrar qualquer pauta dos jornais de celebridades, ou das revistas de sucesso. No Brasil, algum rumor já se espalhou de que o famoso profissional da medicina investiu todo seu dinheiro em cassinos clandestinos no cais do porto, com sócios estrangeiros, mas até o momento nada se confirma.

É involuntariamente, então, que o Dr. Kathetter ocupa agora as páginas dos jornais internacionais. Na quarta feira passada, na sala de imprensa do Hospital Rottweil, o cirurgião brasileiro renunciava seu horror às câmeras e diante da imprensa internacional anunciava a morte do Presidente Alfredo Gutiérrez, horas depois de submeter-se a uma cirurgia que foi interrompida. Na versão oficial do Hospital, pronunciada ali pelo próprio Kathetter, o presidente Latino-Americano teria sido submetido a intervenção urgente para extirpação de

um câncer no intestino, mas o estado avançado da doença, que não poderia ser diagnosticado com detalhes senão no momento da cirurgia mesma, obrigou sua interrupção. Era esse o informe.

Para compreender o alcance do problema, são necessárias algumas informações sobre San Fermín, um país conhecido quase apenas por especialistas em política internacional. Uma ilha superpovoada, de um milhão e meio de habitantes espalhados em três municípios, o menor deles a capital “Colombo”, única não banhada pelo mar. Oficialmente, o país justifica seu PIB alto pela extração de ouro, cultivo de açúcar e produção de rum, embora especialistas certifiquem que os dados são falsos. Genésio Corrêa, professor de Economia Internacional, assim explica: “As minas de ouro se esgotaram já no século 17, e não se consegue beber rum ferminiano simplesmente porque ele não existe. Sequer se cultiva muito açúcar, porque a ilha está superpovoada e sua área rural é restrita a alguma região montanhosa longe da costa. A realidade é que quase toda a população do país está na atividade portuária, com estivadores negros descendentes dos escravos comercializados por portugueses. Quase toda a costa de San Fermín é de águas pacíficas, verdadeiros portos naturais, o que somado a um mar nada vigiado, transformou-a tradicionalmente em posto de contrabando internacional. Embarcações, pequenas ou gigantescas, saem de seus países de origem, descarregam mercadorias ali, que então se transferem sem nenhum controle a outras terras, com outras bandeiras, ou até pequenas embarcações que fazem cabotagem a Estados Unidos, México ou Brasil. Não é difícil imaginar, por exemplo, que droga venha da Colômbia em pequenos submarinos e então sejam embarcadas em grandes navios para a Europa, ou que armas saiam oficialmente da indústria dos Estados Unidos e descarreguem em San Fermín aguardando algum petroleiro de bandeira grega ou turca, que insuspeitadamente retorne a um país árabe, aonde uma embarcação estadunidense não navega. Assim muitos navios desviam de sua rota no Atlântico, a fim de uma parada clandestina em San Fermín, que jamais informará aos órgãos internacionais de marinha mercante, e, claro, não carimba passaporte dos marinheiros. Marujos que, ao que se diz, jamais reclamam de uma pausa na ilha, porque se lhes oferece ali muita diversão gratuita, por conta dos próprios contrabandistas.

Daí não é exagero dizer que o ambiente do país é de um gigante cais do porto, com a criminalidade, a prostituição e a internacionalização que isso implica”.

O jornal inglês London News qualifica San Fermín como “a mais tradicional ilha pirata do mundo”, e retoma seu valor histórico tanto para a Grã-Bretanha quanto para a Espanha, nos tempos passados das guerras navais. “É um daqueles lugares que jamais serão desfeitos no mundo, porque, de uma maneira ou de outra, acaba sendo utilizado por todas as nações. O que ocorre por lá, o mundo não quer comentar”, diz o periódico. As agências internacionais coincidem todas no mesmo sentido, que o histórico político de San Fermín é acompanhado sempre pelos olhos das grandes nações, mas jamais comentado. Assim é que, apesar de imensa pobreza e analfabetismo, o país é altamente militarizado, com barcos costeiros, alguns aviões-caça e uma infantaria relativamente volumosa, pois, constitucionalmente, incumbe ao Exército guardar os portos. “O Exército é importante no País porque funciona como uma guarda portuária, evitando roubo de mercadorias por outras embarcações piratas”, afirma Genésio. Daí que é de se estranhar que o País tenha conseguido manter-se, pelos últimos dezoito anos, com Presidentes da República civis, eleitos diretamente. O Presidente Gutiérrez inaugurava o décimo nono ano de democracia e o quarto de mandato, preparando uma reeleição. Algumas agências realçam que o clima no País é bastante tenso, porque se acusa a vice-presidente, María Hernández, sempre alinhada aos movimentos operários, de buscar o poder pela morte do conservador Gutiérrez, pois os partidos das esquerdas jamais conseguiram o governo pelas urnas. “A morte de Gutiérrez seria a única forma de o Partido Popular chegar ao Poder, o que encaixa exatamente com a figura desse famoso médico brasileiro, intimamente ligado à máfia comunista que, todos sabemos, conspira nos estúdios de Hollywood desde sua criação”, declara o Almirante Porfirio Doroteo, Ministro do Interior do falecido presidente Gutiérrez. “Ainda assim, conclamamos o povo a aguardar pela paz, e seguir nas instituições democráticas”. Mas dizem que Porfirio já mudou sua versão.

Muito de todas essas informações ainda precisa ser elucidado, mas o fato é que a Polícia Federal não desmente a versão de possível homicídio. O Superintendente da PF, em entrevista coletiva para justificar

a prisão, declarou: “Recebi às dez da noite um telefonema do Ministro da Justiça, que me determinava intervir diretamente na liberação do corpo do Presidente Gutiérrez. A ordem era que a *causa mortis* deveria ser confirmada de imediato. Assim me dirigi ao juiz competente, que me deu ordem para realizar exame necroscópico urgente. Dali montei uma equipe com nada menos que quatro médicos, dois deles do IML estadual, dois peritos de confiança do Juízo que prolatara a ordem. Um quinto profissional, responsável ético de plantão do Hospital, acompanhou a avaliação, realizada em uma sala de cirurgia do próprio hospital. Eu estava presente, friso. Após quatro horas de detida inspeção, todos os peritos, inclusive o médico-testemunha *ad hoc*, concordaram que o intestino do recém falecido não apresentava qualquer sinal visível de tumor, mas que seu estômago (note-se: o estômago) havia sido cortado, o que causou o sangramento interno que lhe conduziu à morte. Outros exames mais detalhados podem ser feitos, mas pelo que notei não há qualquer dúvida sobre a causa mortis. Como ela diferia totalmente do quanto apresentava o laudo médico, e confirmava o que parece ser uma denúncia anônima feita diretamente ao Ministro da Justiça, foi concedido mandado de prisão pela autoridade judicial competente. Apenas para assegurar que provas não fossem alteradas”. Na mesma entrevista, o Delegado destacou que os policiais que cumpriram o mandado de prisão na casa do Dr. Kathetter encontraram-no às seis da manhã com malas feitas para uma longa viagem. “Ele nos declarou que ia para uma casa do litoral, o que é estranho porque dentro de sua mala estava seu passaporte”. Outro médico que assinava o Atestado de Óbito também chegou a ser detido, mas foi logo liberado por não haver participado da cirurgia.

As investigações ainda seguem, e o Itamaraty já se pronunciou no sentido de engendrar todos os esforços na elucidação do caso. Descarta, entretanto, a possibilidade de extradição do cirurgião para ser julgado em San Fermín ou em qualquer outro País, porque “a Constituição brasileira, como qualquer outra Carta Ocidental não o permite”, nas palavras do Ministro das Relações Exteriores, que nesta segunda-feira divulgou nota sobre o caso.

As investigações continuaram, enquanto Dr. Kathetter estava ainda encarcerado em presídio federal. Descobriu-se que o Dr. Hernán Mezger

era um médico formado em Cuba, com excelente currículo, tendo realmente sido aluno do Dr. Kathetter em um curso de estética do rosto, que durou apenas uma semana. Também foi sobre ele o depoimento da **enfermeira-chefe**, que transcrevo⁴:

Sim, o cirurgião era realmente esse. Foi-me apresentado como Dr. Mezger, nome assim alemão, não? Pois então, posso reconhecê-lo bastante bem, porque o vi antes de colocarmos a máscara cirúrgica. Eu o conheci minutos antes de a cirurgia iniciar, e lembro bem de ter pedido o nome dele para anotar em uma folha, ele me disse que daria depois. É que funciona assim, cada cirurgia tem de ser relatada detalhadamente no prontuário do paciente, e isso inclui os nomes de cada um que nela toma parte. Mas antes de o procedimento começar, elaboramos no computador uma minuta do relatório, mais ou menos com o que se prevê que ocorrerá. Então eu, como enfermeira responsável pela equipe, elaboro essa minuta, em que já constam os nomes de todos os profissionais que participam, desde o anestesista. Nesse caso, o cirurgião auxiliar nominado para participar era o Dr. Marcello Porpetta, um médico muito simpático que participa de várias cirurgias com diferentes equipes do hospital, mas ele não apareceu, em seu lugar veio o Dr. Mezger, por isso eu precisava anotar o nome dele, pra depois fazer a alteração no computador. Acredito que o Dr. Porpetta sequer tenha sido chamado para a cirurgia, mas isso não é tão inco mum. Entenda que quem monta a equipe é o cirurgião-chefe, no nosso caso o Dr. Kathetter, de acordo? Perfeito. Essa equipe pode ser composta na noite anterior ou no próprio dia, sem maiores planejamentos, porque é um padrão: tipo de cirurgia, médico anestesista, equipe de enfermagem, cirurgião e, às vezes, cirurgião auxiliar. De acordo? Perfeito. O essencial para um hospital é que esteja tudo dentro dos protocolos, e na verdade quem tem o dever de zelar por esses protocolos sou eu, mas o comando da operação é, claro, do cirurgião chefe, então não é raro que exista conflito. De acordo? Posso explicar melhor, sim: a enfermeira é autoridade máxima para dizer se a cirurgia está dentro do protocolo, e, se não estiver, o médico tem de adequar

⁴ Pensei em poupar os senhores da leitura desse depoimento. É longo. Mas creio relevante para compreender a cena do crime. E compreender que eu não estava tão errado assim em determinar imediata investigação do caso.

imediatamente o procedimento, ou ao menos justificar o desvio, chamando então para si as devidas responsabilidades. Isso causa muitos problemas, fui clara? Há que se pensar um hospital como prestador de serviço para o cirurgião-chefe, ao menos nesse caso. O hospital é uma empresa que oferece a ele a estrutura, a equipe de enfermagem e às vezes até o anestesista. O hospital cobra nosso serviço e ele cobra o dele livremente, quanto ele tiver combinado com o paciente ou com o plano de saúde, isso não é problema nosso. O compromisso do cirurgião é o de seguir todos os protocolos do hospital, que começa desde sua habilitação para o procedimento até a atenção aos mínimos protocolos de cada operação, inclusive com pré-operatório, se for o caso. Sim, eu acredito que o Dr. Kathetter seja habilitado para fazer cirurgias, já quanto ao Dr. Mezger eu não tenho certeza. Explico: eu sou em tese responsável por conhecer a habilitação de cada cirurgião, mas do cirurgião chefe não preciso fazer porque, para ele requisitar a cirurgia no Hospital, já está obrigatoriamente cadastrado no sistema. Ele faz o cadastro, que implica comprovar suas habilitações, e automaticamente liberam-se os procedimentos que ele pode fazer. É um processo em regra rigoroso, porque nosso hospital tem de zelar globalmente pela qualidade de todos os procedimentos que se realizam ali, correto? Então, o que sei é que o médico tem de fazer alta comprovação curricular para poder passar a requisitar procedimentos ali, e isso vai muito além da mera autorização pelo Conselho de Medicina. Não sei exatamente como é para ser cirurgião-chefe, mas acredito que se deva demonstrar um número de cirurgias realizadas, seu êxito nelas. A partir daí o Hospital libera o cadastro do médico, para as intervenções a que se comprovar habilitado. Posso garantir que ele estava habilitado para essa cirurgia, caso contrário o Hospital jamais o liberaria com cirurgião-chefe. Nem para operar Chefe de Estado estrangeiro, nem que fosse o Papa. Desculpe, mas é verdade. Quanto ao Dr. Mezger, já não posso garantir, mas tampouco fazia muito sentido interromper a cirurgia para investigar essa habilitação: como o Dr. Kathetter se apresentava como cirurgião responsável, já havia o suficiente para que o hospital liberasse a operação, porque o cirurgião auxiliar é opcional naquele tipo de cirurgia que estava declarada. Fui clara? Como, qual estava declarada? Cirurgia para extirpação de câncer no intestino grosso, claro. Não eram assim os informes do Dr. Kathetter? Ou o

senhor está pensando que os informes médicos, que têm o timbre do nosso hospital, seriam falsos? Não estás insinuando que nosso hospital participou dessa farsa, não é? Perguntada se acompanhou a cirurgia, respondeu que sim, porque essa é sua função, estar na sala de cirurgia. Questionada se em algum momento chegou a ver o intestino sendo retirado, disse que não. Que, para ser sincera, chegou a desconfiar sim que algo no estômago do paciente estava sendo alterado, mas não tem o menor conhecimento técnico nem competência para dizê-lo, apenas por experiência. Por isso, quer que seja ressaltado que é apenas uma impressão pessoal. E pergunta: “Fui clara?”. Que, em relação ao relatório cirúrgico, elaborou a minuta, o que se recorda, com o nome do cirurgião auxiliar em branco, apenas escrito “cirurgião auxiliar, Doutor”, e o passou ao computador do Dr. Kathetter, que tem de apresentar o relatório na administração, em uma cópia assinada ou firmada com senha eletrônica, em questão de horas. Não chegou a ver esse relatório finalmente, mas ouviu dizer que não constava nome de qualquer cirurgião auxiliar. Que, questionada sobre o que mais lembra da cirurgia, disse apenas que não é ético dizer, mas como existe uma suspeita de assassinato, entende-se no direito de declarar. A intervenção foi feita apenas pelo Dr. Kathetter, e o cirurgião-auxiliar apenas observou. Houve uma hemorragia, um sangramento que não parava, e ambos estavam muito nervosos, falavam alto, porém em inglês. E a depoente não entende inglês, reconhece o idioma mas não o entende totalmente. Em determinado momento, decidiu parar a cirurgia e cuidar apenas do sangramento, por isso é que a depoente não pode dizer com certeza se a cirurgia deveria ser no intestino, se houve algum erro. Porque a cirurgia não ocorreu até o fim. O paciente perdia muito sangue, até que o corte foi suturado, segundo o Dr. Kathetter, com o estancamento do sangramento, mas a depoente diz que se viam suas luvas muito ensangüentadas, o que significa que o corte pode ter sido fechado sem que finalizasse o sangramento interno. O equipamento que monitora os sinais vitais mostrou que minutos depois ele veio a óbito. Sim, ele morreu ali na mesa de cirurgia, certeza absoluta. Questionada se então são mentirosos os informes que davam conta de que o Presidente Gutiérrez veio a óbito muitas horas depois da cirurgia, na UTI, diz que esses informes foram assinados pelo Dr. Kathetter, que passa a ser o único responsável por eles, após o fim da

cirurgia. Nada pode afirmar sobre isso, porque em seu relatório pessoal, que guarda apenas para comprovar os trabalhos feitos no hospital, e que é entregue trimestralmente à supervisão, está bem claro que o paciente morreu em mesa de cirurgia. Que, questionada por que não denunciou por si mesma, de imediato, a divergência entre o que ocorrera e o que o Dr. Kathetter dizia, inclusive na televisão, disse que nem ficara sabendo. Entra no Hospital logo pela manhã, ai à tarde e vai à Faculdade, onde cursa Farmácia, todas as noites. Não tem tempo de ler notícias, raramente vê jornais durante a semana. Ao que se recorda, antes do óbito do paciente o Dr. Mezger disse que precisava sair da sala de cirurgia para ir ao banheiro. Disse em inglês ou em espanhol, não se recorda a depoente, mas o fato é que foi possível entender com bastante certeza. A depoente pretende retificar que sim, ao contrário de o que havia dito, pode compreender algo de inglês, o que fez com que entendesse boa parte da discussão a discussão inicial que houve entre os dois médicos, no início do procedimento. Perguntada se pode aclarar em detalhes de que se tratava essa discussão, afirma que, como disse, não pode compreender o diálogo em detalhes, mas pode dar certeza que ambos os médicos discutiam sobre quem realizaria a operação. O Dr. Kathetter fez o corte inicial no paciente e então determinou a mim, que ordenara o instrumentador cirúrgico para que passasse o bisturi a Dr. Mezger, e este, que ao parecer compreende suficientemente o português, disse um sonoro 'não'. Assim começou a discussão de ambos em inglês, ali mesmo com o paciente aberto. De o que se podia compreender, Kathetter dizia que era Mezger quem deveria assumir a operação a partir dali, mas Mezger recusava. Eles falaram bastante, mas a depoente não pôde decifrar tudo, não apenas pelo idioma mas porque falavam também baixo. Tem certeza de que pronunciaram várias vezes a palavra "estômago", "stomach", em inglês, questiona. Deu pra sentir que a discussão terminou com o Dr. Mezger cruzando os braços e se afastando dois passos do paciente, e então Dr. Kathetter assumiu a cirurgia, voltando a falar com o companheiro apenas quando já havia a complicação do sangramento. Aí sim o Dr. Mezger tentava intervir, parecendo bastante preocupado, mas logo (talvez quando notou que o sangramento não estancaria), falou-me aquela história de ir ao banheiro. É sim natural que se avise à enfermeira chefe quando há uma saída, e

o motivo, para que se controle com quem se conta ou não. Então ele saiu e não mais voltou. Pelo menos mais uma hora e pouco ficaram todos na sala de cirurgia, enquanto se tentava salvar a vida do paciente e se confirmava o óbito.

Seguiram outras diligências da Polícia Federal. O Hotel Sheraton, a três quadras do Hospital Rottweil, de imediato enviou uma nota à imprensa e à PF, dizendo que o quarto em que se hospedaram Dr. Mezger e o Presidente Gutiérrez estava intocado, à disposição de investigações. A visita dos investigadores da PF, tão logo haverem recebido o informe do Hotel, conseguiu assim apurar:

(09.08) Estes agentes policiais foram recebidos pelo gerente do hotel, Sr. Cerqueira, que se colocou à disposição para o que fosse necessário. Informou que, assim que leu nos jornais sobre a morte do Presidente, determinou fossem guardadas todas as informações sobre a movimentação dos hóspedes e que o quarto não fosse desfeito. Na ficha de entrada no Hotel encontra-se reserva, para a mesma suíte, de Sr. Mezger e Gutiérrez, ambos fazendo registro de seus passaportes aparentemente verdadeiros, sendo que o presidente sequer fez uso de sua documentação diplomática, embora conste como responsável pelo pagamento um cartão de crédito vinculado ao Serviço Presidencial de San Fermín. Mas há que se notar que o passaporte apresentado pelo Sr. Mezger é da União Européia, mais especificamente do Chipre. A suíte presidencial na verdade é um apartamento com três quartos separados e três salas, uma delas maior, como uma sala de estar, uma sala de televisão e duas estações de trabalho, e uma sala de entrada, com um sofá, como para recepções privadas. Um dos quartos tinha uma cama de casal desarrumada e se pôde ver sobre a penteadeira uma caneta *Genève* modelo feminino e um pequeno espelho sem moldura sobre o qual há um pó branco que aparenta ser cocaína. O segundo quarto, que é de solteiro, parece ter sido usado pelo Sr. Mezger, o que se infere por exclusão. A cama está parcialmente arrumada, não existem quaisquer papéis ou documentos, há um cofre aberto e, no guarda-roupas, um jaleco médico limpo e dois ternos, um preto e outro azul marinho, três camisas e cinco gravatas. Embaixo da cama, uma nota de vinte dólares. Nada mais de relevante, à primeira vista. O terceiro quarto parece ser o quarto de Gutiérrez, pois estão ali todos os

seus pertences: malas, roupas, documentação, uma pasta 007 aberta que contém dólares e papéis impressos. Na gaveta do criado-mudo ao lado da cama encontrava-se uma pistola Glock .40. Não foram encontradas receitas médicas e, em medicamentos, apenas um pote grande de aspirinas importado dos EUA, com capacidade para mil comprimidos e consumido aproximadamente até a metade. O local foi alterado minimamente pela visita destes agentes, que tiraram fotografias e esperam a chegada da perícia, que, sugerimos, deve primeiramente confirmar se o local está tecnicamente preservado, tendo em vista que existe clara notícia de que um dos investigados esteve aqui após os fatos de que cuida o presente inquérito. Questionamos vários funcionários acerca de quem seria a figura feminina que ocupara a cama de casal e que possivelmente tenha ali deixado a caneta Genève e a roupa íntima, mas todos os funcionários, inclusive os recepcionistas, são categóricos em afirmar que desconhecem qualquer movimentação que não seja a dos próprios hóspedes registrados. Um dos recepcionistas disse que o Dr. Mezger deixou o quarto com uma pequena e elegante mala no “estilo couro de crocodilo”, vestindo um terno em tom cinza, gravata azul e sapatos negros, por volta das 14h. De fato, nas imagens da câmera de segurança do hall de entrada vê-se, às 14h17, um homem de bolsa verde e terno cinza deixando o hotel sem passar pelo balcão de recepção.

Os autos documentam uma ampla investigação acerca do paradeiro do Dr. Mezger, que foram assim resumidas, no relatório final do Delegado Federal.

(11.11) As buscas pelo Dr. Mezger foram intensas, não só por este departamento de Polícia Federal, mas por uma ação conjunta de todas as polícias nacionais, questionadas acerca do mínimo indício que colaborasse nas investigações. A Interpol também está acionada, bem como, e especialmente, as forças policiais de San Fermín, que até o momento confirmam, em sua versão, não haver notícia da chegada do investigado a seu país de origem. Mas há algo a esclarecer. Dois de nossos agentes começaram a busca a partir do hotel Sheraton, de onde o investigado saiu às 17h17min do dia 07.08, depois de buscar no Hotel o suficiente para sua fuga. Certamente levava ali a maioria de seus pertences pessoais. A Polícia Civil indicou Moacir, um chofer

de praça que deu absoluta certeza de haver levado o investigado ao aeroporto de Congonhas. Comentou o Sr. Mezger – segundo Moacir, em espanhol – que ele estaria com viagem marcada para a Espanha. Questionado pelo chofer de praça sobre a pequena bagagem de quem faz vôo internacional, e de onde partiria o avião, tendo em vista que tal aeroporto não tem operado vôos intercontinentais, o investigado teria respondido que não tinha dito que ia para a Espanha, teria dito Uruguai, que estava apressado e portanto não gostaria de ser interrompido em conversa. Nada mais contou Moacir de relevante. Não foi possível identificar, pelas filmagens internas do aeroporto, ninguém com suas características, mas, depois de uma informação confiável de um paradeiro, que logo relataremos, logramos confirmar a suspeita de que ele alugou um carro no aeroporto e se dirigiu ao Porto de Santos, porque naquela tarde uma locadora de carros afirmou haver alugado um automóvel a dois homens, um deles com identidade falsa, mas que devolveu o veículo quatro horas depois, sem nenhum contratempo, no posto da locadora da cidade litorânea. Com sua chegada em Santos se estabelece o primeiro claro nas informações sobre seu trajeto, porque apenas se alcança outra informação sobre ele dois dias depois (então 09.08), por uma informação que nos chega de uma fonte de muita confiança, de que Mezger foi visto em um famoso prostíbulo do cais, perguntando por comandantes gregos de navio que ele conhecia. Dizem que, bebendo cervejas, abordava marinheiros e mulheres de programa em busca de um ou outro nome de pessoas que pudessem protegê-lo. Este agente foi acionado e, mesmo chegando ao local horas depois (entre o dia 09 e 10.08), entramos no dito prostíbulo e não deparamos com o investigado, embora houvesse sim comentários de que ele transitara por ali. Após duas horas diligenciando no local, tivemos de atender a um chamado urgente na capital e então apenas regressamos dois dias depois (13 de agosto), quando a pista do investigado já se havia esfumado. Ainda assim, agora com uma equipe maior, conseguimos levantar dados mais precisos sobre os passos do investigado durante as quarenta e oito horas de nossa ausência – havida por absoluta falta de efetivo policial – e ainda outros detalhes. Relatamos o que se pode confirmar quase com absoluta certeza: o indiciado passou a tarde de 08.08 e parte da noite de 09.08 em um hotel barato chamado “Parador”, em companhia de uma prostituta,

que deixou o quarto por volta das quatro da manhã. Às 9h o indiciado deixou o Hotel Parador sozinho, com a mesma mala verde porém vestindo bermudas, pagando a diária. Tomou café da manhã em uma padaria localizada à frente do hotel, pediu café com leite e sanduíche com queijo e azeite. Apenas queijo e azeite. Sua pista se perde até por volta das 18h30, quando em outra casa de má frequência, passa horas na mesa do fundo com oito marinheiros que ali estão, e algumas mulheres. Não se consegue identificar todos os oito marujos, mas o fato é que eles estavam a bordo do St. Louis, um cargueiro grego que saía de Santos carregado, ao que se sabe, de açúcar e alumínio com destino a países árabes. O St. Louis deixou o Porto de Santos às 11h22min do dia 13, terça-feira, com autorização de todas as autoridades portuárias, e capitaneado pelo Comandante Kratzopoulos, que, conforme o relato de duas testemunhas diversas, era um daqueles oito que se encontrava na casa de má-frequência, em companhia do indiciado. Este próprio delegado-relator oficiou a Superintendência, que, em poucas horas, conseguiu via Interpol um contato como o Comandante Kratzopoulos em seu navio, quem negou veementemente que tivesse embarcado algum novo tripulante no Porto de Santos, e que disse não conhecer o investigado Hernán Mezger, jamais ter tido contato com ele, e se colocou à disposição da Interpol para quaisquer novas informações no primeiro país em que aportasse. Muitos dias depois, o Comandante se apresentou à polícia Turca, e negou qualquer conhecimento acerca do Dr. Mezger, embora tenha admitido que ele e alguns de seus subordinados de embarcação tenham frequentado a tal casa. A realidade é que o depoimento do comandante Kratzopoulos, prestado em inglês com acompanhamento também de tradutor de idioma grego contemporâneo, é uma negativa generalizada, que, a esta autoridade policial mais faz suspeitar que propriamente crer em sua versão, mas isso é uma opinião pessoal que este relatório final permite que se faça. Assim um trecho ilustrativo, livremente traduzido:

“Não conheço esse Mezger. Não lembro sequer de seu rosto. Estive sim em prostíbulos brasileiros, onde aliviemos as tensões que existem depois de meses no mar, sem conviver com outras pessoas que não sua própria tripulação. Em geral, os marinheiros, dos mais diversos graus, aproveitam esses lugares para conhecer gente e fazer trocas. Trocas de experiência em geral, conversas. Falamos sobre trechos

do mar, sobre pagamentos, sobre pessoas conhecidas, experiências perigosas, atividades lucrativas, empregadores, mecânicos, cargas, mulheres, não sei o que mais dizer que lhes possa interessar. Que o que mais me relaxa é uma boa partida de *snooker*, quem aposta em mim não costuma perder dinheiro. Não gosto do baralho porque não sou de números secos, gosto da geometria, do contato, de calcular força e ângulos. Não lembro de haver conhecido qualquer médico, nem de me haver tido notícias sobre algum fugitivo que quisesse embarcar no St. Louis. Mas, nem sei se isso precisa ser dito, é quase impossível controlar a entrada de um clandestino em um navio do porte do St. Louis, o problema é saber se ele consegue se manter ali. Minha tripulação é de trinta homens, que podem ser subornados sem minha ciência. Não posso responder por toda a carga do navio tampouco, vocês bem sabem, mas não custa ressaltar. Se um pedaço de um contêiner de mil metros cúbicos tem uma tonelada de pasta de cocaína, isso nem se nota, passa despercebido. Digo isso porque estou farto de, a cada porto em que desembarco, ter de responder interrogatórios sobre coisas e pessoas que entram em um cargueiro que é uma verdadeira cidade. Não sei mais o que lhes pode interessar. Por favor, me perguntem o que quiserem saber⁵.”

⁵ Eu, Delegado Federal confesso que deixei de traduzir do relatório esta parte do depoimento que consta dos autos em língua inglesa. Mas a defesa de Dr. Kathetter, nos autos desse inquérito sigiloso, acaba de juntar uma tradução juramentada de todo o texto. Aqui segue: “Muito bem, vou contar a história de tudo que ocorreu naquelas noites, isso que vocês pretendem saber. Tive que ficar no Porto de Santos sete dias, praticamente por minha conta. Quer dizer, eu pagaria meu próprio hotel com meu salário, sem nenhuma ajuda. Então preciso que se registre algo que sempre gosto que fique claro em minhas falas à polícia internacional: um marinheiro respeita todas as normas e governos de todos os países. Sabe que nunca deve interferir nos problemas locais, e, com o tempo, a experiência nos enche de histórias de marinheiros que são presos por questões políticas que desconhecem, ou que ficam retidos em portos porque são arrolados como testemunhas/eventuais partícipes de crimes que nem sabem se existiram (e então viram mendigos em terra alheia porque não conseguem deixar o país nem trabalhar nele), ou que, como já disse, são acusados de contrabando e de narcotráfico cuja existência ignoram por completo. Não é incomum que, ao tentar colaborar com autoridades de um país qualquer, alguém seja detido pela polícia marítima de um país vizinho por pura conspiração. Está no Código de Manu, e nunca duvide do conhecimento histórico de um grego: “Quem é teu inimigo? Teu vizinho. E quem é teu aliado? O vizinho do teu vizinho.” Leve em consideração que cruzamos vizinhos de vizinhos de vizinhos a todo o tempo e já vês o que pode significar tentar intervir em qualquer problema desses. Muito bem, essa é uma realidade.

Então o que fazemos? Nos mantemos no cais do porto. Ali sempre há uma zona neutra, em que se fala sua língua, em que há notícia dos amigos, em que sempre se conhece alguém. Se a vagabundagem de cada país aproveita pra se esconder por ali entre marinheiros de todo o mundo que seguem essa mesma filosofia, ou seja, que não colaboram com cada regime, isso é meramente circunstancial. Nunca vou acreditar que a criminalidade de qualquer país – e, com todo o respeito, menos ainda de um país de dimensões continentais como o Brasil, é significativamente agravada pelos bares da zona portuária. A polícia sabe disso e não se mete ali, de maneira que, à parte de papéis com a Aduana e com as autoridades sanitárias de cada nação, pouco existe mais que um controle de passaporte e olhe lá. Pois bem. Então vamos a outros fatos, que podem ilustrar o que vocês querem saber. A quinta ou sexta-feira, não me recordo exatamente (porque os dias de folga são iguais, as noites curtas ou imensas, depende de o que ocorre nelas) foi o único dia em que eu estive sentado com meus tripulantes em mesa de um bar. Eu gosto particularmente desse bar, o *Copacabana*, por três motivos: primeiro, porque tem as mulheres mais bonitas. Quer dizer, as mais aceitáveis. Depois, porque tem alguns temas gregos. Por último, porque se aposta em partidas de snooker, e eu gosto de jogar snooker, já disse isso? É curioso, não? Mas acho que no snooker está a geometria do mundo. Bom, me ocorre agora um quarto motivo, pensando bem. Porque o nome do bar é fácil de guardar. A verdade é que conheço o *Copacabana* há muitos anos, e me sinto algo familiarizado. Às vezes, encontro os mesmos rostos. Encontrar um antigo rosto conhecido ao lado de corpos novos, se entendem o que digo, é o que melhor pode ocorrer a uma noite no cais. Então foi na terça que estive ali sentado com meus tripulantes, que falam espanhol entre si, e eu me esforço em entender. Falam espanhol porque são quase todos filipinos. Comigo falam em inglês. Pode ser que a pessoa que vocês procuram, esse de San Fermín, tenha se sentado conosco, mas não fui apresentado a ele. E, vendo a foto agora, o que posso dizer? Que talvez o tenha visto, talvez não. Porém, quero contar outra coisa. Que na noite seguinte eu voltei ao Copacabana, já sem meus tripulantes, porque acho que eles não gostaram muito do bar. Devem tê-lo achado muito caro, ou não gostam de *snooker*. Ou não gostam de mulheres, o que tenho eu com isso, não é mesmo? Isso de que todos os marinheiros são machões é mito, mas não tem nada a ver falar isso agora. Tem a ver que na noite seguinte fui ali para outra diversão, a mesa de *snooker*. Então se aproximou de mim um sujeito jovem, brasileiro, falando em inglês. Quis me oferecer uma bebida e eu não aceitei, não por nada em especial, apenas porque ia jogar snooker e não queria me desequilibrar com o álcool. Pedi pra ele que não entendesse como uma desfeita. Ele saiu e voltou depois, quando eu fazia uma pausa depois de ganhar minha primeira partida. Veio com *small-talk*, com conversa mole. Desejava saber coisas sobre mim, e eu não tinha muito o que dizer, até porque sair contando é um pouco arriscado, mas aos poucos percebi que ele não era dali. Seu rosto era muito delicado, sua calça estava falsamente surrada e seu tênis era caro. Jeans e camiseta branca compõem o disfarce mais bobo dos policiais. Então puxei assunto e confirmei minha impressão. Digamos que eu perguntei o que ele queria comigo, foi dizendo que queria trabalhar comigo, porque era bom marinheiro. Então fiz algumas afirmações e ele me surpreendeu com sua total ignorância sobre o mar, e ainda por cima me perguntou sobre esse Dr. Mezger. Só faltava tirar o distintivo e me fazer sentar em uma cadeira de interrogatório, como esta aqui. Veio com uma conversa de que um amigo dele, que seria o Mezger, teria vindo no dia anterior e pedido para embarcar no St. Louis, e ele também

Em outro trecho do depoimento, o comandante negou que sua rota passasse por San Fermín, e foi evasivo ao dizer se lá é ou não uma rota conhecida de contrabando. Volto a dizer, entretanto, que três informantes muito confiáveis dão certeza de que era o Dr. Mezger que estava na mesa com os oito homens, e que todos eram tripulantes do St. Louis, por isso nossa insistência em afirmar que existem contradições no depoimento. Como a Interpol tem reiteradamente informado não há registro de sua entrada em qualquer país colaborador, o último que consta é sua entrada no Brasil, juntamente com o chefe de Estado de San Fermín, quando ainda vivo. A imprensa de San Fermín que até o momento é considerada livre pelos observatórios internacionais, noticia seu desaparecimento como um fato político, tal qual o trecho de uma das tantas matérias jornalísticas, que juntamos a este relatório no anexo 07, apenas como uma forma de dar pistas do alcance.

Por tudo isso é que, nesta data exatamente, encerramos as investigações sobre Dr. Mezger, dando-o como oficialmente desaparecido a partir de sua chegada à cidade de Santos. Frisamos, ademais, que até o presente momento os autos estão no mais absoluto sigilo, e as informações constantes da imprensa devem-se a especulações ou a

gostaria de poder ir no navio. Eu disse a ele que ninguém tinha me pedido nada, o que era verdade, mas mesmo se não fosse eu diria o mesmo. Neutralidade e esquecimento, essa é a regra do cais. Só que não foi só a mim que ele chamou a atenção, uma das mulheres dali tinha visto ele falar comigo, então veio me dizer que todos sabiam que era policial, e queriam saber por que estava ali. Eu dizia que talvez fosse por minha causa, porque buscava a alguém que queria embarcar no St. Louis. E sabe o que a moça me respondeu? Que ele era um policial que buscava o médico que estava foragido, que era acusado de matar o presidente de San Fermín em um hospital de São Paulo. Entendem agora por que eu contei toda essa história? Para dizer que, se a polícia o estava buscando de verdade, estava buscando muito mal. Das duas, uma: ou colocaram alguém sem competência para a caçada, ou propositadamente estavam dando tempo para ele fugir. O que não é nada anormal em se tratando de questões políticas entre nações, mas não me interessa. Então entendam que não vou me meter nisso, que não teria por que esconder alguém no meu navio e, se tivesse, o teria escondido muito antes que qualquer polícia viesse me perguntar por ele. Mas nada me tira da cabeça que meu nome ou do meu navio foi inventado por alguém muito mais poderoso que um simples comandante de cargueiro, e que eu sou um mero despiste, que ocupa em vão o tempo da Interpol aqui neste país tão histórico e tão atrativo. Meu próximo destino, como está declarado publicamente para quem quiser saber, é Singapura, mas antes de minha partida é claro que meu navio está à disposição das autoridades para qualquer busca. Só acho difícil que encontrem esse suspeito dentro de algum container, como uma sardinha em lata”.

declarações ofertadas pelo próprio Ministro da Justiça ou por este Delegado, sob o conhecimento e prévia aprovação de todas as instâncias superiores.

O anexo 07 do Relatório Policial assim documenta:

(Reportagem dominical do Jornal *La Isla de San Fermín*, Colombo, 08.set)

Os rumores sobre a morte do Presidente Gutiérrez são muitos, mas dizer que está algo comprovado sobre o caso não é certo. Vamos aos fatos: o Presidente tinha um tumor no intestino, o que parece ser realmente o mal dos líderes da Latinoamérica. Um mês antes da operação havia desconfiado da enfermidade, e já fora ao hospital. Desde aquele momento, concedeu inúmeras entrevistas, as quais tinham o propósito de preparar os cidadãos para o que se avizinhava. Ficou claro a todos que nosso Presidente resistia a submeter-se a uma operação dessa magnitude, em especial frente à grave crise econômica que assola o povo. Ele tentou atrasá-la ao máximo, em nome dos cidadãos ferminenses. Antes de deixar seu palácio em Colombo, concedeu uma longa entrevista televisionada, em que respondeu a todas as perguntas que lhe foram formuladas sobre o tumor: como estava, o que diziam os exames, a chamada para a operação em urgência, os conselhos do Dr. Mezger, a procura pelo cirurgião mais conhecido, a equipe do Hospital na cidade de São Paulo, que tinha tecnologia de ponta. Aclarou os motivos pelos quais descartava Cuba ou Estados Unidos como destino para sua operação, com frases como “Estou seguro de que, para a cirurgia, o Brasil é o melhor destino, tenho um médico de confiança e um hospital que se apresenta como um dos melhores do mundo”. Assim que, na verdade, para compreender a morte do Presidente é necessário mudar radicalmente o foco: ir a fundo na estranha razão que fez que a Polícia brasileira passasse por cima de todos os protocolos e realizasse uma intervenção pericial imediata no Presidente Gutiérrez, desrespeitando o templo sagrado que é o seu corpo, e dali sacando conclusões de um erro médico, da inexistência de qualquer tumor, o que a todos desta nação tem parecido uma fantasia muito desrespeitosa. Qual seria então a hipótese que a polícia brasileira insinua? Que o Presidente foi assassinado por um dos cirurgiões mais respeitados de todo o mundo, um homem que, todos sabemos, foi responsável

pelas intervenções mais delicadas em atores milionários de Hollywood e membros das altas castas das famílias reais européias? Nesse meio tempo, enquanto o cirurgião se equivoca como se fora um açougueiro iniciante, um milagre faz desaparecer a real doença do nosso líder máximo?

Não há dúvida de que houve um, para dizer o mínimo, um erro crasso das autoridades brasileiras, alguma perseguição pessoal ao médico, ao famoso cirurgião que deve ter seus inimigos locais. Muitas pistas mostram caminhos da verdade, muito mais razoáveis que a hipótese das autoridades brasileiras.

O Ministro do Interior, Almirante Porfírio Doroteo, pronunciou-se a todas as autoridades mundiais pelo repúdio às acusações à equipe médica brasileira, às quais qualificou como “um grande desrespeito ao nome do presidente e da nação ferminense, que tinha em seu líder civil a figura de um homem que batalhava pela própria vida”. É diante do ridículo da situação que o Almirante Doroteo foi rotundo ao afirmar que, “em respeito à figura do líder civil, a quem servi com a devoção democrática que me é peculiar, nos recusamos a tocar em seu corpo, que, ao chegar ao país [nas próximas horas], será imediatamente sepultado, com as honras de Chefe de Estado e os devidos méritos de uma nação soberana, que exige o respeito mundial. Nossa nação é constantemente caluniada pelos vizinhos, pelos países usurpadores, mas nós não mais admitiremos essa obscura e humilhante tradição”. A presidente em exercício, María Hernández, disse não querer comentar o caso abertamente. Apenas declarou que “um exame no corpo do presidente seria demonstrar insegurança diante da grande farsa internacional”. O Almirante Porfírio Doroteo, sobre o assunto específico, foi mais contundente: “Nosso país não se dobra a boatos internacionais, e o que precisamos agora, para o bem da nossa nação, é manter a ordem em tempos em que a troca de comando, assim tão repentina, à senhora vice-presidenta Hernández, a fim de que não represente um abalo ainda maior de nossa sociedade, que já padece sobremaneira com uma grave crise econômica, para não dizer também uma crise moral, que tem como vítima o nosso já sofrido povo”. Em outro trecho da entrevista, diz: “É claro que o erro foi das autoridades brasileiras. Receberam uma denúncia anônima, precipitaram-se em prender um dos maiores cirurgiões do mundo, em abrir as en-

tranhas de um Chefe de Estado que sequer tinha seu corpo tomado pela frieza da morte, e não querem assumir que tudo fora um erro, uma caça às bruxas surgida, talvez, de uma brincadeira de mau gosto. Ainda é tempo de os brasileiros se redimirem: lancem à imprensa internacional um pedido de desculpas pelo equívoco, e nós perdoaremos todo o ocorrido, voltando a ter a nação brasileira como nossa amiga e constante aliada”.

Duas pessoas poderiam aclarar toda a situação de modo mais confiável. A primeira seria o próprio médico brasileiro, o cirurgião Flávio Kathetter, que inclusive esteve várias vezes no país, até participando da decisão de levar o Presidente à cirurgia na cidade de São Paulo, e lutando contra sua teimosia em permanecer com o povo ferminense. O Dr. Kathetter já declarou às autoridades policiais brasileiras que tudo não passou de algo meramente biológico, ou seja, o avanço da doença não permitiu que o presidente resistisse à cirurgia, o que não significa necessariamente um erro. Dr. Kathetter certamente viria a este país prestar as explicações, mas o Poder Judiciário Brasileiro casou seu passaporte e não lhe permite viajar. Muito estranho, para um país que se diz democrático. Naquele território continental, só Deus sabe quais são as pressões que o renomado cirurgião pode sentir para deixar de pronunciar-se sobre o assunto, ainda que exta-oficialmente. Portanto, a única chave que resta para esclarecer a verdade seria o médico oficial do Presidente, e ex-ministro da Saúde, doutor Mezger. Entretanto, a estranha investigação da polícia brasileira também dá conta de que ele desaparecera misteriosamente. Segundo essa trágica versão, o Ministro da Saúde haveria deixado o hospital durante o procedimento cirúrgico, ido ao hotel paulistano e desaparecido. O informe da polícia diz que o Dr. Mezger teria se utilizado de um carro, alugado com documentos falsos e ido até uma cidade portuária. Sugerem que ele teria embarcado em um cargueiro com destino a San Fermín, mas o tal navio sequer tinha nosso país como um dos seus destinos. Sobre esse tema, também foi contundente o pronunciamento do Almirante Porfírio, que cobrou “O Brasil tem de dar explicações sobre o desaparecimento do Dr. Mezger. Não é concebível que a polícia seja capaz de descobrir um pretense homicídio em questão de horas, mas não dar qualquer satisfação sobre o paradeiro de um médico dentro de seu próprio território. Enquanto não se apresentarem

provas contundentes de que nosso ex-ministro deixou o território brasileiro, consideraremos as autoridades tupiniquins responsáveis por sua vida”.

A morte de Alfredo Gutiérrez tem alarmado autoridades de outros países. O Presidente da Colômbia sugeriu que o rei da Espanha intervisse, determinando a visita de médicos forenses europeus a nosso país, para que esclarecessem a causa mortis de nosso Chefe de Estado, “enquanto ainda é tempo”. Nem o monarca europeu, nem nossa Presidente em exercício se pronunciaram sobre a proposta, mas o Almirante Porfirio rechaçou hoje pela manhã, em breve nota, dizendo que “é impressionante como nossos mais proeminentes vizinhos ainda pensam como colônia. Em um jogo de interesses como esse, a Coroa Espanhola para nós não comprova legitimidade suficiente para intervir no caso. Para não falarmos em isenção”. O Ministro de Relações internacionais do Brasil, por sua vez, alega que seguem as buscas pelo Dr. Mezger e que, por outro lado, “o corpo do Presidente Gutiérrez somente foi liberado para traslado a San Fermín porque os exames médico-forenses foram detalhados e rotundos ao demonstrar que não havia sinal de câncer em seu intestino, e que a causa da morte foi um corte no estômago, que causou grande hemorragia. Não apenas o exame em seus órgãos internos, como também a análise de seu sangue demonstravam a inexistência de qualquer tumor”. Este jornal, por seus correspondentes, pediu vários esclarecimentos às autoridades brasileiras, em especial sobre quem teria feito a “denúncia anônima” que levou a Polícia tão rapidamente a duvidar do ocorrido em um dos mais renomados hospitais do Brasil, senão do mundo. Também se questionou se a Polícia tinha avançado em alguma investigação, mas, de todas as autoridades que o *La Isla* buscou, dentre as quais estão o Ministro da Justiça, somente o Delegado que cuida do caso, Hermenegildo Cobranza, aceitou responder às nossas questões, com um evasivo: “as investigações seguem a contento”.

Destaco, neste dossiê, também depoimento prestado pelo médico, **Dr. Lima**, via precatória à autoridade policial da Sede da Polícia Federal no Rio de Janeiro, onde compareceu em 20.09, quinta-feira, a pedido do Delegado Cobranza. Para legitimar o ato, dada a grande repercussão do caso, a autoridade policial deprecada admitiu a presença do advogado de Julio Kathetter, principal investigado:

O Dr. Kathetter nunca foi um cirurgião brilhante. É um homem de marketing, algo cada vez mais comum no ramo da medicina, quem dirá no ramo da estética. Mas o real é que nunca foi ele quem realizou suas cirurgias. A bem da verdade, nos conhecemos há muito. Ele só tem autorização para operar aqui no Brasil, que eu saiba. Em outros países, funciona como cirurgião auxiliar, e suas autorizações são temporárias. Como eu dizia, nós nos conhecemos há muito, desde os tempos de faculdade. Ele estudava pouco. Com objeção do advogado presente, a autoridade policial alerta a testemunha para que se atenha aos fatos investigados, principalmente à cirurgia que deu causa à morte do Presidente de San Fermín. Responde o depoente que não participou da cirurgia, até porque agora está nesta capital fluminense, mas o que quer afirmar é que o Dr. Kathetter em geral não realiza por si mesmo as cirurgias, contrata a um cirurgião auxiliar que, na verdade, é o especialista na cirurgia. Perguntado pela autoridade se o Dr. Kathetter tem habilitação para realizar uma cirurgia de extração de tumor no intestino, e indeferida pela mesma autoridade policial a objeção da defesa do investigado, que interrompe para dizer que a testemunha já respondeu implicitamente a essa questão e que, ademais, já está comprovado documentalmente tal habilitação, responde que sim, que Dr. Kathetter é habilitado, mas não realiza as cirurgias. Passada às perguntas da autoridade deprecante, responde o depoente que, como dizia, muitas vezes o depoente trabalhou como cirurgião auxiliar de Dr. Kathetter, principalmente em cirurgias plásticas, mas na verdade funcionava com primeiro cirurgião. O Dr. Kathetter conseguia o cliente e terceirizava o trabalho. Não fazendo constar outras declarações da testemunha que não se relacionam com a cirurgia propriamente dita e portanto não são objeto tampouco das perguntas da autoridade deprecante, acolhe-se o protesto da defesa do investigado, que diz querer complementar, em nome do aparecimento da verdade real, a oitava neste procedimento inquisitório, com a pergunta ao depoente: “existe alguma norma que impeça que o cirurgião auxiliar intervenha na cirurgia?”, responde o depoente que não, que o cirurgião-auxiliar pode sim intervir na cirurgia. Questiona então quais são os critérios que o depoente utiliza para dizer que ele fez o papel de primeiro-cirurgião, ao que responde que lhe parece um evidente critério de quantidade e subordinação, ou algo parecido. Quer dizer, o

cirurgião auxiliar deve “auxiliar”, e não assumir o primeiro plano da cirurgia, colocando-se diretamente em frente ao paciente, que está na mesa. Perguntado se o depoente conhece alguma norma que impeça o cirurgião-auxiliar de ficar perto do corpo do paciente e assumir o primeiro plano dos trabalhos, diz que não conhece nenhuma norma porque não é especialista em normas, mas em cirurgias, mas que parece ser a infração de uma “norma ética, moral”. Apenas para constar, esta autoridade policial deprecada indefere a questão da defesa sobre se o depoente então assume que infringiu normas éticas quando aceitou colocar-se na posição de primeiro cirurgião. O patrono do investigado Kathetter deseja fazer constar que o depoente é inimigo capital de seu constituinte, a que esta autoridade deprecada responde que isso é questão a ser analisada em juízo, se for o caso.

A autoridade policial que conduz o inquérito, entretanto, junta um depoimento em CD e sua transcrição, em papel, ao inquérito. Trata-se de uma entrevista concedida a um famoso jornalista, Tarcísio Silveira, em um jornal da internet, que foi amplamente divulgada. O vídeo foi publicado na internet duas semanas depois da morte de Gutiérrez, (em 20 de agosto):

Repórter: Sabemos que o Dr. Kathetter está envolvido em uma suspeita de morte do Presidente da República de um país caribenho. Sobre a pessoa que era considerada um dos maiores profissionais de nosso país, reconhecido internacionalmente, ficam muitos mistérios. Em resumo, o Presidente morre em uma mesa de cirurgia, pretensamente para a extração de um tumor do qual, diz a Polícia Federal, ele jamais padeceu. O que o Sr. sabe sobre o tema?

Dr. Lima: Sobre a cirurgia, pouco. Mas sobre um contexto maior, tenho algumas informações que deveriam constar nessas investigações.

Repórter: E o que é?

Dr. Lima: Que talvez o Dr. Kathetter não seja o profissional que todos julgam que é. Não tem nada diretamente relacionado ao que ocorreu na mesa de cirurgia com o Presidente de San Fermín, mas ilustra bem. Subsiste suspeita de assassinato, houve uma denúncia anônima e ela foi confirmada por todos os médicos: o Presidente não tinha qualquer tumor, e deixou a mesa de operação em óbito. Morto.

O cirurgião que acompanhava o caso, e que convenceu o Presidente de que ele deveria submeter-se à cirurgia desapareceu, abandonou o hotel onde estava. Isso parece muito estranho.

Repórter: Estranho realmente é, para todos nós, mas o que o senhor insinua, mais exatamente?

Dr. Lima: Poucos sabem. Os que sabem, médicos e enfermeiros, claro, são discretos. O Dr. Kathetter nunca foi um cirurgião de verdade. É um homem de marketing, alguém que somente se interessa em promoção pessoal. Eu o conheço desde os tempos de faculdade, porque fomos colegas de turma. Então o que posso afirmar dele talvez tenha sim alguma importância: ele, desde os tempos de faculdade, tinha a aspiração não de estudar e ser um grande profissional, mas de ser rico e poderoso, no pior sentido da palavra. Depois que conseguiu formar-se cirurgião, sua vida foi montar um consultório luxuoso, que mais parecia uma boutique, e caçar senhoras de idade com dinheiro sobrando, à custa muito mais de conversa que de profissionalismo. De charme, se entende o que quero dizer. Até aí tudo bem, mas a verdade é que jamais realizou suas próprias cirurgias. Chamava a mim, principalmente, e era eu quem cuidava do planejamento e, a final, da intervenção. Ele ficava em sua luxuosa cadeira de couro discutindo com a futura paciente-vítima os melhores rostos, o formato do nariz, as marcas de bolsa, relógio e perfume, e no fim eu executava tudo. Só eu punha a mão na massa, e ele assinava prontuários e recebia cheques. Com os anos passou à fama internacional, mas sob a mesma tática. Eu mesmo fui com ele mais de quatro vezes operar nos Estados Unidos, onde nos recebia um terceiro cirurgião. Aí é que ele não fazia nada mesmo.

Repórter: Curioso. Mas os jornais disseram que ele é habilitado pela Universidade e pelo Conselho de Medicina para cirurgia e cirurgia plástica. E deu cursos no exterior.

Dr. Lima: Jamais afirmei que ele era burro. Tem uma memória fabulosa, impressionante mesmo. Quando estávamos na faculdade, era capaz de reproduzir folhas inteiras de texto decorado de um livro de teoria, apenas por uma leitura. Entretanto, é uma mente delirante, muito de o que fala ou conta se passa apenas na sua cabeça, e talvez seja essa qualidade que o ajude a conquistar tanto a admiração da alta sociedade, onde a fantasia abunda, concorda? Isso não teria

nada que ver com o homicídio em si, não fosse por um detalhe: em sua necessidade de poder e delírio, desde universitário seu sonho era ser um mafioso, e não digo isso sem elementos. Um gângster, e o fato de que seu quarto do alojamento universitário estivesse decorado com um quadro enorme do Al Pacino interpretando Don Corleone não é mera coincidência. Um dia eu o vi com dólares na gaveta do seu criado mudo, quando ainda éramos residentes, e perguntei por que aquilo, ele só respondeu “poupando para o futuro”, e então eu questionei o que ele planejava, pensando que me diria algo como uma pós-graduação no exterior, ou um apartamento perto do metrô, mas sabe o que ele me respondeu? “Meu relógio de ouro”. O sonho dele era um relógio de ouro, porque com ele – isso ele me disse, não estou inventando – teria caminho aberto em todos os lugares onde realmente um cirurgião pode fazer dinheiro.

Repórter: Onde um cirurgião pode ganhar dinheiro?

Dr. Lima: Pois bem, eu lhe fiz a mesma pergunta: onde um cirurgião pode fazer dinheiro? E sabe o que ele me respondeu? Com todas as letras, ele me disse: “Te garanto que não é fechado no hospital, trancado doze horas em centro cirúrgico”. Meses mais tarde, quando estávamos em um bar de faculdade, voltei a perguntar: “Flávio, onde é que um cirurgião faz dinheiro, com um relógio de ouro”? Ele me disse, se não com essas palavras, com algumas muito parecidas: Nos grandes cassinos clandestinos, onde estão os homens de mais idade (muitos deles médicos famosos), que não querem envelhecer. Nos prostíbulos finos, em cujas mesas os políticos colocam dinheiro vivo para o financiamento de campanhas, onde trocam informações secretas. Nas joalherias de *griffe*, frequentadas pelas senhoras que estão feias como o demônio, mas que se acham maravilhosas quando compram diamantes, então é hora de chegar perto delas com um rosto bem barbeado, uma gravata nova e dizer, “Ora, uma senhora tão bela, com tantos diamantes, pode ainda valorizar-se mais”, algo do gênero. E então dá-se o cartão da clínica cirúrgica, que leva seu sobrenome.

Repórter: Curioso.

Dr. Lima: Hoje é curioso, mas se você levar em conta que àquele tempo éramos apenas estudantes de vinte anos que deveríamos ter como maior preocupação a aprovação nos exames mais imediatos, eu não diria apenas que seria curioso, eu diria espantoso. Ou, ao menos,

sintomático. Ele assim seguiu, comprou seu relógio de ouro (hoje deve ter vários, dizem que ele tem um iate e uma ilha), seu carro importado e o que menos faz é freqüentar hospitais. Até hoje, se entra na sala de cirurgia é como espectador, muito suspeito para quem corta o estômago de um Presidente.

Repórter: É um perfil interessante. Mas por que o sr. acha que isso está ligado com o possível assassinato do Presidente Gutiérrez?

Dr. Lima: Não o estou acusando de assassinato, mas, como você mesmo disse, o que tenho tratado de fazer é apenas traçar seu perfil. Porque as coisas se encaixam. Veja, minha história não terminou. Quatro anos depois, quando ele já tinha seu primeiro pequeno consultório na rua das grandes marcas de roupa e jóias, dialogamos sobre seus planos.

Repórter: E ele já tinha o relógio de ouro?

Dr. Lima: Evidente, foi o primeiro que comprou. Eu o vi em seu pulso, e isso remete a outra história, mas eu não quero contar já. O que ia dizer é que conversamos sobre outro assunto. Ele tinha acabado de voltar de um clube, ou de um almoço em um restaurante badalado ou algo assim, não me recordo exatamente. Então me anunciou que me daria uma grande lição, que eu o ouvisse muito bem, porque aprenderia algo importante. Eu, claro, perguntei o que era. O que ele tinha a dizer.

Repórter: E o que era?

Dr. Lima: Ele falou que, a um cirurgião, não era suficiente ter boas indicações, como as pessoas pensam. Um bom cirurgião plástico tinha que conseguir convencer o paciente de que era necessário que fizesse uma cirurgia, e logo transformar-se em seu amigo. “A partir daí, qualquer concorrência está eliminada”, ele me disse exatamente. “Não haverá quem possa retirar esse paciente de você, porque só você lhe inspira confiança. O paciente não tomou coragem de realizar uma cirurgia, ele tomou coragem de realizar uma cirurgia com o Dr. Katherter. Isso significa...” e ele disse bem assim “isso significa que você cobra o preço que quer”.

Repórter: Bastante interessante, mas isso é do mercado, não? De qualquer profissão.

Dr. Lima: (Em alto volume) Absolutamente! Não, não é de qualquer profissão. Ao menos para mim, posso te garantir que não. Esse

homem representa aquilo contra o qual tenho lutado todos estes anos, em especial no que se refere à cirurgia plástica. Não sei se me faço suficientemente claro, mas gostaria de ser o mais possível. A medicina não é um mercado de peixe, ou, melhor dito, não é um objeto de consumo, de desejo, como o relógio de ouro. É algo de imprescindibilidade, então não é ético criar no paciente um desejo de tratar-se. Muito menos fazer de si próprio, cirurgião, a materialização desse vício de consumo. Bom, mas eu falava das coincidências. Não parece muito estranho que, anos depois de me haver dito isso, tenha criado no Presidente Gutiérrez a vontade única e exclusiva de tratar-se com ele? Para um homem ambicioso, não é difícil que essa sua capacidade sedutora tenha sido utilizada pelas forças internacionais para atrair o Presidente ao Brasil, quando poderia cuidar do tumor com outros especialistas, que não fossem necessariamente médicos com experiência única em cirurgia plástica.

Repórter: Então, ele tem experiência em cirurgia plástica.

Dr. Lima: Ele não tem experiência em nada, mas ao menos às cirurgias plásticas ele assiste, observa. E nesses anos esteve envolvido com os piores, os chefes de Estado, os artistas, porque o sonho dele sempre foi conspirar por onde estão os mafiosos, como no Poderoso Chefão. Isso posso garantir.

Repórter: Imagino que o senhor tenha provas das graves afirmações que faz.

Dr. Lima: Diria que tenho evidências.

Repórter: Quais?

Dr. Lima: Lembra da história do relógio de ouro?

Repórter: ...

Dr. Lima: Pois o relógio de ouro era roubado. Ele mesmo me contou.

Repórter: Uma história e tanto, mas já faz quantos anos? O senhor acha que isso significa que...

Dr. Lima: (interrompendo): Escute o que eu lhe digo, e talvez corra risco em enunciar isso, porque já há um morto nessa história. Dr. Kathetter é alguém perigoso, com personalidade desviada. É um gangster. Um homem raro que inventa histórias todas da cabeça dele, ele delira e as pessoas acreditam porque, em seu posto, consegue atrair atenções. Quem não quer acreditar em delírios sobre artistas de

novela, sobre atores de Hollywood ou sobre princesas européias? Assim não é difícil que muitos de seus delírios se façam absolutamente reais.

Repórter: Bom, pelo visto temos então muitos pontos curiosos a saber sobre Dr. Kathetter, que está nos holofotes internacionais. Agradeço teus esclarecimentos.

Dr. Lima: O senhor sabe da história de que ele é o dono de um cassino de três andares, que todos sabem que funciona no cais do porto de Santos, não?

Repórter: Fontes da imprensa realmente dão conta disso, Doutor Lima, mas não divulgamos porque não há provas. O senhor tem evidência disso?

Dr. Lima: Ora, todos sabem! Eu nunca estive lá, mas é voz corrente entre todos os médicos. O Dr. Kathetter gosta de falar alto ao celular, sempre que está em eventos médicos ou sociais, principalmente nestes, que frequenta muito mais que os hospitais. Fala alto sobre apostas, sobre sua casa de jogo. Dizem que ele é acionista dos prostíbulos do cais do porto, e essa história é antiga. Tem tudo a ver com San Fermín, que todos sabemos que é uma ilha pirata, não é mesmo?

Repórter: Difícil falar assim de toda uma nação, doutor.

Dr. Lima: Por isso, porque não se fala, essa máfia continua aí. E eu não duvido que um dos grandes chefes dela seja esse pseudo-cirurgião midiático!

Repórter: As afirmações são suas, doutor.

Dr. Lima: Ouça-me: ele é um gângster perigoso e delirante! O que ele quer é transitar por autoridades, ser importante, ser o Rasputin. Tomem cuidado, eu o conheço desde adolescente, e esses perfis psicológicos não se alteram!

(Fim da entrevista)

Agora, eu, Ministro da Justiça, escrevo esta última consideração a vocês, meus convidados. Como última parte deste Dossiê, junto a carta apócrifa do médico investigado, Dr. Kathetter. Devo esclarecer como esta carta veio a nossa mão. O Dr. Kathetter contratou um novo advogado, que identificamos como Dr. Hermes Duarte, conhecido no foro. O estagiário do Dr. Hermes, que conseguimos identificar como sendo Heleno

Fagundes, foi ao Delegado de Polícia, Dr. Cobranza, com um pedido em mãos, de adiamento do depoimento do investigado Flávio Kathetter. O estagiário cumprimentou o Delegado, entregou a petição em que se requeria o adiamento. O delegado Cobranza, conforme seu próprio relato, então pediu para que deixasse a petição sobre sua mesa, porque logo iria apreciar o quanto se requeria, e diante disso o estagiário teria obedecido à autoridade, porém sobre a tal petição deixou um envelope. Despediu-se do Delegado e então falou: “Acho que mais importante que a petição, é a carta que deixei sobre ela”. E foi-se. Somente no fim do dia, quando a autoridade policial pôde despachar o pedido, abriu o envelope e encontrou a missiva, que abaixo copio, fac-similar.

“Prezado Doutor Cobranza,

Fui intimado para comparecer a vossa Sede, para prestar novos esclarecimentos sobre a morte do Presidente Gutiérrez. Já nos conhecemos e eu me lembro muito bem do senhor, que me interrogou quando eu sequer tinha advogado.

Estarei aí, conforme vossa intimação, em cinco dias, para oficializar minha fala. Ou não, porque talvez o senhor vá pedir para que eu não compareça, o que acho mais recomendável. Porque muitas águas passaram entre o dia em que eu estive aí, enjaulado como um leão do circo, e a data de hoje, quarta-feira, 18-dez. Talvez a primeira informação pertinente seja a de que mudei de advogado. Encontrei um profissional que concorda com minha iniciativa, de expor as coisas como realmente são. Advogados têm de ser corajosos na defesa dos direitos dos clientes. Então fizemos assim: vim ao escritório do meu novo e valente advogado e gravei esta declaração, esta narrativa. Tenho um software que reconhece minha voz e a transcreve, apenas corrigirei o escrito. Meu advogado cuidará de, no meu interesse, fazer esta fala, transcrita, chegar ao senhor. E chegará sem minha assinatura, sem minhas digitais, ainda que eu não aconselhe que este texto, tal como está, seja objeto de investigação. No fim dele, farei uma proposta, sobre a qual gostaria do pronunciamento de Vossa Senhoria, antes de depor. Creio que podemos fazer um acordo. Ao final, compreenderá os termos de minha proposta de consenso.

Tenho muito para elucidar. Primeiro, que, antes que meu nobre, competente e corajoso advogado intervenha, devo dizer que li todas

as provas do processo. Ele me mostrou uma a uma, tudo que existe, inclusive o que creio que Vossa Excelência viu e quis esconder, e que nós apresentaremos traduzido. É muita coisa, algumas delas têm de ser bastante desenvolvidas, por isso peço perdão se me prolongo. Fiz um pequeno roteiro, e foi na vontade de elaborá-lo que pedi adiamento dessa data de oitava, mas não é que me pus a inventar mentira, é porque quero detalhar essa explicação, inclusive para que meu próprio advogado entenda. Ele, meu valente causídico (“causídico” é engraçado), concorda que eu fale tudo o que sei, da forma como planejei dizer, depois, com atentos ouvidos, pedirá qualquer tipo de esclarecimento. Meu nobre advogado me disse que eu tenho direito de calar-me, de não responder algo, mas meu desejo é o inverso, porque queria detalhar tudo o que passou, e como passou. Aclarar, como vocês dizem. Aliás, o motivo da contratação desse valente profissional é que anuímos em algo: um processo não pode ser julgado sem o entorno, sem o que está detrás. E, aqui, detrás da morte acidental de um paciente, vêm uma série de fatos. Alguns, até, assustadores. Vou começar com alguns elementos que acredito que possam chocar alguém que tem a moral ilibada de um Delegado tão importante, mas que funcionam a meu favor. Todos os detalhes funcionam a meu favor, porque são detalhes da mais absoluta verdade. Primeiro, então, se eu fosse cuidar de tudo o que disseram em ordem cronológica (literalmente), tenho que começar pelo relógio. O relógio de ouro, porque Vossa Senhoria trouxe para o processo uma matéria sensacionalista, de um ex-amigo meu que me acusa de usar um relógio de ouro roubado. Pois não tenho qualquer motivo para ocultá-lo, eu quis mesmo ter meu relógio de ouro e comprei um roubado. Então temos que fazer umas contas. Começamos por considerar que, embora eu aparente ser bastante jovem na televisão – e isso eu faço propositadamente – tenho cinquenta e oito anos. Então esse episódio do relógio de ouro, que eu peço licença para poder seguir contando porque repito que para mim é importante, ocorreu há quase três décadas. Incrível que meu ex-amigo Vicente Lima ainda se lembre disso, mas ele não sabe toda a história. Meu sonho era ter um relógio de ouro, como este aqui que carrego. Bom, este não é todo de ouro, mas é como se fosse, porque leva brilhantes. Lástima que Vossa Senhoria não o veja agora, mas, caso não aceites minha proposta, irei depor com ele no pulso. Ouro e

brilhantes. Não o digo para me gabar, mas é que está no contexto. Creio que querer ter um relógio de ouro não é crime. Desde os anos de faculdade, e nisso meu ex-amigo está certo, eu sempre perguntava quanto custavam os relógios de ouro nas joalherias. E sofri muito com isso, porque, creiam ou não, ao contrário do meu ex-amigo, minha origem é humilde. Mas o fato é que, quando já um médico formado, eu tinha boa noção de quanto valia um relógio, e sabia que eu não tinha dinheiro para comprar um na Dryzun ou na H. Stern, se é que me entendem. Pois bem, eu fui à Praça da Sé e perguntei de joalheria em joalheria, naquelas bibocas de agiotas do centro, quem tinha um relógio de ouro para vender, que fosse antigo, fruto de um penhor não pago. Até que eu encontrei o que queria, bem mais barato que o normal. Perguntei por que era tão mais barato, e o vendedor me disse francamente: porque é roubado. Naquele momento, meu instinto de ter o relógio era maior que a preocupação de chamar a Polícia Militar e fazer uma denúncia dizendo que, pasmem, na praça da Sé vendiam-se relógios roubados. Fui com o vendedor a um joalheiro que eu conhecia ali – um senhor que era de idade avançada e que portanto hoje já é morto – e ele me disse que sim, que o relógio era de ouro, que eu podia comprar. E só. Eu comprei, e acredito que até hoje, apesar de tudo o que passou, é o meu relógio preferido. O que passou, claro, meu ex-amigo não contou, porque não sabe. Anos depois o relógio parou e eu fui levá-lo a um relojoeiro que me atendia na época, um homem competente, que aliás sempre se ofereceu a comprar aquele específico relógio. Sempre me disse, Você tem no pulso uma jóia caríssima. Bem, essa jóia caríssima parou de funcionar e eu lhe dei para que consertasse. Acredite, quero começar contando essa história, porque para mim é importante. Tanto como Vicente Lima, sou um ser psicológico. O joalheiro colocou o relógio sob a luz, pôs aquela lupa no olho e, assim que o abriu, perguntou, Onde você o comprou? Repeti a mentira que eu já tinha inventado, porque ele me houvera feito antes essa pergunta, Uma tia me deu de presente de formatura, Pois reclame com ela, ele repetiu. Sabe o quê? O relógio por dentro tinha um maquinário falso. Ou seja, era mesmo de ouro por fora, mas deve ter quebrado ou algo assim, e alguém pôs dentro dele um motor de relógio de camelô. Bom, dos relógios de camelô daquele tempo, em que não existiam camelôs, mas existiam máquinas mais baratas. O relógio

não valia nada, então quando eu comprei a mercadoria roubada, na verdade fui vítima de um estelionato, “fui por lá e voltei tosqueado”, com dizia minha mãe. Falando nela. Tenho que falar nela, porque uma das acusações que foi juntada no processo é que meu quarto tinha um quadro do Al Pacino. Nunca teve um quadro do Al Pacino, o quadro era do Marlon Brando. E só tinha aquele quadro porque um dia eu estava passando ao lado do cinema com minha mãe e ela disse, Puxa, como o Marlon Brando está velho, mas deve continuar sendo um excelente ator! Era o cartaz do Poderoso Chefão. Na época, não era o Poderoso Chefão I, era só O Poderoso Chefão. Muito bem. Eu disse a meus pais que eles dois deveriam ir ver o filme, e a final fomos todos juntos, o que não era fácil porque meu velho era um atarefado gerente de armazém, não era um banqueiro como o pai do meu ex-amigo, quem hoje não suporta me ver rico. Mas fomos ao cinema todos pra agradecer mamãe, que ansiava fazê-lo e não tinha coragem de pedir senão veladamente, sabe, as donas de casa reprimidas daquelas quadras não podiam sequer falar em público que curtiam um filme de máfia. E acho que ela gostou da sessão mais que eu. Tenho certeza, melhor dito. Semanas depois, fui ao proprietário do cinema e pedi pra ele me separar a foto do Marlon Brando, assim que o filme saísse de cartaz, porque eu queria comprar. Disse-lhe o motivo e acho que ele ficou comovido, quem não se comove com uma história de mãe? Ele me deu um cartaz novo, sobressalente, que estava ali enrolado, e eu então ofereci de presente a ela: o Marlon Brando. Quando eu estava no terceiro ano de faculdade a minha mãe morreu em um acidente de trânsito, o Vicente (meu ex-amigo) sabia disso. E, desfazendo as coisas dela, eu encontrei o pôster guardado em um canudo, como se fosse um diploma, um troféu. É esse pôster que eu transformei em quadro e que foi parar no meu quarto da república em que eu morava com o Vicente, mas não sei se isso significa que eu seja um assassino, como ele quer dizer. Se eu sou fã do *Godfather*, sou em conjunto com outros milhões de habitantes deste planeta, inclusive minha falecida mãe, que tampouco creio que tenha sido uma serial-killer. Digo isso para começar a contar minha história, porque ao fim quero formular o tal pedido, e para tanto é necessário que Vossa Senhoria conheça um pouco de mim. Acho que não sou todo esse monstro. Agora voltemos à Faculdade. Eu me fiz cirurgião, e talvez, em termos técnicos, seja

mesmo um cirurgião mediano. Como muitos outros, nem brilhante, nem ruim. Mas habilitado e, acho eu, com alguma experiência. Talvez tenha sim errado na escolha de profissão, e apenas digo isso porque confio que este depoimento apócrifo será mantido, para o bem de todos nós, em sigilo real. Ótimo. Nos tempos de residência, fiz prova para cirurgia e psiquiatria, e, como fui aprovado na primeira, migrei pra ela. E me habilitei com notas boas, depois de ter cursado uma faculdade como bolsista, isso faz muitos anos. E segui para cirurgia plástica por conta desse erro, eu gosto das pessoas mas, como disse, como seres psicológicos. O trato humano. Minha paixão é conversar, ajudar na auto-estima, saber como os homens vêem a si próprios. Notar como as palavras e os gestos curam, sem necessidade de qualquer contato, questões da alma. É curioso isso, não? Podemos curar com bisturis e muita química, mas também apenas falando. Com algo absolutamente imaterial. Essa magia me comove, e talvez eu a prefira à cirurgia. É crime? Pois bem: depois, habilitado como cirurgião (ainda não cirurgião plástico), comecei meu trabalho buscando clientes, aluguei um lugar para minha primeira clínica e me cerquei dos melhores profissionais que poderiam fazer cirurgia comigo, já que são necessários bons auxiliares. Se me permitem a consideração aqui, acho que não que seja imoral que eu sempre queira ser assessorado por pessoas tecnicamente mais preparadas que eu. Estranho seria o contrário, buscar os menos capacitados para estar a meu lado, só para posar de sábio em um grupo de aprendizes, quando o que está em jogo é a vida de um ser humano. Esse Vicente, que busca a mídia como um delator do meu passado, era um desses assistentes, que convidei para trabalhar comigo porque fora um bom estudante. É esse sujeito que hoje vem dizer que sou gângster. Nesse meio tempo, habilitei-me em cirurgia plástica, com dois anos mais de estudo. Eu ganhei dinheiro com o passar de mais anos, fiquei famoso, apareci na televisão, e com isso continuei pagando pelo trabalho dele como meu auxiliar, plástico, sem necessariamente notar o rancor que nele se sedimentava. Com os anos, a relação começou a azedar, ele dizia que o que eu fazia não era certo, que as pessoas não necessitavam de cirurgia, e quem necessita de cirurgia pra ficar mais bonito? É um conceito de necessidade que ele precisa rever, mas não me cabe aqui polemizar. Encurtando, nossa última briga foi assim (já faz uns quinze anos): liguei pra ele tentando

marcar uma cirurgia para a semana seguinte, algum dia (segunda ou terça), o que implicaria estar no hospital já às seis da manhã. Ele me perguntou quanto eu pagaria, e eu disse algo como se fossem mil e quinhentos dólares. Na época, a linguagem financeira era em dólares, talvez Vossa Senhoria, jovem delegado, não se recorde. Sabe o que ele me respondeu?: “Vim dos Estados Unidos com todos os méritos. Um cirurgião como eu não desgruda a poupança da cadeira por menos de vinte mil dólares”. Eu percebi o rancor e só respondi assim: “Te invejo, porque eu, por duzentos dólares, tenho ido até o quinto inferno”. E nunca mais nos falamos. Soube só neste inquérito que ele mora atualmente no Rio. Sorte a dele, aquela cidade linda. Minha carreira seguiu e conheci muita gente importante, pelo mundo. Sem nenhum envolvimento com o crime organizado, mas também sem me fazer de cego diante de o que é a realidade do nosso planeta. Em parte o que o Vicente disse é verdade: o bom médico se faz um homem de absoluta confiança do paciente, e chega um momento que não apenas o paciente só quer se tratar com uma única pessoa (qualquer que seja sua doença), como também te faz de confidente, te conta os segredos. E eu gosto de ouvir. Saber do mundo, o que realmente acontece. E isso, agora o sei, traz alguns riscos graves, é aí que eu quero chegar. Eu falo agora do país de San Fermín. San Fermín é um tema delicado. Quer dizer, que em parte foi muita coincidência que eu fosse parar no meio dessa trama internacional, mas em parte não. Algo eu bem sabia de o que estava acontecendo naquele país, e isso importa nessa acusação de homicídio, porque realmente hoje eu estou em risco de vida, se confessar exatamente o que ocorreu. Começo pelo país, ok? Uma ilha caribenha soberana que ninguém conhece a fundo, e que por minha causa foi (novamente?) descrita na imprensa nacional, como está nos autos, como um porto de contrabando. Entenda, da minha parte não posso dizer se é ou não é porto de contrabando, não cabe a mim, mas onde há fumaça há fogo, de acordo? Tenho que começar com essas acusações de que San Fermín é um país de contrabando internacional. Não sei sinceramente o quanto o governo participa disso, mas é fato que o governo sabe, e sabe muito, porque sua economia depende de o que prefiro chamar de atividade portuária alternativa. O que esperar de um pedaço de terra superpovoado que emerge no mar do caribe, em que o espaço não é suficiente para agricultura e o Turismo não

emprega toda a força de trabalho? Nesse sentido, talvez o País seja sim uma grande doca, e pena que isso não conste dos autos. No frigar dos ovos, entendam, sou eu quem tenho que explicar tudo, que ir atrás de todas as provas, até mesmo de o que a Polícia Federal oculta, quando o único que pode pagar por toda a situação que converge nesse processo sou eu. Desse ponto, terei de tratar mais adiante, porque não é justo. E a notícia que está colocada no Jornal traz informações falsas, por exemplo dizendo que os cargueiros internacionais aportam em San Fermín para se encherem de contrabando. Quem disse isso nada compreende de marinha mercante, e eu entendo um pouco porque, como disse, gosto das relações humanas, e quem conhece o Presidente de San Fermín acaba conhecendo algo de o que é o comércio marítimo. Inevitável. Então é claro que nenhum grande cargueiro aporta diretamente em San Fermín por três motivos: primeiro, a maré que o cerca não é favorável a grandes navios, isso eu não entendi bem por quê; segundo, poucos portos ali têm capacidade para grandes cargueiros; terceiro, qualquer navio que cruze o oceano dá conta de seu trajeto, e isso é acessível na internet a qualquer um, então ninguém que queira ter reputação internacional gostaria de declarar que vem de um local que, segundo a imprensa, é uma “grande ilha pirata”. O que existe ali sim – e aí já começa a interessar mais propriamente para este processo – é a chamada navegação de cabotagem. Saem navios menores, e são eles que encontram os grandes cargueiros no meio do oceano e ali descarregam mercadoria contrabandeada. Ou roubada. E então na ilha aportam sim muitos navios piratas, bandidos que se carregam de armas, compradas ali mesmo, e assaltam outros navios por todo o mundo. Ali se trocam mercadorias que foram roubadas, no cais, em armazéns sem qualquer segredo, nacionalmente falando. Sim, como a Praça da Sé do meu relógio de ouro, mas em dimensões bem maiores. A situação econômica e política do País, acreditem, tem a ver com minha acusação, embora eu não tenha sido culpado por nada, na minha opinião. Muito bem, em um país como esse, é claro que participam do governo pessoas perigosas, verdadeiros mafiosos mesmo. Assassinos. Mas acho que isso ocorre em muitos outros países, concordas? Em muitos países. Pois bem, não sei se o Presidente Gutiérrez era um desses criminosos, porém preciso contar uma história anterior. Conheci nos Estados Unidos o Dr. Mezger, que fez comigo um curso de cirur-

gia, um curso curto que ministrei na Universidade de Springfield, veja que não sou assim tão ignorante. Mezger me ligou certa vez quando eu estava em Madri e disse para que eu fosse a San Fermín, porque tinha que conhecer o Presidente. Fui, na maior discricão. Pergunto: quem recusa o convite para conhecer o chefe maior de um Estado? Ninguém. Fiquei dez dias na ilha, tudo pago pelo governo, e logo tomei ciência da situação. Refiro-me à situação política que está por detrás de tudo isso, que eu aqui abordo por duas razões: porque, repito, confio no sigilo e porque a ameaça de uma pena por homicídio realmente me tira um pouco do juízo perfeito. Acho que tira. O Presidente Gutiérrez ganhou a eleição, parcialmente contra o candidato dos militares. Em um País como esse, em que se traficam armas e se acolhem e guardam mercadorias valiosas, Vossa Senhoria imagina a força das Forças Armadas, com o perdão da redundância. Imagine o poder que tem a Marinha militar. Como a eleição ali é um pouco diferente da nossa, elegeu-se como o vice-presidente por uma chapa independente. Uma mulher de trajetória sindical, engajada nos movimentos dos estivadores, dos portuários, ou dos agricultores. Mas ela, dentro do governo, aparenta ser uma senhora alienada. O homem forte é sempre um militar, no caso esse Almirante que dá entrevistas como se fora o Presidente. Pela imprensa aqui já se pode notar que o Presidente de fato é ele, não? Pois eu garanto que lá, nos palácios de Colombo, isso fica ainda mais claro. Agora imagine a cena que me foi contada com todas as letras pelo falecido presidente, interlocutor no seguinte encontro: em seu gabinete presidencial adentra o Almirante Porfirio Doroteo (com quem eu estive algumas vezes) e diz que existem provas contundentes de corrupção contra ele, o Presidente Gutiérrez, e que as Forças Armadas estão bravíssimas com isso. Almirante Doroteo é o Ministro de Interior da gestão de Gutiérrez, que já leva três anos no poder. Se tenho curiosidade pelos fatos de Estado, se gosto de conhecer os detalhes dos segredos e manipulações do alto poder das nações, não é porque, como diz meu ex-amigo, eu seja um *gangster*, mas porque quero compreender as relações sociais; a cena: o Presidente Gutiérrez, com aquele volume corporal todo, levanta-se e retruca, O que o senhor quer dizer com “provas de corrupção” contra mim? Não porque negue qualquer malfeito, justo o contrário: todos ali participam de algum modo das finanças da pirataria, dos contratos

de porcentagem com as obras públicas, tal e qual ocorre com qualquer outro País, não é certo? (Ops, engasguei). Talvez não seja certo, mas lá é assim. O Almirante Doroteo então começa a ser mais claro em suas palavras: os militares já tinham avisado a Gutiérrez que só deixariam que ele tomasse posse sob a condição de que anulasse do poder a vice-presidenta, a comunista. Assim diziam os militares, que ela era uma comunista fichada, “mais vermelha que um carro dos bombeiros” (expressão deles); e que desde o início deixaram bem claro que a manobra de Gutiérrez de se haver aliado com essa esquerdista radical para conseguir os votos necessários para a eleição era algo que não os agradava absolutamente. Estava combinado, portanto, que ela teria de ser anulada do poder, quando já se visava uma reeleição. Bom, outra condição é que houvesse três ministros militares em pastas importantes, e essas condições foram cumpridas. Na essência, a principal indignação daquela conversa era a negativa presidencial da compra de um novo encouraçado norte-americano, que vinha absolutamente superfaturado. Custava muito aos cofres públicos e havia sido, nas palavras do Almirante, “desviado” para a obras sociais no campo, nos bairros da periferia e no cais do porto. Mas não adiantavam os argumentos porque a ameaça era clara, um dossiê de corrupção que a partir da semana seguinte seria divulgado nesse mesmo “La Isla”, que Vossa Senhoria se deu ao trabalho de juntar no processo. Ponho em outros termos: como Vossa Senhoria pode comprovar pela leitura do exemplar que veio ao processo, o *La Isla* é um jornal ferminense controlado até a medula pelos simpatizantes dos militares. Os militares fazem muito dinheiro ali, acredite, são famílias tradicionais que há mais de século monopolizam as armas, muitos deles sem qualquer vocação para a disciplina militar. Voltamos à cena, o Presidente Gutiérrez volta a sentar-se e questiona, Mas o que houve, o problema é apenas o Encouraçado? Nós podemos emendar o orçamento e tentar comprá-lo ainda!, porém o Almirante está irredutível. Ele, o Almirante Porfírio, relata algo bastante distinto. Conta que houve um Conselho de Guerra (não existe qualquer guerra, é o nome que eles concedem a uma reunião dos militares de alta patente mais poderosos) que concluiu ser Presidente Gutiérrez agora indigno de confiança dos militares, o que eu sei ser uma grande injustiça. Note, eu me afeiçoei ao Presidente, tornou-se meu amigo pessoal como muito dos meus pacientes, então acredito

em sua versão e peço que Vossa Senhoria, por sua vez, creia que tudo que estou relatando tem a ver com a acusação que me formularam, não ocuparia vosso precioso tempo se não fora essencial para o meu futuro. E não só para o meu, como verás. O Presidente Gutiérrez teria então uma crise de confiabilidade diante dos fardados, o que se figurava como um quadro irreversível, ao menos nas palavras militares que simulam dar grande valor a honra e a promessas, mas que na verdade são especialistas em criar discursos que justificam golpes. E os golpes são sempre sanguinários. Nesse ponto, já estou quase entrando para intervir no contexto, portanto já está terminando essa segunda fase. Ainda está o Almirante na sala do Presidente, a que entrara sem anunciar, onde diz absolutamente o que lhe vem à cabeça, porque quem controla armas está habituado a isso. Nega mais uma vez a possibilidade de qualquer concílio, até que, diante da insistência do Presidente, que já acendia uma pequena cigarrilha – o que só faz quando fica muito tenso –, o militar perde os nervos e bate a palma da mão esquerda na mesa de Gutiérrez, enquanto a direita vai à cintura, na pistola envolta em couro branco: “O senhor é manipulado por aquela comunista, perceba ou não! Nosso recado é claro: deixe o governo, antes que seu escândalo de corrupção estoure. Afaste-se por motivos pessoais, por não mais conseguir lidar com a crise financeira, ache uma solução. E desapareça do palácio rápido, promova a renúncia”. O Presidente, ainda com a cigarrilha – isso ele me narrou em detalhes – tenta esfriar a cabeça, porque estamos tratando de um homem de Estado, um admirável homem de Estado, que eu tive a honra de receber em minha mesa de cirurgia. O Almirante ainda está de pé à sua frente, dedo na arma. Então Gutiérrez consegue formular duas questões, na tentativa de reatar algum diálogo: “Muito bem, mas de que querem me acusar? E outra coisa: supondo que eu saia, me parece que aí então existe mais um motivo para o golpe: porque legalmente o governo passa à vice-presidenta, quem, digo eu, hoje não é quem governa esse país. Quem governa sou eu, mas vocês não parecem dispostos a crê-lo. Vocês pretendem dar um golpe contra ela também?” Então o Almirante dá mais um passo e meio à frente, o que faz com esteja quase colado, face a face, com o Presidente. E pronuncia: “Dessa vagabundinha nós já estamos cuidando”. E, mirando ao relógio, que deve marcar quatro da tarde: “Aliás, neste exato momento”.

Prepara-se para sair (lembro-me de cada minúcia que me narrou o Presidente Gutiérrez), mas conclui: “Quanto à primeira pergunta, só te aconselho, Presidente, que não pagues para ver. Buscar provas da tua corrupção e divulgá-la até colocar todo esse povo de San Fermín nas ruas, portando garruchas, navalhas, foices e panelas, e pedindo tua cabeça, não nos custa muito. Os meios de comunicação são todos nossos”. Fim da cena no gabinete, mas note: no dia seguinte, pela manhã, os jornais noticiam que dois filhos da vice-presidenta foram apanhados pela guarda costeira dirigindo uma embarcação de cabotagem, que levava quilos e quilos de pasta de cocaína, a ser introduzida no país por qualquer praia. Como lá o *crack* é também uma epidemia, a população ama os piratas mas odeia os narcotraficantes. Nem a vice-Presidenta sabe se a apreensão é real ou fictícia, porque ela irrompe essa mesma manhã na sala do Presidente Gutiérrez, com o jornal em mãos, aos prantos, dizendo que não trava contato qualquer com os filhos, que não sabia que eles, os filhos, estavam metidos nisso. Se ela suspeita das razões políticas da apreensão (e deve suspeitar, porque é uma mulher inteligente e com experiência), nada comenta ao Presidente, apenas pede ajuda para que ele de imediato intervenha diante dos militares da Guarda Costeira Nacional, que têm fama de violentos e, claro, são subordinados à Marinha, cujo comandante máximo é o Almirante Porfirio. Isso entretanto não importa, porque o recado está dado, como bem nota o presidente Gutiérrez: Porfirio não estava blefando no dia anterior, quando dissera que já tomava providências quanto à vice-presidenta, e está claríssimo que ela está de mãos atadas, que não pode exercer o governo, não apenas porque fará de tudo para negociar com as Forças do País (e aí incluo os corruptos e comprometidos juízes de San Fermín), como também sua moral diante do povo já não permite outra coisa senão ficar bastante quieta enquanto não se contorna o escândalo. Como não é difícil adivinhar, o Presidente já se decidiu pela renúncia, apenas precisa encontrar um motivo para fundamentá-la. Essa é a real situação de San Fermín, e só aqui entro eu em toda a história, com uma participação muito mais periférica de o que se pode imaginar. Um verdadeiro coadjuvante. Eu chego ali exatamente sete dias depois dessa conversa, a convite do Dr. Mezger, que confia muito em mim. Então tenho a oportunidade de fazer uma longa reunião na casa do Presidente, que está muito

abatido. Ele me mostra um jornal do dia (que eu inclusive guardei), e que diz que “o Presidente está indo finalizar exames, porque passou mal dentro do gabinete. O Dr. Mezger o acompanha”. E o que eles me dizem? Que a estratégia está toda construída. O Presidente Gutiérrez viajou dois dias a passeio nos Estados Unidos, mas dissera que era para tratamento clínico. Já se estavam confeccionando exames falsos, que diagnosticariam tumor no intestino, com indicação para cirurgia que tente extirpá-lo. Note, então, que os médicos legistas brasileiros estão certíssimos: nunca houve câncer algum naquele corpo. Naquelas condições sociais, porém, ninguém questionaria a originalidade desses exames nos Estados Unidos, por absoluta falta de interesse, até porque este será logo desviado para outro foco. E esse foco sou eu. O Presidente me conta, diante do meu colega Mezger, seu plano com absoluta serenidade, está plenamente decidido: Gutiérrez quer vir ao Brasil, e fazer comigo uma cirurgia. Quando ele me falou isso exatamente, pensei que delirava no desejo de um transplante de rosto, como naquele filme do Almodóvar, mas era algo mais simples do que isso. Porque, como Vossa Senhoria já deve ter notado, o presidente era um pouquinho acima do peso. Bom, para que as meias palavras, ele era um gordão, quase um obeso mórbido. Então, sua idéia era que se fizesse uma cirurgia de redução de estômago, e eu era a pessoa indicada. Decerto, antes que Vossa Senhoria questione, eu não era a pessoa mais indicada por ser um especialista em cirurgia de redução de estômago, mas por ser a pessoa da confiança do Presidente, porque era o único da confiança do Dr. Mezger. Confiança, porque manteria um segredo que, se revelado, lançaria a nação ferminense ao caos. Nesse sentido, os jornais estão certos sobre o que falam de mim, inclusive meu ex-amigo salvo engano toca nesse ponto: minha reputação profissional advém do “segredo a vozes”, o segredo que todo mundo sabe, de minha fama de manter o mais absoluto sigilo sobre minhas operações. Por isso as pessoas me querem, não por outro motivo. O Presidente Gutiérrez queria me convencer de que estávamos todos diante de uma situação de Estado: a cirurgia absolutamente secreta ou uma renúncia turbulenta, seguida de um golpe militar sanguinário. Um golpe que custaria muitas vidas, e eu peço que Vossa Senhoria tenha bem isso em conta porque, por obrigação profissional, em alguns minutos Vossa Excelência viverá exatamente o mesmo drama

que eu vivi naquele dia. E verás, acho eu, que não existe outra saída possível, são escolhas que se fazem em nome da sociedade, quando então pensar em uma ética individual é egoísmo imperdoável. Muito bem, eu dizia. Então a proposta do Presidente era que ele fizesse essa cirurgia de redução de estômago, enquanto a mídia divulgava que a intervenção era para tentar extirpar o tumor maligno. Ficaria internado alguns dias em São Paulo e depois voltaria a seu país, quando necessariamente já estaria emagrecendo muito. Vossa Excelência entende o plano? Ele emagreceria porque seu estômago estava reduzido ao tamanho de uma xícara de café, mas ao povo pareceria ser a ação do tumor, definhando seu enorme corpanzil. Pois bem, depois de um tempo renunciaria à presidência por motivos de saúde, para dedicar-se ao tratamento no Brasil, e então os militares seguiriam seu governo. O herói, emagrecido pelo câncer, deixaria ao aos militares o comando da nação, retirando-se para a morte em outro país, em que seu estado moribundo não prejudicasse o andamento das urgentes medidas políticas, como aqueles elefantes velhos que marcham para morrer sozinhos. Se os militares planejavam convocar nova eleição quando isso ocorresse, é um mistério para mim. Porque agora, com a morte do Presidente, já se pode ver que quase tudo está ocorrendo, para os militares corruptos, melhor que o antevisto. Ainda assim, o plano original era genial. Eu apenas aceitei a incumbência porque estava diante de uma grande questão de Estado. Como única pessoa em que o Dr. Mezger e o Presidente realmente confiavam, só eu poderia levar a cabo uma idéia que, a final, era o plano de consenso nacional, a que ninguém se opunha. Politicamente pensando, era mesmo a única alternativa viável, disso me convenceu o Presidente Gutiérrez: se ele renunciasse sem uma escusa bem concreta, o povo se colocaria em polvorosa, os militares reagiriam com maior violência, e as mortes seriam inevitáveis. Em última análise – ao menos assim é meu raciocínio – as mortes, todas elas, seriam minha culpa, porque teria sido um covarde diante de um dever imposto pela profissão. Mais minha culpa que a morte do Presidente, de que ainda vou falar. Não aceitei sem reflexão, a conversa foi longa, mas na mesma conversa eu me convenci. O que faria seria apenas manter segredo, não ficaria eu próprio dando informes sobre a saúde do Presidente, deixaria tudo a cargo dele. Tinha que silenciar como sempre fiz com todos os meus pacientes, de

modo ordinário, regular. Uma cirurgia de redução de estômago e pronto, algo que (e agora sim pode ter existido um equívoco meu, que acho que não é crime) em teoria é mais simples que muitas outras intervenções. Agora vou para a quarta parte do meu depoimento, mas antes só preciso acrescentar um detalhe: logo que dei minha palavra de que aceitara o encargo, após compreender a relevância que a cirurgia tinha em todo o contexto social, o Presidente Gutiérrez ligou para o Almirante Porfírio. Em questão de segundos, este adentrou à sala com trajes e passos militares, batendo forte as botas ao solo, exibindo medalhas em sua impecável farda branca. Realmente tinha uma pistola que deixava à mostra do coldre de couro branco liso, para intimidação. O Presidente só lhe disse “Esse é meu cirurgião”, o Almirante me saudou com um duro aperto de mão suada. Apenas disse, de pé: “Obrigado, doutor, tenho certeza de que fará tudo corretamente, para o bem da nação”. E perguntou ao Presidente, acho que de modo irônico “Estou dispensado, Excelência?”. Bateu botas no chão, deu meia volta e foi-se. Conto isso para deixar bem claro que estou seguro de que esse homem que hoje concede declarações nos jornais como verdadeiro chefe de Estado estava ciente de cada passo nosso. Não é sem razão que desautorizou qualquer novo exame no corpo do Presidente Gutiérrez, mas isso também é um ponto a elucidar. Por que o governo brasileiro liberou o corpo do Presidente para sepultamento? Ok, talvez faltassem informações sobre o porvir de tudo. E, antes que Vossa Senhoria me entenda um intrometido em questões de Estado, digo que elas serão retomadas, com propriedade, ainda adiante. Ah, eu já me esquecia, que fiz uma única exigência: que todos os exames pretensamente feitos nos Estados Unidos, falsos, fossem atirados ao lixo, e que me fosse apresentado um atestado feito em hospital público de San Fermín, dando conta da existência do tumor maligno. Isso foi feito. A documentação que apresentei ao Hospital Rottweil, para realização da cirurgia, foi toda produzida dentro da Ilha. Não pense que isso é pouco importante. Sendo assim já posso ir à quarta parte de meu depoimento, desculpe se me estendo. Essa quarta parte, depois de tudo o que já relatei, não a julgo mais importante, é apenas uma primeira conclusão. A cirurgia. Muito bem, o que ocorreu? Eu tinha de fato alguns problemas. O principal era que não confio em nenhum outro médico assistente para um tema que envolve um segredo tão

grave, um segredo que livraria uma nação de um possível estado de guerra civil, e não estou exagerando. E a maior prova de que tenho razão em suspeitar sempre de médicos assistentes são as bobagens que meu ex-amigo agora lança na imprensa. Há que se guardar absoluto segredo, e se alguém sai divulgando por todo o mundo quem são meus pacientes e a que se submetem, são essas pessoas do *staff*, em especial o assistente, que adora vangloriar-se da cirurgia que protagonizou. E eu então falo abertamente a Vossa Excelência: jamais fiz uma cirurgia de redução de estômago, embora esteja a tanto habilitado. Estudei algo acerca desse tipo de cirurgia, em livros, artigos e vídeos. Não tenha a impressão errada: para um cirurgião geral, assistir a um vídeo de cirurgia dá uma grande ideia de como se deve realizar o procedimento. Mas estudei por amor à ciência e curiosidade, porque há uma realidade por detrás de tudo: já faz tempo que perdi a mão para a cirurgia. Não a pratico, na verdade. Não me vejo mais um homem com a habilidade, a prática diária que deve ter um cirurgião, porque há anos não opero, quer com o bisturi, quer por videoinstrumentos. Sou mesmo o espectador, como disse meu ex-amigo, e isso nunca me criou problema. Nesse caso específico, o Dr. Mezger me garantiu, em todas as conversas que tivemos em San Fermín, que ele era experiente nesse tipo de cirurgia. Me disse, eu juro, que tinha feito curso, prático claro, do tema nos Estados Unidos e Canadá, que já havia operado mais de uma dúzia de obesos nos hospitais de San Fermín. Parecia falar-me a verdade, pois conversamos sobre detalhes médicos, sobretudo o que haveria de fazer, toda a preparação. Ele não tinha habilitação para fazer cirurgia no Brasil, digo logo antes que me perguntem, mas eu tinha uma noção e ele me assegurou que era algo simples, que ele estaria presente para realizar a operação. Aliás, essa questão da habilitação dele é ou seria, julgo eu, meramente burocrática: com sua formação cubana e sua especialização em todo o mundo, o Conselho de Medicina jamais rejeitaria a habilitação de Mezger, ao menos para me auxiliar em procedimento pontual. Então eles vieram para São Paulo. Eu recebi o Presidente Gutiérrez e Dr. Mezger no aeroporto quatro dias antes da cirurgia, uma sexta-feira. Ou quinta. O Presidente estava calmo e me prometia a todo tempo uma grande bonificação em dinheiro se desse tudo certo, eu repetia “Não tem por que haver falhas, o sr. está em boas mãos e é um homem bastante forte”. Aparente-

mente era verdade. Então dividimos as tarefas: eu cuidava dos procedimentos hospitalares e o Dr. Mezger de tudo o que fosse o pré-operatório: os remédios que deveria tomar, as dietas pastosas e líquidas, o controle da pressão, a suspensão de eventuais outros medicamentos que possam interferir na cirurgia. E eu então cuidaria de toda a burocracia para a internação, mas isso não é nada complexo. Eu declarei que o Presidente era meu paciente, que seu quadro era estável, que deveria ter anestesia geral, que passaria por intervenção cirúrgica geral comigo, sem médico assistente. Menti para preservar o Dr. Mezger, o tal “inabilitado”. Declarei cirurgia de retirada do tumor do intestino, naturalmente, a partir dos resultados dos exames de San Fermín, que o Hospital Rottweil jamais discutiu. Então o Presidente se internou na noite anterior e eu, na primeira hora da manhã, passei pelo hotel do Dr. Mezger e o trouxe comigo para a cirurgia. Estando em minha companhia, ninguém pediu sua documentação. Indo direto ao ponto: quando a cirurgia começou, o Dr. Mezger recusou-se a tocar o corpo do paciente, a pegar qualquer instrumento. Simples assim. Disse “Você é o cirurgião aqui”, e afastou-se para ser apenas platéia. Pode? E o que eu fiz? Bom, claro que já tive intercorrências muito piores na minha vida de cirurgião: minha carreira começou extraindo bala de corpo de bandido em hospital da periferia, isso meu ex-amigo não conta, não é? Enfim. Observei o quadro e fui fazer a cirurgia conforme tinha estudado, qual alternativa? O máximo que poderia ocorrer seria uma diminuição não suficiente do estômago dele, por isso eu me preocupei em retirar um pedaço pequeno a princípio. Vamos, para mim, teoricamente, não tem mistério, pergunte a qualquer cirurgião experiente. Não tenho mais a mão pra cirurgia, mas na emergência... A princípio tudo bem, eu tirei um pedaço do estômago, mas o sangramento, em todos os cortes, principalmente esse do estômago, estava exagerado. Culpa de minhas mãos destreinadas? Não sei dizer exatamente. Eu ainda estava observando a aparência do estômago, quando notei que era muito anormal, que a hemorragia era incomum, perguntei então ao Dr. Mezger o que ocorria e ele disse que não sabia, mas já se preparava para deixar a sala de cirurgia, sem que eu notasse. Tendo de dar conta da gravidade do quadro, eu não tinha muito tempo a perder, minha função era estancar aquilo, foi quando o Dr. Mezger, à porta da sala de cirurgia, disse, em inglês: “talvez seja excesso de aspirina no

sangue”. E foi embora, como uma serpente. Bom, parecia isso mesmo, mas por quê? O Presidente Gutiérrez era realmente viciado em aspirina, como a busca em seu quarto sugere? Eu não tenho certeza, posso dizer que ele era um pouco hipocondríaco porque fazia muitas queixas sempre de sua saúde que aparentemente não tinha nada anormal afora a gordura, eu reparei que ele lavava as mãos em frequência elevada, mas isso não prova nada. Portanto, assim as coisas. Então o exame feito às pressas pela Polícia Federal, depois de denúncia anônima, tinha uma parte correta e outra errada. Correta porque realmente ele não existia qualquer tumor, já disse. Correta também porque é verdade que tinha um corte no estômago e que existia hemorragia. Errada porque faltaram detalhes. Se eu não estivesse preso justo no momento em que o exame aparecia, é claro que estaria em escritório de advogados pedindo para fazer perguntas importantes para o laudo, até para que eu mesmo soubesse: ele tinha excesso de ácido acetilsalicílico no corpo? Tinha algum outro anticoagulante? Podia dizer quando foi a última vez que ingeriu aspirina, com uma busca por todo o sistema digestivo? Havia alguma outra droga, algum veneno em seu sistema circulatório? Mas não. Fui parar no cárcere por incompetência não minha, mas daquele açougueiro do Dr. Mezger, que não quis intervir na cirurgia e que não cuidou nada do pré-operatório. Pra terminar a questão da cirurgia: quando a hemorragia não cortava, estava evidente que o paciente viria a óbito, não há muito o que fazer enquanto ele está aberto na mesa, entende? Como eu poderia agir, senão tentando colher cacos esparramados? Redigi um relatório, com o papel timbrado do Hospital, dizendo que o paciente estava muito debilitado devido ao câncer, esperei algum tempo e anunciei sua morte. Redigi o atestado e pedi para um residente assinar comigo, coitado quase foi parar na cela por causa disso também, sorte que consegui explicar a história. Quanto ao Dr. Mezger, eu não sei exatamente o que aconteceu com ele, porque não consegui contato. Sei que ele voltou pro hotel, mas eu liguei lá e ninguém atendeu, e desse modo dou início à quinta parte da história. Quando afirmei que a minha participação em tudo isso era meramente periférica, Vossa Excelência talvez não tenha acreditado, mas agora já começa a parecer tudo claro, não é? Correto, a quinta parte deste meu possível depoimento tem a ver com o que ocorreu depois da cirurgia. Eu dei o informe, cuidei do atestado de

óbito. [Um minuto, porque meu advogado me interrompe com um pedido de esclarecimento.] Perfeito, nobre advogado: eu preenchi sim informações falsas, tanto no informe quanto no atestado de óbito, mas não foi para ocultar meu erro na cirurgia, ou não ao menos diretamente, porque sequer creio que errei tanto, acho que fiz tudo da melhor forma dentro de o que se me apresentou quando Mezger descumpriu sua promessa de ele mesmo cuidar da redução do estômago. Preenchi tudo falsamente para tentar no mínimo cumprir o plano de pacificação de San Fermín, era o que eu pensava, nada mais. Um instinto que se pode chamar de autodefesa, mas creio que seja muito mais que isso, porque estava, como ainda está, envolvido o futuro de uma nação e, como eu já expliquei, sabia disso muito antes de qualquer acidente na sala de cirurgia. Acidente é modo de dizer, porque, também conforme narrei, não posso afirmar o que de fato planejava Dr. Mezger. Bem, sobre o preenchimento falso, doutor, eu volto ao tema: se ninguém suspeitasse da morte em procedimento de redução bariátrica, veja bem, até que não seria o pior dos mundos, ou seria até melhor, pensando socialmente, que se ele sobrevivesse, porque morreria como um verdadeiro herói do povo e isso é muito importante para a paz. E estava tudo racionalmente preparado para isso, a história do tumor, as entrevistas que ele concedera preparando o povo para, cedo ou tarde, sua partida deste mundo. O que não podia ocorrer é o que ocorreu, que soubessem do seu plano de retirada, que envolve a expulsão da vice-presidenta, carta já fora do baralho. Volto, sob alerta do meu corajoso defensor: quando a polícia chegou a minha casa, eu me preparava sim para sair, tinha pedido emprestada a casa de campo (não de praia) de um amigo, mas não é bem verdade que eu fugia da polícia. Eu fugia era do entorno, porque não sabia com quem lidava, e não se esqueçam da minha surpresa no dia, quando suspeitei que o Dr. Mezger estava por detrás dessa morte. Como ainda suspeito. Desejava um tempo para ficar longe de qualquer risco, que hoje só não existe mais, assim tão flagrante, porque sei que o Dr. Mezger está morto. Morto. Claro, esse é o núcleo da quinta parte do depoimento: a certeza que eu tenho acerca da morte vem de algo que foi bastante distinto de o que agora querem todos dizer. Felizmente ou não. O que vou contar agora não significa que eu seja um *gângster* como diz meu ex-amigo, apenas que fui circundado por uma situação que – se Vossa

Senhoria tentar imaginar-se em meu papel – verá o delicado que era, e perdoe se retomo: um Presidente morre na minha frente, por conta de um erro palmar de um outro médico, que deixa de preparar o paciente para uma cirurgia, permitindo (ou estimulando, como vou saber?) que ele tome doses cavalares de remédios que qualquer criança sabe que estão vedados para o paciente cirúrgico, e que surpreendentemente se recusa a intervir em uma cirurgia que havia prometido que iria capitanear, e que desaparece do centro cirúrgico como uma alma penada. Preciso saber de mais alguma coisa para notar que estava em maus lençóis? Passo toda a noite tentando um contato com Mezger ou com alguém que responda pelo Presidente falecido, e ninguém me telefona senão repórteres, aí que decidi fugir. Digo, fugir daquele tumulto, quando notei que não teria menor chance de contactar com o Dr. Mezger, que estava desaparecido. E por que desapareceu? Bom, a melhor das hipóteses é que não desejava identificar-se no hospital como um cirurgião não habilitado, ou diante de um erro evidente talvez pretendesse negar, em San Fermín, que me auxiliava no procedimento cirúrgico. Traidores há aos montes, e cada dia descobrimos um, mas isso é apenas uma hipótese. Como é hipótese, embora muito provável que, se o Dr. Mezger não tinha planejado desde o início que deixaria o hospital no meio do procedimento, só decidiu desaparecer mesmo, do hotel e da vista de todos, quando soube que a polícia estava atrás de nós, e aí me permita demonstrar o maior erro de estratégia da polícia e do Ministro da Justiça brasileiros, em desatar uma investigação precipitada, com base em um telefonema misterioso. Some os fatos e veja como tudo seria diferente se não houvesse ordem de prisão, se houvesse comunicação às autoridades internacionais, já que se tratava de um Presidente da República, na investigação, na divulgação de seus resultados. Isso não é responsabilidade minha, é? Pois bem, não o falo para retirar a culpa de meus ombros, mas porque está intimamente relacionado com o que vou expor ao fim. Note ou não Vossa Senhoria, eu sigo aqui um roteiro claro, apenas as palavras são improvisadas, ou algum comentário que se me escapa. Vossa Senhoria, permita-me dizer, já suspeita aonde chegarei, falando de burradas, perdoe, de equívocos de investigação. Vossa Senhoria suspeita quem deu causa à morte – repito, morte – do Dr. Mezger. Voltemos: depois de passar dias na cadeia, sob acusação de um homicídio

que poderia até ser intencional, como me disseram, “doloso”, e sem poder esclarecer o que havia ocorrido, volto para casa, graças ao trabalho do meu também competente advogado que me defendeu àquele tempo. Gosto dele também, mas a questão é a coragem, a ousadia de falar a verdade. Nego-me a pagar pessoalmente por uma situação em que verdadeiros culpados saíam totalmente ilesos, de acordo? Entendes o que digo? Pois entenderás. Voltemos. Não pude colaborar em nada com as investigações, não pude ter esclarecimentos e decerto não iria prestar depoimentos detalhados em delegacia de polícia quando nem o próprio delegado sabia direito por que eu estava sendo preso. Então me limitei a falar o mínimo, a confirmar a versão que estava totalmente documentada: extração de tumor. Menti, sim. E saí da cadeia, claro, preocupado com meus afazeres, afinal de contas havia consultas e cirurgias marcadas enquanto eu estava no cárcere, e eu não podia sequer realizar uma ligação para minha secretária ou meus pacientes, para desmarcar tudo. Bom, pensando bem nem era necessário, porque todos os jornais noticiavam minha prisão... Certo, eu queria era retornar ao consultório e ver como estavam as coisas. Antes que Vossa Senhoria pergunte, digo que contratei uma empresa com dois guarda-costas armados, para os primeiros dias, porque realmente minha paranóia era intensa, e não passou de todo: imaginem em meu cérebro a lembrança do Almirante com a mão na pistola, ameaçando quem frustrasse seus planos. Terei o mesmo destino de Mezger? Bem provável. Volta ao consultório: primeiro procurei alguns jornalistas de confiança, se é que existe algum jornalista de confiança, ao menos para negar o crime. Sem outras informações, como até acho que está no inquérito, limitei-me a dizer que não havia matado ninguém e que a cirurgia era sim para retirada de tumor. Nada mais do que isso, apenas para não parecer um homem em fuga, para declarar a injustiça da prisão. Desculpe, foi injusta mesmo. Depois passei ao consultório, porque meu pão depende de atender meus pacientes e pretendo fazê-lo ainda por muitos anos se tiver saúde. Pensei até em começar a fumar, pra chegar aos 105 trabalhando, como o Niemeyer. Então o tempo foi passando e as atividades voltaram quase ao normal, e não escondo que para isso tive que sempre cobrar os jornalistas amigos, para que divulguem que nada estava provado contra mim, que em San Fermín se deu como assunto encerrado a morte de Gutiérrez, que

existe ali um governo provisório da vice, mas que já estão convocadas eleições diretas. Pois estava na sala de meu consultório e então a secretária me liga pelo interfone e diz que uma mulher chamada Shirley estava na recepção (a sala logo ao lado) e queria falar comigo. A tal Shirley, dizia a Secretária, não só não era paciente, como não tinha hora marcada, e queria falar comigo sobre “assuntos pessoais”. Pedi à secretária que mandasse entrar, primeiro, um dos meus guarda-costas. Ele veio, e então eu me aproximei da porta e perguntei em voz alta, em direção à recepção “Quem é Shirley?”, o que foi retórico porque, claro, ela era o único rosto, e corpo, desconhecido naquela ante-sala. Shirley, uma jovem de seus vinte e nove, trinta anos (para mim é jovem), vestida de tennis cano alto vermelhos, muito charmosos, calça jeans, camiseta, bolsa lilás escuro. E uma jaqueta de couro, fechada até a altura do decote. Pedi para que ela entrasse mas a aguardei sob o solar da porta, ao lado do guarda-costas, e quis me cumprimentar com um beijo, mas eu apenas lhe estendi a mão. Fiz que ela desse alguns passos para dentro da sala, o segurança fechou a porta e ficamos os três ali, até que eu questionei, muito educadamente, se o segurança poderia revistá-la, “Desculpe”, eu disse “mas nestes tempos está tudo muito confuso. Ele te revista, não te fará nenhum mal”. Ela olhou pro segurança – um sujeito enorme, de terno escuro da empresa – de baixo para cima, e então o mirou bem nos olhos, retrucando, com o indicador nos lábios besuntados de batom forte: “Ah, nenhum mal? Que pena!”, e logo abriu totalmente o zíper da jaqueta. Simpatizei com ela na hora, tinha olhos meio azulados. Eu observo muito a estética do rosto, sabe? Apesar de o que dizem meus detratores, sou um cirurgião plástico visualmente competente, a noção estética talvez seja mais importante que a prática, agora pensando bem. Mas deixa pra lá. Dispensei de imediato a revista, e o segurança deixou a sala, eu me sentei à mesa e ela ao assento do paciente, como se fosse uma consulta, mas obviamente não era. Perguntei se queria uma água e ela perguntou se havia uma Coca-Cola, e eu respondi que não era muito usual servir refrigerante em consultório médico, mas que entendia que podia fazer bem a quem estava de ressaca, e então ela só sorriu e disse “*Touché!*”, com um lindo sorriso de dentes amarelados por tabaco. E Coca-Cola. Começou desculpando-se por não haver ligado antes mas não poderia, e tirou da bolsa lilás uma folha dobrada de

jornal, que começou a abrir. Daí perguntou: “Preciso saber de uma coisa, antes de começar: alguém de Santos já te procurou nestes dias? Alguém, assim como eu, da pista?”. Gostei do “da pista”, mas sinceramente até então não sabia de o que estava falando. “Que tonta, também se houvesse procurado o senhor não diria, não é mesmo? Só estou aqui porque preciso muito”. Eu ofereci que ficasse à vontade, e então ela pediu muito que nossa conversa jamais fosse revelada. “Tenho uma história pra contar sobre este homem”, e então mostrou o jornal, que trazia uma fotografia do Dr. Mezger, contando-o como desaparecido, e uma entrevista minha dizendo que não sabia de seu paradeiro. Uma daquelas entrevistas que, confesso, plantei para tentar salvar minha pele, intento que ainda não terminou. Volta. Ela então acrescentou: “Se é verdade o que diz aqui, que o senhor não sabe o paradeiro desse homem, acho que tenho algo a dizer”. Repetiu: “Mas só o faço porque preciso muito, muito mesmo. E porque confio que o senhor, como alguém que passou na cadeia, sabe guardar segredo”. E eu deveria manter segredo, mas tenho que contar o que ela me relatou, agora confiando na discrição de Vossa Senhoria, Delegado, e de seus superiores. De momento. Falo, mas não assino, porque opor minha assinatura neste depoimento, paradoxalmente, está em vossas mãos, não nas minhas. Outra coisa: apesar de tudo o que ocorreu, que eu ainda vou relatar, não guardo mais qualquer lembrança do (lindo) rosto de Shirley, nem qualquer dado que me permita contatá-la ou identificá-la, de acordo? Apenas gostaria então de relatar o que Shirley passou a me contar. Não era uma história exatamente curta, por isso ao longo da conversa dispensei a secretária e o paciente, também porque... Bom, isso é mais para diante. Quando chegou a Coca-Cola de Shirley, ela passou a me dizer que trabalhava em uma das tantas casas para marinho no cais de Santos. Nas melhores, segundo ela, o que eu acho bastante crível, digo, por sua apresentação corporal. Uma maldade que uma mulher daquela tivesse que vender o corpo, pensei, porque por um sorriso como o de Shirley não se paga, ele vem da alma, me entendem? Não há dentista ou cirurgião plástico que coloque em alguém o sorriso como o dela, foi o que pensava enquanto a escutava, estou sendo sincero em demérito da minha própria profissão. O sorriso vem da alma. Volta: ela narra que na casa de luxo santista chegaram os marinheiros do St. Louis, que diziam que ficariam uma semana

no cais, e se apresentaram a ela. Eles se apresentaram, ela me explicou, porque para os marinheiros com menos dinheiro é assim que funciona, eles se apresentam e dizem se querem ou não um programa, quanto podem pagar, e no decorrer dos dias, se a prostituta não tem nada melhor durante algum intervalo de tempo, nos horários menos concorridos, aceita a oferta. Se não, preserva-se à caça daqueles que têm mais dinheiro, como era o caso do comandante Kratzopoulos. Esse mesmo, cujo depoimento veio a meu inquérito apenas parcialmente, Vossa Excelência deve saber de o que estou falando. Caso não saiba, irá receber um documento, uma tradução pela qual paguei caríssimo, que alude a isso. E o que Shirley me disse, tem toda relação com o tema. Pois o Comandante Kratzopoulos é um grande jogador de *snooker*. Nesses bares como o que a Shirley trabalhava, ela me contou, explora-se o jogo, então é natural que os marinheiros apostem nas cartas, nos dados e no *snooker*. Em geral não jogam eles mesmos, elegem um jogador de confiança (quando há apostadores também de alguma confiança), se aposta nele e, caso ganhe, este recebe uma parte do prêmio. Dessa comissão vive o jogador profissional ali, assim ela me explicou, entende? Pois o Comandante Kratzopoulos dispensa os jogadores profissionais e assume ele mesmo o taco, e aposta em si mesmo. Dizem que é um jogador tão bom ou melhor que os profissionais, apesar de não ter muito corpo de homem do *snooker*. é barbigudo e um tanto velho, pelo que se descreve. O típico marinheiro grego, de barbas brancas. Veja, eu não estou afirmando isso porque esteja preocupado com a forma física de um marinheiro, mas para que eventualmente se possa confirmar minha versão, ou seja, a verdade de o que me contou a formosa Shirley, cujo lindo rosto se esfumou de minha memória. Volto: o Comandante gosta de frequentar o *Copacabana* porque um dos donos parece que é também grego, e porque ali há uma bela mesa de bilhar, que fica na segunda sala detrás, perto da saída dos fundos, como detalhadamente me descreveu minha visitante. Podem confirmar. Pois Dr. Mezger, dias depois da cirurgia (um, dois, três, não consegui precisão, depois de tanto tempo), esteve sim no *Copacabana*, ao lado do comandante grego. Beberam juntos, passaram tempos juntos, inclusive com todos os marinheiros do *St. Louis*, os tais filipinos. E Shirley me conta que, após alguns dias, enquanto o comandante aguardava a liberação de seu cargueiro, para outros

portos, o *Copacabana* se colocou em polvorosa com a entrada ali de um policial disfarçado. Melhor dito, um policial que se acreditava disfarçado. Vamos, todos conhecem ali os policiais que frequentam o lugar, de cara limpa, mas o tal do tira chegou ali vestindo *jeans* e uma jaqueta de couro marrom escura, uma cara absolutamente desconhecida, simulando naturalidade de um marinheiro que iria apostar em bilhar, porque nem as cartas o fulano deveria saber jogar. O azar que ele deu foi haver chegado em horário errado, segundo Shirley, em que não estava o fugitivo Dr. Mezger. Quando entra um policial ali, logo o porteiro avisa a todos que chegam que existe uma espreita, e então, claro, quem deve à lei não passa da portaria do bar. E Mezger era um fugitivo, porque, se não sabia que polícia estava atrás dele oficialmente, sabia que eu estava na grade, na prisão, então não era difícil deduzir que ele seria a próxima caça, tanto assim que abandonou o hotel como um rato. Perdoe que o enuncie dessa forma, mas é que de fato a prisão me atrapalhou muito. Eu lembro bem do formoso sorriso da Shirley quando lhe perguntei, lá no consultório, se ela sabia quem era o Dr. Mezger. Ela disse que não, mas um não que soava tremendamente como sim, sabe Vossa Senhoria como são as mulheres. Ela então me questionou se podia fumar, pra me contar isso com mais detalhes, e eu disse que em um consultório médico já era muito permitir o refrigerante. Mas aí me dei conta do adiantado da hora, foi esse o momento que dispensei a todos, menos os seguranças. Bom, eles trocam turno sem me interromper, estou habituado. Quando olhei que horas eram, abri a janela que fica atrás da minha mesa e disse que sim, que ela podia fumar desde que fosse perto da janela, e quando ela levantou eu... Bom, isso é algo pessoal, mas é que eu vou contando com tanta sinceridade, só para que Vossa Senhoria, talvez pelos detalhes, note como meu relato surge de fatos realíssimos. Volto: ela levantou e eu achei que ela era a mulher mais atraente que eu já havia visto em toda minha vida, e foi assim um golpe duro mesmo, como seu eu fora um adolescente. Lembra quando a gente via uma moça bonita e a barriga doía? Minha barriga, pelo menos, doía, isso faz mais de quarenta anos. Pois revivi isso. A partir daí concentrar em suas palavras era para mim algo mais difícil, mas eu tinha que continuar, afinal estava, como estou, sendo investigado por um homicídio (intencional, como sustentam alguns) de um Presidente da República, e, por menos provas

que existam, isso não é pouco. Eu dizia, era como um colegial que viu passar no pátio da escola a menina que vai ser o amor da sua vida. Somos seres psicológicos, não? Ou químicos, não sei. Ela começou a fumar e disse que esse ponto era mais delicado. Porque na verdade foi ela quem descobriu quem era o Dr. Mezger, e o fez meio por coincidência, meio por querer agradar ao dono do lugar onde trabalhava. Mas isso foi depois. Agora o fato é que ele, o policial ridiculamente disfarçado, passeava no salão do *Copacabana*, fazendo despencar a frequência da casa, espantando clientela sem dar-se conta. E então Shirley me disse algo que me deu um ciúme repentino, falou, “Agora vou te falar algo que praticamente só eu sei, sobre esse policial. Por um segredo que não se pode contar porque a lei não permite. A nossa lei, entende?”. E puxou um trago muito fundo do cigarro, que me fez pensar que ela tinha um fôlego de trompetista, pena que fosse para envenenar-se a si própria. Uma limpeza naqueles dentes e um perfume caro, aquela mulher seria outra. Volta, ela me diz: “É um segredo profissional, porque fiz programa com ele”. “Com o policial?”, eu perguntei, enciumado como um galo de briga, e ela disse “Não, aquele polícia era covarde até pra isso. Eu passei duas noites com o comandante grego”. Imagine Vossa Senhoria o que eu, um cirurgião plástico, fui obrigado a escutar, em nome de desfazer esse confuso novelo. E ainda colocado diante de uma jovem que, prostituta ou não – ou porque prostituta, para um homem já tão maduro como eu – me despertava paixões. Eu tinha vontade de dizer a ela “Você é a mulher mais bonita que eu já vi em toda minha vida, fique comigo e jamais precisará voltar a deitar-se com um marinheiro”, digo isso pra que tenha a idéia de como me doía muito escutar aquela conversa, assim a seco. Meu grau de sinceridade surpreende a mim mesmo, agora fiquei até confuso. Porque não sei se a escutava porque ela me prometia uma notícia segura sobre Dr. Mezger, ou se porque eu queria ouvir cada palavra que saísse da sua boca, ainda que me doesse, porque era o modo de continuar perto dela. Até aí ela tinha terminado o cigarro e voltou a sentar-se, não sei se notou minha alteração, talvez sim. Então me narrou que, na segunda noite, como costuma acontecer (ela disse que costuma acontecer e eu não duvido, porque comigo já ocorria logo à primeira meia hora de conversa), o homem ficou como seu amigo de toda a vida. Um confidente. E Shirley me relatou uma história longa que, se

Vossa Senhoria me permite, vou resumir. O que quero dizer é que tenho mais detalhes de o que vou reproduzir em síntese: ela me disse que dois dias antes o, para usar as palavras dela, Comandante Grego entrou no *Copacabana* e foi logo avisado de que tinha um sujeito com pinta de policial especulando. Para ele não importa muito, porque é estrangeiro e não devia nada a ninguém, então entrou para continuar sua diversão, o jogo de bilhar. Mas logo viu que as apostas não ocorriam, claro, porque o policial estava ali (neste país existe o folclore de que se pode manter a ordem proibindo o jogo, porque é muito imoral, não é isso?). Na frente de um policial... Digo melhor, diante de um policial desconhecido o jogo não ocorre. Pois bem, na mesa de snooker sobravam os jogadores amadores, que não apostam dinheiro, portanto o Grego passou a ganhar todas as partidas. O policial aproveitou esse momento de supremacia, em que o vencedor se transforma momentaneamente no ídolo, no *pop star* de todos os que assistem a sua vitória para cercá-lo com perguntas. Uma abordagem desastrosíssima, que sou obrigado a historiar. Esse tal policial aproveitava os intervalos entre as partidas e os momentos de menor concentração – que deveriam ser muitos porque, como eu disse, o jogo era neutro, sem dinheiro – para abordar o Grego, e o fez primeiramente dizendo que era um marinho que queria trabalhar no *St. Louis*, que tinha passaporte, que acumulara experiência, e falava dos grandes cargueiros do mundo, que com certeza deve ter sido obra de algum estudo de dois minutos da *wikipedia*. Pois bem, mas conforme a Shirley, nesse momento o Grego já estava bastante alcoolizado. Detalhe: bebe caipirinha com cerveja. Acho que eu levantei mais detalhes que a Polícia, não? O Grego disse em algum lugar que não bebeu, mas quem acredita, depois de o que direi? Pois isso, verás, interessa em minha condição de investigado, entenda bem. Se a Polícia pode interpretar os fatos à maneira dela, eu tenho no mínimo o direito de contar o que sei, que vai para além da cirurgia e da causa da morte em um laudo que eu entendo duvidoso. O Grego estava bêbado e, como um bom protótipo de comandante de cargueiro, é irascível. O policial, que se dizia um marujo, elogiou a jogada do Grego com algo como “Bela jogada, não? Tens experiência”, e o comandante respondeu que sim, já com aquela amizade-relâmpago que o álcool facilita, “Aprendi com meu pai desde criança a jogar isso”, “E vocês fazem apostas no cargueiro?”, o policial

questionou, e foi aí, me contou a Shirley que o sangue do Comandante subiu, com caipirinha e tudo. Mas ainda quis confirmar: “Como, fazer apostas no navio?”, “Digo, comandante, se o St. Louis tem uma mesa de bilhar no convés. O senhor é o comandante, pode mandar instalar uma, não?”. Kratzopoulos calou-se um momento. Depois pensou e disse, “Sim, eu mandei instalar uma mesa de snooker no andar mais alto, atrás do meu manche. Ali apostamos”. E o policial, menos vivido, respondeu: “Eu sabia, o senhor deve treinar todos os dias”. Veja, pelo que me disse a Shirley, o comandante Kratzopoulos não ficou irado pela investigação, ficou irado por estar sendo feito de idiota. E veja que foi a Shirley que me contou, porque o comandante confessou a ela. Segredos da alcova, os mais perigosos. Sei que a Shirley poderia ter presenciado o diálogo e o compreendido mesmo em inglês, que acabou aprendendo, mas acredito que ela haja ouvido os detalhes do próprio comandante, infelizmente. Me disse que ouviu eles falarem em inglês, e viu quando o Comandante pegou o policial pelo pescoço e o encostou numa pilastra de madeira do bar, sufocando-o, gritando que falasse logo o que queria com ele, a quem estava investigando. Deve tê-lo chamado de “tira” na pior gíria, o que acredito que bate bem com sua personalidade grega, porque o depoimento que está no inquérito mostra bem que ele já é um homem cansado de lidar com autoridades locais, não é? O depoimento integral, digo eu. Volto: porque com a pergunta o policial deixou claro que nunca tinha entrado em um navio cargueiro, e isso é fatal. Ofende a inteligência, nesse sentido eu compreendo o Grego. Tudo isso me foi contado, sim, pela Shirley, e antes que lhe surja a dúvida, digo que o Grego relatou tudo a Shirley porque se apaixonou sim por ela, essas paixões portuárias que ocorrem de vez em quando, mas em se tratando daquela mulher eu posso assegurar que é muito verossímil. De mim ela arrancaria qualquer segredo, era só pedir, aos vinte minutos de conversa. Que ela conseguiria dar uma rasteira em uma serpente eu só compreenderia depois, mas isso por falta de experiência, algo que acredito que abunde no Grego. Bem, meu corajoso advogado pede que eu me concentre nos fatos, embora me garanta que não vai retirar do texto gravado tudo o que sejam detalhes, porque sabe que comporão sentido. Portanto, os fatos: o policial, assustado com o ataque, sacou a arma e foi nesse momento que ele causou a morte de Doutor Mezger, eu afirmo.

De modo não direto, mas causou. Esses prostíbulos – eu depreendo pelo que Shirley me contou – têm seus mecanismos de autopreservação. Quando ele sacou a arma, o marinheiro grego se afastou, mas como pura lei de ação e reação surgiram facas e pistolas de todos os lados. A Shirley disse assim, e eu achei lindo, que o gerente do bar foi quem encostou “uma quadrada” no rosto do policial. A quadrada deve ser a pistola, imagino. Policial ou não, sua vida pendia por um fio de lã. Matá-lo ali mesmo, retirar seu corpo pela porta dos fundos e fazê-lo afundar para sempre no oceano não seria ali nada difícil e acho que o tal policial levou bem em conta essa realidade, porque logo aceitou o trato que lhe propunham, sob a mira de armas. Proposta simples, porque ele teria duas obrigações: dizer o que estava buscando, e não voltar mais lá; como contrapartida, deixariam que saísse vivo. Parece-lhes pouco? Pois ele aceitou e, pelo que sei, honrou o trato. A Shirley bem observou – o que eu chamei de mecanismo de autopreservação – que estavam todos ali esperando que alguém se despertasse em fúria contra o tal policial, para ter uma razão para expulsá-lo. Ele atrapalhava os negócios, ela falou com essas palavras, mas ainda se nada dissesse não seria difícil deduzir. O tal tira – perdoe que me refira assim a um subordinado direto de Vossa Senhoria – confessou logo que estava atrás de Mezger, um homem que conforme informações havia estado ali nos dias anteriores, que era agora caça da Polícia Federal. Com uma “quadrada” na cara, a língua solta facilmente. “Cantou a Traviata”, palavras de Shirley, que como se vê não é uma ignorante. Pois bem, como falou demais, a próxima pergunta foi consequência direta: quem ali dentro havia dado as informações sobre a frequência de Mezger? Nessa hora, enquanto me contava, a Shirley tentou omitir o principal, e eu indaguei: “Ele contou quem havia informado?”, e ela disse que não. Um “não” com pinta de “sim”, desta vez. Daí que não é difícil que a desastrosa operação da Polícia tenha resultado em mais uma morte, porque estamos falando das leis do cais. As leis que funcionam, e que punem delatores. Ele falou tudo, e foi embora vivo. E nunca mais voltou, e tenho certeza de que Vossa Senhoria sabe a que agente policial estou-me referindo, conquanto pessoalmente eu não o conheça. Nesta fase do relato, perdoe, eu preciso abrir um parêntesis, para que Vossa Senhoria, no momento de me julgar, entenda bem o que ocorreu. Porque, exatamente aí quando Shirley começava a mencionar o Dr.

Mezger, que ela sabia ser o assunto que me interessava, calou-se. Bom, era o assunto que me interessava a princípio, porque naquele momento minha racionalidade estava toda concentrada em dizer a Shirley que ela era a mulher mais encantadora com quem havia-me encontrado, em toda minha vida. Com seu tennís vermelho, com um sorriso que meu bisturi jamais conseguiria criar. Que posso fazer, se é a verdade? Então ela me disse que agora ela ia começar a falar do destino de Mezger propriamente. E se levantou outra vez, deu a volta na mesa e ficou a meu lado. “O tipo de segredo que me foi contado sob lençóis”, ela disse, colocando um cigarro na boca enquanto puxava do bolso da jaqueta um isqueiro de plástico, que colocou na palma de minha mão com um toque muito, muito intenso. A partir daí preciso dizer o que ocorreu? O nobre advogado pede que eu seja objetivo e claro. Pois bem: meu consultório é uma casa grande que tem tudo preparado para as noites que eu passo ali. Cama, banheiro, toalhas, até uma pequena cozinha. Shirley e eu dormimos ali e ficamos até a manhã seguinte. O que ocorreu com Mezger? Ela me contou só pela manhã, até porque meu interesse pelo assunto durante certo tempo desapareceu por completo. O Grego relatou a Shirley – depois provavelmente que ela, entre elogios, questionasse sobre a briga no snooker – que Mezger o constrangia a embarcá-lo no *St. Louis*, com destino a San Fermín. Mas que não seria muito inteligente, o Grego disse. Porque ficaria claro que o *St. Louis* tem relação com os piratas e contrabandistas da ilha. O que estou dizendo, mais exatamente? Estou afirmando que Shirley veio me dizer que Mezger embarcou sim no *St. Louis*, embora o comandante o negue em seu depoimento. Li o depoimento, claro, integralmente e não apenas o que a polícia brasileira quis traduzir. O Grego mente algumas vezes, mas o que Shirley disse, ao contrário, coincide com o que é a verdade. Quando falei com Shirley, o depoimento do Grego já havia sido colhido, mas estava em trâmite de tradução talvez e, se é verdade que esse processo segue em absoluto segredo de justiça, ela não tinha como saber de seu teor, conquanto eu não duvide de seu método atípicos de persuasão, sou claro? Segundo Shirley, todos no *Copacabana* sabem que Mezger embarcou no *St. Louis*, e é público que não chegou a seu país. Se não morreu no *St. Louis*, morreu na cabotagem que lhe veio buscar, e seu corpo está no cáldo mar do Caribe. Queres uma confirmação disso? Basta que o

senhor mesmo, doutor delegado, explique por que a pista de Mezger foi perdida. Foi perdida porque o policial sob pressão deu com a língua nos dentes e disse que estava ali atrás dele, então não só o médico desapareceu dos bares do cais, como não embarcou no cargueiro diante da polícia que decerto vigiaria a entrada do barco; isso eu mesmo perguntei a Shirley, como ela poderia ter certeza de que ele iria no St. Louis, e ela respondeu que segundo o Grego já estava tudo combinado, ele embarcaria porque exigiu ao Grego, ameaçando com os contatos que tinha em San Fermín, gente que controla negócios lucrativos, ilícitos aos olhos internacionais. Gente que tem poder de barganha e, ainda por cima, é perigosa. Quer dizer, se o policial não tivesse falhado ali, querendo dar uma de Sherlock Holmes, a tocaia que as autoridades fizeram no St. Louis teria apreendido o cirurgião. Ele entrou no St. Louis, palavras de Shirley, como se costuma entrar clandestinamente: contratando um pescueiro que encosta no cargueiro quando ele já está em alta navegação. E Mezger era a chave de tudo, inclusive da minha defesa, da prova de que sou inocente porque, dentre todos os culpados pela morte do Presidente Gutiérrez, sou o menor deles. Volto a Shirley. Claro que questionei, finalmente, por que ela se arriscara vindo contar tudo isso para mim, e ela foi bastante honesta: porque estava precisando muito de dinheiro e achava que essa informação valia algo, para uma pessoa rica como eu. Perguntei a ela por que não havia dado essa informação à polícia, mas logo me dei conta da estupidez da minha pergunta, e pedi para que ela esquecesse. Por que me dei conta disso? Bom, ao que parece então minha pergunta não era assim tão estúpida, não é meu valente advogado? Desculpe, foi só uma observação. Ah, sim, por que *eu* achei a pergunta estúpida, claro. Primeiro, porque ela tinha deixado claro que o universo em que ela vive denota, sempre, que o contato com as autoridades não só não deve ocorrer, como que deve ser punido severamente; segundo, como enorme agravante do primeiro, a denúncia que ela faria seria um misto de desmascarar a incompetência da *polícia* e delatar os próprios companheiros; por último, porque a polícia não lhe daria dinheiro. Essa última razão é a mais convincente. Agora, fecho todo o quadro. É a última parte do meu depoimento. Sexta e última parte. Porém não é um depoimento, é uma proposta apenas. Não creio que seja ameaça, é um negócio de Estado. Note o quadro em que estamos: 1) Se esta

carta aparecer, direi que é mais uma das tantas provas forjadas da polícia brasileira para desmoralizar San Fermín, inclusive inventando pessoas que não existem, como uma prostituta de cais que ninguém jamais viu; 2) Doutor Mezger, a pessoa que temos certeza que sabia de tudo o que se passara na cirurgia, e antes dela, está morto por queima de arquivo, claro. Dele, não sai qualquer informação e seu corpo não será encontrado; 3) Assim é desnecessário pensar muito para perceber que, se a morte de Mezger teve esse propósito, na fila da queima de arquivo o próximo sou eu. No Brasil, com muita sorte, meus guarda-costas garantirão minha vida, mas em uma selva mundial como Nova Iorque ou qualquer capital latino americana, que não seja meu espaço, não apostaria um dólar por meu corpo intacto. Portanto, tal e como seguem as coisas – considere isso – não tenho muito a perder. Some-se a esse quadro o fato de responder por um erro em cirurgia, noticiado em todo o mundo, e minha carreira, se nada for feito em sentido contrário, tampouco vale muito. Vejam meu lado: farei de tudo para conseguir algo que internacionalmente **desminta** o erro médico de que sou acusado; 4) Posso comprovar que a incompetência das autoridades brasileiras deu causa à morte de Mezger, mas isso não seria justo. Justo seria devolver na mesma medida o que fizeram comigo: da mesma forma que um deslize em cirurgia foi travestido pela polícia em um homicídio possivelmente intencional, minha fala aberta pode transformar a vista grossa à fuga de Mezger em algo também premeditado pelas conspiratórias autoridades brasileiras. Ele, Dr. Mezger, é ainda a fonte de informação de um golpe contra o governo de San Fermín, arquitetado como um grande jogo de xadrez, cujo xeque-mate funcionou à perfeição. Já explico; 5) Tenham em conta que minha vontade é sustentar que o Presidente Gutiérrez tinha sim um tumor, e que foi operado por mim, como comprovam todos os documentos médicos, à exceção do laudo pericial brasileiro. Laudo que jamais será confirmado, ou Vossa Senhoria crê, depois de tudo que esclareci, que alguma autoridade da Ilha permitirá que se examine o corpo de Gutiérrez, se é que a estas alturas ele já não foi exumado e cremado às escondidas? Sobra então a pergunta: o que as autoridades brasileiras ganhariam com a fabricação de um falso exame no corpo do Presidente Gutiérrez, com a atribuição de um homicídio ao seu mais famoso cirurgião (no caso, eu mesmo)? Pois a resposta já

existe. Está preparada em San Fermín, basta ler o jornal que Vossa Senhoria mesma fez juntar ao inquérito. Acompanhe: nossas autoridades fazem um laudo falso e devolvem o corpo do Presidente; a partir de então, levantada a dúvida sobre a causa da morte, monta-se uma comissão internacional, com médicos também de San Fermín, para novo exame no corpo presidencial. O governo caribenho, claro, não aceita que o corpo de seu Presidente fique viajando de um país a outro, mas suponhamos que autorize uma visita de autoridades, médicas, estrangeiras à Ilha. Pense comigo: essas autoridades aterrissam ou desembarcam em San Fermín, sob o pretexto de um exame cadavérico, mas na verdade informam que o país (o que se pode fazer por passar os olhos) é um grande porto clandestino. E passam esse relato a seus responsáveis: o Rei da Espanha, à ONU (que todos sabem por quem é dominada) etc., etc. Está aí a escusa perfeita para uma “inspeção” internacional, e logo depois uma invasão por guerra, sob falsa acusação de roubo em mares internacionais, daí por diante. É uma hipótese que para nós parece fantasiosa, mas contem que os militares há tempos criam um discurso paranóico que os ferminenses adoram acompanhar. É tudo o que a Marinha de San Fermín necessita para afirmar o risco internacional de invasão e, sob o pretexto perigo à soberania por incompetência diplomática da presidenta civil, tomar o poder indefinidamente. Se eu, por hipótese, venho a confirmar essa versão, que já se encontra latente no discurso da mídia ferminense, causo um terror internacional, e possivelmente crie uma nova ditadura, com uma nova Cuba ou um novo Irã, quem sabe? Direita e esquerda são tão difíceis de discernir num totalitarismo, não é? Causo esse horror, mas salvo minha pele, porque vivo serei relevante para a máfia ferminense que, tal como agora estão as coisas, decerto planeja me matar, e morto somente darei mais força às acusações da Ilha de conspiração internacional contra aquele soberano ponto estratégico de comércio marítimo. É minha única saída, porque não quero ser sacrificado como um boi de piranha em algo que fui mero instrumento. Sim, fomos todos grandes tontos, mas, se me permitem, o Ministro da Justiça foi o maior deles. Na minha versão, Mezger causou a morte de Gutiérrez, enganando a mim e, claro, ao falecido Presidente. Saiu da sala de cirurgia, fez um “telefonema anônimo” ao Ministro da Justiça, que, perdão, caiu como um pato. Prendeu a mim, determinou um

exame rápido para justificar sua atitude arbitrária, e, como se não bastasse, devolveu o corpo aos militares ferminenses, entregando a ovelha ao lobo. Mezger foi morto – para contrariar quem pudesse duvidar, alguma vez na vida, da existência de um crime perfeito – sob tácita colaboração da mesma autoridade brasileira. Qual a única saída viável para todo o problema? Ou seja, eu só tenho duas saídas: ou relato os fatos tal como aqui colocados, causando todas essas conseqüências; ou faço concessões nesse meu direito, exigindo alguma contrapartida. É a segunda saída, que eu chamo de **proposta de solução**, que exponho adiante.

Simples assim: o Ministro ou a autoridade competente lança uma nota, não necessariamente reconhecendo o erro dos legistas. Apenas afirmando que, diante da impossibilidade de comprovação, ou seja, de que se refaça o exame no corpo de Gutiérrez, somado a alguma investigação interna e secreta, meramente insinuada, entende como “duvidosa” a *causa mortis* do Presidente. De maneira que deixa de lado a perseguição que tinha como alvo o mais renomado e competente cirurgião do País (um homem de mãos de fada), que aparentemente foi envolvido em fatos que – como preferam dizer, desde que me salve a honorabilidade – não reúnem sequer elementos para uma investigação solvente. Diante disso, o governo renuncia a seguir na investigação, e a Polícia relata pelo fim do inquérito, sem qualquer tipo de conclusão. O resto, meus jornalistas farão por mim. Leve, senhor Delegado, em consideração minha assertiva de que as autoridades não conseguirão quaisquer outras provas do ocorrido, sequer se buscarem Shirley ou seus companheiros de lei do silêncio, e me responda uma questão que meu valente advogado me ajudou a formular: a perseguição a um crime culposos vale todas as conseqüências políticas e humanas que advirão, no plano internacional?

Mas não é só: pode o Brasil seguir desejando castigar alguém pela morte de um presidente, cuja soberana nação por ele liderada declara expressamente não querer esclarecer?

Até que ponto o Brasil tem a obrigação de, em nome de um dever legal de perseguir crimes, levar adiante uma investigação cujos resultados não interessam a qualquer nação soberana no globo, e que vão no máximo comprovar alguma imperícia ou fraude de um único cirurgião que, diga-se assim, só tentou fazer o melhor?

Refleta bem, doutor, e atenda a meu claro pedido. Por favor cancela a intimação para meu depoimento e, com a anuência de seus superiores, arquive essa investigação. Dentre todos os males, o perdão tácito a este pobre médico será a melhor saída. Caso contrário, sou obrigado a dizer que, em minha defesa, revelarei todo o ocorrido, com minúcias e graves conseqüências nacionais e internacionais. Não apenas os ferminenses passarão por momentos de agitação que podem ser evitados, mas, em especial, a inabilidade do nosso Ministro da Justiça será conhecida internacionalmente. Não me julgo um *ganster*, como me predica meu ex-amigo; mas, acuado, confesso que estou começando a gostar do jogo.

Fim do Dossiê.

Prezadas autoridades, este Ministro da Justiça sinceramente não sabe o que decidir; *eu* não sei o que decidir, por isso peço encarecidamente a ajuda de Vossas Excelências, no mais absoluto sigilo de Estado.

Só posso dizer que, a princípio, acreditei que a carta do investigado era um grande absurdo, daí sequer cogitei copiá-la. Porém, relendo, algo me sensibilizou em seu último argumento, algo que não vincula Vossas Excelências e, menos ainda, decide a questão. Mas o nosso Código Penal, pelo que eu conheço, dá todo o indício de que é nossa obrigação, política, é perseguir aquele que ofende o chefe de Estado estrangeiro em nosso território. Ou, quem sabe, até mesmo fora dele. Porém, para além das comprometidas questões que faz o médico investigado, acrescento estas, para a presente excepcional situação: **a)** Mas e quando ao Estado estrangeiro não interessa, de modo algum, desvelar a morte? Devemos atender a essa vontade soberana estrangeira? **b)** Em tempos em que o Direito penal está cada vez mais internacional, pode-se considerar que abrir mão dessa persecução é uma colaboração à vontade mundial de manutenção da paz? **c)** Isso passa por outro questionamento: o que significa, no caso concreto, respeitar a autodeterminação do Estado estrangeiro? Pode-se dizer que San Fermín está determinado a não elucidar essa morte ou, ao contrário, uma determinação popular que se faz via a ocultação da verdade não pode ser considerada autodeterminação, porque lhe faltam básicos elementos cognitivos? **d)** Se, por erro nosso, das forças do nosso Estado (e, talvez em grande medida de mim mesmo) se nos escaparam os elementos que poderiam comprovar a versão verdadeira, revelada pelo investigado, de que serve insistir nessa versão ao mundo?

e) Daí, se decidirmos por aceitar a proposta do investigado, quais poderes legais temos de renunciar a tal persecução? **f)** É possível, **legalmente**, curvar a ação penal à conveniência dos interesses do País em esfera de relações internacionais? **g)** Ou existem momentos em que, mesmo em um Estado Democrático de Direito como o nosso é ou pretende ser, o interesse político, no bom sentido da expressão, se pode sobrepor à lei penal? Preciso das respostas.

Aguardo-os na quinta-feira,
o Ministro.

Personagens:

San Fermín, nação caribenha.

Flávio Kathetter, 58 anos, médico

Alfredo Gutiérrez, 55 anos, presidente de San Fermín.

María Hernández, vicepresidente de San Fermín.

Porfirio Doroteo, Almirante e Ministro do Interior de San Fermín.

Mezger, 57 anos, médico caribenho, desaparecido.

Chucrutti, 28 anos, médico residente.

Enfermeira-Chefe, hospital Rottweil.

Vicente Lima, 59 anos, Médico Cirurgião.

Hermenegildo Cobranza, Delegado.

Hermes Duarte, Advogado.

Comandante Kratzopoulos.

Heleno Fagundes, estagiário.

Shirley, jovem.

Caso 04

O Posto de Gasolina

Resumo: Componentes de uma quadrilha decidem roubar um posto de gasolina. Os líderes, sabedores de que o mais jovem do grupo é extremamente violento, permitem que ele porte apenas uma arma de brinquedo. Quando se descobre que o adolescente, por sua própria conta, levou escondida uma arma real, já é tarde para evitar que ele assassine um dos frentistas do local assaltado.

Complexidade: Alta.

Temas: Erro de Tipo – Tentativa: Crime Impossível, Desistência Voluntária – Culpabilidade – Concurso de Pessoas: coparticipação dolosamente distinta, Participação de Menor Importância – Concurso de Crimes – Homicídio/Roubo/Roubo Tentado/ Latrocínio – Bem Jurídico – Estado de Necessidade – Legítima Defesa – Contraposição de Versões.



CASO 04:

Posto de Gasolina

Temas:

Erro de Tipo – Tentativa: Crime Impossível, Desistência Voluntária – Culpabilidade – Concurso de Pessoas: coparticipação dolosamente distinta, Participação de Menor Importância – Concurso de Crimes – Homicídio/Roubo/Roubo Tentado/ Latrocínio – **Bem Jurídico** – Estado de Necessidade – Legítima Defesa – Contraposição de Versões.

SUGESTÃO DE RESOLUÇÃO

O caso é de complexidade porque demanda a análise de um vídeo com grandes detalhes e depoimentos controversos. Mas seu grau de dificuldade reside principalmente em conseguir interpretar a complexa relação entre as ações, o dolo e os resultados, em um crime de roubo com morte. O uso de uma arma de brinquedo, um revólver verdadeiro inapto a atirar, o erro de alguns componentes da ação no que concerne aos fatos em que estavam envolvidos (a exemplo de uma simulação de ordem de matar que é inequivocamente interpretada) transformam a relação entre de concurso de agentes em uma discussão apurada sobre co-participação dolosamente distinta. Ou seja, é um caso de complexa análise dogmática, que envolve técnica apurada.

Entretanto, pode ser utilizado para alunos que iniciam o Direito penal parte geral, exatamente para **demonstrar** como um fato aparentemente simples, um latrocínio como tantos que lamentavelmente estão em nosso

cotidiano, envolve um complexo de elementos teóricos, com efeitos práticos evidentes: uma condenação por latrocínio (uma das maiores penas cominadas do ordenamento) ou uma absolvição, em virtude de fato não punível, derivam “simplesmente” do referencial teórico adotado pelo intérprete. É nesse sentido que, algumas vezes, apliquei o exercício como o primeiro a uma turma que inicia direito penal, e os efeitos foram ótimos. Hoje, prefiro aplicar quando a matéria coincide com **tentativa**, mas não é obrigatório.

Paralelamente, a conhecida questão da figura do roubo não consumado com a morte consumada e suas **quatro** possibilidades lógicas de solução também ocupa parte do debate. O professor pode optar por suprimir essa controvérsia, mas para o aluno iniciante também é recomendável que conheça mais esse fator de polêmica.

Deve-se então simular um julgamento por uma câmara, de 05 julgadores. Em geral, escolhe-se uma equipe de acusação, composta de ao menos três alunos, que se encarregarão de *formular uma denúncia escrita* e encaminhá-la ao mediador (vide instruções gerais) para que os defensores tenham acesso a ela. Formulada a denúncia, é marcada data para julgamento, que contará com fala dos seguintes atuantes:

01. Acusador (sugere-se 03 componentes).

02. Defesa de Claudeir

03. Defesa de Hermeto

04. Defesa de Melissa

05. Defesa de Jefferson (revel)

06. Julgadores (sugeridos 05).

Total de participantes: **12 alunos ou mais.**

Tempo estimado de debates: **2h** aprox., com 20 min. de fala para cada parte.

A câmara de segurança do posto de gasolina não deixa dúvida sobre o que ocorreu: um roubo com morte.

O filme, para o que interessa aos fatos, deve ser iniciado quando os caracteres marcam 22h46min30s. Vê-se o posto de gasolina apenas com dois funcionários em perspectiva, o mais próximo à câmara é aquele que será morto minutos depois. Este se denomina **Funcionário 1** e aquele **Funcionario 2**, conforme legenda. O **funcionário 1** aparece mais clara-

mente nas imagens em geral de pouca definição neste primeiro momento, em que seu rosto é iluminado pelos faróis do carro que se aproxima. Esse carro, prateado, pára ao lado da bomba de álcool e dele descem três homens, que também numeramos (homens 1, 2 e 3). O rosto do **homem 1** – o mais velho, que aparenta seus sessenta anos – se pode identificar com perfeição logo quando desce do veículo. Ele saca da cintura uma arma (nota-se que é um revólver cano longo) e vai em direção ao **funcionário 2** que está mais ao fundo, sai de cena, mas dez segundos depois volta a aparecer, já dominando o **funcionário 2**, revólver na nuca. É o momento em que o carro arranca e também sai do alcance da câmera, mas se pode ver que no veículo não há ninguém além do motorista. O motorista, aliás, é o único cujo rosto não se reconhece nas filmagens: se ao sair chega a passar defronte à câmera de modo a que o veículo ocupa quase metade da tela, visto de frente, o reflexo das lâmpadas do posto no pára-brisa impede vislumbrar as feições. Porque não se tem qualquer chance de identificação pelas imagens, deixa de receber legenda numerada.

Quando o carro sai, marca-se 22h46min59s. É o momento em que se vê o rosto, em relance mas com possibilidade de identificação, do **homem 3** (o jovem de boné) que poucos minutos depois faria o disparo fatal. Ele segura com a mão esquerda o cotovelo direito do **Funcionario 1** e, com a mão direita, o que parece uma pistola grande. Ficam algum tempo os dois quase parados, enquanto o **homem 2** atravessa sozinho da direita para a esquerda da tela, onde se sabe que está o caixa, e sai de cena. Agora a legenda marca 22h47min30s e, caso se congele a cena, vê-se o seguinte quadro: o homem 2 está de volta – cruzando da esquerda para a direita do vídeo – de braços abertos, desarmado, já quase no meio do quadro. No canto superior esquerdo, o **homem 1**, ao lado de uma bomba de gasolina, oculta grande parte do seu corpo por detrás do **funcionário 2**, por ele dominado, mas se vê que aponta sua arma (cano longo) na direção do **funcionário 1**, dominado pelo **homem 3**, não como quem ameaça atirar, mas como quem faz um gesto qualquer, mas tem a mão ocupada pela arma. Descongelando-se a imagem, nota-se que há um diálogo entre o **Homem 1** e o **homem 2** (este no centro do vídeo) referindo-se ao **homem 3**. Agora sim, o **homem 2**, que até então não aparentava portar arma, tira de sob a blusa um revólver negro e pequeno e estica bem o braço a fim de mirar diretamente o corpo do **funcionário 1**. Estão então enfileirados o **homem 2** (ao centro), o **funcionário 1** (inferior direito) e,

logo atrás dele, o **homem 3** (vê-se apenas parte do boné), que até então era o único que ameaçava o **funcionário 1**.

Agora a cena requer atenção: quando a legenda marca 22h48min15s, o **funcionário 1** (parte inferior do vídeo) é projetado ao chão, na direção do **homem 2** (centro), porém não chega a alcançá-lo. Embora apareça apenas parte do boné e a mão esquerda do **homem 3** no vídeo, percebe-se que foi essa que empurrara o **funcionário 1** ao chão. Simultaneamente, o **homem 2** dá passos para trás, afastando-se do **funcionário 1**, que, ainda que em decúbito ventral, recebe um chute pelo **homem 3**, cujo corpo volta a aparecer no vídeo.

Congela-se de novo a cena: o **homem 3** está em pé sobre o **funcionário 1**, este que se encontra com a mão direita ao chão, dando impulso para virar o rosto para cima, apesar do peso que suporta. Nota-se que o **homem 3** soltou sua arma, não apenas largando-a ao solo, mas atirando-a à frente (sentido da direita para a esquerda do vídeo). Nessa cena congelada, vê-se claramente que a arma está voando, à altura da cintura do **homem 3**, já a uma distância de aproximadamente metro e meio dele. Vê-se, pelo sentido de movimento mesmo na imagem parada, que o **homem 2** dá novos passos atrás. O **homem 1** e o **funcionário 2** não aparecem na imagem, a não ser como um vulto no canto superior esquerdo, atrás da bomba de gasolina.

Segue a cena com o **funcionário 1**, deitado, alcançando totalmente o decúbito dorsal, levando as mãos aos olhos e o **homem 3**, que já não está sobre o **funcionário 1**, dispondo de nova arma (ainda se vê à esquerda da tela sua arma antiga ao chão). Percebe-se que o gesto do **funcionário 1**, de subir os braços à frente (para cima do vídeo) é como que para pedir clemência, postas as mãos. O **homem 3**, ainda assim, sem curvar o corpo, depois de dezesseis segundos de mira, dispara aparentemente em direção ao rosto do **funcionário 1**. Embora a cena não tenha áudio, se podem contar duas chamadas longas, indicadoras de projéteis de grosso calibre. Mas não há como identificar perfeitamente a nova arma do **homem 3**.

Agora a cena deve passar quadro a quadro, para que se evitem ilações que a imagem não permite. O **homem 1**, ao fundo, permanece absolutamente imóvel, ainda dominando o **funcionário 2**. O **homem 3** está ainda com a arma apontada para o **funcionário 1**, ou para seu corpo que, pela posição assumida, já não tem vida. O quadro avança e se nota que o **homem 3** continua olhando o corpo, mas vai baixando a arma e a cabeça

(corpo ereto), enquanto o **homem 2** dá um passo longo, como quem inicia corrida, em direção ao **homem 3** (da esquerda para ao centro do vídeo), que ainda olha para baixo. Com algum esforço se vê que o **homem 3** mexe o lábio, como se conversasse algo, mas não se sabe com quem. O **homem 2** se aproxima e aponta sua arma (revólver cano curto) para o **homem 3**, sem disparar. Mas, caso se repare com mais atenção (para isso é necessário câmera mais lenta, sem no entanto congelar-se) nota-se que o braço do **homem 2** se movimenta para trás e para diante (para a esquerda e direita do vídeo, respectivamente), o que autoriza afirmar certamente que ele tenta disparar a arma, que não responde, embora a definição não permita identificar o movimento de seu dedo no gatilho. Ampliar a imagem, infelizmente, só piora a visibilidade, pois essa perde a definição.

O **homem 3** em seguida alça os olhos e percebe a arma do **homem 2** apontada para si e corre, saindo de cena à direita do vídeo. Nota-se que o **homem 3** olha em direção ao **homem 2** que se afastou, pode-se ver seu rosto agora com perfeição. O **homem 2** levanta os dois braços, com a arma, em sinal de rendição, mas é atingido por um disparo. A câmera não consegue captar o disparo efetuado, mas percebe-se nitidamente que ele veio da direção de onde deveria estar o **homem 3**. Caso se calcule ainda que grosseiramente o centro de gravidade do corpo do **homem 2** e se projete com um desenho seu movimento (da direita para a esquerda do vídeo), pode-se afirmar que o projétil lhe atingiu na altura do peito. Às 22h50min22s, a cena congelada coloca o **homem 2** baleado, ajoelhado quase em frente ao corpo do **funcionário 1**. O **funcionário 2** com as mãos firmes à cabeça, a expressar nenhuma volição de reagir, e o **homem 1** saindo para a esquerda do vídeo. Se continuamos o vídeo, vemos apenas o **homem 1** guardar a arma e seguir caminhando, sem qualquer alteração no passo, em direção contrária ao **homem 2**, que, com a mão no peito, levanta-se e corre a passos largos, cambaleando, para o outro lado do vídeo, também saindo do alcance das câmeras.

Presos os envolvidos no crime (ao menos tal qual demonstra o vídeo) à exceção do **homem 3** e apreendida somente a arma abandonada no local pelo mesmo **homem 3**, a qual, periciada, demonstra ser de brinquedo e portanto inapta à letalidade. Agora o vídeo é mostrado a todos os interrogados, que assim respondem:

Claudeir Fonseca, 57 anos de idade:

Não tem dúvida, não, eu sou esse identificado como **homem 1**. Falar o quê, que esse sou eu mesmo. Me desculpem se eu falo devagar, estou muito doente. No dia desse assalto aí eu já estava bem doente, e hoje estou pior. Faz quanto, dois meses? Nem isso. Até tive que ir para o hospital e agora estou assim, não digo isso pra deixar ninguém com pena, ninguém com dó. Estou ruim mesmo, o peito fraco, a cabeça fraca. Então se eu esquecer alguma coisa o senhor me alerta, me interrompe, porque essa historia tem uns detalhes que não posso deixar passar, que eu acho importantes. Nunca tinha me metido numa confusão dessas. Claro que tenho antecedentes, puxei cana de quase nove anos, digo confusão por causa do jeito que as coisas aconteceram. Respirar um pouco, posso? Água, mas sem gelo, por favor. Dói o peito, desculpa. Eu fiquei três meses no Centro de Detenção Provisória pra ser julgado em furto qualificado, outro processo. Fugi. Abriram a porta da cela e eu saí do jeito que estava, sem camisa, sem chinelo. Fui parar na favela, um churrasco, não era o meu canto, não era o meu bairro, mas as coisas estavam perigosas. Fiquei lá um mês, dois, entocado, um dia fui pra uma festa dessas, meu pulmão não estava esse estrago que está hoje, eu juro que fecho o olho e só penso em minha cama, na cela mesmo. Descanso, febre. Então conheci esse Hermeto, ele tinha vontade de movimentar, garra, mas pouca experiência. Entenda uma coisa, alguém na minha idade, naquela condição de foragido, atrai esse tipo de gente, de proposta. É verdade, quem vem conversar comigo só fala de assalto, de arma, de droga, de trilha, de treta. Perdão, deixa eu respirar. Me excitei. De trilha pra passar droga, pra passar arma. A historia do posto, por exemplo, me deram a letra assim: quinta à noite encosta o dinheiro para pagar os caras do esquema de batizar gasolina. Não me pergunte mais que eu vou te dizer que não sei responder, porque as bactérias estão no cérebro. Existe alguém que recebe grana alta no posto toda quinta feira. É, por conta da gasolina com água e álcool. Então eu volto pro Hermeto. Conheci no churrasco, ele perguntou se eu tinha alguma ideia, eu respondi que estava novo na favela, mas já tinham me cantado a teta que era o posto de gasolina, eu atraio proposta e informação. Precisava só de um carro e três homens, um deles motorista. No dia seguinte (ouve esses detalhes doutor, que esse crime não é só cena de câmara escondida, não), ele me traz um casal de jovens,

o Jefferson e a Lissa, que não é tão jovem assim. Aliás, o rosto dela me pareceu até um pouco familiar. Lissa dirige muito bem, eu estou velho mesmo. Tempos mudam, não é? Quem diria que algum dia eu fosse acreditar que a melhor motorista é uma mulher? Mas aquele Jefferson estava visivelmente fora de controle mental, a cara cheia de crack, maldito. Quer dizer, coitado, Deus que me livre desse inferno. Eu não conhecia mais gente por ali, só tinha a meu favor experiência e informação, e dessa experiência... [tosse, tosse profunda. Pausa] Dessa experiência tirei que esse Jefferson podia aprontar sério, o garoto tem sangue nos olhos. Isso é um risco, sangue nos olhos. Entende agora onde eu estou querendo chegar? Sou bandido velho, se preferem dizer assim, mas nunca quis a morte de ninguém. Muito bem, escuta só. Quando o Jefferson e a namoradinha dele... Hein? A Lissa era namorada dele sim, quando os dois saíram, eu logo falei pro Hermeto que não queria o casal comigo. O moleque tinha sangue no olho, e quem tem sangue no olho tem que ficar fora dessas paradas. Desculpe, me falta fôlego, mas as idéias estão aqui, ainda tenho o que dizer, mas as idéias antigas voltam, eu repito. Repito e não avanço. Onde eu estava? Ah, que o Hermeto respondeu algo assim 'O moleque sabe que é violento, está dominado', eu não entendi, 'Que historia é essa?'. Falou que já tinha dito mais de uma vez pro Jefferson que ele era descontrolado, e então que ele conversaria com o menino, quem com certeza não se incomodaria de usar arma de brinquedo, que assim não matava ninguém. E assim foi, do jeito que está no filme, disse nada a acrescentar. Que eu falei claramente que não queria morte, que planejei tudo com a condição de que não houvesse morte. Verdade. Eu disse pro Hermeto, se você me garantir que ninguém morre... Ah, eu ia esquecendo, essa doença, a garganta dói e vai dando um enjôo assim forte, o olho lateja e esquenta, eu sei que é febre. Doutor, se eu pudesse continuar falando depois, outro dia. Não? Então, eu disse pro Hermeto, me dá garantia de que ninguém morre. Quando planejamos o assalto, eu disse pra ele que, caso demorasse a aparecer o dinheiro de batizar a gasolina, eu gritaria pra ele matar o frentista. Mas simulado, entende? O Hermeto entendeu. Eu disse claramente "Eu vou mandar matar, mas é sopro, é blefe". Ele concordou, ele sabia que não era pra ter morte. Eu posso provar que eu não queria morte, que eu tenho alguma coisa importante pra falar, coisa que eu fiz, que não é mentira,

mas a temperatura está me fazendo fugir as idéias, os pensamentos. Quando eu era inexperiente eu vinha pra interrogatório querendo falar pouco, querendo que acabasse. Olha, doutor, põe de novo a cena, que me ajuda a lembrar. Isso. Descemos os três do carro, ta vendo?, a Lissa vai embora. Parou o carro na esquina, quase na esquina. Eu domino o frentista, o Hermeto vai atrás da grana. Não consegue. E volta. Então eu grito pra ele, pro Hermeto-homem-2 eu disse “Mata um, mata um que a grana aparece”, tudo teatro. Terror, o que move o assalto é o terror, não a violência. Pára aí. É o momento em que o Jefferson leva a sério a história de matar o frentista, porque não combinei com ele, esqueci. Tivesse melhor memória tudo seria diferente, mas pensa comigo: combinar por quê, se ele tinha arma de brinquedo? Se o Hermeto me garantiu que a única condição de ele vir pro movimento era que aceitaria vir desarmado. Desculpe, esses pulmões, a cabeça. Doutor, se eu pudesse fumar um cigarro, ia me ajudar a dizer o que eu quero, tento manter a calma, porque não posso esquecer essas coisas importantes, meu pulmão até melhora. Um cigarro forte limpa a hipófise, aqui nas vias aéreas. Então, vê? O Jefferson achou. Melhor: O Jefferson deve ter achado que era ordem séria a de matar, porque queria se mostrar, porque me respeita, não sei. Mas eu juro que disse *pro* Hermeto, a ordem era *pro* Hermeto. Não vi de onde o menino tirou outra arma, mas vi quando ele largou o brinquedo – brinquedo mesmo – dá pra ver no vídeo. Ele matou o homem, e quando o Hermeto deu que o Jefferson tinha poder de fogo, esperou uma distração pra matar ele. Por quê? Treta deles, eu não sei. Se soubesse, doutor, não falaria. Espera, não é o que eu quero dizer. Quero dizer que não sabia, mas desconfiava. Pra ele ter dito assim que ia trazer o menino, que o menino ia desarmado. Sou rápido para essas coisas, pedi para o Hermeto apresentar todas as armas para eu revisar quando estávamos no barraco e na hora que ele distraiu troquei as balas do 38 dele por umas bem molhadas que não estourariam nunca, da cachaça dele eu já tomei muito. Venho falar a verdade, quando deu a morte dissipamos tudo, aborto. Tanto assim que nem deu tempo de quebrar a máquina de gravação, hoje em dia não é mais fita, é computador. Ou o senhor acha que um homem experiente como eu fica de bobeira posando pra câmera escondida? Então, doutor, eu estou correndo risco de vir te contar isso, mas essa é a frase, que eu trouxe anotada mas não porque

é mentira, ao contrário. Só não queria esquecer, a febre, eu fecho o olho e vejo minha cama na cela, estou tão mal que minha cela me parece confortável, na cadeia a gente diz que na guerra urubu é frango, acho que estou delirando já. Calma. O que preciso agora é falar esta frase: ‘eu fiz tudo o que podia para garantir que não houvesse morte. Tudo’. Acho que eu expliquei bem, se eu pudesse fumar e voltar.

Hermeto Silva, 32 anos.

Eu mesmo, homem 2. Essa é a cena do assalto de que eu participei, sim senhores. Sem grande novidade, está tudo dito. Quem planejou tudo foi o Claudeir, cadeeiro velho. Chegou com essa proposta, pode ver que eu entrei de gaiato, não tenho passagem, sou mais ficha limpa que muito candidato ao governo, escreve aí. Claudeir saiu da cadeia, se enfiou na minha vila e veio com proposta de assaltar o posto de gasolina que fica na avenida da frente. Estou sem dinheiro, sem emprego, topei. Falta estudo, e vai piorar agora que meu braço é inválido, mas darei um jeito, se Vossa Excelência me colocar na rua. Se entender o que ocorreu, me porá na rua. Me diz, pra que algema, se meu braço direito ficou totalmente paralisado, o braço que eu segurava arma. O Claudeir planejou, fez uns amigos no bairro, inclusive o Jefferson, que aparece aí como homem 3. O Jefferson e a namorada dele, dois que não valiam nada, nunca valeram. Digo isso sem maldade, é que o único trabalhador dos quatro era eu. Não tenho passagem, doutor. Anotou? Então, quando planejamos, fiz questão de tirar a arma do Jefferson, de dar pra ele arma de brinquedo, porque todo mundo dizia que ele era violento demais. Daí o Claudeir, que planejou tudo, que dava as ordens... O Claudeir disse que ele ficaria com arma de brinquedo, ele aceitou quieto. O Jefferson, é. Então, no meio do roubo, o Claudeir me mandou matar o frentista, justo o frentista que o Jefferson dominou. Pode passar a fita aí, sim senhor, mas já me mostraram tanto essa gravação, deu na tevê, vi na delegacia, vi no hospital um milhão de vezes. Esse é o Jefferson, sim, o de boné, muito bem. Então eu dizia, o Claudeir dava as ordens, planejava. Ele tinha me dito antes que mandaria eu matar o frentista só para dar susto, que não era para matar. E, pensa comigo, se eu não matasse, ninguém matava, claro. O Jefferson não tinha arma. A gente achava que não tinha. Então foi assim, o Claudeir me mandou disparar, eu não dispararia, mas deu a

louca no Jefferson, que tirou uma arma que trazia escondida. Arma de verdade. Jogou a arma de brinquedo na nossa frente, no chão, pra provocar, desafiar. Queria mostrar que estava armado. E sacou a arma de verdade, e disparou com crueldade no frentista. Crueldade, eu disse, sangue frio. Ele ia matar todo mundo, doutor, aí eu tentei atirar nele, não para matar não, para ver se anulava ele, um tiro no ombro, na perna, não lembro. A arma não disparou, ele ficou com raiva quando viu o meu ato, que no fundo era um ato pacifista. Um ato de paz, de não causar mais morte. Ele notou o que eu tentava fazer, mas minha arma não disparou. Sabe, doutor, minha arma era uma canelinha seca, uma garruchinha que não dispararia mesmo de tão velha, eu deveria ter levado isso em conta, minha falta de inteligência e de prática me custou caro, sou iniciante, arrependido e sei que vou parar por aqui, se me derem essa chance, reinserção. Reinserção social. Pode ver na cena, o Jefferson vê que minha arma falhou, corre, de costas pra mim, eu não atiro com ele de costas. E então ele se vira de repente e me dá um tiro só, pra matar mesmo. Eu caí, mas nessas horas a dor é menor, a gente quer a vida, não é? Levantei e saí correndo, fui pro hospital, me prenderam na ambulância, foi isso. Não tivesse sido preso, este braço hoje se moveria, certeza. Não, não quero dizer mais nada. Que fiz o roubo que nem fiz porque não ocorreu, e a morte... A morte eu tentei evitar. De mim, não saiu crime nenhum.

Melissa Giannini, 26 anos.

Era eu quem estava dirigindo o carro, sim. Não aprendi a dirigir em nenhum lugar especial, na verdade dirijo é muito mal, nunca tive carta, o que tive foi um namorado dono de um Opala de corrida que me ensinou a mudar marcha, fazer manobra, uma ou outra. Ele morreu, mas não foi de acidente de racha nem muito menos. Ah, entendi, alguém deve ter soprado que eu fui chamada pra dirigir porque sou boa pilota, mas não é isso não; é que ninguém desconfia de mulher no volante, assim parada esperando levanta menos suspeita. Sim, senhores, eu entendo a importância do meu depoimento, já tive passagem mas só quando era menor, não sei se isso conta alguma coisa. Por que vocês me perguntam se eu dirijo bem, se eu nem tentei fugir da via-tura? Eu não posso fazer pergunta? Pois já fiz duas, não sou tonta, percebam que eu não sou tonta. Jefferson é o terceiro namorado que

tenho que está viciado em pedra, os outros dois morreram, inclusive esse do Opala, execução. O Jefferson vai no mesmo caminho, eu tenho mais alcance intelectual, mais janela e visão ampla, por isso dou o toque pra ele, até onde é possível, até onde a mente deles entende, alcança. Estudei sim, terminei ensino médio e só não entro em faculdade porque agora tenho vida de bandida, e bandido foge. Agora faz tempo, entende? Vem o Jefferson um dia em casa e me diz que temos que ir conversar com o Hermeto, que ele tem uma fita boa. Ele estava preso nas fitas com o Hermeto porque devia muita grana pra ele, e isso é perigoso. Dever pra traficante é pior que dormir na jaula com a onça, anota isso. O Hermeto? Maior traficante da vila, todo mundo sabe disso, inclusive a polícia. Que não informa que o Hermeto é traficante porque achou mais fácil pegar ele em outra treta, foi o que aconteceu, 157 filmado, quer mais o quê? É 157 ou 121? Porque morreu gente, né? Sei, não faço perguntas, principalmente as perguntas muito difíceis. O quadro era o seguinte, no que eu estava dizendo: meu Jefferson devendo as cuecas pro Hermeto e estava então tudo com cheiro de mais uma execução, mas como o convite era pra uma festa, lugar público, nós fomos ver se o Hermeto estava falando sério no negócio da fita, e aparentemente estava mesmo. Apresentou pra gente o Claudeir, que eu conhecia de outras paradas mas fiquei quieta, ele só riu pra mim porque ele é cadeeiro velho e eu não comecei ontem também, fingi que acreditei que ele era um cara de outro canto, outro lado da cidade, experiente. Conto isso agora pro Claudeir saber que eu o respeito. E só, naquela festa. Bebemos, o Jefferson consumiu as coisas dele e fomos embora, eu de guarda-costas. Aí me vem o Jefferson dois dias depois dizendo que no boteco encontrou um piolho que contou tudo para ele como iria ocorrer com o Claudeir, a gente ia fazer uma fita no posto de gasolina, tudo esquematizado, mas que ele usaria arma de brinquedo. Arma de brinquedo? Só ele? E o Hermeto vai, ele vai junto? O Hermeto já não mete os canos faz tempo, digo, não atua ele mesmo, fica sempre fazendo dinheiro com as pedras dele, história estranha, e manda um fulano, que ninguém sabe quem é, dar recado em detalhe? Quer dizer, nada de estranha, só mentirosa, na real a coisa era um arroz com feijão, esse filme eu já vi igualzinho: Jefferson ia ajudar no roubo e depois ser executado, e não poderia reagir porque tinha arma de brinquedo. Eu disse isso a ele, Jefferson, eles vão

te executar, por isso vêm com essa história de playmobil, ha!, dedo leve que ele tem, se estivesse armado podia morrer mas levava gente com ele, dito? Se acuado, ele reage, mas só assim. Pois não foi isso que aconteceu?, passa o vídeo: o Jefferson troca a arma por aquela que eu mandei que ele levasse bem escondidinha, arma de homem, com bala de verdade, só para obedecer à ordem do chefe. Do mais velho. Fez pra obedecer, porque o Jefferson não tem nada de rebelde como se diz, é um cão pastor: mandou, ele obedece. Só atirou porque o Claudeir deu ordem, não sabia que era teatro, que era só pra fingir, porque ele no momento não levou em conta que estaria de fora da combinação, mente curta, e olha que eu tinha avisado, mas adianta? Ninguém tentou impedir o Jefferson de matar, olha o vídeo, dava tempo de mandar ele parar, cão pastor é assim, manda fazer e manda desfazer, ele obedece. Ali ele era só alvo, era só caça, por isso ninguém combinou nada com ele mas gostou que ele matasse, eu acho, não sei, sei que ele era um cadáver que andava e pronto. Tem mais algum mistério?: batata o que eu disse, quando o Hermeto viu que o Jefferson estava armado, foi com pé de pano executar ele no posto mesmo e aí provou do próprio veneno, porque está na cara que sabotaram a arma dele também, ora. Te digo, conheço Claudeir e o respeito. Deu no que deu. De resto é isso, o Jefferson foi o único que entrou no carro mas desceu na quadra seguinte porque eu determinei assim, e eu tentei fugir dirigindo mas encontrei a viatura, no flagrante mesmo só eu fui pega. Aí disse no auto que somente falaria em juízo e fui pra cela. Fiquei lá um dia todo, pensando bem em toda a sacanagem, sabendo que eu já estava jurada mesmo, que naquela história do posto era pro meu namorado morrer e eu também, ainda mais quando notassem que fui eu que meti na cabeça dele que era execução disfarçada, que eu fiz ele levar uma arma de verdade. Vocês viram, ele deu um tiro só no Hermeto, e nem foi pra matar que pegou de raspão e o Jefferson tem pontaria. Ele só se defendeu, a imagem é claríssima, correu e depois disparou para desencorajar o Hermeto de lhe dar mais tiros pelas costas. Onde eu estava? Ah, no flagrante. Dia seguinte de manhã a carcereira chegou na cela com dois homens e disse pra eu pôr as mãos pra trás e me botaram um capuz na cabeça, foram me levando cega e algemada pelo corredor e a voz do homem me disse que o caso tinha dado imprensa, que agora eu ia ter que falar tudo porque iam pegar todo

mundo por bem ou por mal. Eu disse que não precisava me bater não, que falaria de boa. E contei a história que ele puseram no papel como se eles tivessem descoberto nas tais diligências e investigações. Capuz mudou de nome. Na conversa com a polícia perguntei se alguém encontrou a arma do Hermeto, pra ver se ela tinha balas de papelão mesmo. Ninguém encontrou. Eu perguntei como o Hermeto fugiu, se ele estava baleado e eu sumi com o carro, ninguém sabe dizer. Eu sei: ele tinha um staff todo esperando ele pra depois da execução, era gente que ia dar apoio na queima que ele planejava: o Claudeir, o Jefferson e eu. Ia matar o Jefferson, depois o pessoal entrava no posto para matar o Claudeir, e então ele fazia uma dupla jogada: eliminava o Jefferson que estava devendo pra ele e tinha que morrer para dar exemplo. Exemplo de que quem deve pra ele morre, poxa, vocês são crianças ou o quê? Ah, não posso fazer perguntas, eu vim pra responder. Então respondo: ele mataria o Claudeir porque na verdade era concorrência, ou você acha que um cadeeiro antigo vai parar em vila nova a troco? Veio esse Claudeir ganhar o movimento, ver quem manda, ver se era difícil dominar o comércio do Hermeto, claro. Acho que ali era um ou outro, então também não descarto que o Claudeir tenha trocado as balas do revólver pra ele mesmo aproveitar e fazer execução. E era fácil dizer que a fita do posto não tinha dado certo, que um polícia-vigilante reagiu e baleou, e isso e aquilo, compreende? Ele assumiria os negócios do Hermeto naturalmente, sem criar vingança. Claudeir é gênio, pensa nisso... Bom, volta pro Hermeto. O pessoal dele o levou pro PS da periferia, ficou lá umas horas ameaçando qualquer médico que caguetasse ele, até cair no conto de que precisava ser transferido para Hospital grande e, no caminho, como quem não quer nada a polícia interceptou a ambulância e já sabia de toda a fita, quem era quem, até porque eu nessa hora já devia ter entregue todo mundo. No fim de tudo os únicos que têm chance de sobreviver sou eu se Vossas Excelências me derem salvo-conduto e entenderem que eu só fui mesmo pra proteger a vida do meu namorado, porque nem tinha esperança de receber nada desse roubo, que desde o começo não existia, era pura armação. Sumo então nesse mundo. E o Jefferson, é verdade, que conseguiu dar o pinote, que hora dessas o menino está fugido no outro lado da cidade colocando até aspirina para vaporizar na marica ou arranjando dívida com outro vagabundo em alguma pensão da Luz,

vício é a pior coisa, acho que ele não tem nem vinte anos, sabia? E já vive na Luz, onde ninguém atira a primeira pedra. Na situação dele, até que chegou muito longe. Eu não uso nada, não.

Proposta:

Neste trabalho, promova acusação, defesa e sentença dos **quatro** réus, considerando apenas as provas do exercício. Note que, muito provavelmente, os réus terão defesas conflitantes, o que implicará defensorias independentes.

Personagens:

Claudeir Fonseca, 57 anos, (homem 1).

Hermeto Silva, 32 anos, (homem 2).

Melissa Giannini, 26 anos, (motorista).

Jefferson, 21 anos, (homem 3).

Caso 05

O Grupo de Extermínio

Resumo: Em uma reunião dentro do gabinete, o Governador do Estado, o Secretário de Segurança e alguns agentes da lei decidem assassinar líderes do crime organizado para conter uma onda de violência. Descoberta a ordem ilegal surgida do próprio Governo, o Presidente da República resolve, no uso de suas atribuições, conceder indulto pessoal ao referido Governador do Estado. O caso vai para julgamento na Suprema Corte da Nação.

Complexidade: Alta.

Temas: Concurso de Crimes – Concurso Material e Concurso Formal – Extinção da Punibilidade: Graça e Indulto (cabimento) – Autoria e Participação: esfera organizada de poder público – Dosimetria da Pena – Obediência hierárquica – Comissão por Omissão – Homicídio – Qualificadoras – Controle de Constitucionalidade penal – Criminologia – Política Criminal – Segurança Pública.



CASO 05:

O grupo de Extermínio (O Extermínio e o Indulto)

Temas:

Concurso de Crimes – Concurso Material e Concurso Formal – Extinção da Punibilidade: Graça e Indulto (cabimento) – Autoria e Participação: esfera organizada de poder público – Dosimetria da Pena – Obediência Hierárquica – Comissão por Omissão – Homicídio – Qualificadoras – Controle de Constitucionalidade penal.

SUGESTÃO DE RESOLUÇÃO

Tal como o caso 04, este tem alta complexidade probatória. Deve-se então zelar para que o tempo, de preparação ou de debates, seja suficiente para lidar com as diversas causas que aparecem. Pode-se envolver um grande número de pessoas, principalmente porque há que simular um julgamento de **Tribunal Supremo**, desconsiderando-se eventuais outras questões processuais. O professor escolherá um grupo de alunos juizes (a compor um Pleno de Tribunal Constitucional), que se pode intitular Ministros do Judiciário. Como o importante é a matéria de fundo, não seria mau que o professor, se tiver estrutura espacial que o comporte, nomeie uma câmara com 11 julgadores. Assim, mais alunos podem participar e opinar sobre as diversas questões que se suscitam. O presente exercício pode ser feito até em conjunto com a matéria de Direito do Estado ou **Constitucional**, porque os debates tangenciarão essa seara.

Em geral, escolhe-se uma equipe de acusação, composta de ao menos três alunos, que se encarregarão de *formular uma denúncia escrita* e enca-

minhá-la ao mediador (vide instruções gerais) para que os defensores tenham acesso a ela. Formulada a denúncia, é marcada data para julgamento, que contará com fala dos seguintes atuantes:

01. Acusador (sugere-se 03 componentes).
02. Defensor do Governador do Estado.
03. Defensor do novo Secretário de Segurança Pública.
04. Defensor da Delegada Klein (a depender da denúncia elaborada).
05. Defensor do **ato** presidencial (Advogado da União).
06. Julgadores (sugeridos 11 pessoas, mas se pode reduzir para até 05 – vide instruções gerais).

Total de participantes: **19 alunos**.

Tempo estimado de debates: **02h**, com 20 min. de fala a cada parte.

A denúncia deve deixar bem clara a participação de cada um, mas note-se a proposta é julgar apenas aqueles que aparecem no vídeo, que são **funcionários públicos**. Dois deles, entretanto, têm a **punibilidade extinta** pela morte, como se pode notar na leitura do caso. Há outros crimes relatados, mas são acessórios, e a falta de detalhes acerca deles não permite uma resolução perfeita.

É relevante, aqui especialmente, que não se acrescentem provas ao caso, pois a dúvida em relação à valoração probatória é parte do debate. Deve-se assumir o texto como integralizando os autos, acrescentando-se somente denúncia e defesas. Faz parte do exercício lidar com as poucas provas que são costumam aparecer quando eventualmente os próprios responsáveis pela Segurança Pública (e, portanto, pela investigação) são os autores dos crimes. O professor deve aqui estar preparado para um debate **hiperrealista**, que comentará temas sociais delicados, os quais, em minha opinião – que sei não ser consenso – não podem passar ao largo do curso de Direito, mesmo na análise dogmática.

Pelo alto número de defensores e complexidade da fundamentação, é necessário reservar largo tempo. A acusação, por argumentar face a vários có-réus, tem o tempo em dobro de cada um dos defensores, salvo disposição diversa. Isso significa que, seguindo-se a sugestão acima, caso seja concedido um tempo de 20 minutos de fala a cada defensor, teremos mais de duas horas de fala, sem contar atrasos e interrupções naturais do debate.

Leve também em consideração que os votos serão longos e muito fundamentados, ou devem sê-lo. Sendo muitos os juízes, como propomos, a discussão certamente demanda tempo. Algumas vezes, elege-se um Juiz Presidente, que recolhe pela internet a íntegra do voto dos demais juízes, permitindo que estes apresentem, em sessão (aula) apenas seu posicionamento final, em resumo de seu voto. Quando toda a platéia e demais juízes têm acesso ao arquivo do voto, na própria sessão de julgamento, o que se faz facilmente por computador, o exercício fica bem interessante e de mais célere execução, desde que todos se comprometam a ler a íntegra das decisões.

O caso figura em todos os jornais, foi divulgado, em 27 de dezembro, como “furo” de reportagem, pela maior cadeia de televisão do país, e na internet facilmente se encontram as gravações, em vídeo, do diálogo que adiante será descrito. Portanto, a repercussão social é ampla também porque envolve as maiores autoridades do Estado, e a autenticidade das imagens com áudio em nenhum momento foi questionada. Somente permanece o mistério de quem realmente levou a público essa gravação, já que em tese tratou-se de um monitoramento da Polícia Federal no gabinete do Secretário de Estado, via autorização da autoridade judicial constitucionalmente competente para investigar, até mesmo, o próprio Governador. Percebe-se também que a versão do vídeo divulgada pela televisão e levada à web é uma edição, porque seleciona dentre imagens que, originariamente, foram captadas por três câmeras ocultas no mesmo ambiente: uma em cada canto da sala, e outra móvel, que parece estar escondida em um ponto alto da parede, que até dá ‘close’ nos personagens, o que significa que algum agente de polícia acompanhou a cena ao vivo, tentando captar com maior detalhe cada falante. Alguém até aventa que a câmera pode ser automática, para captar som e movimento, mas isso não faz diferença. O problema é o conteúdo do vídeo, que, ao contrário de o que em geral ocorre com as videocâmeras ocultas, tem excelente definição, além de um áudio perfeito.

Mas, antes tratar dessas imagens, é preciso pontuar alguma circunstância exterior. Entao, segue trecho da reportagem de capa da Folha da Capital, naquele dia:

Guerra do Crime Organizado causa doze mortes só na noite de ontem.

11.07.2012

Embora não haja informação oficial a respeito, uma facção criminosa desatou ontem na Capital uma onda de horror e morte: na madrugada, em um bairro da Zona Sul, dois bares foram literalmente metralhados e quatro dos seus frequentadores morreram; dois policiais, que passavam com viatura em um local próximo, foram atacados por homens com fuzis e metralhadoras e também morreram, no local do ataque, onde ainda está o veículo crivado de balas. Nele se podem contar, ao menos, sessenta marcas de projétil, como constatou um integrante de nossa equipe, que chegou ao local por voltadas 04h da manhã. Comenta-se que os ataques são resposta da facção criminosa ao assassinato do traficante *Mum-há*, quem teria sido baleado por policiais na cama do Hospital Público Sagrado Coração, onde estava internado por já antes haver sido alvejado em alguma outra ocorrência. O laudo mostra que, ali no hospital, cinco tiros perfuraram o seu peito e, um sexto, a cabeça, enquanto o preso estava algemado à cama, na verdade uma maca improvisada. Conforme testemunhas, a maca estava no corredor do Hospital.

Mas os ataques criminosos começaram ainda antes, ao anoitecer.

Quatro ônibus foram incendiados. De um deles três pessoas não conseguiram escapar (Filomena, 26; Maria Lúcia, 30; e Zenilda, 61) e morreram queimadas ou intoxicadas pela fumaça, ali mesmo. Na Zona Norte, após reagirem a uma abordagem, dois bandidos foram mortos por policiais da Força Especial. No veículo abordado havia um fuzil e três pistolas.

O saldo de mortes deve seguir nesta madrugada, já que as informações são de que os ataques continuam e toda a polícia está em alerta.

O tal vídeo, que agora é de ampla divulgação, foi gravado no dia em que fora publicada essa notícia. Trata-se da filmagem captada por câmeras ocultas, que visavam obter informações sobre atividades do Secretário de Segurança Pública, e estavam foram secretamente instaladas em sua sala de trabalho, dois andares abaixo de um dos gabinetes de despacho do Governador do Estado.

O vídeo.

A sala do Secretário é bastante ampla. Em frente à porta, depois do grande tapete e de duas cadeiras em madeira negra e veludo esverdeado, está sua mesa de trabalho. Ao lado direito da mesa, sob o ponto de vista de quem ocupe a cadeira do Secretário, está um ambiente com um pequeno sofá em couro marrom um tanto desgastado e duas poltronas pequenas, mediadas por uma mesa baixa e redonda, em que repousam um tabuleiro de xadrez em granito e um cinzeiro. Do outro lado, uma grande mesa de reuniões.

*O vídeo inicia quando na sala está apenas o Secretário de Segurança, um homem de cinquenta e poucos anos, relativamente magro e de barba rala e branca. Ele passeia pela sala com as mãos entrelaçadas para trás, depois senta e escreve em seu computador. Toma notas no único bloco de papel que há em sua mesa, usando a caneta prateada que estava de pé em um suporte de metal e mármore verde. Logo sua secretária, uma jovem muito bonita, vestida com roupas curtas, entra sem bater e lhe sorri, trazendo um vaso de cristal grande e aparentemente pesado, cheio de biscoitos brancos, que deixa sobre a mesa de reunião, e sai da sala, fechando a porta. Minutos depois, a mesma secretária bate à porta, abre-a e entram duas pessoas: a **Delegada Klein**, com seus quarenta anos, trajando roupa operacional negra, colete à prova de balas, botas de solado metalizadas e duas pistolas à vista. No cabelo, efeito de luzes. No seu peito se pode ver algum distintivo de tecido dourado. Com ela, o **Capitão Lima**, que aparenta ter quase cinquenta anos, de bigode pintado de negro e farda da Polícia Militar. Traz suas medalhas no peito. O Secretário vai à porta e levanta-se para receber os visitantes, que os cumprimentam com protocolar sorriso, um deles batendo continência. O Secretário pede para que a Delegada Klein tire o colete para ficar mais à vontade, e então os visitantes dirigem-se às duas cadeiras diante da mesa do Secretário, mas o Capitão Lima expressamente aguarda que este tome assento à mesa antes de acomodar-se. A Delegada senta-se mas logo se levanta e sai brevemente da sala portando o colete no antebraço. Volta trajando uma jaqueta também negra. Agora estão os três conversando ali.*

Secretário: Agradeço a pontualidade. O governador me ligou há pouco e disse que nos receberá em um par de minutos. Disse que nos trará uma surpresa. Na verdade, fala que tem uma surpresa para mim. Pelo tom, é boa coisa, e ele gosta desse tipo de mistério. É ótima pessoa.

Capitão Lima: O Coronel Pontes disse que está a caminho. O tráfego está terrível mas eu conheço o Coronel: recusa-se a ligar a sirene para os veículos de oficiais. Eu disse que o senhor tinha pedido para que viéssemos a seu gabinete.

Secretário: E ele?

Capitão Lima: Ele falou que vai diretamente ao do Governador.

Secretário: Pois de qualquer forma nos encontraremos. Sabem, pessoalmente eu não tenho nada contra o Coronel, apenas acho que ele quer poder demais para investigar a tudo e a todos. Creio que ainda não se acostumou, com todo o respeito, Capitão, à existência de autoridades civis. E nelas incluo o próprio Governador.

Capitão Lima: Eu nem poderia comentar isso, mas digo-lhe que o Coronel é uma alma justa, um homem que se dedica à Polícia vinte e quatro horas por dia. Ele respira segurança pública. Por isso, apesar de todas as divergências que pode haver mesmo em uma corporação como a Polícia Militar, ele é sempre o indicado para manter as informações e a disciplina em questões de alta complexidade. Ele sempre teve êxito nas grandes investigações, me entende?

Secretário: Você vem dizer isso pra mim? Melhor: ousou divergir e acho que ele tem sim investigações fracassadas no currículo. Sabe, o Coronel anda cruzando demais os limites de o que eu creio ser o Estado de Direito, então não posso dizer que ele me caia simpático. Porém já coloquei meu cargo à disposição do governador várias vezes, o que é uma hipocrisia porque esse ato é de um simbolismo risível: meu cargo está sempre à disposição dele, queira eu ou não. Não é assim?

Capitão Lima: (*rindo*) É verdade.

Secretário: Eu tenho que pensar em muita coisa. E não porque as eleições estejam chegando, nada disso. Reflito sobre o qual é o interesse do Estado, e sobre a situação gravíssima desses ataques da madrugada. Estão em todos os jornais. Comentam até que o Presidente ligou para o Governador por conta disso, mas é uma afirmação feita pela imprensa apenas. Nada confirmado, porque não falei pessoalmente com o Governador ainda. Ele e o Presidente conversam sempre, são amigos ou ao menos grandes companheiros de luta política. Klein, você conseguiu a informação sobre que matança foi essa no Jardim Amélia?

Delegada Klein: Dezoito mortos em conflito, mas a imprensa noticiou menos. Dois policiais militares assassinados dentro da própria viatura.

Secretário: E tudo iniciou-se numa bela tarde invernal, em que um menino explodiu um rojão que sobrou do São João e aí desatou o tiroteio, é isso?

Delegada Klein: A história é tremenda, temos tudo levantado, Chefe. Heraldo do Nascimento, conhecido como *Mum-há* era um cara de trinta e dois anos, traficante ali, pesadíssimo. Tomou um ou dois tiros de 45 no banheiro de um bar, de um agente da lei. Mas sobreviveu. Confusão geral já lá no boteco, os ladrões dali levaram o sujeito pro hospital geral do bairro, ele ficou na maca aguardando cirurgia. Não passaram cinco minutos, o mesmo agente entrou no hospital e terminou o serviço, na maca mesmo, no meio do corredor, na frente da enfermeira. Aí foram seis tiros de pistola, praticamente o agente rebitou o traficante na cama de ferro.

Secretário: Quem era o agente, Capitão?

Capitão Lima: Oficialmente, não se sabe.

Secretário: Capitão, não me subestime.

Capitão Lima: Secretário, entenda que...

Delegada Klein: Sargento Tobias, atuante do caixa-dois do segundo batalhão, mas que está afastado esta semana em virtude de problemas psicológicos. O Sargento foi reconhecido por foto na Delegacia de Polícia, porque a tal da enfermeira do hospital parece que namora o advogado que atende a favela ali, um sujeito destemido que diz que vai levar tudo adiante.

Secretário: Pois eu rezo pela alma desse advogado. Ainda mais se o deputado Freitas estiver na ativa com essa “limpeza” que ele gosta de patrocinar, não é Capitão?

Delegada Klein: Por fontes seguras, o Deputado Freitas está incommunicável quanto a grupos de extermínio. Nem toca no assunto. Depois da morte da filha, está retirado, em depressão profunda.

Secretário: Bom, deve estar repensando seus valores. Ele defendendo a moral e os bons costumes e a filha fazendo programa na maior casa de prostituição da cidade. Não sei como ela não temia encontrar o pai lá. Ou não estava nem aí, vai saber. Bom, e esse Tobias, está em maus lençóis ou se alivia pra ele?

Delegada Klein: O inquérito já se inaugurou, então. Eu dei ordem para que buscassem ainda outras provas, fora dos autos, principalmente do pessoal que estava no bar em que houve o primeiro atentado, mas vai ser difícil porque parece que ali só havia bandidos. Era uma festa de aniversário frequentada pelos piores do tráfico na comunidade. De qualquer modo, mandarei rebuscar indícios, depois o senhor me diz se os juntamos ao inquérito ou não. Por exemplo, consegui levantar que o tal Sargento

já teve muitos outros afastamentos por motivo psicológico, é cheio de ocorrências. Parece que seu desequilíbrio é serio mesmo.

Secretário: E justo esse louco é ponta de lança nessas ilegalidades.

Capitão Lima: Secretário, não são ilegalidades, são comandos. Se me permite a observação, não sei por que o senhor está falando assim. E o Sargento Tobias é um homem de ação infalível. Não sei o que ocorreu desta vez, que ele se atrapalhou. Falhou, quis consertar, piorou.

Secretário: E eu sem saber de nada.

Capitão Lima: Pensei que o senhor estava ciente da ordem geral, porque esse Mum-há é aquele do...

Secretário: (*interrompendo*) E agora o que vai ocorrer, Delegada? Vêm mais ataques por aí esta noite?

Delegada Klein: Veja, Chefe, existem ordens expressas, vindas do crime organizado, para mortes em peso, uma delas, pelo que sabemos, vai ocorrer numa esquina bastante movimentada na Zona Norte da Capital depois de amanhã. Um ataque grande, indiscriminado.

Capitão Lima: Qual esquina?

Secretário: Ou seja, um atentado mesmo.

Delegada Klein: Bomba e rajadas, pelo que sei. Depois, em três dias, prometem começar mesmo os ataques em série, sanguinários como jamais se viu. Todos a postos, com todas as armas, na maior matança. Vinte e quatro horas de ataque a tudo e a todos. Suicidas, se necessário for. Palavras deles.

Capitão Lima: (*Em volume mais alto*) Mas em qual esquina?

Secretário: (*À delegada*) E o que eles querem para estancar os ataques?

Delegada Klein: A primeira exigência é a troca de Presídio do *Muriçoca*, um dos chefes deles. Foi com ele que conversei. Depois, querem uma fuga espetacular, de helicóptero, do Presídio-Modelo de um assassino aí, de quem eu nem tinha ouvido falar, mas que está em segurança máxima. (*Parece ler algo anotado na palma de sua mão esquerda*). *Jessé Joaquim Menezes*. Conhecido como “Elemento”. E...

Capitão Lima: (*Interrompendo*) Pois que voe um helicóptero sobre o presídio e nós o abateremos como a um pernalongo. De preferência, com o tal “Elemento” já dentro.

Alguém bate à porta. Duas batidas rápidas.

Secretário: Adiante!

*O vídeo faz um close na porta. Quem a abre é o próprio **Governador**, um homem gordo, com cerca de sessenta anos, com terno azul marinho e gravata de listas vinho e azul. Ele entra rápido para cumprimentar o Secretário, e todos se levantam quando o vêem, surpresos. O Governador faz sinal para que duas outras pessoas o sigam. Um deles é o **Coronel Pontes**, 62 anos, que veste farda, e o outro será identificado como **Professor Calatrava**, que tem 91 anos, traja paletó xadrez de lã e calça de veludo bege. Usa óculos grandes com lente escurecida e anda com alguma dificuldade, valendo-se de uma espécie de muleta de metal leve que segura com a mão direita e que vai até o antebraço, na altura do cotovelo. O Secretário ergue os braços, em sinal de ovação, ao reconhecer o visitante:*

Secretário: Professor Calatrava! Vossa Excelência não é uma surpresa, é um presente divino!

O professor vai se aproximando para abraçar o Secretário. Sua voz é baixa, mas muito grave:

Calatrava: Ora, Júlio, deixe pra me chamar de Excelência quando eu for mais velho. Somos antigos conhecidos.

Secretário: De toda a vida. O senhor é a minha referência jurídica. Tudo o que eu aprendi nos bancos da Faculdade devo ao senhor!

Calatrava: Não sei se isso é um elogio.

Secretário: Professor, eu lembro de cada palavra de suas aulas. E é incrível, o tempo não lhe passa, olha que jovialidade!

Calatrava: *(Tossindo, com a mão esquerda à boca)* E você não perde mesmo o vício de ser falso. Eu estou um caco. Fiz as contas ontem, e, para permanecer vivo, devo ingerir onze comprimidos ao dia. Rim infeccionado, músculo do coração com não sei o quê, coágulo não sei onde. Me olho no espelho e vejo uma múmia de muleta.

Secretário: Porém se queixa com a energia de um jovem de quinze anos. Um cérebro lúcido, é o que importa.

Calatrava: Isso é verdade. Cheguei ontem mesmo de Paris.

Enquanto corria o diálogo, podia-se ver em segundo plano o Coronel Pontes cumprimentar a delegada com um seco aperto de mão, reservando ao capitão a saudação militar. Não se dirige ao Secretário. Enquanto isso, o Governador vai à mesa

à esquerda, de reunião, puxa uma cadeira e, sem sentar-se, abre o pote de cristal, que faz barulho.

Governador: Atrasei-me porque estava no telefone com o próprio Presidente da República. Problemas do nosso partido, sabem como é: partido muito poderoso cria disputas internas, mas isso se resolve. O Presidente é um amigo de muitos anos, conheço-o como a palma de minha mão: ele fica nervoso, mas amanhã passa. A gente só tem que acalmá-lo, senão toma atitudes impensadas, quando vê já se arrependeu. Protege muito os amigos, sinal de um bom coração. *(Para o Professor Calatrava)*. Sente-se aqui à mesa, Professor. Júlio, eu resolvi descer com eles porque liguei pessoalmente pra sua secretária e ela me disse que vocês estavam aqui.

Secretário: Só isso ela disse?

Governador: Contou que a mãe dela tinha trazido da chácara seus biscoitos de polvilho, e que me os levaria ao gabinete, porém eu baixei correndo. *(Com a boca cheia)*. São os melhores biscoitos do mundo. Pena que, sem um cafezinho, não vai goela abaixo.

Secretário: Eu peço café.

Governador: Enquanto isso, falemos de amenidades. Eu visito a casa do Professor Calatrava há mais de quinze anos, sabiam?

Calatrava: Sim, desde meus tempos de juventude *(ri)*! Sou um pobre colecionador de velharias.

Governador: O Professor Calatrava tem a coleção de canetas *Genève* mais reconhecida do mundo.

Calatrava: Das Américas. *(Tosse com força, agora a mão direita, livre da muleta, à boca)*. Perdão. Na Europa está a coleção da fábrica, que talvez valha mais. Ainda que só eu tenha dois exemplares que sequer a fábrica possui, porque são dos anos 20, e o depósito deles foi assaltado na Grande Guerra. Na Segunda.

Governador: Vocês imaginam quanto a fábrica oferece só por essas duas canetas?

Calatrava: Fortunas, mas para mim é pouco. Quanto vale o prazer de receber em minha casa as maiores autoridades do mundo, oferecer-lhes um vinho do Porto e discutir veleidades enquanto eles admiram minha coleção? Sem minhas canetas, Governador, eu não te haveria conhecido, e decerto não estaria hoje nesta sala.

Secretário: E quando o Professor vai-me convidar para tomar o tal vinho e ver essa coleção? Eu nem sabia dela!

O ancião pensa um momento. O Governador come já come outros biscoitos.

Calatrava: Bom, depende de dois fatores. Primeiro, de que você goste de canetas e estude algo delas, senão pensará que são trastes. Depois, precisa esperar um pouco porque o móvel em que eu as mostro está restaurando. A apresentação é importante. Eu as mostro em um baú que ganhei do Professor Clóvis, quando me fiz Catedrático. É do século XVI, com uma pintura da guerra da Reconquista. Eu pus um vidro dentro, então quando acendo a luz que está sobre o baú e o abro, aí estão todas as canetas. Ao fundo, som de Mahler, obrigatoriamente. É todo um ritual.

Coronel Pontes: É bonito ter uma coleção assim. Infelizmente, inacessível para o soldo de militar.

Calatrava: Pois não pense que gastei tanto nelas. Ganhei a primeira do meu pai, quando me formei, então fui comprando uma a uma. É uma arte. Individualmente, ainda mais há sessenta anos, elas não valiam muito. O que vale...

Governador: (*Interrompendo*) Professor, poupe suas palavras ao Coronel. Ele simplesmente está insinuando que ganha pouco, pra eu aumentar o soldo. Como se me fosse possível, com esse orçamento...

De imediato batem à porta e entra a copeira, uma senhora de idade, com dois bules de prata e diversas xícaras, pequenas e grandes.

Copeira: Café, café com leite? Acabo de passar, em coador de pano. Como Deus manda.

Coronel Pontes: Como uma militar: instrumentos velhos, pouco eficientes, mas muito amor à causa!

Governador: Sentamos todos aqui para o cafezinho, pode ser?

Secretário: Que tal se fizermos a reunião já nesta sala? Meu material está por aqui, eu mando preparar a mesa.

Governador: (*Com a boca cheia*). Por mim, perfeito.

A secretária entra e a arruma a mesa para a reunião, o Governador coloca-se à ponta, ao lado do Coronel e do Professor. Sobre a mesa, apenas folhas e o jornal do dia.

Governador: Primeiro eu queria dizer que eu trouxe aqui o Professor Calatrava porque imaginei que, além de ser uma grande alegria pra nós, é uma fonte neutra de reflexão. Um homem que conhece a justiça e a política, e está vendo essa guerra por fora. Então nos traz oxigênio. Nem preciso falar quantos anos o Professor esteve na política, nos tempos da ditadura, e ainda assim é um dos mais respeitados pensadores do País. Sua coluna na revista “A Semana”, mestre, é inigualável.

Calatrava: Você lê minha coluna?

Governador: Na verdade, não. Mas sempre sei dos comentários gerais, dos mais ilustrados.

Calatrava: Pelo menos és sincero, Governador, o que é raro a um político, e falo de cátedra. Bom, hoje eu tenho que escrever sobre esses ataques, pra coluna. Nunca vi algo assim.

Governador: Já conversaremos disso, Professor. Como eu dizia, o professor tem a maior discrição, apesar de não mais ser um homem do governo. Embora eu não pertença à área jurídica, professor, sou político e digo: a garantia da manutenção da discrição é a maior qualidade do homem de Estado.

Calatrava: Eu escrevi: “Há coisas que se pensam e não se falam. Há coisas que se falam mas não se escrevem”.

Secretário: Ou não se gravam, Professor.

Governador: Por favor, Júlio. Estamos em uma crise.

Calatrava: E as eleições estão aí, à volta da esquina.

Governador: Também tem isso. Mas, vamos, não é o principal. O relevante é a sociedade.

Calatrava: Sei.

O Secretário toma seu café, que aparentemente lhe queima a língua, e fala:

Secretário: Governador, quero poupar vosso tempo e serei breve. Não sei se o senhor sabia, mas eu desconhecia totalmente, e isso me entristece: ontem um policial foi eliminar um traficante. Sem que eu soubesse, sem que eu tenha ciência, os grupos de extermínio estão aí. E outros nesta mesa sabem disso, e estão dando ordens. Ninguém me comunica nada. Porém não vou discutir aqui minha situação como Secretário, ok? O fato é que houve uma ação mal elaborada, porque um policial zerou um traficante dentro de um hospital, diante de muitos, e agora o crime organizado está em demonstrações de força, em uma série de atentados

que, pelo que levantamos, está apenas começando. A imprensa já noticiou isso hoje, e até o homicídio inicialmente frustrado do tal traficante está nos jornais.

Calatrava: Governador, o senhor tinha ciência dessa ordem de extermínio?

Governador: Por favor, Professor, essa é uma questão delicada.

Calatrava: Delicada ou não, eu preciso saber, pra intervir em alguma coisa. Caso contrário, posso dar algum conselho errado.

Governador: Professor, o senhor vai ser chamado a opinar mais de o que imagina, esteja certo disso. Sua presença não é inútil. Aliás, tendo sido o professor predileto do nosso Secretário de Segurança, estou seguro de sua formação humanística.

Calatrava: O Júlio na verdade não era de muito estudo jurídico. Mas sempre foi inteligente e bom leitor, reconheço.

Governador: Imagino. Para lhe responder, Professor: eu sabia da ordem porque o Coronel se reportou a mim diretamente. E concordei com ela, pois não cogitava que o plano pudesse falhar. Era um traficante perigosíssimo, pelo que sei haveria uma festa e ele poderia ser eliminado como se houvesse uma briga de bandidos bêbados e drogados, algo assim. As informações davam conta que esse traficante, que acabou morrendo no Hospital, era responsável por torturas e estupros, tribunais do crime, e por mandar assassinar, ao menos, sete policiais. Para falar o mínimo. E comandava uma trupe de assaltantes, que provavelmente assassinaram aquela menina que estudava medicina. Faz um mês, o senhor lembra?

Calatrava: Não, não lembro.

Governador: De qualquer maneira, eu sou um homem de Estado e tomo decisões.

Calatrava: (*Erguendo lentamente os braços, como se rendendo-se a um inimigo*): Opa, não está aqui alguém que recrimina as destinações finais, lembrem-se que eu fui político em tempos duros...

Secretário: Governador, o senhor é a máxima autoridade. Mas não acho justo que ações como essa passem longe do conhecimento da Secretaria de Segurança Pública. O senhor poderia nomear um secretário militar, não há problema, meu cargo está ao dispor.

Governador: Júlio, não exagere, só porque estamos diante do Professor. Eu ia lhe comentar isso depois. (*Para o Calatrava*): Sabe, Mestre, houve um pequeno desentendido entre o Secretário e o Coronel, mas são

questões do passado. Os dois são peças imprescindíveis na segurança do Estado. O senhor, como homem experiente, pode dizer a eles o quanto é importante que o Governador se cerque de pessoas de confiança. Eu não abro mão de nenhum dos dois. Está claro, Secretário? Está claro, Coronel?

Secretário: Então voltamos ao assunto. Por causa dessa ação desastrosa... Bom, pelo que seja. O fato é que a Delegada Klein, que sempre traz informações comprovadas e é muito criteriosa, me comunica agora que o crime organizado planeja vários ataques na cidade para a noite de quinta-feira. Não conseguiremos controlar, e existem vidas em jogo.

Calatrava: E uma campanha política em andamento.

Secretário: A questão é que a Delegada Klein tem uma capacidade de diálogo com esses marginais, e eu creio que é o momento de negociar uma trégua, ao menos para evitar as mortes desses dias.

Coronel Pontes: Com bandidos o governo não pode dialogar.

Secretário: *(Ao governador:)* Porque temos que reconhecer, no mínimo, que esses ataques são reação a uma ação também ilegítima. E nós estamos em uma situação excepcional, de perda de controle.

Coronel Pontes: O senhor é quem menciona “perda de controle”, que isso fique bem claro.

Secretário: Policiais Militares aquartelados no meio da madrugada, escondidos detrás de carros e muros, por medo de serem metralhados por cidadãos livres, é um estado de perda de controle, Coronel. Que alguém me corrija se eu estou errado, mas se o senhor acha isso normal, precisa rever conceitos sobre soberania e atuação militar.

Capitão Lima: *(Interrompendo)* O senhor meça suas palavras em relação às nossas tropas.

Governador: Perdão, capitão, mas aqui não é hora de medir palavras. *(Para a Delegada:)* Delegada, como tem sido essa negociação?

Delegada: A Polícia Civil tem informações em todos os lados da cidade...

Capitão Lima: *(Interrompendo outra vez:)* Nós também temos!

Secretário: Até demais...

Governador: Vamos ouvir a Delegada, ok? Prossiga, por favor.

Delegada: Então nossos investigadores recebem recados dessas propostas, muitas vezes nas próprias delegacias. *(Ouve-se um forte e lento suspiro dado pelo Capitão Lima).* Nesse caso, houve alguma coisa inusitada.

Governador: O quê?

Delegada: Um carcereiro recebeu o recado do *Muriçoca*, um traficante que reconhecidamente tem um lugar de destaque no crime organizado do Estado. Ele disse que poderia negociar uma trégua, e isso foi minutos depois da morte das três civis no ônibus. Nesse meio tempo, nossas informações davam conta de que já corria ordem de alerta para os marginais do crime organizado. Uma gravação nossa captou uma ordem de “Alerta Geral: a maior ação vem por aí. Gigante”. Eu comuniquei ao Secretário, ou melhor, pedi autorização e fui ao encontro do preso, já na madrugada.

Capitão Lima (*exaltado*): Isso é obsceno! O marginal chama, e a polícia corre pra conversar! Ela é uma autoridade ou um cão perdigueiro?

O Secretário dá um sonoro tapa na mesa. A delegada permanece impassível, olhando o Governador. O Governador olha apenas ao Coronel Pontes)

Governador: Coronel, determine a seu subordinado que deixe a sala e nos aguarde lá fora. Imediatamente. *(O Coronel dirige o olhar ao Capitão e assente com a cabeça. O Capitão levanta-se, faz continência, bate os calcanhares das botas no tapete persa e sai da sala. O Governador prossegue).* Sentiu o peso do ambiente, Professor? *(Para a delegada:)* E como foi o diálogo, delegada?

Delegada: Eu relatava agora ao Secretário. Eles querem uma fuga de um assassino importante, que eu entretanto não conhecia, um tal de “Elemento”. Exigem uma fuga cinematográfica. Além de fuga de outros marginais, e garantia de dois meses sem a entrada das forças militares mais rígidas em alguns bairros onde o narcotráfico está muito lucrativo. Mas a negociação está começando. Volto lá mais tarde para baixar o nível de exigências e mantenho o Secretário a par. Ah, e o tal *Muriçoca* exige pra si mesmo uma remoção de presídio.

Coronel Pontes: Talvez esse preso tenha razão, o serviço de quarto não deve estar adequado no hotel em que ele cumpre pena. Ele quer ir para uma penitenciária de quantas estrelas? E por que não lhe promovemos uma fuga de helicóptero? O Secretário poderia pedir emprestado outra vez o helicóptero do bicheiro, não⁶? *(Suspira)* Desculpe, Governador, mas as fronteiras do razoável estão sendo ultrapassadas. Somente permaneço aqui em obediência a Vossa Excelência, mas tenho certeza que o Capitão Lima está melhor lá fora, poupado de ouvir isso.

⁶ Vide caso 09. N. do A.

Secretário: Governador, eu quero esclarecer que autorizei essa conversa na prisão porque estão em jogo vidas de vários civis, e as informações quanto a isso são muito solventes. Esses ataques matam principalmente os mais pobres, os que vão trabalhar nos ônibus que se incendiam, os operários que tomam uma cerveja depois de suar o dia todo na obra e acabam levando uma bala na cabeça, de uma moto que passa a toda velocidade e desaparece nas ruelas. Eu pela manhã busquei o senhor pra lhe avisar sobre essa conversa da Dra. Klein, mas não o encontrei, não queria falar por telefone.

Governador: Fez muito bem, Secretário. Delegada, me diga uma coisa: na sua opinião as ameaças são sérias? Não existe a possibilidade de blefe?

Delegada: Com a devida vênia, Governador. Pergunte ao militar se ele acha a ameaça séria ou não. O potencial de armas desses bandidos é gigantesco e a comunicação, imediata e incontrolável.

O governador mira o Coronel:

Coronel Pontes: Tirando o “incontrolável”, de acordo. A ameaça é séria sim, gravíssima. Mas eu não a temo.

Secretário: O senhor é um militar, porta uma 45 e tem sempre uma mini-tropa que o acompanha. Sem falar nos Arapongas. Não é uma empregada doméstica em um ônibus superlotado que começa a pegar fogo.

Coronel Pontes: Sua declaração é tremendamente injusta. Todos nós participamos de qualquer missão contra o crime organizado e nos arriscamos muito mais do que o senhor imagina. O capitão Lima, que está aí fora, é o primeiro que entra em combate, de peito aberto diante dos criminosos, e sempre o último a deixar a frente. Já foi condecorado várias vezes por bravura. Falar sem nunca haver estado na linha de tiro é muito simples, mas infamante.

Governador: Então eu decido que a situação é urgente. Uma atitude tem que ser tomada nesta sala, neste momento. Temos no máximo cinco minutos para fixar uma decisão: ou seguimos a negociação e tentamos baixar as exigências, ou a Delegada manda um belo “dane-se” ao preso, e aí nos preparamos de imediato para uma guerra em que haverá muitos caídos em combate.

Calatrava: *(Tosse alto, interrompendo a todos, que o olham preocupados:)*
E depois?

Governador: Nessa segunda hipótese, temos que seguir no método do Coronel. Assim, teremos de zerar essas lideranças, uma por uma, de modo cauteloso. Se o serviço é bem feito, a imprensa nunca criticará, com ânimo, a morte de um bandido. Ele desaparece, e pronto.

Secretário: À margem da lei. E, como é ele mesmo um marginal, ninguém perguntará por ele.

Governador: Secretário, não complique a reunião. Negociar com bandidos também não é exatamente legal. *(Levantando-se de repente).* E agora, a minha verdadeira surpresa. A decisão sairá deste gabinete em cinco minutos, mas eu sairei imediatamente. Tenho outros afazeres. Quem vai decidir qual caminho seguir é a nossa autoridade máxima em governo civil: o Professor Calatrava.

Calatrava: Eu?

Governador: Quem mais? Está na hora de colocar em prática todas vossas aulas, professor, com nota de responsabilidade. Eu sugiro o seguinte: dois minutos de fala ao Secretário e à Delegada. Logo, dois minutos ao Coronel e ao Capitão, que eu vou mandar entrar já. E aí a decisão, da qual eu devo ser comunicado de imediato, apenas com essas palavras: *(olhando o Coronel e depois a Delegada)* “ação”, se vencedor o posicionamento dos militares, ou “trégua”, se vencedor nosso democrático secretário. Decisão puramente sua, professor, e rápida porque temos prazo em qualquer das hipóteses. Além do mais, é sob pressão que nascem os diamantes. Meus biscoitinhos de polvilho e eu estamos de saída.

Deixa a sala, com a mão cheia de biscoitos. O Capitão Lima entra e senta-se.

Calatrava: Pode começar, Secretário. Por dois minutos, tens a palavra.

Secretário: Simplesmente isso. Esta semana morreram mais de dezoito só na capital e, como disse a Delegada, o poder deles é incontrolável neste estado de coisas. A trégua não seria uma rendição, seria apenas uma forma de evitar mortes, inúmeras, que ademais somente dariam prova de força aos delinquentes e fraqueza do Estado. E creio que conseguiremos boas condições de negociação, sem helicóptero, talvez sem fugas. Só o diálogo dirá. Umhas semanas mais e remanejamos os líderes nos diversos presídios, tomamos atitudes mais duras em outros bairros, jogamos com inteligência nos próprios conflitos deles, entende? Assim, Professor, res-

peitamos todos os direitos. Porque, como o senhor bem me disse, a vida de um único ser humano vale todo o trabalho do Estado. Quando o Estado quer salvar vidas, não está abrindo exceção no ordenamento jurídico, está respeitando um princípio nuclear dele mesmo. O centro do Estado é o ser humano, não é isso? Algo a acrescentar, delegada?

Delegada: Apenas que farei o senhor determinar, chefe. Se me permite dizer alguma coisa, sem querer defender ninguém: a conservação do presídio em que estive visitando o tal delinqüente é de fato desumana. Nem um rato merece ficar naquelas condições.

Calatrava: Coronel? Seus dois minutos.

Coronel: Não há muito o que argumentar. Em Estado de Direito não se negocia com o crime. Somente em caso de guerra declarada, e para isso é necessário, salvo engano, reconhecimento do Presidente da República e do Senado. Não é isso? E na mesma lei existe um princípio de defesa, que me permite prescindir de algumas vidas de bandidos caso eu salve outras, muitas outras, de cidadãos que pagam impostos e velam pela paz. Eu sou um legalista, não um assassino.

Secretário: Gostaria de ver onde está tal princípio na Lei. Talvez sua Constituição seja diferente da minha. Preciso comprar uma edição mais atual.

Calatrava: Secretário, o senhor teve sua vez. Eu pergunto apenas: entre os dois, não há meio termo?

Coronel: Não.

Secretário: Com Direitos Humanos não é possível flexibilizar.

Coronel: Os Direitos Humanos dependem da vigência de um Estado.

Calatrava: Muito bem, já é o suficiente.

O Professor tenta levantar-se e o Capitão Lima percebe seu esforço. Logo lhe ajuda a ficar em pé e lhe passa a muleta. O professor caminha pela sala e a câmara, de alguma forma, o segue. Ele vai até o outro lado, apoia-se na poltrona ao lado da mesa de xadrez. Para. Reflete enquanto anda ainda um pouco, e fala bem baixo “Eu vou poupá-los de minhas meditações”, mas parece que ninguém entende bem o que disse. Volta à mesa, deixa a muleta e senta-se. A câmara dá um close em seu rosto. Ele leva as mãos à frente da boca e medita mais um instante.

Calatrava: Acho que os senhores devem tentar imaginar o que me passa pela cabeça. (Tosse). Perdão. Penso em concepções filosóficas de

Estado. Se é um contrato, se é um monstro domável, se é algo natural da necessidade humana de comunicação. Essas coisas.

Secretário: É a expectativa da vossa resposta que nos tortura.

Calatrava: Claro. (*Ajeita os óculos no nariz e junta de novo as mãos*). Coronel, é hora de ação. Secretário, me desculpe. Eu refleti o melhor, mas a decisão era difícil. Recentemente, um homem me ensinou muito sobre leis não escritas.

Pausa. Todos se entreolham, mas a câmara fecha no rosto da Delegada, logo do Secretário.

Secretário: Perfeito, Professor. (*Levantando-se*). Peço que os Senhores me deixem agora, porque tenho que preparar uma carta pedindo minha exoneração. Volto a meus bancos de advocacia para lembrar um pouco de suas aulas, mestre. Talvez eu as tenha entendido errado.

Coronel: (*Já de pé, dirigindo-se em alta voz ao Capitão Lima*): Capitão, oficialmente o Secretário demissionário é ainda nosso superior nesse tema específico, então lhe dou a ordem diante dele: os principais líderes, presos e não presos, devem ser finalizados em três dias no máximo. Todos os mencionados aqui devem encontrar seu fim: Sujeito, Elemento, Muriçoca, Mosquito, Periquito, quem seja. Mas, de preferência, por mãos mais competentes que as do teu sargento invasor de hospitais. Ordem clara?

Capitão: Sim, senhor.

Secretário: Eu não me julgo competente em ordens de extermínio, absolutamente ilegais. Na dúvida, confirme isso com nosso catedrático.

O capitão junta bate as botas com força. O Professor tosse profundamente. O vídeo se apaga.

Fato é que, no dia seguinte ao diálogo, dia 12 de julho, ocorre uma série de assassinatos dentro de presídios. Não existe maior documentação que esta que adiante se apresenta, inclusive com laudos:

a) Um informe oficial dá conta de que o preso Jessé, conhecido como “Elemento”, minutos depois de fazer uma refeição que lhe foi servida na própria cela, é conduzido à enfermaria com forte desidratação, e vai a óbito antes da chegada da ambulância que o levaria a um hospital. Laudo necroscópico dá conta de que há indícios de envenenamento por ingestão

de cicuta, mas a sindicância aberta no presídio não é conclusiva acerca da autoria. Abre-se um inquérito, que é arquivado em outubro daquele ano, sem provas relevantes. No relatório final que faz a autoridade, opinando pelo arquivamento, encontra-se esta frase: “Ouvimos todos os possíveis envolvidos: carcereiros, cozinheiros, ajudantes de cozinha, presos que poderiam ter passado pelo refeitório, transportadores da parte dos alimentos que já vinha semi-pronta para o consumo, tudo. Foi impossível determinar um indício sequer que aponte um autor específico. Apesar das aprofundadas investigações.”

b) Em uma briga no pátio da penitenciária no mesmo 12 de julho, Homero José, o *Muriçoca*, é assassinado a golpes de faca improvisada, no início da tarde, por um preso de alcunha *Coisaruum*. Coisaruum, flagrans pelo crime, confessou o delito em sindicância e em inquérito policial. As testemunhas que estavam no pátio da penitenciária foram ouvidas e disseram sempre o mesmo: quando se deram conta, perceberam uma discussão e viram Coisaruum já esfaqueando Muriçoca. Logo os agentes penitenciários imobilizaram o assassino, mas o agredido já tombava morto ou quase morto. Declaram todas as testemunhas não conhecer em absoluto os motivos do crime. Coisaruum aguardava julgamento por mais esse fato, quando foi divulgado o vídeo do Governador. Foi então chamado a depor no processo, como adiante se anexa.

c) Cinco ataques a conhecidos traficantes foram registrados. Todos, com o mesmo *modus operandi*: pessoas, sem farda, atingiram os alvos com fuzis de longo alcance. O laudo dá conta de que os atiradores se posicionaram em lugares estratégicos, como muros das residências dos assassinados, e efetuaram disparos precisos. A imprensa não noticiou todos eles.

d) Sobre o que se passou nos sete dias seguintes, vale ler a reportagem preparada pela revista semanal de maior circulação no País, publicada no domingo, dia 22.07.

Revista **A Semana**:

A capital de um dos Estados mais importantes do País viveu sete dias de terror quase absoluto. Tudo começou com uma revolta que, por sua vez, originou-se do assassinato de um narcotraficante dentro

de um hospital. Houve distúrbios na madrugada de terça para quarta-feira, dia 11, e na mesma noite o Secretário de Segurança Pública apresentou sua demissão, sendo então substituído interinamente pelo Coronel Pontes, que consta ser um grande conhecedor da segurança da capital. Os ataques cessaram até a madrugada do dia 14, sexta-feira. O recomeço desses ataques, promovidos pelo crime organizado, teve como causa, segundo fontes, a morte não explicada de dois traficantes dentro de presídios, que seriam lideranças na facção: Jessé, conhecido como *Elemento*, que teria sido envenenado pela comida no Presídio Modelo, e Homero, o Muriçoca, morto a golpes de faca por um colega de penitenciária. Fala-se também na morte de dois traficantes perigosos, na mesma noite, em suas próprias casas, por tiros de fuzil, que alguns atribuem a grupos de extermínio militares, mas as forças do Estado negam até mesmo a existência desses crimes.

Na mesma sexta-feira, ao menos seis veículos, dois carros e quatro motos, metralharam a esquina onde fica o bar Berlimbau, na Zona Norte da cidade, lugar conhecido e movimentado da classe alta. Nada menos que dezenove pessoas foram baleadas, e quatro jovens morreram. A polícia perseguiu todos os veículos que fizeram o ataque, segundo a versão oficial, e apenas uma moto escapou. Os bandidos responsáveis pelo atentado, também segundo a mesma versão, foram mortos por reagir a tiros, exceção, claro, feita ao motoqueiro foragido. De fato, tiros de fuzil atingiram a viatura que primeiro se aproximou ao local, levando à morte do Capitão Lima, com trinta anos de instituição e várias vezes condecorado: “Uma perda irreparável de alguém que nasceu com espírito de herói e morreu como tal”, declarou o Secretário de Segurança interino.

Os seguintes dias foram de atentados e violência em toda a cidade. Ônibus queimados, ataques a postos da polícia, toques de recolher. Na segunda e terça-feira seguintes, a cidade estava um deserto e os atentados continuaram, com ao menos nove outras mortes de cidadãos comuns: quatro em queimas de ônibus (e duas outras pessoas que seguem com queimaduras graves), um baleado diante de um banco cuja fachada foi também metralhada, duas mulheres (uma delas, grávida de seis meses) por conta de um muro que desmoronou após a explosão de uma bomba caseira nos arredores de uma delegacia de polícia, e um casal de psicólogos que também teve o carro atingido

por disparos de fuzil, em um cruzamento; sete mortes de suspeitos integrantes da facção criminosa; e dois policiais tombados. Um destes, baleado pelas costas quando chegava a casa.

A reação não tardou em vir. Na última quarta feira, em uma ação conjunta entre todas as polícias, sete bairros da periferia foram ocupados pelo Estado. O efetivo militar e civil, com mandados judiciais, adentrou a casas de pretensos traficantes e líderes do crime organizado, revistando comunidades inteiras. Já na noite de quinta feira, a polícia divulgava o número parcial da operação: quarenta e cinco presos, centenas de armas entre revólveres, espingardas, pistolas, fuzis e metralhadoras, incontável munição e quase uma tonelada de cocaína. Sete mortos por reagirem à ordem policial.

Apenas na sexta-feira a cidade voltou ao normal, até o momento. “Não nos enganemos”, declara o Coronel Pontes, Secretário de Segurança Interino, à nossa equipe. “O crime organizado não acabou na metrópole, mas está sob controle. Os bandidos sabem que nossa reação é dura e que não estamos para negociar. As ações policiais continuarão, mas a sociedade já desfruta da paz e da segurança. Segunda-feira todos já podem regressar ao trabalho, como se nada houvesse acontecido, respeitada a condição da família dos falecidos nesse momento excepcional”.

Mas o Dr. Lamberto Fratello, advogado ligado a institutos de direitos humanos, que acompanhou a operação em uma das comunidades, é outra. Segundo ele: “A invasão policial foi selvagem. Interrogavam a todos com violência, e adentravam em casas sem o menor pudor. O mandado judicial deles era uma brincadeira: dava autorização para invadir qualquer casa da comunidade. Gostaria que o juiz responsável enviasse à imprensa cópia desse mandado, porque os policiais não forneceram a ninguém, apenas o mostravam de longe. Uma cena medieval”. E acrescenta: “Sem dar razão a qualquer reação violenta, é imprescindível que o Estado dê conta da morte dos presos. Morrer envenenado pela comida servida no próprio presídio é algo inaceitável. Estamos diante de uma carnificina oficiosa”.

Com abusos ou não, a cidade voltou à rotina já no fim da sexta feira e até o momento os ataques cessaram. Se contamos a partir da demissão do Secretário Júlio Bandeira (quem, aliás, se recusa a qualquer entrevista), contabiliza-se em números oficiais estas baixas: **doze**

cidadãos, **três** policiais entre civis e militares, e **dezoito** pretensos integrantes da facção criminosa. Sobre tudo isso, o Governador apenas lançou uma nota à imprensa: “Triste o estado a que chegamos por conta da fragilidade de governos anteriores. Mas agora a situação está absolutamente controlada e os cidadãos tem a polícia como aliada, como nunca antes”.

e) No dia 06 de outubro do mesmo ano (antes, portanto, da divulgação do vídeo como furo de reportagem), o Professor Calatrava, com 92 anos de idade, dá entrada no maior hospital da capital, com princípio de infarte. Sua situação se complica porque, ao cuidar do coração, lhe sobrevém um derrame e, poucas horas depois, a morte. O laudo médico dá conta de falência generalizada de órgãos.

f) No dia 06 de fevereiro do ano seguinte⁷, portanto apenas poucas semanas depois da divulgação do vídeo pela imprensa, que continuava retumbando em todos os meios de comunicação e na internet, o Presidente da República faz publicar decreto com ordem de concessão de graça, com os seguintes termos:

Eu, **Presidente da República**, no uso de minhas atribuições, após assistir ao vídeo televisionado em 27 de dezembro passado pela maior rede de comunicação deste país, entendendo que se tratou de uma divulgação que coloca em risco a estabilidade política do governo daquele Estado onde se passaram os fatos e, com isso, a segurança dos nossos concidadãos, baseado no inc. II do art. 107 do Código Penal, com base no arts. 187 a 193 da Lei 7.210/1984 e demais legislação vigente, e atendendo a pedido do próprio Governador do Estado, a este **concedo**, pelo presente decreto, **graça** ou **indulto pessoal** para que se extinga a punibilidade de qualquer ato que lhe possa ser referido naquele vídeo. Reforço que o faço motivado apenas por questões de Estado, sem *animus* pessoal, e no exercício de um raro porém imprescindível dispositivo constitucional do Estado Democrático.

Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Dia 06 de fevereiro do corrente ano.

⁷ Nota do Autor: Ano que possa ser o atual, para que se aplique a legislação ora vigente.

Os autos que se iniciaram como inquérito na Polícia Federal para investigar apenas uma pretensa acusação de corrupção na compra de armas e controle de jogo ilegal, por conta do Secretário de Segurança Pública, acabaram por lançar foco no conteúdo do vídeo que, editado, fugiu ao segredo decretado. **O vídeo e sua ligação com o ocorrido posteriormente à data da reunião que ele documenta**, portanto, constituem o objeto atual da investigação.

Atendendo ao pedido da acusação, o Superior Tribunal de Justiça pronunciou-se em conflito de competências, logo que veio aos autos a notícia da graça presidencial:

Os autos envolvem várias autoridades, sendo a principal delas o Governador do Estado, que tem foro originário neste Superior Tribunal, motivo pelo qual os autos aqui se iniciaram, desde a fase de controle de inquérito policial. Entretanto, o governador teve, por decreto presidencial, sua eventual pena indultada. Remanesce, nesse sentido, a questão sobre a legalidade desse decreto, que já foi judicialmente questionada pelo MPF⁸. Esse questionamento, entende-se, encontra-se intrinsecamente vinculado à prova dos autos. Desse modo, este Superior Tribunal entende ser competência da Corte Suprema o julgamento do mérito penal da questão, que se pode decidir conjuntamente com a legalidade do referido decreto da Presidência da República. Subam os autos ao **Supremo Tribunal**, com as saudações de estilo.

A Suprema Corte aceita o processo e de imediato decide que a questão da legalidade do indulto presidencial será julgada como *preliminar* da ação penal, que se faz ali originária, ou seja, que ali será julgada em única instância, ainda que eventuais réus com privilégio de foro sejam absolvidos ou tenham decretada extinta sua punibilidade. Talvez o motivo da decisão seja a possível inclusão do Presidente da República nas investigações, mas o fato é que, nos autos, que já estão ali no Supremo prontos para julgamento, existem apenas os seguintes depoimentos relevantes:

⁸ N. do Autor: os alunos que participarem do trabalho podem elaborar essa peça de questionamento, ao STF, da legalidade do ato presidencial. Mas não é imprescindível, pois haverá ao menos sustentação oral dessa acusação, em que a questão naturalmente será suscitada. Deixa-se de escrevê-la aqui, entretanto, para fomentar os atores à busca dos argumentos necessários a essa impugnação, a que o Caso obriga.

Jeimisdim Oliveira, 28 anos, condenado por latrocínio.

“Me chamo Jeimisdim, e era cunhado da vítima. Do Mum-há. Não, não sei por que esse apelido. Eu fazia aniversário naquele dia, e o Mum-há veio me prestigiar no boteco. Teve um churrasquinho. Aí foi isso, sem novidades. O assassino estava na mesa ao lado, seguiu meu cunhado e atirou nele no banheiro. E saiu correndo, mancando. Mesmo assim não deu pra alcançar ele não, foi pra trás do bar e desapareceu. Isso mesmo: quando chegamos detrás do bar, não havia mais ninguém. O pessoal soltou uns pipocos, porque meus amigos, assim, de vez em quando, pra defesa pessoal, carregam uma garruchinha, o bairro é perigoso, sabe? Meu cunhado tomou um tiro e nós o levamos para o hospital, no meu carro. Bom, largamos ele lá na porta e fomos embora. Depois ficamos sabendo que ele foi definitivamente morto no Hospital, acho que pelo mesmo fulano que tentou a execução no bar. Olha, que ousadia! Deu só umas horas e a polícia passou em casa, me levou pra delegacia pra reconhecer o assassino e me mostrou a foto do tal de Tobias. Polícia. Era ele, sem dúvida. Não vi ele só de relance, não. Ele ficou sentado na mesa do bar, do meu lado, um tempão, eu estava até desconfiado porque não conhecia o rosto, fitei bem o vagabundo. Quer dizer, o assassino. Bem disfarçado, viu, parecia gente dali. Na delegacia, quando eu fiz o reconhecimento, saí tranquilo, aqui na porta deste prédio é que o pessoal descobriu que eu tinha bronca. Eu usava a identidade do meu irmão, é verdade. Fiquei com medo quando na delegacia da primeira vez me perguntaram de que era a festa, eu não disse que era do meu aniversário porque ele podia bater com a data de nascimento do meu irmão. Quer dizer, não ia bater, entende? Mas agora que a casa caiu confesso que eu tenho umas pendências, 157, mas faz tempo. Não vou ficar preso, né?”

O Sargento Tobias afirmou que ficaria calado em qualquer investigação, civil ou militar. Seu processo corre separadamente, mas aos autos federais vieram cópias de outros documentos. O advogado do sargento apresentou um arquivo de áudio, que diz ter sido gravado em seu escritório, na primeira conversa com o cliente. “Como ele se recusa a falar, pra defender pares, este advogado junta a gravação, ciente de que o faz em prol da verdade e de seu constituinte”, disse ele nos autos estaduais que investigam o assassinato de “Mum-há”.

Este é o conteúdo da gravação, que afirma haver sido feita em 27 de julho, já degravada pela polícia, veio em cópia aos autos da ação penal originária, do Supremo:

“O poder mudou de mãos, ponto. Creio que seria só o que o senhor precisaria ouvir, doutor, quando me pergunta assim com esse olhar sério ‘Conte-me o que aconteceu, a sua versão’. Nesse caso, o que eu posso dizer mais? Que o que o se disse é verdade, todo mundo me reconheceu. Mas eu não sei se uma parte da verdade pode ser a verdade. Verdade parcial é verdade? Estou lhe questionando, doutor. Desculpe. Antes vou dizer outra coisa: por um problema desses de profissão, dias depois que eu me enfrentei com um preso, coisa normal, atiraram em mim que estava na minha moto, eu caí e quebrei a perna, de triturar o osso, castigo pra quem gosta de se mover, e dias no hospital militar, sedado. Não era isso que eu queria lhe contar, doutor, ouça: depois desse acidente, alguns fatos estranhos começaram a acontecer comigo. Muitos, melhor dito. Numa noite dessas em casa, discuti com a esposa e ela me empurrou no espelho, ela gritava e eu gritava em cima (eu que nunca gritei na vida, porque quem tem autoridade fala sempre sereno), e ela me abraçou depois chorando e disse ‘Tobias, naquele seu acidente que você quebrou a perna, você não só quebrou a perna, você bateu a cabeça. A cabeça’ Eu xinguei e ela disse que eu estava diferente, me mostrou o sofá de casa, que tinha uns livros de bolso amontoados e disse ‘Olha, você está até comprando livros, você nunca comprou livros, lembra? Agora eles estão aí, soltos pela casa, e você deita no sofá e lê. Eles não te fazem bem’. Tem todo sentido: bati a cabeça e houve conseqüências, porque fiquei perturbado. Penso mais, mas pior, falo muito porque só penso falando, é tão estranho. E olho um livro, e vejo o título, e me dá vontade de saber tudo o que tem dentro, aí eu compro e começo a ler e não paro porque vou discutindo assim mentalmente com o livro e depois atiro ele de lado, mas nem percebo, minha mulher está certa. Eu sei que é difícil de entender, mas a imagem que me veio naquela noite, deitado na cama ao lado da mulher e olhando o abajur aceso foi que nossa mente tem uma torneira fechada, mas que deixa pingar umas idéias, assim como aquele soro de hospital, cada gota uma idéia, lentamente. Quando eu bati a cabeça, estourou o cano e hoje essa torneira jorra tudo aqui dentro, compreendo muito mas nem sempre expresso bem, boas palavras

que não organizo. Não dá tempo, minhas idéias encharcam o chão, transbordam. O senhor acredita que antes eu falava por monossílabos?

Me prejudica esse descontrole, porque me fez ver algumas coisas. Que naquele dia eu não era eu, eu era o Estado. E hoje sei-te dizer que desde Esparta vem a técnica de deixar o cérebro vazio, para agir por reflexo, eu fazia o que tinha de fazer, o que se determina. Ponto. Esse era o condicionamento, endurecer a mente para que essa torneira de idéias ficasse bem vedada, porque no momento de agir não se pode questionar. Quando se questiona não se age, e quando não se age não há segurança. Então, pensa: eu era o Estado, e o Estado tem direito a ter seu plano de segurança, mesmo na democracia. Ouça:

Para dismantelar uma quadrilha estruturada, o melhor quase sempre é tombar o líder. Quando se tem certeza de que sem alguém específico a quadrilha perde muito a força, esse alguém tem que ser eliminado. Arriscado, porque se a quadrilha sobrevive mesmo decepada, o tiro sai pela culatra: o que era pra ser garantia de tempos de paz se transforma em declaração de guerra, e isso todo mundo sabia mesmo antes dessas coisas aí que ocorreram. Isso não é justiça, é segurança pública, doutor. Positivo, mas se essa certeza existe, surge a ordem de romper a corrente: o homem não é mais homem, é alvo. Eliminar o alvo, ponto. Ordem não se discute, ordem se cumpre. Alguém tem que dar a informação correta, onde o alvo estará, e quando. Quê? Geralmente a informação sai de um vagabundo corrupto, porque para encontrar marginal é preciso outro marginal. Informação segura, eu sou apenas o cano da arma.

A partir de então era eu sozinho, mas só a partir de então. Na noite anterior visitei o local, vi que atrás do muro de contenção dava para deixar a moto. A moto tinha que ficar perto, porque eu já não corro bem, sabe, o atentado. Mesmo assim eu tinha que sair pela lateral do boteco, correr pelos fundos, pular o muro, montar na moto e descer uma parte pela ruela, outra pelo mato (algo assim como um gramado feio), só depois desembocar na avenida. Preparei o terreno, até com uma escada improvisada para pular o muro, eu já disse que não corro bem? E na noite seguinte foi isso que o senhor já leu nos teus papéis, o alvo entrou e ficou no bar, era comemoração do aniversário do cunhado dele, bandido também. Tinha churrasco, mas na verdade ninguém

comia, efeito do pó, o que me fazia ter de agir mais rápido, todo mundo estava muito ligeiro, catalisado. O alvo foi pro banheiro e eu contei até seis e caminhei atrás, disparei com segurança, 45 que não deixa dúvida (ou não devia deixar) e de que as forças comuns do Estado quase não dispõem, só bandido usa, sempre assim. Saí pela lateral, escalei o muro de contenção, peguei a moto, a ruela, o gramado feio, a avenida e achei que a missão estava perfeita. Só que os anos dão pra gente uma série de lesões, mas dão faro também. Me bateu uma coisa assim na cabeça, essa cabeça. Fiquei na moto, lembrando de que vaso ruim não quebra, não sei explicar, intuição mesmo. Daí eu não me controlo, e se eu sou obrigado a dizer pro meu chefe que eu não tenho certeza do resultado da missão? Não vou revelar quem é meu chefe, de acordo? Mas é evidente que tenho que prestar contas. E batata, dei a volta com a moto, passei quase voando na frente do bar, não tinha viatura, não tinha ambulância, estava deserto como um cemitério, fui direto pro Hospital do bairro. Desta vez peguei a pistola na mão, mais ágil. Desci da moto e nem entrei direito no pronto-socorro, já no corredor, estava lá o alvo. Aí não se questiona. Eu atirei e pronto, mais de uma vez.

E logo é isso, passou pouco tempo e deu briga nas esferas superiores. Eu agora caí nas garras dos inimigos, que ascenderam porque o serviço público é sempre essa roda-gigante. Os inimigos que comungam das mesmas ideologias, dos mesmos programas, mas não das mesmas pessoas, empatias diversas. Então, o que seria puro silêncio, pura ausência e puro mistério se transformou em certeza e muito papel, e testemunhas que viram tudo, com mulheres carpideiras que nem sabem onde é o tal boteco, mas hoje são gente que me reconhece com segurança, que dizem que eu manco, que viram minha foto, gente capaz de apontar o dedo para mim ainda que me coloquem ao lado do meu clone. E queixa na corregedoria e isso e aquilo. O problema é que o que eu estou falando não pode sair daqui, a não ser que o doutor me encontre uma solução. Que o doutor me diga que a lei compreende esses casos extremos, que o juiz entende que eu sou um aparelho de segurança e não um assassino qualquer. Que eu não tenho interesse pessoal em matar ninguém, que eu sou um braço, de uma arma, de um instrumento, de um Estado que todos nós compomos. Acredite, por mim esse sujeito teria mais duzentos anos de vida, mas não sou eu que escolho, é todo um contexto, umas circunstâncias

que agora estão esfumadas, que acho que não cabem no processo. Ou cabem? Pra que te contrato? Desculpe, outra vez. Mesmo se pensarmos de um modo individual, eu diria que o ser humano é capaz das maiores atrocidades e, ao mesmo tempo, dos atos de maior nobreza. Isso para mim não é novo, novidade é descobrir que a lei não tem trato nem com um nem com outro caso. Eu não sou esse demônio. E, não sei, se eu não tivesse batido a cabeça, naquele acidente da moto, talvez eu estivesse conformado com o fogo-amigo, com o julgamento injusto em nome do sistema, mas agora não sou. Não existe nada pior que ser inconformado, se eu não tivesse batido a cabeça. Agora acho que faria um bem a muitos se exigisse no meu caso uma lei adequada ao que realmente existe, de acordo? Ou ao menos um juiz que compreenda que casos como o meu são reais, mesmo quando invisíveis ao popular, ao civil comum”.

O **Coronel Pontes** veio prestar depoimento, acompanhado de seu advogado:

“Assumo que o vídeo divulgado pela imprensa, em que estamos todos da alta cúpula da segurança do Estado reunidos, é original, porque um militar não mente. Nada mais. Não nego as ordens que, no vídeo, dirijo ao bravamente falecido Capitão Lima. Mas pelo que sei não há qualquer nexos comprovado entre essa ordem e a morte de dois traficantes na cadeia. Aliás, parece-me que a prova vai no sentido inverso: a morte de um dos traficantes ocorreu coincidentemente no dia seguinte à minha ordem, mas fruto de uma briga entre detentos. Dessas que se dão sempre, porque nossos presídios não mantêm qualquer tipo de disciplina. Sobre o outro, envenenado, eu não sei. É possível que o Capitão Lima (reitero: bravamente falecido) tenha dado ordem de morte dele, mas eu imagino que isso é muito pouco provável. Possível mas improvável, entenda. Porque esse não era o tipo de ação do Capitão, de matar envenenado. Possível também que tenha sido algum inimigo que o preso haja cultivado na própria penitenciária, algum carcereiro ameaçado de morte, isso acontece sempre. O preso fala pro carcereiro “Quando eu sair daqui, vou te matar”, e o que faz o infeliz senão antecipar a legítima defesa? Bom, são só conjecturas. Outras acusações não estão sequer claras. Porque o que me tem chegado aos ouvidos é que outros narcotraficantes morreram por

disparo de fuzis, a média distância. Não há sequer vislumbre da autoria, então eu deveria me recusar a falar sobre o assunto, mas algo tenho sim a declarar: todos sabem que as facções criminosas detêm fuzis e disputam poder. Nós estávamos naqueles dias, lembre-se bem, em dias revoltosos do crime organizado. E nesses dias se acertam contas entre quadrilhas, porque estavam todos os bandidos desconcentrados planejando ações de ataque a cidadãos. Então não sei bem se essas mortes advieram de minha ordem, quem poderia esclarecer seria o (bravamente falecido) Capitão Lima, nosso elo perdido. Mas quero declarar algo acerca do vídeo, para que fique claro. Eu cometi sim um erro grave. Mas foi um erro político e eu não sou político, sou Coronel. Ainda assim errei. Tudo começou porque eu sempre desconfiei dos advogados, embora agora tenha contratado um. Mas preciso dizer que desconfio muito, porque eles passam, em geral, toda a vida defendendo bandidos e depois vêm comandar a polícia, como aconteceu com esse Júlio, o ex-Secretário de Segurança. Anos declarando nos tribunais que facínoras são todos inocentes e, de repente, é chamado pro outro lado. E aceita o cargo, com a maior cara-dura, compreende? Eu controlo o serviço secreto da polícia militar e fico sabendo de muita coisa. Certo ou não, logo que ele tomou posse como Secretário me disseram que estava negociando superfaturamento de compra de armas para a polícia. Ele receberia fornecedores em seu próprio gabinete, e ali pegaria dinheiro. É o que me disseram, tinha fundamento. Então eu tomei uma atitude, por minha conta e risco, secretamente: grampeei o carro dele, o carro oficial. E pus também um microfone na sua mesa de trabalho, essa que aparece no vídeo. Fiz isso porque achei que faria um bem a meu chefe maior, que é o Governador. Queria desmascarar aquele sujeito. O Secretário, é. Logo em seguida comuniquei ao Governador sobre o grampo e esse foi meu erro, porque o Governador achou um absurdo e reportou o fato ao Secretário. Ainda assim, insistiu em manter a nós dois no cargo, que, como deu pra ver, era impossível. Nos odiávamos mutuamente, nos odiamos. Veja que apenas faço esse relato porque, depois do vazamento do vídeo, essa desavença é o menor dos males. O Dr. Júlio me odeia pessoalmente, mas eu não tenho nada contra ele, juro. Como pessoa, não, apenas institucionalmente: ele nunca se comprometeu com a Segurança, e arrisco dizer que ele nem gosta de polícia. Tem verdadeira aversão a

nós. Vem aí o segundo problema: como eu já tinha relatórios detalhados sobre a possível fraude na compra de armas, independentemente das gravações que tive que interromper, fiz uma denúncia anônima a vocês, à chefia de Polícia Federal em Brasília. Quem, pelo visto, agiu como eu agira: grampeou a sala, agora com várias câmeras, pelo visto muito modernas. Bom, é só isso. Quer dizer, não é só isso. Pelo menos pra mim fica claro que o Secretário, de algum modo, sabia dessa filmagem. Ou desconfiava muito. Desculpe, mas talvez as câmeras não estivessem bem ocultas no gabinete, talvez a pessoa que entrou para colocá-las não se tenha disfarçado bem, como o agente entrou lá? Não é da minha alçada, agora, mas tenho ao menos de questionar em minha defesa. Nem vou dizer que um advogado influente como ele talvez tenha informantes em todos os locais, vai saber quem ele já defendeu, não é? Inútil refletir agora, pena. Se você olhar bem o vídeo, verá que ele pede pro Governador pra fazermos a reunião ali na sala dele. Ele nos conteve ali com os biscoitinhos de polvilho, compreende? Biscoitos que ele sabe que reteriam o Governador, pelo estômago, o que de fato aconteceu. E, assim, ele parece meio falso ao falar. Não sei se naturalmente ele diria essas coisas como “Não é isso que o Professor me ensinou”, algo assim. Dramático, teatral. Bom, tampouco quero ser injusto, não sou um homem injusto. Falo apenas o que tenho certeza, mas se houve essa hipótese, nosso amigo é um advogado brilhante: não apenas se vingou de mim, como vingou-se do governador e ainda deixou o cargo com fama de grande defensor dos direitos humanos. O direito, que deveria nos proteger do crime, acaba derrubando ou quase derrubando a cúpula do governo; o governo que tentava manter o crime estancado, ou em nível suportáveis. Golpe de mestre, golpe de advogado. Desculpe, mas não gosto deles. Só quero justificar que tenho fortes motivos para a desconfiança de que repousam interesses sérios por detrás do crime que houve, do crime de quem tirou esse vídeo do processo sigiloso e o divulgou às redes de TV. Espero que os senhores algum dia apurem esse vazamento, que é um delito contra o Estado, contra todos nós. Quanto a mim, volto à justiça: não tenho certeza de que o bravamente falecido Capitão Lima tenha tido tempo bastante de levar minha ordem adiante para finalizar os líderes criminosos, embora fosse e continue sendo minha vontade, mas por vontade ninguém pode ser condenado. Da morte

anterior do tal de Mum-hà eu não dei ordem tampouco, mas isso já está sendo investigado em outro processo, em que eu também depus. Quanto ao resto, bom, eu assumi a Secretaria e pacifiquei a cidade. Acho que mereço que isso seja levado em consideração”.

Claudeir (Coisaruum), 58 anos.

“Não tenho muito o que esclarecer sobre a briga no presídio. Ali dentro é uma cidade, e a gente tem que lutar pra sobreviver. No meu caso, nem isso, na verdade. Eu luto pela honra. Pra morrer honrado. Eu estou aguardando ainda um julgamento de processo por latrocínio, sabe? Um caso estranho, que eu nem cometi, mas fui preso porque tenho antecedente. Fui filmado no local, mas não matei ninguém⁹. Deixa eu falar, doutor, que isso é importante. Eu vou chegar lá, tenha paciência com este pobre doente. Eu vim preso e ainda estou aguardando sentença do latrocínio, mas fui piorando, piorando, piorando. Quase passei dessa pra melhor, e quando isso ocorre a gente pensa em muita coisa, reflete muito, sabe? A resposta, os valores... O médico fez exame e disse que eu tenho síndrome de imunodeficiência, que eu tenho que tomar coquetéis pra sobreviver e eu perguntei “Quem me dá esse coquetel, se nem esparadrapo tem no presídio?”. Doutor, minha morte é certa e ocorrerá em breve. Então, com todo o respeito, as decisões judiciais não me importam, eu não quero me defender aqui, só quero desabafar. Me deixa pôr essas coisas pra fora da alma. O pior de tudo, pra mim, é eu não ver mais meus filhos. Estão grandes já, mas dois deles vinham toda visita me ver. É a única coisa que eu prezo, e está difícil a vida pra eles, estudaram pouco. Minha filha, a mais velha, tem que criar dois molequinhos sozinha, e ainda assim vem me visitar, não tem nem leite pro moleque mais novo. O filho do meio não me visita não porque não queira, não. É que é viciado em álcool, passa o dia tombado na praça. Quer ver ele, é só ir na praça da Casa Verde, está lá, no segundo banco. Ou dormindo, ou pedindo grana pra outra pinga, coitado. Mas eu tenho que endurecer, que ter resistência neste coração amolecido que levo dentro de mim. Como notava que minha filha chorava muito quando me via... não porque eu estivesse no presídio, ela já cresceu acostumada a ter de colar na grade pra falar

⁹ Vide caso 04. N.do A.

com o pai, não é isso. É esse meu aspecto de caveira, eu disse pra ela não vir mais e dizer pro meu filho não vir também. E não contar da doença pro do meio, senão ele bebe uma garrafa inteira de pinga em minha homenagem, coitado. Aos fatos, gostei, aos fatos. O Muriçoca teve as suas finas tripas perfuradas porque fica recebendo polícia no presídio. E preso que é preso não fala direto com polícia. Fala com juiz, mas não com polícia. Foi isso. Não, ninguém me mandou matar o preso, doutor, o senhor está me ofendendo. Vagabundo de verdade, como eu, não recebe ordem de ninguém. Aprendi a me impor, com alto custo. Uma vez, eu fui preso por uma falsa acusação de furto. Fiquei dias na cela, depois fui liberado, mas cadeeiro velho vai direto pro presídio. Isso faz uns oito anos. Aí eu briguei com um magrelinho, fui pra cima dele e o maluco, que era meio revoltado mas parecia de boa paz, me deu tanta porrada que depois eu mesmo dei ordem pra ele ser lutador de boxe na prisão, já que ia ficar muito mais tempo porque tinha condenação de latrocínio. Fui pra rua mas continuei metendo dinheiro no presídio, nas apostas do boxe. Curioso, né? O menino revoltado quebrou dois dentes meus, estes aqui do lado, e sem ele saber eu depois banquei a carreira dele, carreira do jogo de luta no presídio. Tem disso, sim. Hoje esse cara está por aí, livre, pelo que sei, um atleta e tanto, se já não estivesse velho pra coisa seria campeão. Apanhei de um Mike Tyson do xadrez e perdi os dentes, mas mantive minha honra. Doente desse jeito, não vai ser nos meus últimos dias que vou deixar outro vagabundo mandar em mim. Tenho um histórico de vida na independência do crime organizado, sou a quinta coluna. Espantou-se com o que eu disse? Pois algo eu estudei. Se o senhor pesquisar por aí, vai ver que minha história já aparece até em livros. Agora eu quero fumar. Se o senhor me der um cigarro, eu falo mais. Se não, vou me calar, porque ali no corró tem cigarro e cigarro é tudo o que eu quero. E ninguém manda em mim, doutor, já falei isso? Passei três fases na minha vida, que preciso relatar. Escute bem, porque interessa diretamente ao senhor. Na primeira fase, é a da curiosidade pelo mundo exterior, vou ver se explico. As fases se percebem nos dias que saímos da penitenciária pra vir visitar o fórum, ver pessoas distintas, finas como o senhor. Na primeira fase, de fralda no sistema penitenciário, quando um bonde nos traz para o fórum, queremos apenas ver a rua, meter a cara na janela do veículo e cheirar o que está fora. Curio-

sidade pura, ver a cara das pessoas, não nos importamos com a audiência que vai ocorrer no fórum, sequer pensamos nela. O juiz falando e eu tentando ver algo pela janela da sala da Vara. Desconcentrados, declaramos bobagem e isso nos prejudica no processo. Erro de criança. Na segunda fase se supera isso. Há segurança até para pedir para o juiz ficar menos agitado na oitiva, para podermos também ficar calmos e declarar o que nos importa, o interrogatório é oportunidade única, processualmente falando. Achou graça, né? A gente entende de processo mais que muito engravatado por aí. A terceira fase eu não pensei que fosse viver. Achei que eram só duas, agora tem a terceira que estou descobrindo atualmente: não pretendo falar o que o juiz quer ouvir, porque não faz a mínima diferença no meu futuro. Mas, aí está a graça, o juiz tem que me escutar porque agora ele precisa levar informação ao processo, não eu. Agora sou o último a falar no processo, então se o juiz está curioso é porque não conseguiu outra informação com as testemunhas que já soltaram a língua no quanto queriam. Eu sou réu, mas é o juiz que está sob minha decisão. Passei a vida na mão dos juízes, e agora o juiz está em minhas mãos. Não deixa de ser uma curiosa vingança, tem seu sabor. Sim, senhor, pedindo educadamente eu respondo rápido: o fato de o Muriçoca morrer justo no dia seguinte de o secretário de segurança, ou seja quem for, ordenar a morte dele, é uma triste casualidade. Ou não tão triste, é uma dessas brincadeiras que o destino faz, eu já vivi tantas. Se o Governador viesse pedir pra eu matar o Muriçoca, o Muriçoca estaria hoje vivo, entende o que eu digo? Minha rebeldia é inacreditável. E pode ser até que eu esteja mentindo, mas como o senhor vai descobrir? É possível que eu tenha ganho uma nota violenta para ajudar minha família, destinada a meus filhos com dificuldade, para matar mais um vagabundo que não faz menor falta pra humanidade, quem vai saber? Eu ganhei esse apelido de Coisaruím só agora, em prisão preventiva, depois de anos no crime, pode? Nos primeiros dias fiquei furioso de ouvir, mas hoje já acho que tem seu charme. Doutor, já estou te convidando pro meu enterro. Não tem data definida ainda, mas até o fim do ano, escreve aí, vai acontecer. O senhor será comunicado do grande evento do mundo da vagabundagem: o sepultamento do Coisaruím. Não perca e convide os amigos, só não avise meu filho do meio. Deixa ele lá, no mundinho

dele, Praça da Casa Verde, segundo banco, que o menino não faz mal pra ninguém.”

O Ex-Secretário Júlio recusou-se a dar qualquer declaração. O Governador divulgou somente uma nota:

“Sobre o vídeo, há que se apurar responsabilidade, porque ainda que autorizado judicialmente, sua exposição é criminosa. Digo ao povo que eu estava em uma situação limítrofe, tendo de cuidar de meus cidadãos, todos e cada um deles, meus eleitores ou não, que se encontravam sob ataque de marginais. Exatamente por isso convidei o maior especialista em Direito a que tenho acesso. Sou biólogo de formação, então fui atrás de quem soubesse realmente o que fazer. E esclareço que a mim não chegou qualquer comunicação da decisão do falecido Professor Calatrava, determinando ações de morte, como mostra o vídeo. Somente me veio a renúncia do Secretário Júlio, por escrito. Naquela noite eu tive outros afazeres na minha agenda, portanto o máximo que o tempo me permitiu foi determinar que o Coronel assumisse o cargo vacante. Ainda assim, apenas para evitar o uso político do vídeo, pedi ao Exmo. Sr. Presidente da República a concessão de graça, ou indulto pessoal, que ocorreu via a publicação do decreto em 06 de fevereiro. Peço a todos que notem que o indulto presidencial não é algo destinado à minha pessoa: ele visa à proteção da estabilidade do País, no que se poderia chamar, no mínimo, de um momento pós-calamidade. Nosso povo é inteligente e compreensivo, e sabe que existiu um momento extremo, para o qual a extrema medida da graça pessoal é adequada.”

Os autos têm **apenas essas provas relevantes**. Como membro da Suprema Corte, decida o caso, julgando apenas os eventuais envolvidos nos delitos ocorridos **a partir da data** do vídeo captado pela Polícia Federal. Aguarde, portanto, a acusação formal e, depois dela, a defesa dos imputados. Não se esqueça de, preliminarmente, enfrentar a argüição de inconstitucionalidade do ato presidencial que beneficia os acusados, a qual já foi apresentada pelo MPF.

Personagens:

Henrique Silva, engenheiro, Governador do Estado, 61 anos.

Júlio Bandeira, advogado, Secretário de Segurança Pública, 53 anos de idade.

Penélope Klein, 41 anos, Delegada de Polícia.

Hilário Pontes, 62 anos, coronel PM.

Fernando Lima, 50 anos, capitão PM.

Euzébio Calatrava, 91 anos, professor (vide **Casos 08 e 10**).

Heraldo do Nascimento (Mum-há), 32 anos, condenado por tráfico de entorpecentes.

Jessé Joaquim Menezes (Elemento), 33 anos, condenado por homicídio.

Homero José (Muriçoca), 42 anos, condenado por tráfico de entorpecentes.

Jeimisdim Oliveira, 28 anos, condenado por latrocínio.

Claudeir, 58 anos, acusado de homicídio (vide **Caso 04**).

Caso 06

O programa 'Polícia na Rua'

Resumo: O Conselho Deliberativo, órgão colegiado de gestão de um canal de televisão, aprova a produção de um novo programa, o 'Polícia na Rua', que por alguns anos compõe a grade da emissora. Um jornal torna, entretanto, público que a produção do programa é autora de corrupção ativa, ou até mesmo conivente com algum homicídio. Deflagrado o escândalo na mídia, um membro do tal Conselho Deliberativo revela que era previsível, aos dirigentes da emissora, que esse tipo de delito viesse a ocorrer.

Complexidade: Média/Alta.

Temas: Autoria e Participação: domínio do fato – Pessoa Jurídica – Responsabilidade em Órgãos Colegiados – Culpabilidade – Tortura – Tipos de Crime: crime próprio; delito especial – Responsabilidade Subjetiva – Responsabilidade Objetiva – Tipicidade (elemento cognoscitivo do tipo) – Dolo – Dolo Eventual – Contraposição de Versões.



CASO 06:

O 'Polícia na Rua'

Temas:

Autoria e Participação: domínio do fato – Pessoa Jurídica – Responsabilidade em Órgãos Colegiados – Culpabilidade – Tortura – Tipos de Crime: crime próprio; delito especial – Responsabilidade Subjetiva – Responsabilidade Objetiva – Tipicidade (elemento cognoscitivo do tipo) – Dolo – Dolo Eventual – Contraposição de Versões.

SUGESTÃO DE RESOLUÇÃO

A maior problemática que o exercício envolve é a responsabilidade penal na participação em órgãos colegiados. A contraposição entre **estrutura empresarial** e a responsabilidade **subjetiva** que o Direito penal exige, ao menos nos delitos que de que o exercício cuida (homicídio e corrupção ativa, grosso modo), representa a principal matéria de análise do exercício. Assim, um **órgão deliberativo** empresarial toma uma decisão que vem a causar um resultado grave, e assim há que apurar responsabilidades. Para essa apuração, os **detalhes** dos depoimentos são essenciais.

A peculiaridade do exercício, quanto à atividade argumentativa, é a existência de vários réus, com interesses contrapostos. A defesa de um réu pode se aperfeiçoar mediante a acusação de outro, em um jogo de delação e, coloquialmente dizendo, repasse de responsabilidade que via de regra acalora muito os debates. Como matéria de fundo, a responsabilidade **dentro da empresa**. Por isso o exercício exclui obrigatoriamente a apuração da participação de executores diretos do delito mais grave, um homi-

cídio sob tortura, mantendo o foto na estrutura empresarial. Vários outros temas derivarão disso, naturalmente: dolo eventual, exclusão de culpabilidade etc. Se o professor desejar trabalhar com dosimetria da pena, terá neste caso um dos exercícios mais relevantes, porque a **individualização** da reprimenda envolverá quase todas as circunstâncias, ao menos judiciais, com suas consequências diversas, diante dos vários réus. Nesse sentido, o exercício deixa a opção de a defesa de uma das personagens, Angelita K., realizar-se em conjunto com a defesa do órgão colegiado ou individualmente. O ideal seria que, após a leitura do caso, os eventuais participantes que se candidatem à defesa decidam se um defensor deve destacar-se para os interesses individuais da personagem.

A obrigatoriedade de muitas equipes de defesa tornará a resolução mais **longa**, porém com debates muito **acalorados**, porque, como dito, a divergência de teses demanda atenção constante dos defensores não só à fala da acusação, mas também à sustentação dos defensores dos co-réus, que podem lançar aos juízes afirmações mais graves a um réu que as proferidas pelos próprios acusadores.

Deve-se então simular um julgamento por uma Câmara, de 05 julgadores. Em geral, escolhe-se uma equipe de acusação, composta de ao menos três alunos, que se encarregarão de *formular uma denúncia escrita* e encaminhá-la ao mediador (vide instruções gerais) para que os defensores tenham acesso a ela. Formulada a denúncia, é marcada data para julgamento, que contará com fala dos seguintes atuantes, salvo acordo em contrário dos defensores:

01. Acusador (sugere-se 03 componentes).
02. Defesa de Walter Salchicha.
03. Defesa de Souflê (a depender da denúncia elaborada).
04. Defesa de Geraldo Santos (a depender da denúncia elaborada).
05. Defesa de Adelina Bozzo.
06. Defesa dos Membros do Conselho em geral (Máximo Grasset, Kurt Grasset, Isaltina Santinês, Frida Santinês, Angelita K.*).
07. Defesa de Joaquim C. Noura (a depender da denúncia)
08. Defesa de Angelita K. (opcional*)
09. Defesa de Felício Jatobá.
10. Julgadores (sugeridos 05).

Total de participantes: **17 alunos ou mais.**

Tempo estimado de debates: **02h30**, com 15 min. de fala para cada parte.

O “Polícia na Rua”

Pra entender o caso, é necessário compreender o que é o *Programa “Polícia na Rua”*. Muito provavelmente copiando algum programa dos Estados Unidos, a emissora do *Canal 66*, uma das maiores empresas de comunicação do País, inaugurou um programa de uma hora de duração, que consiste basicamente em colocar uma equipe de reportagem, durante todo a noite, seguindo uma ou mais viaturas da polícia. Por conta dos estranhos fatos que ocorreram nas gravações do programa, abriu-se um inquérito e um processo penal, dos quais trazemos aqui as peças principais, exatamente como estão, e não há mais dados relevantes do que estes que abaixo nos propomos a relatar. Talvez seja interessante começar já com um *argumento* do programa, que ali leva o nome interno de *rough*.

Nome provisório: Programa *Noites do Crime*.
 Rough – Proposta para o Canal 66

Consiste em um programa de aproximadamente trinta e cinco minutos de gravação. Uma equipe de reportagem (repórter narrador, cinegrafista, motorista e diretor) ocupa um carro SUV, com rádio ligado na frequência da rádio-patrolha. [Ideal que o carro seja blindado e bastante potente, porque ele comporá a cena]. Uma câmera deve ser colocada na parte traseira do SUV, focando o pára-brisa dianteiro, para que o movimento do veículo seja captado pelas imagens transmitidas, porque, a partir do SUV, a perseguição policial será revivida em *reality*, com os próprios conflitos e dificuldades do jornalista. Sua emoção frente ao risco da perseguição será parte integrante da cena, e o diretor deverá ter isso em conta todo o tempo. O programa começa com a visão da noite e uma legenda diz a hora e o local pelo qual a SUV passeia. A equipe deve vagar pela noite, jogando luz nos transeuntes. O clima *noir* pode retratá-los como verdadeiros zumbis, à penumbra, O que fazem na rua naquele momento?, é o que sempre sugerirão as imagens de início. Logo, a SUV segue uma viatura específica da Polícia Militar, em prévio acordo com o comandante, até aparecer uma ocorrência que permita a reportagem. O ideal, porém, é que se *simule* que cada ocorrência é captada pelo rádio, e então a SUV corre ao local e consegue “localizar” a viatura policial encarregada da ocorrência, que já estará em alta velocidade, com giroflex aceso, produzindo luzes e

sombras em azul e vermelho. Ao seguir a viatura, ainda que ela não esteja em perseguição de trânsito, mas dirigindo-se a um local específico (uma residência, um banco), o motorista cuidará para que se imprima alta velocidade, para fazer curvas severas. A sonoplastia acrescenta barulhos de pneus, a câmara treme, o repórter tem de segurar-se muito bem para evitar tombar, entre outros recursos típicos. Chegando ao local, o repórter narra a ocorrência passo a passo. A câmara, em um *take* aberto, filma primeiro as viaturas que lá já estejam ou o desembarcar dos policiais. Se for seguro, o repórter desce imediatamente e começa a perseguição a pé, com a filmagem de o que ali esteja.

O diretor estabelece de imediato o roteiro a ser seguido, o que não será difícil para quem tem experiência em cobertura policial. Caso a natureza da ocorrência já houver sido narrada pelo repórter, a câmara em *travelling* muito ágil acompanha o repórter a ver os autores do crime, preferencialmente presos e algemados. Segue em regra uma rápida pergunta a um dos policiais envolvidos na operação, que esclarece a natureza do ocorrido, principalmente quem são os autores e a vítima. A vítima deve ser questionada sobre o que ocorreu, o susto que levou, suas impressões pessoais e, depois, o que ela deseja que seja feito com o autor da – falando de modo geral – agressão contra ela. O repórter então perguntará algo como “O que haveria ocorrido se a polícia não chegasse?”, o que fatalmente leva a vítima ao choro. Se não levar, duas ou três outras perguntas no mesmo sentido causarão o feito desejado, as lágrimas ou o desespero captado do rosto que refrata a luz vermelha intermitente que sai do *giroflex* das viaturas. Seguem as perguntas feitas aos autores do crime: assume o que fez? Por que agiu assim? Tem noção de o que ocorrerá com ele de aí para diante? Acha justo o cárcere? A última entrevista será com o comandante responsável pela operação, em plano médio. Ele finaliza a ocorrência, prevendo o caminho tortuoso pelo qual passará o autor do crime. Pode até relatar os delitos pelos quais será enquadrado. A edição deve cuidar para aproveitar o *plot* que regerá toda a série: a cidade e sua violência, a luta do bem contra o mal. Por isso o enfoque será sempre a vitória das forças do Estado contra uma criminalidade que se recria, mas que ainda assim é diariamente vencida. Acresce-se como cena final de cada episódio um homem de costas, sendo trancafiado na cela, com um barulho pesado de metal batendo.

O programa foi emitido por dois anos, e na verdade fazia alguns meses que já não tinha muita audiência quando teve de ser retirado do ar repentinamente, em virtude de uma ordem judicial sem muito mais fundamentação do que algo como “*tendo em vista os fatos narrados no inquérito acostado, em que há indícios de graves violações aos direitos humanos e ao ordenamento penal em geral, com observância aos princípios constitucionais, concedo a ordem liminar para que o programa ‘Polícia na Rua’ seja retirado do ar, ad cautelam*”. O cumprimento da ordem judicial parece não haver desagradado a emissora, que já planejava o fim das emissões. Mas esse não era o problema.

O problema concreto é que foram parar na redação da principal revista semanal do país, *A Semana*, duas filmagens realizadas por **Geraldo Santos**, o único cinegrafista do “*Polícia na Rua*”. O periódico publica matéria sobre as filmagens e as disponibiliza integralmente em seu *site*.

I. A primeira delas durava mais de meia hora, mas tinha como clímax cinco minutos de cenas aterrorizantes. Tratava-se de parte de o que deveria ter sido o programa 95 (sabe-se disso porque uma legenda provisória na gravação indica esse número), quando a SUV acompanhou a ocorrência de um assalto a uma casa na periferia, em que foram capturados dois menores de idade, “Dois elementos já conhecidos aqui pelos integrantes da patrulha”, dizia o **Cabo Florentino**, na filmagem, ombreando os dois menores com rosto coberto pelas camisetas, enquanto dona **Cristalina**, a vítima, pronunciava que não tinha nada a declarar, que a polícia tinha chegado e salvo a vida dela, só isso, “Gente perigosa aqui do bairro”, foi apenas o que ela sussurrou a princípio, enquanto **Souflê**, o repórter-narrador, a empurrava pelo ombro para a esquerda e ela se recusava a dar qualquer passo, “É que a luz da sirene tá dando na minha cara, homem!”, são as últimas palavras de Cristalina que voltou para casa sem querer produzir mais declarações. A câmera segue a Dona Cristalina, que cruza a rua, focalizada agora pelas costas com sua roupa de dona de casa, até bater o portão. O curioso é que, no trajeto de acompanhamento de Cristalina, o *cameraman* tem de recuar porque uma viatura negra chega e breca bruscamente. Quando a câmara, seguindo **Souflê**, retorna ao local, o cabo Florentino está entrando na sua própria viatura, sozinho.

Ele entregou os delinquentes aos cuidados do capitão **C. Bento**, que assumiu o controle da operação. A partir daí, as imagens não contam

mais com a narrativa direta do repórter, que fica em silêncio e fala baixo. As imagens passam a ser captadas de dentro da SUV da emissora, e mostram em *close* o momento em que o capitão C. Bento surpreende um dos menores delinquentes, algemados, por detrás e dá-lhe um chute nas costas, quando ele cai ao chão. E então todas as viaturas deixam o local rapidamente, restando apenas aquela negra, última a chegar, do capitão, com luzes apagadas. A fraca iluminação da rua porém permite ver o espancamento que três policiais, chefiados pelo Capitão, infligem ao menor, cujos gritos são captados pelo microfone da câmara, mesmo dentro da SUV, que parece ainda ter os vidros semi-cerrados. São minutos e minutos de pisoteamento e espancamento pelos milicianos ao menor algemado, que já não se move. Ele está morto. Com vagar, com alguma dramaticidade, Capitão C. Bento anda até o canto onde está o Cabo Florentino e volta, caminhando lentamente. Agacha-se ao lado de o que já é apenas um corpo e desata-lhe as algemas, deixando os membros caírem, por si mesmos, ao chão. Hoje sabe-se que o corpo tinha ao menos vinte e duas fraturas, incluindo-se algumas no crânio. A reportagem da revista mostra fotos dessa agressão e identifica o menor como *Rodney Fontes*, de 16 anos de idade. E em seu texto desenvolve uma crítica forte à emissora: por que essas imagens nunca foram ao ar, se estão guardadas há, pelo menos, um ano nos *arquivos secretos* da emissora? Por que foi necessário que uma *fonte oculta* revirasse aqueles arquivos e, indignada com *esses e outros segredos* que estão por detrás do “Polícia na Rua”, trouxesse clandestinamente a esta Revista tais imagens? E então pergunta textualmente: “é lícito que, em nome da continuidade de um programa sensacionalista, uma empresa *oculte* provas inequívocas de crimes bárbaros, como a tortura feita pelos agentes do Estado? Já seria muito, se não houvesse também provas cabais de que a tal emissora *incentiva* essas práticas”. O “incentivo” refere-se à segunda filmagem que o jornal recebeu.

II. É noite. Nota-se que a câmara está dentro da SUV, sem iluminação. Repentinamente, a luz interna da SUV acende e a câmara baixa o foco, em *close*, a um par de mãos que segura um maço de dinheiro, e uma dessas mãos (que usa pulseiras do couro e de náilon como do Senhor do Bonfim, muito surradas) sobe à lente da câmara para tapá-la, como que determinando a interrupção da filmagem. Quando a filmagem volta já se trata de um *long-shot*, em que se vê uma viatura negra parada, da qual desce um

policial grande. Não há dúvida – para quem já conhece a figura – que se trata do capitão **C. Bento**. Dele se aproxima um homem magro, de cabelos e barbas longas, usando sandálias apesar do frio aparente (o capitão C. Bento veste grosso abrigo cinza de farda). A câmera focaliza o rosto do homem, nota-se que sua barba é esbranquiçada, e agora em plano médio percebe-se nitidamente que esse homem de sandálias entrega ao capitão C. Bento o tal maço de dinheiro, que o militar atira rapidamente para dentro da viatura pelo vidro lateral e logo retesa a espinha e troca um rápido aperto de mãos com o homem de sandálias. Este vira para a câmera e caminha em sua direção, enquanto o foco recua para acompanhar seu deslocamento. Quando o homem abre a porta da SUV, a filmagem corta. O homem de sandálias é Walter Salchicha, o diretor do programa *Polícia na Rua*.

O caso seguiu adiante, e agora merece apuração penal. Temos no procedimento *alguns* depoimentos, e apenas com eles é que se pode trabalhar. Leia atentamente o que as autoridades ouviram sobre o caso.

Geraldo **Santos**, 37 anos, cinegrafista.

“Sou cinegrafista e trabalhei no canal 66 por ao menos doze anos, comecei como *caboman*. E fui chamado para ser o único cinegrafista desse programa ‘Polícia na Rua’, desde o primeiro episódio. Acho que gravamos uns cem, durante quase três anos e eu participei de todos, sem faltar a nenhum. Uma vez, quando o programa fazia muito sucesso, montaram outra equipe, então com outro cinegrafista, mas as produções deles não ficaram boas pelo que sei. Meu trabalho é apenas filmar, dizem que sou rápido em captar imagens, tenho olho clínico e de vez em quando fico meio neurótico, mas nada grave, fiz tratamento psicológico e estou voltando ao normal. Muito da minha neurose ocorre por causa das cenas que vi e que fui obrigado a calar, como essa que eu enviei ao jornal. À revista, melhor dizendo. Enviei o que consegui recolher de comprometedor nos arquivos do Canal 66, mas naquele programa existia muito mais, não deu pra acessar. Nós presenciávamos tortura, corrupção policial, narcotráfico pelos militares, participação em roubos, sociedade em quadrilhas das mais diversas e muitas outras coisas erradas que nunca contamos, porque éramos empregados. Por quê? Porque a ordem era fazer um programa com os policiais como mocinhos e pronto. Do resto, nosso diretor Salchicha

sempre dizia, “vai pro arquivo”, e eu filmava mesmo assim porque a câmera ficava sempre na minha mão, mas a ordem era pra fazer os *takes* deles como super-heróis, assim meio de lado, de peito empinado e rosto com alguma aura de luz, como se fosse um santo, meio etéreo, olhando o infinito. O infinito é o futuro melhor, como nas fotos dos presidentes da república norte-americanos. Esse estilo. Doideira, uma vez paramos numa esquina e veio um cara correndo pra dizer que a viatura que estávamos seguindo era de assassinos, que aqueles policiais tinham torturado o irmão daquele sujeito até a morte, porque o irmão dele era traficante e não pagava propina, essas coisas do mundo cão que é esta metrópole. O coitado achou que ninguém tava filmando mas eu já tinha ligado a câmera e filmei bem a cara do sujeito, o que ele pedia era pra gente esperar com a equipe e voltar no dia seguinte, porque eles tinham prometido entrar na favela pra fazer outro acerto de contas. Eles, os policiais. Verdade, a gente levantou tudo, eles anunciavam o dia que iam entrar na favela, pra fazer como se fosse uma “demonstração”, matavam dois ou três traficantes pequenos, morte anunciada mesmo. A gente levantou tudo isso no dia seguinte, quer dizer, praticamente só eu e o Souflê levantamos, porque o máximo que o Salchicha fazia era ficar puxando fumo e resmungando, “Não se mete nisso, não se mete nisso”. Só de lembrar o sangue me sobe. Um dia ele tava tão doidão que, no meio do pátio da favela, em expresso toque de recolher, ele desce da SUV correndo e gritando que é lua cheia, e começa a uivar como um lobo, de braços abertos, acreditam? Uivava tanto que não demorou a ter dois ou três disparos em direção a ele, eu corri e dei-lhe uma cacetada com a câmera pra ele cair no chão, depois o meti de volta na SUV blindada. Então, o Souflê e eu fizemos, assim, no tempo que sobrava, umas entrevistas de gente que não se identificava, mas que dizia que aqueles policiais que nós seguíamos eram realmente matadores de primeira. Acredita? Pois acredite, que é a pura verdade. Eu falava pro Salchicha que a gente tinha que ir a fundo e levar tudo pro ar e ele só falava com aquele jeito mole ‘Desencana, a gente tem um programa pra produzir, um episódio pra ficar pronto’, e aí dizia que eu era neurótico, que queria saber e filmar tudo, isso não é *booling*? As imagens que fizemos contra a vontade do Salchicha decerto estão nos arquivos da empresa, mas não as encontrei. Então o terror comendo lá fora, e ele só mandava

captar perseguição, por isso o dinheiro. É, o dinheiro que eu filmei ele dando pro Capitão C. Bento era grana pra fazer a viatura correr e cantar pneu em ruas específicas, em avenidas abertas, mesmo quando não tinha ocorrência, ou quando as ocorrências eram mínimas. Sério, muitas vezes fazíamos ações fantasmas, esse hippiezinho meia-boca olhava uma avenida, um cenário, achava legal e ligava pro C. Bento, que aparecia com a viatura de sirene ligada e atravessava um trajeto já determinado, cantando pneu e tudo. Juro. Aí a imagem saía editada, colada em uma ocorrência real, estou sendo claro? Pra isso o Capitão C. Bento queria algo em troca, grana, e aí? E aí se alguém chamasse a viatura dele pelo rádio, ele devia dizer 'Não posso atender esse assalto a banco porque estou fazendo graça pra um babaca metido a alternativo que não toma banho e cheira a patchouli, e que acende incenso de alfazema no SUV da empresa pra disfarçar o fumacê que faz no banco de trás, que eu, polícia, finjo que não vejo porque estou bem guardadinho no bolso do Canal 66'. No meu último dia de trabalho, revirei todos os arquivos e só encontrei de comprometedor as duas imagens que o jornal divulgou. O resto, ou desapareceu, ou está naquele meio que eu não consegui identificar. É muita coisa guardada ali”.

Walter Salchicha, 45 anos.

“É folclore essa história de que diretor é nervoso e estressado, bixo. Eu sou um dos diretores mais bem pagos do canal 66 e juro que não me estresso com nada, vivo em paz. Só não gosto quando escrevem meu nome errado, põe aí: Sal-chi-cha. Mas não bato em ninguém por isso, não. Trabalho ainda no Canal 66, apesar dos escândalos, e com muito orgulho. Então, o Cheraldo... é o apelido dele, só o conhecem como Cheraldo. Ah, tá bem. O Geraldo é um dos melhores cinegrafistas de ação que esse país já fez, se ele fosse pra Hollywood não ia ter cena de perseguição sem a mão dele. Bixo, que olho que tem esse homem, um talento raro! Infelizmente, saiu da empresa, mas foi quando nosso programa já estava em decadência, o *Polícia na Rua* já estava prometido pra sair do ar porque você sabe, esses tipos de programação enjoam, o público cansa. As pessoas cansam dos bares, dos namorados, das esposas, dos atores, dos programas de televisão também, tudo tem seu tempo. Ele era um cara estressado e neurótico, mas quando estava assim vitaminado era valente e rápido no pensamento, um cara e

tanto, um artista. Neurótico, acentuadamente paranóico, mas artista. Eu conversava com ele numa boa, sempre conversamos o seguinte: somos empregados e temos uma função a cumprir. Quando ele ficava muito doidão (ele era doidão, bixo, eu já disse?), queria filmar o mundo todo, todas as pessoas, as casas, as formigas, os micróbios, as balas, queria ouvir (e acho que até ouvia) todas as conversas, todas as vozes de cada ser humano, em cada barraco, queria filmar todos os carros em todas as avenidas. Como pode? Eu tentava esclarecer pra ele que isso era impossível, apesar de reconhecer seu talento, mas não podemos nos despistar com tudo o que vemos no caminho, por interessante que pareça. A gente precisa de *foco* e *dramaticidade*. Nossa missão era produzir um vídeo dos atos heroicos da polícia, era a proposta do programa, que eu tinha que seguir. Televisão não é apenas criar documentos, fazer filmagens, precisa-se produzir dentro de um drama, e de drama, de enredo, o Cheraldo não entende. Para começar a dramaticidade, é necessária uma intenção clara, que vem desenhada no *rough* e eu entrego pra vocês o *rough* do *Polícia na Rua*, que era pra se chamar *noite-sei-lá-o-quê*. Porque o *rough* se escreve quando o programa ainda é um projeto, uma proposta a ser analisada. *Como*, quem é responsável pela proposta? Bom, o *Canal 66* tem uma chefe geral de programação, a Adelina Bozzo, e acima dela um *Conselho de Programação*, formado por uns malucos aí de gravata, sei disso porque eles aparecem naqueles jornais da empresa. E só isso. Eu sigo minha proposta e não posso ter compromisso com toda a notícia a meu lado, bixo, é impossível. Im-pos-sí-vel, lembra como separa sílaba? Pois é: se alguém tivesse que filmar e botar no ar tudo que nós vemos na rua, não teria horário na tevê pra tanta barbaridade e tanto crime, porque nossa cidade não é exatamente um bairro de Genebra, não é isso? Periferia com milhões e milhões de trabalhadores, tendo de conviver com vagabundos de toda espécie. Foco, irmão, foco! Neurose do senhor Cheraldo Santos, ele filmava tudo, o menino morrendo de tanta porrada, eu dando uma grana pro capitão. Essa grana era pra pagar o desgaste da viatura, poder comprar pneus novos, uma troca nossa, entende? A empresa libera uma verba livre, da qual eu faço uso pra essas coisas mesmo. Eu queria um dia fazer um programa pra dizer que o mundo é diferente, que a sociedade alternativa vai ser finalmente implantada, que eu vou tomar banho de chapéu e discutir o Carlos Gardel, mas este mundo

não é assim, não, bixo, tem muita coisa rolando aqui debaixo dessas estrelas, não é, não? Fora da empresa eu estou começando a rodar um documentário, a história real do amigo do meu filho. Anota aí, Walter Salchicha diz: “toda ficção é real, e quando parecer muita ficção, é mais real ainda”. Isso, não existe narrativa que não seja baseada em fatos, por isso eu prefiro narrar fatos com toda fidelidade, no meu documentário, sobre o amigo do meu filho. Ele matou a namorada e depois se matou, mas aí tem um drama legal: um pai que volta depois de anos desaparecido, um menino que sofre com ciúmes do sogro, uma relação doentia entre dois adolescentes que ainda não desvendei. Mas essas histórias na televisão nossa não vendem, essa história é pra filme alternativo, aquelas chatices belgas ou iranianas, que só gente como eu, muito calma, mas quando está muito calma mesmo, gosta. Eu gosto, dependendo da hora, mas isso não é nada comercial. Olha, na empresa, se a gente tenta voar alto demais o sol derrete nossas asas, fui claro? Por isso eu prefiro uivar pra lua, mas é só na lua cheia.”

Adelina Bozzo, 61, jornalista, bacharel em Direito e em Administração.

“Sou a responsável por toda a programação da Emissora. Quem aprova mesmo a programação é um colegiado (o Conselho de Programação, que assinou essa nota que os senhores têm, mas da qual eu só tomei conhecimento agora) composto por nove pessoas, com sistema de voto qualificado, conforme consta do Estatuto da Sociedade do Canal 66. Eu participo de todas as reuniões do Colegiado, e há cinco anos me deram direito a dois votos, simplesmente por ocupar o cargo, não sou sócia de nada. Pra resumir o sistema, no total são trinta e dois votos: os dois filhos do primeiro fundador e principal acionista, Doutor Grasset, têm direito a um total de nove votos cada; as duas filhas do outro co-fundador, doutor Santinês, têm direito a um total de quatro votos cada; os demais votantes são um representante de uma agência de publicidade (em geral uma agência que anuncie muito no canal), com direito a voto simples e mandato renovável a cada dois anos, dois representantes de acionistas minoritários e um representante dos funcionários. O programa Polícia na Rua, ao que eu me lembre, foi aprovado por quase unanimidade, dissenteu dele apenas um voto, de um dos nossos mandatários dos acionistas minoritários que é um senhor muito distinto, mas anarquista completo. Quando notou que o pro-

grama enalteceria a polícia, ao que me lembro, disse desde logo que era contra, mas não conseguiu convencer mais ninguém, de maneira que o Polícia na Rua foi aprovado, via aquele *rough* que vocês já têm. Mas é claro que eles têm informações muito mais detalhadas sobre o programa: estilo, estimativa de custos, estimativa de audiência etc. Engavetam o projeto por alguma pendência ou falta de horário na grade, reprovam, ou aprovam para início imediato. A partir daí, qualquer mudança no programa não pode ser estrutural, pois se for há de voltar ao Conselho para novo referendo. Ou seja, as alterações pontuais no estilo são feitas pelo diretor e por mim. O Salchicha é um homem um tanto raro, mas competentíssimo e de absoluta confiança. As emissoras o disputam a peso de ouro. Quanto ao Cheraldo... Bom, quanto ao Sr. G. Santos, era também um excelente profissional, mas faltou-lhe veia de jornalista. Sangue frio, eu digo. De saber que produzir um programa *reality* não é se deparar com perseguições puras como nos filmes bestas do Nicholas Cage. Então deve sair um programa com uma linha, e não um noticiário sobre tudo o que se vê. Ele ficou indignado com isso, fora que é um viciado que não consegue encarar qualquer tema abstratamente, de forma mais ampla, pelo que me disseram. E preste atenção: ele retirou as filmagens comprometedoras do nosso próprio arquivo. O que significa que elas estavam ali guardadas, e não descartadas. Descartadas, melhor, apenas de serem levadas ao ar imediatamente. Quem garante que em dois ou três anos não pudéssemos produzir um programa somente sobre a tortura policial, como apressadamente fez essa revista, que aliás, apesar de dizer-se tradicional e honrada, é muito mais sensacionalista que nós? Eu tenho obrigação de denunciar os crimes, mas precisa ser imediatamente? Isso acho que a lei não diz. Os crimes já ocorreram e não há como evitar a produção do resultado morte, não é assim? Então, depois de participar de tudo, calado, o Cheraldo aguarda, sentadinho (o que para ele é meio impossível), arrumar emprego em outra emissora, nossa concorrente, para furtar material dos nossos arquivos, no seu último dia de trabalho conosco, e envia a uma revista, escandalizando e nos arrebetando o íbope de vez. Estranho, né? Olha, eu não disponho de nenhuma prova, mas sou uma mulher de muita experiência no meio, acredite. Pra mim é muito mais caso de espionagem industrial que de encobrimento de crime hediondo, ou o que seja que vocês investigam”.

Antonio Fontes, 49 anos.

“Sou o pai de Rodney, o assassinado. Assassinado pelo Capitão C. Bento e sua gangue de pistoleiros fardados. Na noite em que mataram meu filho, eu estava dormindo, porque acordo 05h da manhã pra chegar no trabalho. Acordava, porque hoje estou desempregado, só consigo uns bicos. Bom, tenho um filho a menos pra sustentar, não é isso? Filho bandido que eu tinha, que dava prejuízo e só dor de cabeça, mas eu amava porque era meu filho, e ninguém tem o direito de me tirar ele, eu acho. Acordei antes de o sol sair, sem saber que meu filho estava morto, mas recebi a notícia logo que meti o pé na rua. Avisei minha mulher, Vânia, que ficou chorando, e fui para o trabalho, porque pobre não pode faltar no serviço. Se a gente fala que é pra enterrar o filho, o patrão acha que é mentira, ou sabe que é verdade mas não está nem aí, ou acha ruim porque só filho de pobre morre antes do pai. Rua, no mês seguinte, dizendo que é corte de despesas e tal. Conheço essa situação desde menino. Trabalhei e cheguei em casa para saber dos detalhes, e o que todo mundo dizia, na comunidade, é que o Capitão C. Bento o havia matado. Veja, tudo isso muito antes de aparecer na imprensa esses vídeos aí. Fiz tudo por minha conta, quando dizer que o C. Bento era bandido era passar por mentiroso, mas eu sou pai que perde filho, e pai que perde filho perde o medo, acredite nisso. Fui no delegado, ele disse assim, “Com todo o respeito, o senhor quer mesmo mexer no vespeiro?”, e a autoridade estava certa. Mexer pra quê, pra ver mais gente acordar morta? Eu perdi o medo, mas não sou o único envolvido. Ok, desisto, não peço pra investigar, mas não posso calar a boca do povo: todo mundo sabia do autor do espancamento e contava exatamente o que aconteceu, melhor até que a filmagem que foi divulgada bem depois, com mais detalhes. Só que na periferia é assim: ninguém fala; quando fala, ninguém acredita. Só que os vizinhos disseram outra coisa mais. Disseram que os caras do Canal 66 tinham acompanhado toda a ocorrência com meu filho, que o carro deles estava do lado do corpo do meu Rodney. O que eu já sabia é que esse Capitão C. Bento gostava de aparecer na TV, que tinha um programa de polícia que só filmava ele. Mas eu só consigo assistir televisão no domingo, se tenho folga. Suficiente pra ver meu time ser campeão do mundo, entende? Então nem conhecia o tal programa, nem sabia que era feito no Canal 66. Porque, por essas coisas

que a vida arma pra gente, eu trabalhava, naquele tempo, nos serviços gerais do Canal 66: carregar tábua, poltrona, martelar cenário, pintar isopor, mandou eu faço. Eu fazia, melhor dizendo. Então assisti uma vez ao tal programa, com a garganta seca de raiva, daí fiquei sabendo que o repórter que aparecia era um tal Souflê. Olhei bem a fuça do sujeito. E rodei dias e dias no corredor do Canal 66, fazendo meu serviço na maior responsabilidade, mas de olho no movimento. Discretamente e na humildade, porque a ordem que a gente recebe logo que entra pra trabalhar em corredor de televisão é a de nunca, aconteça o que acontecer, olhar nos olhos dos artistas, muito menos falar com eles. “Não dirigir a palavra, jamais”, diz o chefe. Tudo bem, porque eu não pago pau pra esses sujeitos. Queria era trabalhar na construção do estádio do meu time, do meu time do povo, e não no estúdio desses sujeitos. Me avisaram para não pedir autógrafo jamais, e eu lá iria pedir autógrafo pra repórter de TV ou animador de auditório? Bom, só pra um sim eu pediria, que é meu ídolo, porque é do povo, mas ele não é do Canal 66, ele é dono de uma emissora bem maior, sabe? Dono! E esse me daria autógrafo se eu pedisse, dizem que ele é bom coração. Pois é, falando em bom coração, encontrei dentro de um estúdio o bendito Souflê. Fui na maior humildade, juro, só disse pra ele assim: “Da licença, doutor, mas sou pai de um menino que a polícia matou”. Ele disse: “Puxa, que pena”, e quis sair andando. Eu nem toquei nele, só fiquei na frente: “Falaram, doutor, que o senhor estava lá com o carro da emissora, enquanto a polícia dava um pau no meu filho. De algemas, o menino”. Aí ele ficou nervoso, eu tentei acalmar, falei “Meu filho era bandido, sabe?”. Não é fácil pra um pai dizer isso. Ele saiu fora, sem falar nada, bravo. Eu já sabia o que ia acontecer, porque não sou tonto, sou um cara que pensa, como todos os outros da periferia. Passaram dez dias e meu chefe veio falar que eu tinha que ir embora, porque tinha corte de gastos. E, no fim da conversa de dois minutos, só soltou assim: “Antonio, você é um excelente funcionário, mas sabe que transgrediu as regras, não sabe? Não posso segurar essa pra você, se não sou eu que caio fora”. Eu fiz que sim com a cabeça. É como as coisas funcionam: a polícia mata meu filho que já estava algemado, e o Souflê esconde, nos corredores em que eu trabalhei, o vídeo que prova o crime (é crime, não é?); no final de tudo, quem “transgrediu as regras”? O Antônio, auxiliar de serviços gerais. Funciona assim e vai funcionar assim sempre. Curioso, mas não tem muita graça, não.”

Chegaram também aos autos estas notas:

- I -

Nota de Esclarecimento

Nós, do Conselho Deliberativo de Programação do Canal 66, temos a expor que, em reunião, aprovamos por quase unanimidade a produção do programa que depois levou o nome de Polícia na Rua. Desconhecíamos, entretanto, o envolvimento de um de nossos diretores com corrupção policial. E tampouco sabíamos que foram feitas imagens de crimes hediondos, que, guardadas, não foram imediatamente ao conhecimento das autoridades competentes. Tivéssemos conhecimento, as devidas medidas seriam tomadas. Assim, cremos que se trata de uma falha grave, porém que não foi supervisionada por este Conselho, porque escapou a sua competência. Repudiamos, entretanto, qualquer violência, corrupção e encobrimento por parte da imprensa, de modo que nossos arquivos sempre cumprirão sua função pública e jamais nos queixaremos da apropriação de seu conteúdo, se este vier a servir à informação salutar, como no caso concreto. Com estes esclarecimentos, acreditamos que nada temos mais, pessoalmente, a esclarecer às investigações, embora nos coloquemos à disposição das autoridades para o que necessário for. Ass.: Máximo Grasset, Kurt Grasset, Isaltina Santinês, Frida Santinês, Angelita K., João Madureira – Membros do Conselho.

- II -

Declaração Pessoal

Eu, Joaquim Carlos Noura, gostaria que fosse juntada aos autos esta minha declaração: procuraram-me os membros do Conselho Deliberativo de Programação do Canal 66 para firmar uma nota de esclarecimento. Entretanto, não a assino porque, desde o início, fui contra a aprovação do programa Polícia na Rua, como consta na ata da respectiva reunião do Conselho. A ata, entretanto, não traz nada acerca de nossas discussões. Na referida reunião, ao dar-me conta da estrutura do programa, nós discutimos uma série de pontos éticos. Ficou claro, inclusive, que haveria uma verba destinada a “pagamento de despesas para colaboração policial”, como esclareceu a própria senhora Adelina Bozzo. E ficou também muito claro que a estrutura do programa era fazer figurar todos os policiais como heróis, porque

era isso que daria audiência. Em outras palavras, era previsível que quaisquer abusos ou ilegalidades dos milicianos colaboradores não seriam reveladas pelo programa. Eu disse textualmente “isso não é jornalismo” e me opus veementemente, mas na ata apenas constou meu voto contrário, sem fundamentos. Sabe, a ata é feita pela parte que tem maioria, assim como, dizem, a história é feita pelos vencedores. Eu sou sempre minoria naquele Conselho, então já sequer protesto muito, mas faço questão de registrar meu voto contrário, exatamente para poder, em situações como essa, dizer que eu previ o que iria ocorrer. Melhor, dizer que era previsível o que iria ocorrer. A consequência que agora, com muito pesar, vejo noticiada nos jornais, a partir da *A Semana*, era absolutamente previsível. À disposição.

Ass. Joaquim C. Noura.

A polícia, observando todos os participantes do Conselho, notou que havia uma pessoa, além de Joaquim Noura, que não firmava a nota de esclarecimento enviada pelo tal colegiado. Chamado a depor, **Felício Jatobá** declarou:

Felício Jatobá, 28 anos, publicitário.

Sou um dos dois representantes das empresas anunciantes no Conselho Deliberativo. Não posso mentir, até porque, mas não principalmente, está tudo documentado: eu estava presente na reunião que, há dois anos e pouco atrás, aprovou a produção do primeiro “Polícia na Rua”, com verba de produção e até mesmo, salvo engano, o horário que seria levado ao ar, na grade da emissora. Isso nem é usual, mas às vezes ocorre. Portanto, o único voto dissidente, ali, foi mesmo de Joaquim C. Noura. Mas quando me procurou o advogado da empresa de televisão, autoproclamando-se advogado do Conselho Deliberativo, recusei-me rotundamente a firmar a nota de esclarecimento enviada à polícia. Ao menos, nos termos em que estava escrita, eu me opunha. Depois de ler as notícias do escândalo na revista *A Semana*, e a partir daí nas demais mídias – que, aqui entre nós, aproveitam-se muito desse tipo de fato para minar a credibilidade da empresa concorrente – imaginei mesmo que as autoridades me buscariam para esclarecer qual minha posição. Veja, eu falo apenas por mim, embora Angelita K., a outra representante das empresas anunciantes (a também potente K. Comunicação), esteja em uma situação muito próxima à minha, com duas diferenças, creio: Angelita K. é dona de sua empresa

e eu não sou; e ela assinou a nota esclarecimento, de cujos termos eu discordo parcialmente, como explicarei, porque não é bem verdade que o Conselho ignorasse tanto o que se passava no Programa. Aliás, volto a ressaltar que jamais o Conselho constituiu um advogado próprio, que eu saiba, então esse profissional não tem procuração para falar por mim, ainda que seja eu parte dele. Do Conselho, claro, como vou ser parte do advogado? Espera, posso me expressar ainda melhor: no caso do fato investigado, a conduta é de cada um, porque a consciência é individual. Sei que não é bem a hora de dizer isso, mas queria registrar o pedido de que não se trate o Conselho como um monstro de vida própria, pois não é assim, basta ver que até mesmo a senhora Adelina Bozzo é membro do Conselho. Quer dizer, comparar a ação dela, que tem o programa sob seu comando direto, que respira 24 horas a produção do Canal 66, com uma senhora como a Frida Santinês, que só aparece na empresa, pelo que dizem, pra pegar dinheiro ou tomar café no dia da reunião do Conselho, é algo extremamente perigoso, desigual. Pouco justo, mesmo. Prova maior dessa heterogeneidade, desse elemento peculiar, acho, sou eu próprio. Me explico: votei no Conselho Deliberativo de Programação do Canal 66 pela aprovação do programa “Polícia na Rua”, como votaram todos os demais membros, à exceção do C. Noura. É sim real que o Noura é um sujeito muito difícil de lidar, mas eu não o conheço tanto assim: meu mandato como representante dos anunciantes é de três anos e já está para vencer, e aquela era minha segunda reunião ordinária. Ele tem fama de ser anarquista, de ser contrário a tudo, porém é justo apenas afirmar, de o que vejo, que ele é um sujeito irascível, que levanta muito a voz, então fica sendo um cara de trato difícil em reunião. Só. Mas o que eu quero mesmo dizer é que, de fato, a apresentação do projeto do programa, o tal rough, somado ao que foi esclarecido pela própria Adelina, dava a entender que haveria sim um programa para enaltecer a Polícia, e que haveria de pagar despesas “por fora”, que ficariam a cargo do produtor. Isso restou sim muito claro. Busquei em minhas coisas a ata de reunião para trazê-la aqui e não a encontrei, porém pode ter certeza de que lê-la seria uma perda de tempo em termos de esclarecimento do ocorrido, porque o que se registra ali é telegráfico. Posso contribuir, entretanto, com algumas informações que eu anotei aqui para registrar em meu depoimento. Primeiro: havia sim uma verba dada ao diretor, mas não se pode dizer com tanta certeza que, por

conta dela, a corrupção fosse de todo previsível. Em produções que se fazem ao vivo, na rua, é usual que se libere uma verba em *cash* para o produtor (no caso, o diretor) que ele não pode justificar. Em termos contábeis, fica muito difícil apresentar sempre recibos e notas, que se possam lançar em livros de uma empresa, isso acontece também na propaganda. Não significa que se utilizará para corrupção, mas para comércio e atividades informais, que – quer se deseje ou não, pois é a realidade – estão aí e precisamos lidar com elas. Quando se faz uma produção, surgem despesas que não há como formalizar. Dou um exemplo: entrevista-se um mendigo, como parte essencial de uma reportagem. No fim da reportagem, ele pede um dinheiro para comprar comida (que pode ser cachaça, coitado), mas como se pode dar uma negativa? Entregamos a ele alguns reais e, acreditem, ele não oferta um recibo de pagamento autônomo. Desculpe se estou sendo irônico, mas é em amor à clareza. E assim se pagam figurantes, mão de obra imediata (alguém para sustentar uma cobertura contra o sol em um cenário externo), e principalmente informação. Alguém que facilite o paradeiro de um entrevistado que se oculta, não o faz por amor à informação pública de qualidade; segundo: apesar de o dinheiro por fora ser comum, tampouco ficaria muito difícil alcançar, pelo pensamento hipotético, que a principal fonte de gasto do dinheiro secreto de produção do programa seria a própria polícia. Ela é a colaboradora principal, conforme previsto no *rough*, e por isso mesmo foi que eu não simpatizei com o programa desde o início. Em outras palavras, em parte o Joaquim C. Noura tinha absoluta razão. Tratava-se de um programa no modelo “Law and Order” tupiniquim, e isso não poderia dar certo. A médio prazo, viria uma porcaria dessas que ocorreu, não precisaria ser gênio para prever. Com tantas coisas interessantes para produzir, tanta cultura para mostrar, tantos problemas sociais (inclusive a criminalidade) para analisar e revelar à população, requestrar um programa no estilo do “Polícia na Rua” é anacrônico, perigoso e antirrepublicano. Disso deriva o outro ponto que anotei para expor; em terceiro lugar, portanto, por que eu não expus essa mesma opinião no Conselho Deliberativo? Bom, porque acho que esse Conselho é quase uma farsa. Quase. Nós, publicitários, temos um Conselho de Autorregulamentação que é um exemplo internacional, por isso me sinto muito à vontade para falar, com alguma autoridade, que o Conselho Deliberativo do Canal 66 está longe de ser um ideal de decisão

colegiada. Eu diria mais propriamente que ele é montado para referendar uma política que parte da direção executiva da empresa. Ou, em outros termos, é um campo de briga eventual entre dois grupos societários para a política de programação, em que a opinião dos demais membros conta pouco. No que me lembre, posso informar: a Adelina, por exemplo, tem assento no colegiado apenas para comandar a reunião e esclarecer todos os pontos sobre os projetos, porque é a área dela. Perfeito: ela simula ter a palavra como membro do colegiado, mas o que faz realmente é transformar em discurso oral todos os esclarecimentos necessários, o que evita que se documente melhor a reunião: como seria o programa, a que público se dirige, qual o apelo etc. Ela transforma tudo em palavras ao vento, em um discurso oral e nada ou quase nada vai para a tal ata. O representante dos funcionários, também, com direito a um voto, é aquele fulano que dá aparência de democracia. A empresa diz que ouve o empregado, mas qual deles ousaria meter dedo nas feridas do próprio empregador, de quem lhe paga o pão? O que o funcionário faz é aplaudir e achar tudo bonito, o que cai como uma luva para o *savoi-faire* do atual mandatário. Os representantes das anunciantes não são muito diversos. Temos poucos votos e comparecemos ali mais para ter oportunidade de usar a palavra para defender o interesse de algum grande anunciante (de modo legítimo, porque os representamos): aumentar o tempo de algum programa, sugerir uma pauta que comercialmente interesse a alguém, apontar alguns erros. Advogamos por quem, afinal, paga as contas da empresa, mas nosso voto é quase inútil. Eu, por exemplo, sou um agente de *marketing* executivo da grande agência em que trabalho, porque o proprietário-fundador, mesmo, não tem tempo para se dedicar a essas reuniões. Não seria justo afirmar que a empresa me ordena não opinar nesses encontros; apenas fazer o uso da palavra com um ou outro conselho, dica, com, às vezes, ameaça velada de cortar um anúncio, ou seja: fazer bom uso e proveito do acesso direto aos ouvidos dos sócios e dirigentes que ali estão. Minha empresa não me dá essa ordem, mas eu percebo que as coisas são assim. Por isso não me passa pela cabeça tentar barrar um programa de cujo teor eu discorde, porque eu protestaria e seguiria tudo igual: o poder de decisão na mão dos sócios. Dos grandes sócios, porque os sócios pequeninos só tem condição de fazer gritaria inócua, usando as potentes cordas vocais do

C. Noura. Dizer que nós anuímos à programação e suas condições é um tanto exagerado. Eu acho”.

O repórter **Souflê** diz que, como se entende na condição de acusado, não pretende dar quaisquer declarações sobre os fatos. Não há mais elementos.

Tarefa: Denuncie, defenda e julgue pelos fatos descritos as possíveis condutas criminosas e os possíveis autores, **excluindo-se** obrigatoriamente os militares.

Personagens:

Geraldo Santos, 36 anos, cinegrafista.

Cabo Florentino, 22 anos, policial militar.

Capitão Cláudio Bento, 41 anos, policial militar.

Antonio Fontes, 49 anos, auxiliar de serviços gerais (vide caso 09).

Walter Salchicha, 45 anos, diretor de televisão (vide caso 01).

René Souflê, 44 anos, repórter.

Adelina Bozzo, 61 anos, jornalista, bacharel em Direito e Administração.

Mássimo Grasset, 63 anos, administrador de empresas, representante dos acionistas no Conselho.

Kurt Grasset, 55 anos, relações públicas, representante dos acionistas no Conselho.

Isaltina Santinês, 48 anos, jornalista, representante dos acionistas no Conselho.

Frida Santinês, 51 anos, psicóloga, representante dos acionistas no Conselho.

Angelita K., 43 anos, publicitária, representante dos anunciantes no Conselho.

Joaquim Carlos Noura, 50 anos, bacharel em letras, representante dos acionistas no Conselho.

João Madureira, 46 anos, animador de palco, representante dos funcionários no Conselho.

Felício Jatobá, 28 anos, publicitário, representante dos anunciantes no Conselho.

Caso 07

A Viagem de Teodora

Resumo: O pai da jovem Teodora usa uma rede social para pedir aos antigos amigos de adolescência que lhe financiem uma ação criminosa. Alguns deles financiam essa empreitada, mas esclarecem que, embora saibam que seu ato não era correto, atendiam a uma antiga dívida moral.

Complexidade: Média.

Temas: Execução e Atos Preparatórios – Conduta penalmente relevante (Adequação Social – Risco Permitido) – Limites da Participação – Crime Impossível – Segredo Profissional – Violação de Segredo Profissional – Proporcionalidade – Elemento Normativo do Tipo (“justa causa”) – Tráfico de Drogas – Associação para o Tráfico – Favorecimento.



CASO 07:

A Viagem de Teodora

Temas:

Execução e Atos Preparatórios – Conduta penalmente relevante (Adequação Social – Risco Permitido) – Limites da Participação – Crime Impossível – Segredo Profissional – Violação de Segredo Profissional – Proporcionalidade – Elemento Normativo do Tipo (“justa causa”) – Tráfico de Drogas – Associação para o Tráfico – Favorecimento.

SUGESTÃO DE RESOLUÇÃO

O melhor neste caso é aproveitar o nível alto de detalhamento que o caso traz para promover um julgamento simulado. O professor escolhe um conjunto de alunos juízes (simulando uma Câmara de Tribunal – vide instruções gerais) que deve escutar acusação e defesas, proferindo posteriormente voto fundamentado.

Em geral, escolhe-se uma equipe de acusação, composta de ao menos três alunos, que se encarregarão de *formular uma denúncia escrita* e encaminhá-la ao mediador (vide instruções gerais) para que os defensores tenham acesso a ela. Formulada a denúncia, é marcada data para julgamento, que contará com fala dos seguintes atuantes:

01. Acusador (sugere-se 03 componentes).
02. Defensor de Pedro Rezende.
03. Defensor de Eduardo Nikita
04. Defensor de Denisse Neumann
05. Defensor de Sérgio Corelli.

- 06. Defensor de Estephania (a depender da denúncia elaborada)
 - 07. Defensor de Hermes Duarte (a depender da denúncia elaborada) e de Heleno.
 - 08. Defensor de Pedro Rezende.
 - 09. Julgadores (cinco pessoas – vide instruções gerais).
- Total de participantes: **15 alunos**.
Tempo estimado de debates: **03h30**, com 15 min. de fala a cada parte.

A critério dos alunos, pode-se também trazer uma defesa do interessado **Antonio Theodoro**. Ainda que esteja muito claro que o juiz não o admitiu como eventual réu no processo, ouvir suas palavras acalora o debate. Do mesmo modo, pode-se acrescentar um defensor à menor Theodora, alguém que falaria por seus interesses, conquanto se saiba que ela responde em processo diverso, em vara distinta. Assim, seriam necessários dois defensores.

Ao ler o caso, os alunos notarão um conflito principal: o que significa realmente participar de um delito, qual é o limite da conduta punível. Para quem gosta de temas como adequação social ou risco não permitido, na imputação objetiva, é a oportunidade perfeita. O limite entre o socialmente adequado, bem como a justificativa de uma ação parece diluir-se em um conjunto de amigos que tenta acertar contas com o passado – o que dá muita margem à discussão sobre culpabilidade – decerto rechearão os debates. Depois, surgirá um debate paralelo, que se desenvolve entre a psicóloga e o advogado (juntamente a seu estagiário). A denúncia deve, assim, ser bem clara quanto a figura desses dois, em eventuais tipos de violação de segredo profissional ou favorecimento. O mesmo processo tem de cuidar disso. Portanto, estabelecer a denúncia talvez seja a tarefa mais difícil do exercício, especial para quem gosta da acusação.

Pelo alto número de defensores e complexidade da fundamentação, é necessário reservar largo tempo. A acusação, por argumentar face a vários có-réus, tem o tempo em dobro de cada um dos defensores, salvo disposição diversa. Isso significa que, seguindo-se a sugestão acima, caso seja concedido um tempo de 15 minutos de fala a cada defensor, teremos mais de três horas de fala. A solução é dividir em duas seções ou encurtar o tempo de cada parte, o que, claro, não é o ideal.

Leve também em consideração que os votos serão longos e muito fundamentados, ou devem sê-lo. Há muitos réus e várias alegações que devem ser enfrentadas, condene-se ou se absolva cada acusado.

A viagem de Teodora.

A investigação policial deste caso começou dois dias antes de que a jovem Teodora cumprisse treze anos. Tudo o que adiante será narrado está comprovado no processo, que traz depoimentos, muitas fotografias, alguma escuta telefônica, além de impressos de o que foi publicado nas redes sociais de Teodora, de seu pai e de alguns amigos. Entretanto, os depoimentos e documentos abaixo são os essenciais para a resolução do caso.

A primeira a ser ouvida, a partir do momento em que se iniciou a instrução do processo-crime, a foi mãe de Teodora:

Paola Vilar, 31 anos.

“Eu não fui convidada para a tal festa. Só que pra dizer a verdade, o que ocorreu não me surpreende. Assim, eu não duvido nada que tudo o que aconteceu já estivesse planejado mesmo antes de eu tirar a Teodora de casa. Tínhamos essa guarda compartilhada, eu e o Infeliz. O Infeliz é o pai dela, claro, quem mais? Maldito. Não, eu não sinto mais nada por ele, mas não posso dizer que ele não sinta algo por mim, vive dizendo que está apaixonado. O que também pode ser verdade ou pode ser mentira, conhecendo o Infeliz como eu o conheço. Ele é bem aquilo que dizia meu pai, feito de madeira ruim, matéria que não se molda. Pois bem, esse é o Infeliz. Pode ser que ele se aproxime de mim pra conseguir algum dinheiro, porque toda vez que eu voltava a cair nas garras dele, ele me tomava uma nota. Não tenho renda nenhuma, vivo com meu pai que esse sim é um empresário trabalhador e de sucesso, um cara que se fez a si mesmo, sabe essa história? Não fosse ele, a Teodora não iria para a escola, não teria seus lápis de pintura, nada disso. Ela passava o dia no quarto, desenhando, ela e uma amiga, uma menina de vila. Da vila, de bairro pobre, me compreende? Sabe, eu já não suportava essa história, o que eu fiz foi para o bem dela, eu tenho certeza. Mas não tinha idéia de o que ela e o Infeliz planejavam por detrás da minha boa vontade, minha e do meu pai. O que queríamos, eu e meu pai, era fazer a Teodora entrar nos trilhos, longe do Infeliz, o pai dela. E achamos que se ela fosse viver com seu pai (o Infeliz), como queria, com certeza tomaria um vento de realidade, veria que as coisas não são como ela idealizava. O Infeliz não trabalha, nunca trabalhou, recusa-se a cortar o cabelo e é um alcoólatra não

assumido. Parece pouco? Pois tem coisa muito pior, que eu não quero contar porque não gosto de falar mal dos outros, só que todos têm de concordar comigo que está mais do que provado que ele não é bom caráter, a máscara caiu no aeroporto, com a apreensão. Quando eu disse pro juiz que ele não era farinha de fazer hóstia, era ave de mau agouro, como diz papai, ele me mandou calar a boca. O juiz da guarda compartilhada, porque antes ele perguntou se eu queria pensão do Infeliz pra manter a Teodora e eu não segurei caí na risada. Ficou bravo, aí o que eu falava, ele cortava. Agora, deveria mandar praquele juiz julgar este caso do Infeliz, traficante do aeroporto, só pra ver o que diria. A Teodora sempre foi de caráter difícil, ela e aquela amiga da Vila, a Sarita, que ficavam as duas trancadas no quarto, horas, horas, horas. Chegavam da escola, se trancavam e ali estavam até a amiga decidir cair fora, caindo a noite. Se eu deixasse, dormia lá. Meu pai tinha razão, aquilo não estava bom, e essa liberalidade toda era influência do pai, porque era o pai encontrar com ela e Teodora voltava um monstro. Gente perigosa aquela Sarita, soube depois que o irmão dela morreu com um tiro na casa da família, na casa da Vila, que o pai da Sarita estava viajando, acho que foi coisa de acerto de droga. Gente violenta, o menino morreu no quarto da casa da amiga, casa que minha Teodora, claro, frequentava quando ficava sob a guarda do Infeliz. Olha o risco! Risco comprovado, claro. Agora todos me darão razão, mas naquele tempo... Tudo era da minha cabeça, o pai era simplesmente um *promoter* de festas e vocalista de banda que ocasionalmente não conseguia levantar muita grana em sua atividade de profissional liberal. Vinte anos não são exatamente uma fase, como bem dizia meu pai, mas quem me dava razão? O pai dela (o Infeliz) levava-a para um passeio, ele chegava bêbado e ela maquinando um monte de idéias, a primeira coisa que fazia era mudar de nome, esquizofrenia pura, igual na novela. Dizia que não era Teodora, que era Agnes. E não atendia pelo nome de Teodora, e brigava com meu pai, e me falava um monte de palavões, e se trancava no quarto pra ficar fazendo desenhinhos quando estava sozinha ou pra fazer não-sei-quê quando estava com a amiguinha, trancada, dizendo que estudava. E a amiguinha, evidentemente, adorava o Infeliz, parece que são amigos de bairro. Rebeldia, como diz meu pai, da rebeldia da Teodora e da amiguinha só podia nascer uma admiração por cabeludo bêbado. Bom, a amiguinha até

era simpática e educada, mas ela era de vila, ela que viva com narcotraficante igual o irmão dela e o Infeliz. Narcotraficante, sim, agora está mais que comprovado, que só ele queria fazer mal à Teodora. Quanto meu pai pagou de psicólogo pra ela, de estudos, e agora nem pra escola ela volta mais. Fiquei até espantada que a Teodora freqüentasse aula enquanto estava vivendo naquele cafofo com o pai dela, porque chegar em um colégio chique como aquele, caríssimo, de irmãos religiosos, acompanhado de um pai bêbado que certamente tinha varado a noite na balada não era muito adequado, mais hora menos hora iriam todos pra Diretoria. Falei com o coordenador pedagógico uma vez e ele disse que a menina estava indo na escola, sim, mas que ele queria uma reunião comigo pra comentar outras coisas. Não pude ir na primeira vez que marcamos a reunião porque estava ocupada, mas iria sim falar com ele pessoalmente, como queria, só que nesse meio tempo aconteceu tudo. O tráfico e tal. Agora ela está lá em casa, com a cara amarrada e a última palavra que trocamos era que ela iria atrás do pai nem que fosse no inferno, aí eu só perguntei, atrás do pai com sua amiguinha? É o Infeliz me causando problemas longe ou perto, não tem jeito, porque o motorista deixa minha filha na porta da escola, entrega praticamente na mão do porteiro, do bedel, bom, do cuidador que fica na porta ali. Ela entra na escola e sai pelo outro portão, passa o dia não-sei-onde e quando o motorista passa pra pegar ela está lá. Nunca matou aula na vida, só depois desse episódio, agora danou-se de vez. Sim, tudo mudou depois da acusação contra o Infeliz, da fuga. Teodora vai ficar comigo, mas sinceramente não sei até quando vou controlar, porque ela fez treze anos mas planeja e trama as coisas como se fosse uma mulher de vinte e cinco, já formada. E filha do Infeliz, claro, está no gene, está nesse maldito sangue que ele passou pra ela! Se ela sabia ou não o que estava levando naquela mala, eu não posso comentar, seria injusto e eu fui criada para ser sempre justa, passei isso pra Teodora, jamais falar sem ter certeza. Levantar falso testemunho. Ela não comenta o assunto, então eu não sei nada da escola. Eu tinha autorizado, sim, a viagem dela com o pai, porque fazia parte daquela minha estratégia, sabe? Podem perguntar ao meu pai, o avô da Teodora, porque pensamos tudo junto, com o maior cuidado. Não foi assim-assim, meu pai é mão de ferro pra vagabundo, então recebeu o Infeliz no escritório que tem lá em casa duas vezes, pra

saber da segurança da menina. Ninguém aqui é trouxa. Como eu não trato diretamente com o Infeliz, meu pai me faz esse favor. Pra mim, minha filha disse que iria com o pai pra Inglaterra porque a banda dele teria uma apresentação lá. O Infeliz contou pro meu pai que a banda dele ia tocar em um *pub* de Londres, que o dono pagou a passagem de todos porque se lembrava de o que era um verdadeiro som, que só eles faziam. Eles, a banda do Infeliz, que já não existe há muitos anos mas que teria em Londres uma volta triunfal como se fosse o *Led Zeppelin*. O Infeliz nem voz mais tinha, então eu autorizei a viagem, mais pra pagar pra ver, porque quando eu levei a Teodora pra Roma, faz um ano e pouco, ela achou tudo um saco, e ficou nos melhores hotéis. Então estava vibrando pra ir pra Londres, como se o pai dela fosse mesmo quem sabia das coisas, mas um cara que não tem dinheiro nem pra pegar ônibus até o Tucuruvi vai pra Europa, assim, de uma hora pra outra? Ah, por favor. Não sabia direito o que ele planejava, mas autorizei. Boa coisa não era, vindo do Infeliz, mas eu tenho que compartilhar guarda por ordem do juiz, fazer o quê? Mais ou menos eu acreditei na história da banda, como a Teodora acreditou, essa menina que consegue enganar uma naja, como diz meu pai. Só que imaginei todos em um hotel pulguento na periferia londrina, e a Teodora passando por lojas de material de desenho que ela gosta, aqueles lápis e tintas suíços e alemães carésimos (que quando está comigo ela leva como se fossem chicletes), e o pai dela sem dinheiro pra comprar um grafite de lapiseira. Por aí foi meu pensamento, compreende? Não queria ela presa, mas agora que já aconteceu, acho que foi uma grande lição, vou falar com o coordenador pedagógico do Colégio e tudo vai se resolver. Com a estrutura pedagógica que eles têm, com os fundamentos morais, essa menina volta pro trilho. No fundo, a Teodora tem boa formação, sabe? Porque sempre esteve longe do Infeliz.”

Hermes Duarte, 47 anos.

“Sou advogado criminalista há mais de vinte anos, todos os senhores me conhecem. E nesse tempo de profissão, essa história foi uma das mais inusitadas que vivi. Digo uma delas, porque em um escritório de advocacia criminal se vivencia de tudo, e nós acabamos nos habituando ao inusitado, com algumas histórias que quando se contam assim isoladas parecem realmente saídas de uma mente fantasiosa,

mas que são pura realidade. Certa vez tentei escrever um livro nar-
rando algumas dessas histórias que apareciam no meu escritório e
minha mulher disse “Legal, mas são muito surreais, podia ser mais
realista”. E eram todos fatos, ninguém vem ao escritório de um crimi-
nalista pra comentar que lhe furtaram o carro, ou pra contar o que
comeu no almoço. As histórias são pesadas, como na polícia. Como no
fórum. Mas o caso do Pedrão e da Agnes tem algo distinto, mais exata-
mente por me envolver como pessoa, quero dizer, com um passado
vinculado ao que me era apresentado. Nele experimentei um dos
meus maiores conflitos profissionais, que me conduziu a uma pro-
funda reflexão sobre o que é minha profissão e quem sou eu. Não exa-
gero, neste momento esse embate subjetivo é importante, porque seu
resultado, sua resolução, é uma ação da qual não me arrependo, e que
vejo amplamente amparada por lei. Se Vossa Excelência permitir, tra-
to o tema mais adiante. O que pretendo dizer é que sem a subjetivi-
dade, sem o que houve dentro das minhas reflexões, é impossível des-
vendar o caso. E eu pouparia essa autoridade policial de todos esses
detalhes, caso eu não corresse algum risco de uma imputação penal,
porque não descarto nunca a possibilidade de algum promotor ma-
lucos entender que eu deva responder por algum crime, e por favor
não corte de meu depoimento as palavras mais ácidas, pois se algo me
manteve no mercado jurídico depois desses anos de profissão foi não
temer as autoridades, reais ou pretensas. Quando se trata de defender
o seu cliente, aquele que tem em você a única voz que por ele clama
em um deserto de áridas acusações, a falta de ousadia é fatal. *In deiner
Haut stecken*, como dizem os alemães, colocar-se na pele de outro é
nodal. Neste caso, não há nada diferente de uma grande prova disso,
de que me envolvo e acredito, como muitos colegas meus, que o advo-
gado que não se entregue à causa, acima de o que seja a efêmera e
momentânea concepção do Estado, é um tremendo inútil. Não quero
ser inútil então descrevo tudo o que sei. Mas para aclarar essa história,
que talvez nem tenha culpados, necessito começar contando algo
mais distante no tempo. Vossas Excelências bem sabem que nenhum
caso, mesmo um caso aparentemente simples de tráfico de drogas por
dinheiro, é tão imediato quanto os autos penais fazem parecer. Talvez
eu aproveite aqui minha condição de testemunha ou de imputado
para dar essa opinião de modo mais incisivo, mas realmente não há

outra forma de entender a realidade, senão pelos detalhes. Talvez aqui os detalhes sejam muitos. Pedrão, o pai da Agnes. Agnes porque me refiro a ela assim, mas posso mudar. O que quero dizer é que somente descobri que ela se chamava Teodora depois da apreensão dela. O Pedrão foi um cara que eu conheci quando tinha quinze anos de idade, uma das pessoas que forjam nossa personalidade, homens com os quais assumimos dívidas que, acho eu, não se pagarão nunca. Ele é mais velho que eu ao menos cinco anos, então acho que hoje ele deve contar com cinqüenta e um, cinqüenta e dois, será isso? Bom, os autos dirão, mas não será longe disso. Dois amigos meus de escola entraram pra tocar em uma banda, cujo vocalista era o Pedrão. A banda era o máximo, essas idolatrias juvenis: se me perguntassem o que eu queria ser naqueles anos em que eu o conheci, lhe responderia “baixista dos Estridentes”. Estridentes: anarquia e rock’n’roll. Pensando bem – veja, estou pensando isso agora – a ideologia deles, exceptuando o que o ranço que os anos nos colocam, é a minha ideologia hoje: sou anarquista inconformado, e o rock, bem, esse é um estilo de vida, para o qual nunca se está velho, diz uma banda aí. O Jethro Tull, coisas do meu tempo, Vossa Excelência não deve conhecer. O que é uma lástima, mas o que preciso dizer é que o Pedrão fez parte da minha formação como pessoa e isso aqui conta muito. Nunca tive muito talento musical e, se bem é verdade que uma e outra vez ensaiei com os Estridentes para substituir o baixista, meu negócio mesmo era carregar peso pra eles, um *roadie*, um orgulho pra mim. Nada era fácil então como não deve ser hoje, mas àquele tempo me parecia mais romântico, as casas noturnas *underground*, a paz de que a gente desfrutava mesmo com brigas todas as noites. Bom, vamos lá. Uma noite dessas, da minha juventude, tinha show dos Estridentes numa casa noturna do interior. Cidade pacata, enquanto nossas guitarras não soassem. Verdade, se fizéssemos um show no cemitério da cidadezinha, os mortos sairiam do caixão pra dançar, igual no clipe do Michael Jackson. Aliás, devia ser mesmo nos tempos do *Thriller*. Digo, houve o show na cidadezinha e só conseguimos deixar a casa noturna quando amanhecia. Essas coisas, dois dias sem dormir, ou mais, o corpo quebrado então, e além disso meia ressaca e o cansaço de ter passado as últimas horas carregando guitarras, e amplificadores, e juntando cabos, e desmontando bateria, sempre por último. E sentamos, só o Pedrão e eu,

na calçada, que naquele povoado parecia um deserto, daí lembro bem de uma velhinha que passou e nos olhou no passeio público com um espanto e reprovação como se fôssemos dois demônios, quem no interior vira a noite? O Pedrão me cutucou e disse, Tenho muita fome!, e foi quando nos demos conta que não comíamos nada talvez há mais de trinta horas. Nada de nada. Essas coisas que sempre aconteciam, o dono da casa noturna nos encheu de cerveja barata e deu no pé sem pagar um tostão pra banda. Viagem financeiramente perdida, claro, e nós dois na calçada com os olhos doendo porque, pra completar, o sol nos dava bem na cara e eu não tinha óculos escuros que me viriam muito bem mas naquele tempo eram caros demais. O resto da banda, dormindo dentro da casa noturna, ou fazendo algo com alguma fã. Normal, Pedrão e eu com a cara ao sol, como naquela música da ditadura espanhola, não é? Bom. Metemos a mão nos bolsos e não havia nada. Moedas, mas naquele tempo precisava juntar um quilo delas pra comprar um pão, Até que horas ficaremos aqui? eu perguntei e ele disse, Não tenho nem idéia, o dono do bar falou que um amigo dele nos buscaria às cinco da manhã. Já são mais de sete. Levantamos dali e caminhamos até encontrar uma padaria, eu entrei com a maior cara de pau e expliquei pro balconista nossa situação. Resulta que o tal balconista era dono da padaria, maldisse um monte e depois nos deu um pão com manteiga e café com leite, Mas longe daqui, vadios! Sentamos na praça em frente e o Pedrão falou, “Sabe, essa história de você ter entrado na Faculdade de Direito é engraçada. Sinceramente, eu te vejo fazendo tudo na vida, menos sendo advogado”. Eu olhei bem pro Pedrão e me interessei pelo assunto porque, como todo louco, quando ele fazia uma observação assim pontual tinha uma parcela de razão, algo que vem de uma perspectiva ilógica e por isso mesmo merece ser ouvida, “Por que eu não serei um bom advogado?”, “Não sei, acho que eu disse errado – ele falou – na verdade o que eu quis dizer é que você não tem cara de advogado, mas ali na frente do balconista se defendeu muito bem.” Comi meu pão com manteiga e agradeci, ele retrucou “Eu teria feito melhor, mas você não se saiu mal”. Calei-me, mas porque o interpretara equivocadamente, no fim pensei que era um ingrato porque por conta do meu talento, afinal, tínhamos o que comer. Ele olhou bem pra mim e disse: aceita outro café?, e não tinha intenção de me passar o copo dele, simplesmente se levantou, desceu a

camiseta, juntou o cabelo com as mãos, colocando-os para detrás do ombro e atravessou a rua em direção à padaria. Pensei que ele estava louco, pelo tanto que o proprietário nos havia ofendido provavelmente lhe daria com um porrete, mas a verdade é que voltou sorridente com café em dois copos bem grandes, e dois pães na chapa em um prato de louça. Sentou-se, colocou o prato na minha frente e perguntou, teatralmente: “Escuta, se o senhor já está fazendo uma boa ação de nos alimentar, faz alguma diferença encostar estes pãezinhos deliciosos, que somente sua famosa padaria faz, aí na chapa que já está quente?”. Eu ri muito, já estava bem esperto com a dose de café e ele também, porque me disse assim, em resumo: “São essas coisas engraçadas da vida. Vou te falar algo que você não sabe (no fundo, o Pedrão tinha consciência de quanto e o admirava, por isso assumiu na voz algum tom profético): quando você assume o baixo, a banda tem outro ritmo”. Eu ri, retruquei que eu era um péssimo instrumentista, porque minhas noções de música são rudimentares, eu nunca tive muito interesse em um solfejo, Ora, Pedrão, eu! Ele ficou sério: “Eu não falo em música, eu falo de rock’n’roll, e isso é na veia, não é na mente”. E continuou: “É a coisa engraçada ao que me referia. Eu vou morrer na música, mas talvez seja um cara bem menos rock’n’roll que você. Vou morrer na música pelo ideal, ou por comodismo de não querer estudar outra coisa, os livros não são pra mim. E olha você: um cara que nasceu pra ter atitude, pra comandar no palco, ninguém te segura. E o destino, esse velho piadista, vai te forçar a tirar diploma e se encher de dinheiro num escritório. No fundo, um grande desperdício para a sociedade.” Tomei mais café e respondi algo assim, que talvez ele tivesse razão, eu seria um punk-rocker infeliz de terno, mas quem sabe não seria eu quem algum dia advogaria nos interesses do Pedrão e dos *Estridentes* quando fossem firmar um contrato para gravar pela Sony em Abbey Road? Entenda, estava tudo dito. Os adolescentes são otimistas, então restara claro que entre uma e outra hipótese nessa gangorra da vida, preferíamos ele famoso e conhecido e eu como seu assistente. Mas também estava claro que, se o contrário ocorresse, também haveria o equilíbrio, a compensação, porque as equações tem que se manter caso se leiam ao revés, não? Era aí que eu queria chegar. Pois eu deixei de vê-lo definitivamente não mais que um ano depois, quando comecei a fazer estágio e tinha também que trabalhar porque

minha vida de vagabundo não permitia comprar roupas dignas de quem aspira à advocacia. Decerto, Vossa Excelência entende bem o que digo. E nisso se passam quase trinta anos; voam trinta anos, melhor dito.

Nestes anos de tecnologia confesso que abria o *google* e via notícias dele se metendo com bandas novas que se apresentavam nos piores inferninhos da cidade. Ou em inferninhos medianos, mas de qualquer modo ele já não era um adolescente pra ficar nessas rotas, daí que eu pressenti problemas, quando, duas semanas antes do flagrante, meu celular tocou e ele disse “Spock [meu apelido], é o Pedrão”, porém simulei alegria e, claro, convidei-o para vir a meu escritório falar comigo quando quisesse, para o que precisasse. Ele estava quase idêntico. As tatuagens (que eu sempre admirei), o rosto magro, os cabelos longos. À exceção das rugas, da barba com fios brancos, tudo igual. Cheirava a álcool, mas sempre cheirou a álcool, ainda que não passasse das onze da manhã. Queria que ele entrasse logo no assunto, qual era a encrenca que ele trazia? “Minha filha vai fazer treze anos. Vou dar uma festa e queria que você estivesse nela”. Ele falou me mirando fixamente os olhos, pra perceber bem meu espanto. Sempre foi louco, mas nunca fora tonto, ‘mais esperto que o Zé Colmeia’, ele me disse uma vez. Zé Colmeia é das antigas, não? Pois então. Eu me preparava para retrucar que nem sabia que ele tinha uma filha, mas ele percebeu minha admiração e afirmou: “Agnes. Preciso aproximar a moça de gente boa, dos amigos que deram certo. E queria que você estivesse. Vai ser uma mulher e você nem a conhece”. Agradei. Era uma honra a notícia, a festa, quando seria? Mas ele logo acrescentou outra fala, e agora peço atenção de Vossa Excelência, que sempre é muito atento, mas quando a história se alonga não custa frisar partes principais. Ele me disse assim exatamente: “É também uma festa de despedida. Uma possível festa de despedida. Tudo o que eu tenho na vida é essa moça”. Então me contou o que queria fazer. Podemos dar um parágrafo no depoimento, não? Será melhor, Excelência, caso contrário fica confuso. Contribui para o aparecimento da verdade real, creia em mim.

Minha intuição não me traía, no fim das contas. Recostei na cadeira para ouvir a história, porque vinha coisa brava aí. Ele pediu pra acender o cigarro, eu disse que o escritório não era só meu, que não

podia, e que havia empregados com direito a um ambiente “smoke free”. Que falasse nervoso mesmo, não havia problema. Disse então que precisava ir ao banheiro, eu simulei que não sabia o que ele pretendia fazer lá (queria apenas evitar uma mentira) e então ele voltou elétrico e falante, A história é a seguinte. E era esta a história: ele estava sem qualquer dinheiro e a mãe da Agnes, que tinha muita grana, chutara a menina de casa, por mau comportamento. Essa, claro, a versão dele. Então não teve alternativa, tinha que buscar fazer algum dinheiro rápido, ao menos para ter onde morar, por isso embarcaria para a Europa com uma carga oculta de algo muito valioso. Algo que, caso chegasse em segurança ao Velho Continente, possibilitaria uma casa nova, para ele viver com a Agnes. “Sabe, ela pensa que vai passar quinze dias na Europa comigo porque saio em uma turnê com a banda”. Perguntei, fingindo alguma inocência, se a Agnes iria junto nessa empreitada, e o que vou relatar agora só digo porque é na defesa dele. Ele me falou “Ela é a chave de tudo, entende? Por isso que eu preciso de você. Porque, se acontecer alguma coisa, eu vou te ligar, é essencial. Com um bom advogado, se eu cair eu nego tudo e a gente tem uma chance. Claro, isso na pior das hipóteses, se tudo dá errado. Perco meu pânico, se você agora disser que, caso eu te ligue, você vem por mim. Não queria te dizer assim, mas não tenho outra saída: peço pelos velhos tempos. Pelos nossos velhos tempos. Só quero isso, uma promessa, um alerta. No dia do meu embarque, keep in touch.” Respirei fundo e pensei que a frase nem precisava ser dita, Pelos velhos tempos. Ou, em minhas palavras, pelas dívidas que não se pagarão nunca. Bom, então entenda-se bem que, a princípio, me parecia que havia dois temas mesclados: de um lado, a festa de Agnes, que era uma questão pessoal, e de outro, a viagem. Eu teria que prometer que estaria a seu alcance, porque, segundo sua ideia, caso ocorresse algo, eu tentaria ao menos salvar a filha. A Agnes. Que ao final tudo tenha saído ao revés, é outro tema, Vossa Excelência há de concordar. Perguntei a ele quando exatamente viajariam e ele disse que seria três dias depois da festa, na sexta. Eu fingi olhar fixamente minha agenda e disse, “Que lástima, estarei em Curitiba no dia da festa”, que seria a terça-feira anterior. Ele não acreditou, porém aceitou a desculpa, eu acrescentei “mas na sexta-feira estarei aqui, atento”.

Havia, porém, algo ainda a ser tratado, e ele recomeçou: “Eu queria que você fosse à festa, porque na verdade a questão não é tão simples. Falo a um advogado, certo?”. Eu concordei e recostei na cadeira outra vez, Claro, com um advogado que guarda segredo e que somente o revelará se for em seu favor, eu pensei, não exatamente assim, mas são os meus princípios, então não faz tanta diferença a forma como verbalizo minhas reflexões. O Pedrão disse: “Não sou uma mula de carga. Banco meu próprio negócio”. Me relatou o que todos – digo todos – os que estavam na festa de Agnes deveriam saber, vou contar agora. Só estariam os amigos de confiança, e seria um último show dos Estridentes. A banda voltaria (se eu quisesse poderia dar uma canja no baixo) pra arrecadar dinheiro especificamente para a empreitada. Ele queria por si mesmo ter fundos, em espécie, para comprar a droga que levaria ao exterior, porque venderia ali para uns contatos que ele mesmo havia feito na internet. Ou seja, era ele por si mesmo, e então precisaria, por assim dizer, de um capital inicial. A festa era para a constituição desse capital. Todos que a ela acudissem pagariam entre 100 e 300 dólares, para o caixa da empreitada, pelo futuro de Agnes. “Pelos velhos tempos”. Foi quando ele insistiu que eu fizesse meu perfil na rede social, porque, já que eu não iria à festa, pelo menos teria oportunidade de saber de todos os amigos. Não tenho nada contra computadores, eu mesmo esclareci que às vezes procurava mesmo algo dos amigos pelos buscadores, mas tinha sim muito contra as redes sociais. Fiz meu perfil, apesar dessas convicções, porque sim me picou a curiosidade de saber dos antigos companheiros. E de ter detalhes da festa, porque, reconheço, a questão era um pouco sórdida. Só tomei cuidado de, no meu perfil, colocar a foto do Silvio Santos, em lugar da minha. Tenho vergonha de que meus colegas me vejam gordo e careca como estou, assim sem mais. O tempo e a cerveja são criadores de monstros, Excelência. O senhor que é um juiz tão jovem, esteja alerta.

Refletindo melhor, devo corrigir alguma coisa. Porque temo ser injusto. Realmente é possível que nem todos os participantes da festa soubessem que o superfaturado dinheiro do ingresso era para a droga. Ela seria comprada, ou ao menos paga, no dia seguinte à festa, por isso a arrecadação. Mas pode ser que o Pedrão não tenha dito a todos a finalidade do dinheiro. Digo isso porque, quando o Pedrão deixou o

escritório (demo-nos um forte e sincero abraço), eu estava convicto de que ele só havia dito a mim o motivo da arrecadação porque, afinal, eu estava na posição de criminalista, essa era minha impressão então. Mas, depois, li o que estava postado na rede social e logo me convenci do contrário. Logo depois veio a visita da Funny. Então, são muitas informações. Estephânia é o nome dela, como quase todos daquele grupo estávamos bastante mudados. Eu sabia sim que ela, a Funny, tinha feito Psicologia, mas perdemos o contato. Ela apareceu no meu escritório na manhã seguinte. Não, dois dias depois, sem marcar hora. Sem marcar hora é uma forma de falar, porque tenho uma regra no escritório: das dez às onze e quinze, salvo que ocorra algo muito grave, atendo a quem aparecer. Nem que sejam cinco minutos, para que nenhum cliente possa dizer a si mesmo que eu não o atendi. Então se alguém chama a minha secretária e diz que tem que falar algo urgente que não possa ser por telefone (Vossa Excelência deve compreender que isso acontece regularmente em minha profissão) ela orienta para que compareça nesse horário, que o máximo que pode ocorrer é que troquemos apenas duas frases se houver muita gente na mesma situação. Mas geralmente não há, eu cheguei ao escritório às nove e meia e Funny estava à minha espera. O que ela queria? Eu também me fiz essa pergunta, depois que certamente observamos que éramos apenas a carcaça de o que fôramos quase três décadas antes. Ela tinha ainda, tenho que reconhecer, os longos cabelos que a faziam atraente, mas o resto... Se Vossa Excelência quiser retirar do depoimento, não seria mau. Não? Bom, eu digo, ela estava gasta como eu, rugas nos olhos, minha impressão pessoal, frise-se. O que queria comigo? Fiz a mim próprio repetidamente essa pergunta, porque ela parecia nervosa, com sua bolsa enorme e óculos escuros de perua no regaço dos peitos, e uma pasta vermelha na mão. De couro sintético.

Vou tentar resumir a conversa, que ocorreu em minha sala. Em um *small talk* ela só me perguntou se nos veríamos na festa do Pedrão e eu respondi que não, que não podia.

- Sou psicóloga da Teodora. Atendo-a em terapia, entende?
- Quem é Teodora?
- Você a conhece por Agnes.
- Eu não a conheço. Mas sei de quem fala. Então ela não é filha do Pedrão?

– É, mas não se chama Agnes.

– Bom, Pedrão e eu não entramos em detalhes de nomes. Pelo que está na internet, a menina está à beira de um ilícito.

Tenho certeza que eu lhe disse isso. Para um criminalista, algumas coisas são previsíveis e, ainda que graves, fazem parte do dia a dia, então falamos delas naturalmente. Falamos de o que podemos falar, porque eu me calava sobre a reunião, eu comentava o que qualquer um teria visto na internet, mas desde logo notei que Funny, pobre Funny, não tinha os mesmos escrúpulos. Disse que a menina começou a ir a seu consultório, porque o Pedrão queria saber se ela estava preparada para viver com ele. Se continuaria indo à escola, se o avô seguiria pagando os estudos, essas coisas. Então ela me contou o pior (o pior na visão dela): que tinha falado com o Pedrão, e o Pedrao tinha garantido que eu o defenderia, e ela não entendia como eu, como criminalista, seria “cúmplice dessa palhaçada”. Tive que retrucar para que ela medisse suas palavras, e anunciei a interrupção da conversa, levantando-me: eu não falaria a ela mais de o que o Pedrão me havia comentado, pois ele era um confidente, profissionalmente falando.

– Não sou cúmplice, eu tenho segredo profissional – retruquei. – E ele está acima de tudo.

– Absolutamente acima de tudo?

– Tudo o que é dito neste escritório é guardado como segredo absoluto. Não falo nem sob tortura, nem na fogueira. Fico mais quieto que um padre.

– Então você vai ganhar mais um segredo pra guardar.

Foi a oportunidade que a inescrupulosa da Funny teve para me contar que havia denunciado tudo à polícia. Havia contado para um paciente dela, que era delegado. Imagina, envolvendo um paciente no problema do outro, ela tinha um consultório de psicologia ou um salão de beleza? Uma casa de chá? Deus que me perdoe, que horror! Falou que o tal delegado havia levantado, em investigação, o dia da festa, que tinha lido todas as mensagens da rede social, e que garantiu pra ela que apareceria no aniversário de Agnes para levar todos presos.

– Presos por quê?

Ela tirou de sua caderneta a anotação:

– “Associação para o tráfico”.

– Ora, não seja ridícula, Funny. Associação por fazer uma festa e arrecadar dinheiro pra uma viagem? Por pagar um ingresso pra participar da festa da volta dos Estridentes? Se o delegado leva alguém preso por isso, será um inconseqüente. Eu serei o primeiro a levá-lo a autoridades superiores por prevaricação: para te agradar, ele desvia ato de ofício.

Claro, ela não entendeu quase nada e seguiu falando:

– Mas é esse o ponto. Tal é o plano que conseguimos bolar no intuito de salvar a todos, entende? Pelas mensagens da rede social, segundo o delegado, dá pra abrir a investigação. Aí se levam todos pra delegacia, no dia da festa, mas o resultado é só um susto. Porque então o Pedrão não vai ter comprado a droga, não vai haver nada, todos negam e são liberados. Mas isso dissuade o Pedrão de cometer essa loucura, claro. Na delegacia algumas horas, e sabendo da investigação, se ele embarca para Londres, vai levar na mala roupa e café. E só.

– E onde eu entro nessa história?

– Estou te avisando pra que você visite o delegado, meu paciente, antes da festa. Aí você figura também como delator e, quando tudo ocorrer, você defende o Pedrão e garante que todos saiam da delegacia sem problemas grandes. Sem processo. O delegado já concordou com isso, mas, sabe, se você falar com ele, com o delegado... vocês dois conversando, as coisas ficam bem mais acertadas. Garante a segurança de todo mundo. Ele está a teu aguardo, te juro.

O que eu respondi? O que eu responderia para qualquer um naquela situação. Que ela assumisse os riscos de o que fizera, que eu não iria à festa, que não só eu guardo segredo profissional em obediência à Constituição, mas porque não tenho tendência pra cagüeta. Meus princípios éticos deveriam ser preservados, eu afirmei naquele dia como afirmo agora. “Pois você tem uma ética bastante peculiar” ela disse. Muito bem, eu respondi o de sempre: que minha ética pode parecer peculiar, mas é eterna como deve ser a ética. Amanhã dizem que a cocaína não é mais proibida, que a maconha não é mais tóxica, que o Congresso que fez nossas leis não tem competência para tanto ou, com todo o respeito, que o juiz que condena não tem mais poder, quem vai saber? Essas coisas mudam, mas o segredo do profissional vai continuar, apesar dos câmbios sociais. Não vai haver lei que obrigue o advogado a delatar seu cliente e, se houver, vou ignorá-la tão olim-

picamente como ignoraria uma lei que dissesse que vai voltar a haver escravidão no país. Há certas garantias que não podem desaparecer.

Quando Funny saiu do escritório, voltei à tal rede social. Me pareceu que realmente ela tinha razão, como as mensagens davam conta de o que iria acontecer, era possível mesmo dar um susto no Pedrão. Excetuando-se que a informação surgira de conversa *no consultório* dela, dessa péssima psicóloga, até que não foi má ideia a tal da delação. Mas a minha função como profissional, tal qual a função dela, não é mover o mundo a favor ou contra nossos clientes, senão ajudá-los dentro de suas decisões. Tivera eu nascido pra ser fiscal da lei, hoje seria polícia ou promotor. Nada disso. Mas de um modo ou de outro, eu então detinha a informação de que um cliente meu poderia ser preso. Isso me obrigava a ajudá-lo de algum modo, e acho que avisá-lo não seria o melhor então, porque no fundo a prisão dele, sem qualquer droga, por arbitrária que fosse, era uma solução fática, um estancamento a um problema bastante pior. Por isso, fiz vigília, em frente à casa de show onde ocorria a festa. Passei toda a noite dentro do meu carro blindado, estacionado ao lado do posto de gasolina, vendo meus amigos de adolescência, já velhos, entrando na casa noturna. Tomei vários cafés na loja de conveniência do posto, as filmagens darão conta. Era quatro da manhã quando arranquei meu carro: todos os convidados já iam embora, inclusive o Pedrão, que saiu com a Agnes em um carro de uma antiga amiga nossa, a Linha. Um Mitsubishi grande. Não sei o que a Linha faz, mas ganhou grana nessa vida também.

Nada de polícia, nada de delegado, ninguém interrompeu a comemoração dos treze anos da Agnes. Talvez fosse tudo delírio da Funny. Possivelmente, ela não comentara nada a delegado algum, blefou apenas para tentar que eu fosse com ela à delegacia e me expusesse por mim mesmo. Ela seria preservada, e eu o único delator da história. Foi o que pensei a princípio.

Agora parte mais importante. Eu voltei cansadíssimo para casa e já me repus para ir ao escritório nas seguintes horas. A partir das dez tenho que estar ali, aconteça o que acontecer. Honro meus compromissos. Foi um dia duro, como seriam os dias seguintes. Na sexta-feira, entrei no escritório às nove da manhã, e lembro que li no jornal a notícia que narrava que Presidente Adolfo Gutiérrez, da República de San Fermín, havia sido morto no Brasil. Curioso, porque depois

até cheguei a... Bom, isso é outra história. Abri minha agenda e lá estava escrito: “celular ligado: *old school*”. Alguns compromissos em minha agenda, claro, tenho de anotar por códigos, que decifro quando é hora: tinha de me manter alerta, pois era o dia do embarque.

Mas algo estranho me ocorreu, na hora do almoço. Sabe, um advogado pensa em seus clientes vinte e quatro horas por dia, e, misturando o macarrão com a berinjela que eu havia pedido no *fast-food* italiano, os fatos foram-se combinando, como o *spaghetti* com seu molho, até que tudo fez sentido. Tudo se misturou, na realidade *al dente*: por que a polícia não aparecera no dia da festa, como combinado? Até então era um mistério, mas a resposta estava diante do meu nariz. Literalmente, diante do meu nariz estava o spaghetti, mas dá no mesmo: a polícia não invadira a festa porque esperava o flagrante real, com a droga, no aeroporto. Só um tonto não o notaria. Então estava eu neste dilema: sabia o que iria ocorrer, porque se eu fosse polícia e recebesse esse tipo de denúncia, evidentemente esperaria o flagrante, pra fazer estatística, mesmo prevaricando ao não intervir no crime anterior, a tal associação para o tráfico que, cá pra nós, é muito duvidosa. O policial traíra Funny, para conseguir um grande flagrante. Claro, Excelência, essa é minha opinião. Mas, questões jurídicas à parte, meu feeling não estava equivocado, não é? Pois bem. Então liguei no celular da *Funny*, mas ele estava desligado. Mandei uma mensagem, só isso: “*Funny*, você chegou a contar para aquele seu amigo a idéia do Pedrão? Ele sabe da viagem para a Inglaterra? Sim ou não? Preciso resposta urgente”. Deu quinze minuto chegou a resposta: “Contei sim. Cumpri o que te falei, com a minha consciência”. Guardo esta mensagem até hoje no meu celular, por causa de tudo o que ocorreu depois. Liguei pra ela em seguida, mas só pra desabafar. Não tinha então nem meio por cento de dúvida: a polícia estava esperando por Agnes e Pedrão, no aeroporto. Provavelmente no *check-in*, pra fazer prova de que ele embarcava a droga internacionalmente. Seria o modo como eu agiria, se fosse polícia. Foi aí que chamei ao celular do Pedrão, que, dada a conjuntura, estaria no grampo, claro. É a conversa que com certeza está nos autos, mas pouco me importa. Quem atendeu foi a Linha, a namorada dele, que eu nem sabia que era mesmo namorada dele. Ela reconheceu minha voz, eu falei a ela que tinha que falar urgente com o Pedrão, que estavam no encalço dele. Ela respondeu apenas que “Ele está no táxi com

a Agnes, rumo ao aeroporto. Saiu faz quinze minutos”. Veja, Excelência, se sou eu quem está errado ou é o mundo! No dia da festa estavam todos os amigos, mas quando ele pegou a droga mesmo, todos desapareceram, como o diabo fugindo da cruz, verdadeiros ratos no navio que pode naufragar. Distância: nem a namorada nessas horas. Por isso existem os advogados, a voz que clama no deserto, o amigo nas piores horas, nos momentos em que se corre risco pessoal. É assim que eu penso. Era hora de agir, por sorte meu estagiário chegava ao escritório justo naquele instante, eu o puxei pela lapela do paletó barato para fora do escritório, meti-o dentro do carro e disse que tínhamos uma missão a cumprir. Meu estagiário é ponta firme, topa tudo. Esse se forjará criminalista, não vai ser desses juristas medrosos que acha que advocacia é ficar colecionando jurisprudência e redigindo petições de oitenta páginas. Foi assim: meu estagiário escutou atentamente a descrição do Pedrão (inconfundível com sua magreza, as tatuagens e o cabelo longo), colocou meu Ray-Ban e fez cara de polícia. Foi dele a ideia de colocar na cintura o distintivo que ele tinha de estagiário da OAB, que pegou na praça da Sé. Fomos ao aeroporto correndo como fugitivos, eu o deixei o Heleno no embarque internacional e fiquei com o carro parado lá fora, só aguardando. Pelo que soube depois, a ação do meu estagiário foi genial. Ele se dirigiu à fila do check-in, encostou no Pedrão, apresentou-se (com seu terno barato) como policial e pediu que ele o acompanhasse à delegacia. “Estou com minha filha”, o Pedrão falou, mas essa foi na verdade a grande sacada, porque meu estagiário viu que a polícia estava de olho no movimento e disse: “A menina fica aqui”. Se os dois, pai e filha, deixassem a fila do check-in, a abordagem ocorreria ali mesmo. Se levassem as malas, mais ainda, mas é claro que eu não queria ver meu estagiário em risco, portanto já dissera a ele que em momento algum se aproximasse daquela carga do demônio. “Distância da bagagem desses malucos aprendizes de traficante”, eu disse claramente e ele obedeceu. Fiquei sabendo depois que o Pedrão tremia como vara verde. O estagiário ia conduzindo o Pedrão pelo pátio do embarque, pedindo a ele que não o obrigasse a ser rude e sacar a arma ou algemá-lo em frente a todos, à vista da própria filha, que decerto, ainda que disfarçadamente, acompanhava a saída do pai. Disse que a polícia o esperava fora do saguão, olha que menino genial. Deixaram o aeroporto bem onde estava meu carro

com as portas abertas, então o estagiário o empurrou para dentro do carro e o Pedrão parecia um zumbi quando me reconheceu, confuso e branco de susto. Perguntei se a menina estava bem e o estagiário disse, “Tudo bem, vamos daqui”. Já está criando iniciativa, o menino. Viemos para São Paulo e, pelo que sei, a Agnes levou a mala sozinha até o check-in e disse para a mulher da companhia: “Destino: Londres”. Empurrando uma mala com dez quilos de pasta de coca. Pode?

Essa é toda a verdade, Excelência. Eu larguei o Pedrão na Praça da Sé e pedi a um colega meu, bom criminalista, para fazer o favor de ir ao aeroporto em busca de uma menor de treze anos chamada Agnes ou Teodora, que deveria estar perdida sem o pai, provavelmente em apuros com a polícia. Que ao menos não deixasse a menina ser maltratada, e quando meu colega chega lá o delegado ainda pergunta a ele, advogado, quem o havia contratado, que ele seria interrogado como partícipe de tráfico. Não duvido não, do jeito que vão as coisas, que o defensor seja implicado no crime. Só quero dizer algo mais: eu agi como defensor do meu cliente e tenho a consciência tranquila. Quanto ao Pedrão, está desaparecido, claro. Não sei onde ele se esconde e, se soubesse, não diria. Mas a meu ver a perseguição penal dele é uma injustiça, se Vossa Excelência me permite considerá-lo. Iludido ou não, o fato é que ele não embarcou a droga porque desistiu do delito. Pelos motivos que fossem, desistiu. Sob o ponto de vista dessa desistência, note que a menina realmente é ousada, a Agnes, mas claro que ninguém deixaria uma menina de treze anos embarcar sozinha para o estrangeiro, até porque nem o passaporte ela levava. O crime jamais se aperfeiçoaria. O passaporte dela estava com o pai, junto com a autorização da mãe, e eu fiz questão de juntá-los aos autos. Foi o que eu disse a início, o caso me levou a muita reflexão e atualmente estou certo de que todos aprendemos bastante. Mas eu não me arrependo de nada. Em outras palavras, se acontecesse outra vez de eu desconfiar que a polícia estaria atrás do meu cliente, avisaria de novo. Eu não sou polícia, sou um defensor.”

Estephânia Oliveira, 46 anos, psicóloga:

Sou psicóloga. O Pedrão é amigo meu desde a adolescência. E o Hermes foi meu namorado, tem certos rancores comigo e alguns problemas de comportamento. Como profissional, eu aconselharia que

ele fizesse uma terapia, mas isso não pode ocorrer à força. Dois meses antes da prisão da Teodora, o Pedrão me procurou no consultório. Fazia sim bastante tempo que eu não o via, uns três anos. A última vez que eu o vi, havia sido em uma festa de uma amiga, a Carla. A Linha. Pedrão entrou no consultório e disse que precisava que eu atendesse a filha dele. Uma história bastante complicada, porque ela fazia terapia com outro colega, mas não gostava dele. Um colega muito famoso, caríssimo, às vezes dá esses problemas. No caso, a mãe e o avô forçavam a adolescente para ir ao psicólogo, o que aumentava nela a necessidade de terapia, de preferência uma que não a prejudicasse, não aumentasse esse círculo vicioso. Não quero falar muito, mas o necessário para que eu possa colaborar com este processo, de acordo com o que senhor me perguntar. Ela é uma jovem de 13 anos com uma capacidade intelectual impressionante, artística também. Isso é perigoso porque, falando assim em termos leigos, ela fala como uma adulta, mas fantasia muito. Essas fantasias, essa realidade que ela constrói dentro da própria cabeça termina minando alguma relação familiar, isso é natural. Ainda assim, é muito ilustrada e tem um senso de percepção da realidade impressionante, típica do artista. Muito bem. Tem também dificuldades de relacionamento no que se refere ao sexo, e tudo isso eu consegui captar em poucas sessões com ela. Como se fosse assim um diagnóstico, não deu tempo de iniciar uma terapia real, de acordo? Nas conversas que tivemos – devem ter sido nove ou dez, porque nos víamos às segundas e quartas – ela deixou bem claro que não gostava do avô e da mãe e queria voltar a viver com o pai, como efetivamente ocorreu nos dias que se seguiram. Como conhecida do Pedrão eu sabia bem o que isso significaria. A diferença de criação é evidente e a menina vivia a fase mais aguda da rebeldia, ela faria tudo o que contrariasse o avô. Quanto mais, melhor pra ela. E o avô deve ser um tipo duro mesmo, porque, se analisamos bem, o que a Teodora fazia nada mais era que a repetição da história da própria mãe. A mãe deve ter sido tão reprimida na infância e na adolescência que, quando iniciou sua vida sexual, tratou logo de engravidar do ser mais repugnante que encontrou. Mais repugnante aos olhos do pai dela, digo eu, porque o Pedrão é meu amigo e é excelente pessoa. E nisso está a Teodora, com todos esses problemas, dentre os quais se destaca uma quase-esquizofrenia de dupla personalidade; pelo que

consegui compreender, dois anos atrás (então estamos falando de uma menina de dez ou onze anos) o pai dela contou que, quando engravidou a mãe dela (esqueci o nome), os dois combinaram que a filha se chamaria Agnes. Porque era o nome do já antigo segundo álbum dos *Estridentes*, que por sua vez era o título de uma canção dessas que o Pedrão compunha em sua fase menos *punk* e mais melancólica, introvertida, a letra fala de uma menina que vive entre Deus e o Diabo, de nome “Agnes”. Pra quê, não é mesmo? A partir de então a menina, que deve haver escutado a canção, não mais aceitou que a chamassem pelo verdadeiro nome, inclusive na escola. O Pedrão, dono de uma mente um pouco infantilizada, deu crédito à criação; então pronto, mais um problema. Pelo que a adolescente me relatava, se a chamassem em casa pelo nome de batismo, ela não atendia e ponto. Na escola, igual, e claro que eu fiz o teste e a única vez que pronunciei o nome Teodora, mesmo muito rapidamente, simulou que não era com ela: olhou para trás sobre o ombro, como para ver se havia alguém mais na sala. A adolescência chegando, mas no caso dela com essas complicações. Some-se a isso a amizade proibida que ela tinha com uma amiga, do bairro onde o pai dela morava, uma moça que perdeu o irmão em um suicídio na frente dela, uma dessas histórias do mundo cão. Essas coisas. A verdade é que tivemos uma relação, tecnicamente, excepcional entre psicóloga e cliente (não os chamo pacientes, porque são ativos) e falamos de tudo. Claro, dentro de o que permite a relação. Então uma vez ela me comentou que notava que o pai se arriscaria muito por ela. Segundo Agnes, o pai era um herói e faria o maior intento da vida dele, mas que ela não me contaria porque era o “grande segredo da Terra”. Dizia que o pai estava forçado a um negócio em que colocava sua vida em risco, por conta das más companhias. Veja, tento reproduzir as palavras dela. Ela me contava que fazia desenhos mas eu não os havia visto ainda, desenhos psicodélicos em co-autoria com o irmão da amiga, da “super-amiga”, esse que se matou, se bem me recordo por uma paixão adolescente. Relato isso apenas para dizer que o contexto era bem conturbado. Começávamos ela e eu uma relação, meu plano era seguir a terapia por bastante tempo. Pelo tempo suficiente, quero dizer. Certo, sobre a ação do pai, o Pedrão. Achei que era mais uma fantasia dela, até o momento em que o Pedrão me procurou pra saber da terapia e eu perguntei a ele sobre algo que tivesse dito à filha sobre

uma grande e arriscada ação. Ele, meio aos prantos, contou que algo havia de real, porque faria uma viagem com a filha e precisava de dinheiro. Por isso, para arrecadar dinheiro, haveria a volta dos *Estridentes*, que ele tinha me contado. Questionei o motivo da viagem e ele disse que iria, sim, levar droga à Inglaterra. Já tinha data marcada para tudo, a festa, as passagens. Primeiro que fiz foi perguntar se ele tinha falado disso para a Teodora, ele jurou que não e acrescentou: “Nem para a Teodora e nem para a Agnes”. Perguntei o que o conduzia a tais extremos e ele disse que precisaria de uma nova casa para viver com a filha. Estava em um apartamento de quarto-e-sala, ele dormia no sofá e a Agnes na cama do quarto, isso batia com a verdade porque ela me descrevera o mesmo. A Agnes, quer dizer, a Teodora adorava o pequeno apartamento, tão diferente da mansão em que vivem a mãe e o avô. A avó é falecida. Bom, ele não tinha mais dinheiro para pagar pelo apartamento e queria uma casa maior, porque aquilo estava indecente para a menina. Perguntei se a Agnes tinha uma amiga muito íntima no bairro, e ele disse que sim, que se chamava Sarita, mas era só para deixá-lo mais falante. Perguntei, então, como a Agnes parecia saber de tudo sobre o transporte de droga, porque ela me falara em uma “ação arriscada” que ocorreria logo, perto de seu aniversário de treze anos, e ele jurou que não dissera nada a ela, “Ela nota tudo, não é uma menina de dois anos de idade” eu alertei. Ela tem doze, quase treze. Foi esse o motivo de minha briga com o Pedrão, está claro? Passei a dizer-lhe que ele não poderia fazer aquilo, que era crime, que ele estava envolvendo muita gente nisso, e olha que até então eu nem sabia do alarde que ele fazia pra arrecadar dinheiro nas redes sociais. Foi quando me veio a idéia de ir em busca do Hermes. Do Hermes é importante saber que ele vivencia um complexo enorme porque está gordo e careca, mas quem não está? Ele me disse claramente “não quero que me vejam assim embarangado”. Desse jeito, “embarangado”, ele continua um cara engraçado e de mente jovial. Ele é divertido, embora a “Funny” seja eu. Bom, isso que lhe atrapalha, uma mente adolescente em um corpo desgastado. É o único motivo que o fez deixar de comparecer ao show dos *Estridentes*, mas não duvido que depois ele ficasse tentando buscar informações de tudo, ver as pessoas sem ser visto. É um fetiche comum a esses perfis psicológicos, típico no mundo virtual daquelas pessoas que criam identidades falsas em rede social e atravessam a

madrugada investigando a vida dos conhecidos. Fui em busca do Hermes, que às vezes chamo de Spock, como muitos o chamavam na adolescência, para que, como advogado, ele denunciasse tudo à polícia. Eu não conhecia nenhum policial. Ele se negou, como disse ele mesmo, “rotundamente”. E só faltou me tocar pra fora do escritório. Não. Impossível eu ter dito a ele que tinha um paciente que era policial, porque até então isso nem me havia ocorrido. Quando ele se negou a buscar a polícia comigo é que eu lembrei desse meu paciente. Conteí tudo pra ele, para o meu paciente, mesmo violando segredo de consultório, mas esse segredo não é absoluto. No fim, eu protegia minha cliente e até o próprio Pedrão. Sem falar do dever social, a droga que ia chegar a Londres e fazer mal a muitos usuários, enriquecer muitos traficantes e por aí vai. Na manhã em que houve a apreensão no aeroporto, Hermes me chamou pelo celular, depois de uma troca de mensagens. Nervosíssimo, disse umas coisas sem sentido, que ele ia ter que sair pra resolver mais uma vez as burradas que eu apronto. “Como sempre”, ele gritou. E desligou. Nós sempre tivemos uma maneira diferente de encarar o mundo, esse é o problema. Lá no escritório, ele me disse “Nós encaramos o mundo de um modo distinto”. Da festa eu sei o seguinte: Pedrão falava abertamente, de amigo em amigo, que precisaria de dinheiro para comprar seu carregamento. Se chegasse a Londres, a vida da menina estaria a salvo, ela teria a nova casa. Ele prometia devolver o dinheiro assim que voltasse da Inglaterra porque, claro, voltaria com o investimento bem multiplicado. Com certeza, certeza absoluta, ele não prometeu devolver o dinheiro com juros, por isso usava a menina. Usar é modo de dizer, ele apresentava o motivo real de seu tráfico: comprar a casa de Agnes/Teodora. Isso ele falou para mim, e deve ter falado o mesmo para outros: compraria a casa, trabalharia, e nunca mais se envolveria com drogas. Por isso, todos os amigos se apiedaram, menos eu. Muita gente deve ter dado dinheiro, mas sem desejar lucro, isso é importante dizer. Só pra ver Teodora com alguma segurança, porque ao pai dela deviam a própria adolescência. Mas eu não posso entrar nesse mérito, porque minha opinião técnica sobre a psiqué alheia é segredo profissional. E o segredo profissional é inviolável, não é isso?”.

Antonio Theodoro, avô, 62 anos.

“Sou avô da Teodora e acredito que tenho muito pouco a contribuir neste processo, mas estou à disposição das perguntas. Fiz de tudo para o bem não apenas dessa menina, como também do pai dela, que agora está provado que é um bandido de marca maior. Não é apenas um vagabundo, um desocupado, um *bon vivant*. É um narcotraficante procurado pela Justiça. Houve sempre alguns conflitos entre mim e minha neta, mas piorou quando ela começou a trazer uma amiga em casa e ficar com ela horas trancada no quarto, e nem preciso dizer que a tal “amiguinha” era mau elemento. Tanto assim, que foi envolvida na morte do próprio irmão, ao que me disseram. Não, a Teodora não me conta nada, quem me contou foi o próprio pai de Teodora, em uma conversa que tivemos. Eu falava com ele, porque minha filha Paola é um pouco avoadada, insegura para diálogos com o pai de menina, e mais ainda para educar Teodora. Eu tentava educá-la dentro de casa, mas de uns meses para cá sequer me dirige a palavra. Foi quando o psicólogo dela sugeriu que ela fosse viver com o pai, porque logo se decepcionaria com ele. Na verdade, o psicólogo disse que ela iria em busca da companhia do pai de qualquer modo (tanto que tinha arranjado uma íntima amizade com uma menina daquele bairro de periferia), então era bom que deixássemos que ela partisse com nossa autorização, assim ela não tardaria a voltar. Aceitei a proposta. Porque o psicólogo dela é o mais caro da cidade, tecnicamente sabe o que fala, e não faz sentido eu pagar uma fortuna pra ele e logo desobedecer uma orientação tão taxativa. Seria como pagar o médico e não tomar os remédios da receita. Claro, eu não ia soltar minha neta assim nas mãos daquele viramundo, que eu sequer sabia que era narcotraficante, ainda que se suspeitasse. Então o recebi duas vezes em minha casa, pra assegurar que ele cuidaria da menina. Nem minha filha sabe, mas eu lhe dei dinheiro para que pagasse o aluguel e para que nada faltasse à minha Teodora. Claro que isso ia um pouco contra os planos do psicólogo, mas meu coração não admite tamanha crueldade para com uma menina a quem eu amo. Ela não reconhece, mas eu a amo, é sangue do meu sangue, mesmo mesclado com o daquele senhor *drugdealer*. De mais a mais, ela leva meu sobrenome e será minha descendência. Meu coração é muito grande para prejudicar quem quer que seja. Hoje eu me dedico apenas à consultoria financeira, invisto na bolsa e

essas coisas. Mas já fui muito mais ativo no meu ramo, morei em vários lugares do mundo participando das transações de valores mobiliários e no mercado internacional de obras de arte, porque no meu tempo não tinha internet pra gente fazer tudo de dentro de casa. Invisto em *commodities* ainda hoje, e dou consultoria sobre valor de alguns objetos colecionáveis. Isso é tudo, ou tenho de responder algo mais? Sim, minha neta está agora em casa e continua a mesma situação: não fala comigo. Pelo que sei, vai à escola, mas está mal nos estudos, evidentemente. Não sei se ela sabe onde está o pai, porque também queremos ajudar a polícia a encontrá-lo, mas não duvido que a Teodora o tenha encontrado antes. Ela é um gênio pras coisas erradas, e nisso é diferente da mãe. Não, a mãe não é gênio para nada”.

Delegado Josias, 42 anos:

A investigação desse caso teve muitos percalços, que eu vou tentar resumir. Começou de verdade com a denúncia de uma psicóloga, que mandou email para o disk-denuncia, mas algo tão confuso que eu pedi para ouvi-la pessoalmente, e a mulher não se recusou ao depoimento informal. Ela contou uma história muito rara, que a princípio me deixou desconcertado, pois a julguei fantasiosa. Dizia que se faria uma festa para a volta da banda de rock *Estridentes*, que eu nunca tinha ouvido falar, mas que vi na internet que existiu sim. Tem dois ou três discos gravados, tive que levantar isso para o começo da investigação. Ela dizia que essa festa era promovida pelo tal “Pedrão”, líder da banda, para arrecadar dinheiro para adquirir uma droga que ele levaria para Londres. Segundo ela, à festa iriam amigos antigos, alguns deles gente que enriqueceu bastante entre os tempos de amizade adolescente e os dias atuais. Todos os que comparecessem doariam dinheiro para o narcotráfico planejado pelo líder da antiga banda. E ela queria que eu invadisse a festa e prendesse a todos que levavam envelopes de dinheiro ao tal vocalista. Muito bem, dispensei a psicóloga depois de colher todos os dados, inclusive o telefone dela e me reuni com minha equipe para tentar fechar os tantos pontos obscuros daquele relato “anônimo”. A história desde o início não fechava. Primeiro ponto curioso é que o tal cantor escancarasse os motivos da arrecadação do dinheiro. Sim, porque, para que houvesse o crime que a denunciante pretendia que eu investigasse, seria essencial que todos o que compa-

recessem à festa de arrecadação soubessem exatamente a finalidade da doação que faziam. Isso era surreal, a princípio: “Venha doar dinheiro para minha primeira carga de cocaína!”. O que poderia ocorrer seria uma destas duas hipóteses, nenhuma delas contemplada na ação que ela pretendia: primeira, o tal aspirante a traficante promoveria a festa para arrecadar dinheiro com ingressos, naturalmente sem dizer o destino que daria ao lucro do evento. E então somente ela, talvez por seu posto de profissional confidente, tivesse conhecimento da finalidade. Nesse sentido, todos os presentes na festa, aos olhos da polícia, não seriam mais que um bando de coroas não-assumidos, querendo reviver o passado em uma balada de terça-feira; a segunda hipótese, também nada incomum segundo minha experiência, seria que ele arrecadasse dinheiro em sociedade. Ou seja, juntasse amigos de maior poder aquisitivo e propusesse o negócio: um investimento, por exemplo, de dez mil reais, caso ele lograsse levar a droga, transformar-se-ia em vinte para o investidor. Se o investidor for inescrupuloso e confiar naquele que propõe o negócio, empresta o dinheiro e aguarda o retorno. Nesse caso, não há dúvida (digo aos olhos de policial) que tanto investidor quanto transportador estão implicados em narcotráfico. Mas se essa fosse a hipótese, o investigado não promoveria uma “festa”. Faria uma apresentação privada de sua proposta. Muito bem, fomos à internet e a tal da rede social dava conta de que a história da psicóloga, apesar de inusitada para nós, era a real: os convidados, ou ao menos alguns deles, sabiam que a festa seria para arrecadação de capital inicial para o tal “Pedrão” embarcar para Londres com a filha e a cocaína, e assim conseguir dinheiro para comprar uma casa para a menina. E ao que tudo indicava, nenhum dos amigos queria nada em troca, talvez sequer, note bem: talvez sequer a devolução do dinheiro. Sabiam para o que servia, mas não queriam a contrapartida financeira. Realmente, um caso bastante inusitado. Mas restava a pergunta: como um sujeito como ele escancarava de modo tão claro para um grupo de amigos (que, ao menos por presunção, estavam distantes da vida do crime) uma proposta tão indecente? Pelas nossas investigações, havia ao menos vinte e cinco pessoas que sabiam da finalidade da arrecadação, embora haja prova de apenas duas que contribuíram financeiramente, mediante depósitos que se podem identificar. Foi aí que surgiu a terceira e mais razoável hipótese. A de que era tudo um grande este-

lionato. O tal do Pedrão tinha sido um sujeito que na adolescência era o herói de todos, e hoje não é mais que um grande *looser*. Mas, via essas redes sociais, mantinha contato com muitos dos amigos do passado. E as redes sociais são perigosas porque nelas todos parecem felizes e, principalmente, unidos por indissolúveis laços de amizade, isso é um grande fator de risco. Essa hipótese já se aproximava então muito mais de o que nossa experiência conta: ele cria uma história esdrúxula, fisga os amigos mais ricos e tira dinheiro deles. Um dos nossos investigadores chegou até a aventar a hipótese de que ele contaria a todos que tinha decidido traficar, e os amigos, com pena, acabariam por dar a ele o dinheiro necessário não para comprar droga, claro, mas para satisfazer suas necessidades financeiras urgentes, dissuadindo-o do crime. Mesmo não sendo assim, a história do narcotráfico concedia uma impressão de urgência, de risco pessoal, de amor extremo: “olha o que o Pedrão está disposto a fazer por amor à menina”, era o pensamento que incutiria em suas vítimas. Com essas hipóteses tão prováveis, perdemos então grande parte do interesse no caso, como instituição. Entenda-se, não que o estelionato não seja crime, mas tampouco precisaria movimentar todo o efetivo policial: o estelionatário não colocará em risco a saúde pública porque não transportará droga, e o vitimado pelo golpe não apenas se autocoloca em risco, como também ultrapassa o âmbito de proteção da norma, que não quer tutelar financiadores de traficantes. Eu acho. A hipótese de invadir a festa e prender todos por associação ao tráfico estava, para nossa equipe, descartada em absoluto. Porém havia algo mais: realmente existiam passagens compradas em nome dele e da filha, para 09 de agosto, com destino a Londres. Então, como policial eu não podia deixar de averiguar uma denúncia como essa, senão poderia responder por prevaricação. Chamei à Polícia Federal lotada no aeroporto e dei as características do suspeito, disse que se eu pudesse estaria lá para acompanhar, mas não tinha certeza de que iria. A Polícia Federal costuma esperar o suspeito fazer o *check-in* para surpreendê-lo no momento que entrega as malas, ou poucos minutos antes, na fila. Isso dá mais legitimidade à ação, traz testemunhas e caracteriza o tráfico internacional. Nada mais que isso: seria uma inspeção de rotina. Como eu imaginava, não pude ir ao aeroporto, mas estava tranquilo porque certamente, se algo de droga tivesse – o que em minha opinião, para que se veja que ainda se come-

tem erros, era pouquíssimo provável – o traficante seria preso. Só pelas câmeras de segurança do aeroporto, depois, vi o verdadeiro “resgate” que o advogado e seu estagiário fizeram do traficante na fila do check-in. O covarde traficante largou a filha sozinha na fila. Não descarto, embora não seja fácil, que o advogado tivesse alguma informação pela própria polícia, porque curiosamente seu estagiário entrou no aeroporto justo no momento em que um dos federais, o policial que vigiava a fila do check-in, entrou para tomar um café. Segundo o que soube, o federal já tinha visto o Pedrão e sua filha na fila, mas como esta era enorme, ele demoraria muito a chegar ao momento de pesagem de malas, quando seria abordado. O que me contaram foi que, quando o policial federal voltou do café, viu apenas a menina na ainda longa fila do *check-in*, com todas as malas. Uma menina de treze anos. Então imaginou que o pai saíra momentaneamente e voltaria, porque deixara a menina guardando o lugar. Porque, óbvio, nenhum funcionário de empresa aérea permitiria que ela embarcasse desacompanhada. A solução foi esperar, e qual não foi a surpresa quando, meia hora depois, a menina se apresenta sozinha pra viajar, na fuça do nosso policial federal. Sem passaporte, sem nada, disse que só queria embarcar com todas as malas, e que o pai dela já voltava. Pode? Não tem graça, mas tem graça. Ele já desaparecido por conta da ação do advogado, e a menina querendo fazer o *check-in* com as malas. Quando vimos o vídeo, pedimos a prisão do advogado, mas o juiz não concedeu. O que vou fazer, não? De qualquer modo, a apreensão de dez quilos de cocaína pura, na bagagem da filha, a Teodora, inaugura um novo mistério. Estimamos que aquela carga, no Brasil, valha aproximadamente trezentos mil dólares. Droga pura, pura. As investigações na conta corrente dele mostram que era uma conta quase sem movimento, coisa de seiscentos reais por mês. E ele arrecadou nessa conta, com doação dos amigos, cerca de trinta mil reais. Na tal festa, quanto arrecadaria? Não havia lá, pelo que calculamos, mais de sessenta pessoas. Salvo que fossem todos milionários com envelopes de dólares, o que não nos consta, alguém investiu alto nesse sujeito. Minha intuição de policial diz que ele só está desaparecido até agora porque esse mesmo alguém lhe patrocinou a fuga. Ou lhe tirou de circulação, porque queima de arquivo nesse caso não é rara. Pobre Teodora. Na delegacia,

foi consenso entre os tiras: nós admiramos essa menina, apesar de seus erros. O pai, claro, além de vagabundo é covarde”.

Heleno Fagundes, 21 anos.

“Sou Heleno, o estagiário. Admiro o Doutor Hermes como o sujeito mais íntegro e comprometido que já conheci. Que me ensinou e me ensina muito. Ele me diz que o que eu aprendo na faculdade é dez por cento de o que eu tenho que saber para minha vida. Eu me calo e aprendo. Ele dá a alma pelo cliente, como ele mesmo diz. Não é exatamente assim que ele fala, mas é como se fosse isso. Dá a alma. Sempre me repete que o advogado tem que compreender que o cliente espera nele um amigo, alguém que aja dentro da ética mas com uma coragem ilimitada. E nem sempre o Estado é ético ou racional. Quase nunca. Um Estado inteiro contra seu cliente, e seu cliente só tem a você. Acho mesmo que ele é um chefe bem diferente, então, dos demais chefes dos meus colegas de faculdade, pelo que percebo. Muitas vezes fui com ele de madrugada a lugares inusitados pra conversar com clientes, atender ocorrências: prostíbulos, cassinos clandestinos, locais de assalto. Talvez para a polícia pareça que essa minha ação no aeroporto foi muito arriscada, mas é que eu tive exemplos, a esse ponto é que eu queria chegar. Vou contar uma história, posso contar? Quero relatar porque, com ela, acho que vocês vão saber bem o que eu vivo. Estou no escritório há três anos, certo? Me formo no próximo semestre, se Deus e meu professor de Direito Tributário permitirem. Ah, tem a de Processo Civil também, essa aí promete me dar dor de cabeça por mais tempo, se bobear. Bom, mas o negócio é que estou lá no escritório há três anos. O Doutor Hermes sabe como eu sou. Quer dizer, sabe como eu quero ser, quero ser como ele e ponto. Igualzinho a ele, talvez sem a barriga e com mais cabelo. Faz dois anos, mais ou menos, então eu estava no terceiro ano, e já ia com ele fazer júri, às vezes perdia aula mas jamais perdi um plenário. Era nove da noite e eu estava no escritório sozinho com ele, porque tinha plenário na manhã seguinte e ele prometera estudar, compor sua fala, discursando talvez para as paredes. “Fique e aprenda, se quiser”. Claro que eu fiquei. Pedimos comida chinesa e ele tomava vinho do escritório, “Meu bálsamo”, ele dizia enquanto anotava nas cópias do processo e às vezes levantava e soltava frases geniais sobre o caso. Ele é o cara. Bom, aí

tocou o telefone. Do escritório mesmo. Eu atendi e era um sujeito que dizia que precisava falar com Dr. Hermes. Ele nunca deixa de atender um telefone. Começou o diálogo e eu via o Dr. Hermes muito preocupado. Anotou um endereço com lápis em cima do processo e, quando desligou, ajeitou a gravata e me disse: preciso fazer uma defesa agora. Agora? Às nove e meia da noite? Ele disse pra eu não discutir, “Fica tranquilo, mas me faz um favor: vê o melhor caminho para chegarmos a este posto de gasolina”. Olhei no computador, e tal posto de gasolina era no último inferno da periferia. Longe pra burro. Imprimi o mapa e dei pra ele, que olhou (acho que estava meio bêbado) e disse: você sabe programar aquele negócio do meu carro pra me dirigir pra esse local? Ele se referia ao GPS, que era daqueles grandes. Eu disse, “Eu dirijo, quero assistir sua defesa”. Ele me olhou, mexendo ainda na gravata: “É a maior ficha que vou apostar em você, ok? Aproveite, de novo, para aprender. Só te advirto que a lição será profunda, e talvez dolorosa”. Fui dirigindo o carrão blindado dele. Lembro que ele meteu uma sonzeira do *Metallica* e disse, “Prepara o couro, que vai ser tenso! E pisa, que desse motor depende uma vida”, e mesmo correndo chegamos ao tal posto de gasolina hora e meia depois. Um Ômega vermelho colou do nosso lado e alguém baixou a janela de trás, eu só vi uma mão saindo com um revólver enorme e reluzente, “Agora você segue esse carro”, o Dr. Hermes falou. Eu estava morrendo de medo, mas a adrenalina vinha a mil também. O carro foi andando na frente devagar, entrou em uma ruela, em outra. Animal. Entrou então numa garagem de uma casa. Casa, modo de dizer, porque ali era o começo da favela, de barracos muito precários. Pobreza. Eu parei logo atrás do Ômega, mas não tinha vaga para nosso carro. Três sujeitos desceram do carro vermelho, e o homem do revólver reluzente colou na minha janela, baixei o vidro e o Dr. Hermes gritou do banco dele: “É meu estagiário e vai ser meu futuro assistente. Não assusta o moleque”. Descemos do carro e o cara do revólver tocou com a coronha no meu ombro e disse “Sossega, irmão, que quem tá com o doutor tá com Deus”. Outro sujeito assumiu o volante e sumiu com o carro do Dr. Hermes, enquanto a gente entrou na tal casa, por uma escada de madeira e cimento cru, com aquele cheiro mesmo de construção, que levava ao andar de cima, que se via estar iluminado. Por fora, o local enganava porque levava a um fundo enorme. Uma primeira sala

enorme, onde estavam dois caras e cinco mulheres, gostosas, de saia curta. Os caras armados, um deles devia ser bem novo, os outros por volta de trinta. Aos poucos, meu medo foi desaparecendo, a adrenalina baixando, um cara me ofereceu cerveja e eu aceitei. Foi abrir a latinha de cerveja geladíssima e um gordo enorme de camisa listada veio arrastando um sujeitinho de barba que estava só de cueca branca e com as mãos atadas pra trás, de *silver tape*. Atrás, outro bandido com um fuzil. Assustei, o senhor já viu um fuzil de perto? Deixa pra lá. O mesmo cara do revólver grande fala assim: “Doutor, tá aqui o homem. Vai ser julgado e disse que o senhor fala por ele. Todo mundo aqui é de respeito, por isso te demos o toque, doutor. Tá prejudicando, porque estamos na espera”. Abriram a porta do lado daquele salão e o que havia era outra sala montada como um tribunal mesmo: seis cadeiras de ferro tipo de escritório de um lado, uma delas maior que as outras. Do outro lado um tablado de madeira, com uma luz forte por cima, e detrás uma cadeira daquele que seria o do réu, o sujeito de barba, o algemado com *silver tape*. “Tenho que falar com ele cinco minutos pessoalmente. Só ele e eu”, o doutor Hermes falou. “Negativo, nope!”, gritou um magrelo de barba rala, mais velho, que só depois eu fui notar que era o chefe mesmo ali. “Aqui não tem esse mole, doutor. É tribunal de homem”, “Pois comigo tem regra, senão não sai julgamento. E isso não é mole, é justiça”. Pô, imaginou falar assim na frente de cara com fuzil, que sequer se sabe se tinha cérebro, de tanta droga que consome? Isso é ou não fazer tudo pelo cliente? Fala, se não é! Resumo da história, o Doutor Hermes peitou todo mundo e entrou com o cara na saleta de julgamento, sozinhos os dois, e fechou a porta. Conversou, conversou, e os bandidos todos me olhando, quando abriu a porta, gritou: “Porra, o cara é mais inocente que Jesus”. Instalaram o Tribunal e ele falou quinze minutos, não vou contar a história porque não vem aqui ao caso. Não vem ao caso, era um homicídio que o coitado tinha cometido porque tinha se confundido, estava talvez um pouco drogado, chegou um sujeito, ele achou que era polícia e mandou bala. Mas não era polícia, claro. “Quem pode condenar alguém por cumprir bem seu dever? Condenem agora e vocês pagarão caro, não só por executar um inocente. Mas porque vão espalhar um medo, difuso. Entendem? Difuso, diluído, entre todos. E todos teus pistolas e teus olheiros não vão reagir quando

eventualmente forem atacados, porque terão medo deste Tribunal. E então, um dia, virá a polícia de verdade, e eles ficarão paralisados, com medo do equívoco, de atirar no alvo errado. É isso que vocês querem?” Cinco votos a um, absolvido. A mulher votou pela condenação, todos votos abertos, pronunciados olhando direto para o réu. E eu já tinha tomado mais duas cervejas, por conta da organização do Tribunal. Todos os caras apertaram a mão do doutor e cortaram a fita que aprisionava o réu seminu, ele saiu livre e disse assim, “Eu devo a vida pro doutor”, abraçou a ele com um cheiro horrível, sei porque eu estava do lado, aquele réu fedia mais que um camelo. Mesmo assim o doutor o abraçou e falou na cara de todo mundo: “E vê se sai dessa nóia e vai trabalhar, que você já viu que o crime vai te levar pro cemitério. Na próxima eu não estarei, entende?” E, para os demais “Solta o frango, libera o homem, deixa ele tocar a vida no trabalho”. Isso é o que eu queria contar. Mais uma coisa só. Eu fui na maior adrenalina dirigindo pra casa, pra cidade, porque a gente tava longe demais. E aí, assim conversando, empolgado, perguntei pro doutor Hermes, “O senhor é chefe daquela quadrilha?”. Ele ficou quieto. Quando chegamos na avenida grande, ele falou pra gente parar na lanchonete, pra comer um hambúrguer. Isso era já umas três da manhã. Eu não tinha fome. Estacionei e ele desceu rápido, quando abri minha porta ele já estava do lado, me puxou pela gravata pra fora do carro com uma força incrível e meteu minha cabeça no vidro blindado, o que dói pra burro. Gritou bem ao meu ouvido: “Moleque, da próxima vez que você pensar que eu sou sócio de bandido, eu aperto tua gravata até tua goela virar um patê, entendido?” Eu disse que sim e então ele me falou só assim: “Sou advogado. Não sou assaltante, nem traficante, nem senador. De acordo? O teu cliente precisa de alguém que fale por ele. Falo em nome do cidadão que me constitui, pro Presidente do Supremo ou para o traficante do bairro, isso não me importa. Pra mim é absolutamente igual”. E só aí descolou minha cara do vidro. No dia seguinte, me presenteou com uma gravata Hermès, porque a minha, de camelô, rasgou enquanto ele me enforcava. Esse é o doutor Hermes. Nem ousou pensar que aquilo que fiz pelo Pedrão no aeroporto não seja exatamente uma defesa jurídica. E quando tiver minha OAB, preferirei ver minha goela virar patê a denunciar um cliente à polícia. Parte dos 90% de conhecimento jurídico que estou adquirindo fora dos muros

da Faculdade, com todo o respeito à minha professora de processo civil. Quem? Não, eu não desconfiava que estava cometendo crime quando tirei o Pedrão da fila do check-in. Eu tenho certeza que não estava cometendo crime, como não cometi. Se a gente ficar pensando todo o tempo o que o policial opina sobre a conduta do advogado, não se advoga nunca. A não ser quando o policial, ou o promotor, ou o juiz são os clientes. Aí muda, né? Aí as garantias se alargam, o réu passa a ter direitos invioláveis. Bom, tudo isso é o que eu aprendi com o Dr. Hermes, meu chefe, e eu nem terminei a faculdade ainda, vela acesa pra minha professora. Devo tudo o que sei ao Dr. Hermes, e pelo que entendi o Dr. Hermes deve muito do que sabe ao Pedrão e a vida vai nessa corrente infinita, graças a Deus. Ah, outra coisa. No dia seguinte... digo, no dia seguinte em que fizemos a defesa do traficante, tinha aquele júri. Lembra? O júri para o qual estudávamos quando o telefonema nos interrompeu. Pois então, o Dr. Hermes chegou cansado no plenário e pediu adiamento, falou com o promotor, falou com o juiz. Foi sincero, disse que teve de atender uma ocorrência na madrugada e estava sem dormir, o julgamento ali seria desgastante, em prejuízo, como sempre, do réu. Mas o juiz se recusou a adiar, disse que era “truque”. Pensei pra ele em contar o “truque” que era fazer uma defesa de um cara em cuecas, amarrado e vigiado por uns neuróticos de fuzil, na boca da favela. Pois é. O Dr. Hermes pediu pra eu comprar energizante pra ele, foi engraçado, porque ele falou um monte de coisas rápido como uma bala e foi a primeira vez que eu o vi gritar em plenário (efeito do energético) e beirava meia noite quando os jurados deram o veredito: legítima defesa, aparentemente seis a um. Dirigi novamente o carrão, a caminho de um bar para nosso “bálsamo” e falei pra ele: Doutor Hermes, o senhor absolveu outro réu, e ontem nem terminamos de ler os autos! Sabe o que ele respondeu?: “Eu li meio processo; o promotor... deve ter lido outra metade; mas os jurados não leram nada. Então era bola dividida. E bola dividida eu ganho, na experiência. Agora põe aí um *Twisted Sister*, que essa hora só um clássico me acalma”. Eu fiquei com vergonha, então. Esqueci de dizer. Porque eu, nessa minha função de motorista, acoplei meu celular, que deixava no meu colo, no super som que tem no carro dele, e falei pro Dr. Hermes que tinha ali todas as músicas do Rock’n’Roll. Olha só. Falei pra ele então assim, acho que *Twisted Sister* não tem não, porque eu nem

conhecia. Ele olhou pra mim, mas eu não encarei porque tava dirigindo, e ele perguntou “Você nem sabe o que é Twisted Sister, não?”. Tive que admitir minha ignorância. “Então tua tarefa é escutar *Twisted Sister* toda a próxima semana, pra ver se você fica menos tonto. Põe Ramones, que teu celular de *punk-boy* deve ter. Clássico também”. Esse é o Dr. Hermes, meu chefe. A coisa vai adiante. Na semana seguinte, uma segunda feira. Eu podia ter baixado da internet, mas consegui comprar um CD, que fica mais visível, pra não deixar dúvida. Quando ele entrou no escritório, me cumprimentou, foi pra sala e eu mostrei pra ele a caixinha do CD que ficara escutando: “As melhores de *Twisted Sister*”. Ele pegou a caixinha, olhou bem para a capa, depois a abriu e viu que não tinha CD dentro”. Cadê o disco?, perguntou. Que disco? eu questionei, “Porra, o CD, cadê o CD?”. Estava no desktop, eu caminhei à minha sala e trouxe o CD, Dr. Hermes estava esperando ainda de pé, com a caixinha aberta. Pegou o “disco”, colocou dentro da caixinha de plástico e a fechou. Aí olhou na minha cara e atirou o CD sonoramente na lata de lixo ao lado de sua mesa. Fez um barulhão. “Lixo hipócrita! Como alguém ousa produzir um CD com as melhores músicas do Twisted Sister?”. Eu não entendi, continuei calado, porque sempre que ele fala assim, me ensina algo. “O Twisted Sister só tem as melhores! Agora vai estudar Direito penal, *punk boy*, que talvez pra isso você ainda sirva. E vê se consegue um livro com ‘as melhores frases do Nelson Hungria’, do Mezger ou coisa assim”. Esse é o Dr. Hermes, meu chefe”.

Denisse Neumann, 49, médica.

“Conversei com meu advogado, que me instruiu para que eu dissesse que os oito mil reais que depusitei na conta do Pedrão eram um empréstimo para ele poder fazer um curso para se habilitar para um emprego. Entendo a posição do advogado, mas nesse caso eu não concordei, e então troquei de profissional. Simplesmente porque quero falar a verdade e acho que as mentiras já se estenderam muito. Não pensem que eu tenho medo de confrontarem uma mentira minha com o que pode haver gravado algum *post* de rede social, disso meu advogado, se eu quisesse mentir, se encarregaria com facilidade. O problema é que existe um ponto grave nessa história toda, que precisa ser desvendado para o nosso próprio bem. Quando digo nosso,

refiro-me a todos os fãs dos *Estridentes*, e em especial a mim, ao Sérgio e ao Eduardo, que aparentemente estamos acusados por colaborar com o tráfico, não é algo assim? Mas tem aí mais meia centena de gente da minha idade que deveria compartilhar desse meu pensamento, dentre eles o Hermes e a *Funny*, cada um a seu modo. Conversei com os meninos (o Sérgio e o Eduardo) e resolvemos relatar a verdade porque achamos que somos inocentes. Inocentes, não, inconseqüentes, porque apesar de nossa idade, o que fizemos foi um reflexo da adolescência que ficou guardado em nosso cérebro, ou nossa alma, e que tentar acobertar com mais mentiras somente pioraria. Primeiro: nós sabíamos perfeitamente que o Pedrão queria dinheiro pra comprar droga em quantidade, não há como dizer o contrário. Conforme o que nos chegou, ele faria a compra de droga a partir do quanto conseguisse arrecadar. Não temos a menor idéia de como ele adquiriria a cocaína, nenhum de nós com certeza estava metido nessa transação. O Pedrão não colocou o motivo da arrecadação de modo tão explícito nas redes sociais, mas foi por ela que conseguiu os adeptos. Os contribuintes, como nós. A princípio, postou mensagens do tipo: ‘Vocês conhecem a minha causa e podem colaborar. Conto com todos, na medida de cada um’. Isso está na internet. Claro, nós víamos isso e em nosso círculo, da velha adolescência, surgiu a curiosidade, de saber qual a tal ‘causa’. Daí alguém sempre relata os detalhes, até com certo orgulho de ter a informação. No meu caso, foi a própria *Funny*, eu li-guei pra ela, e ela contou tudo. Depois não quis mais tocar no assunto, mas então eu já tinha entrado em contato no celular do Pedrão e pedido o número da conta dele. A idéia da festa, justo no aniversário da Agnes, era de fato um tanto mórbida, mas acredito que ele precisava fixar uma data máxima para receber o dinheiro e escolheu o aniversário, consagrando-o com a volta da banda. O problema está aí. Na banda, digo. A chave de toda esse emaranhado de fatos – e sobre isso conversei demasiado com os meninos –, não é o Pedrão, nem a Agnes, nem a cocaína. Acredite: o centro gravitacional de tudo é a banda. Porque os *Estridentes* não eram um grupo de rock adolescente, os *Estridentes* eram um projeto de vida. Um projeto de vida significa um compromisso eterno. De uma vida, literalmente. E eu digo isso passados quinze anos da última vez que assisti a um *show* deles, nos quais ocasionalmente o próprio Hermes tocava, e era o melhor de nós. Se tinha

alguém com alma *punk rock*, era ele. Ou é ele, porque a alma não muda. Mas enfim. O Edu e o Sérgio eram da banda, bateria e guitarra, e tocariam no dia da festa. Tocaram. A questão é que os *Estridentes* eram de longe a melhor banda de rock do país, e só um desses mistérios insondáveis da vida faz com que não tenha virado. Não virou um sucesso, eu quero dizer. Passava ano, passava ano, vinham *shows* mais importantes, apareciam no rádio ou na TV, abriam festivais ou espetáculos de bandas maiores, mas não virava. O disco não vendia, nada de Globo, nada de tournê patrocinada pelas grandes marcas. Mesmo assim, eles eram reconhecidamente os melhores. Reconhecidamente porque qualquer crítico que assistia a um espetáculo dizia encantado “são os melhores!”, mas parece que pela manhã se esquecia do encanto e não publicava uma linha sobre o que vira na noite anterior, não falava nada na televisão. Se houvesse internet como hoje, talvez fosse diferente, naquele tempo só a estrada fazia entrar no circuito, a estrada e a sorte de contar com a boa vontade de um crítico da imprensa, porque qualidade eles tinham de sobra, eu já disse: as melhores músicas, o maior delírio. Tudo ao vivo. Dos álbuns eu não falo muito, porque eram muito mal gravados, não refletiam a música real, talvez tenha sido esse o motivo do fracasso, embora qualquer empresário que tivesse colocado dez mil dólares ali em aluguel de estúdio, não sei, produziria um álbum histórico. Mas os meninos, assim que eu os chamo, não tinham dinheiro, e eu menos ainda. Os dois álbuns não foram para frente, se reproduziram em selo independente já em CD e foi ainda pior. Pena, porque qualquer um que perguntasse na noite qual era a melhor banda de São Paulo, teria como resposta os *Estridentes*, já disse isso? Só faltava um chute no gol, porque, como dizia o Spock (o Hermes), a banda estava só batendo na trave. Mas os anos passavam e nossa vida é curta, tal a realidade. Um a um, fomos abandonando o projeto *Estridentes*, e só o Pedrão ficou. O *Estridentes* deve ter durado pelo menos uns dez anos mais, com gente mais jovem, que tinha fôlego, mas que não entendia a proposta. É o espírito dos tempos, sabe, era assim que o Spock, hoje Dr. Hermes, me disse quando desceu vibrante do palco num desses shows deles (já meio um show de despedida também tentando remontar a ‘formação original’ que o Pedrão não se conforma que já não existe) eu o abracei. É, abracei o Hermes. E lhe disse que apesar de gordinho e meio careca ele tinha arrasado, ele perdeu o

humor mas depois comentamos que só nós entendíamos a proposta, “o Espírito dos Tempos”, ele disse. Gente mais jovem e o Pedrão não combinavam, insistindo no *Estridentes*, longe do espírito dos tempos, das contingências. Pois então, eu fiz meu vestibular pra Medicina, fui pro interior e desapareci do circuito, e já formada vi um lambe-lambe (é como chamávamos os cartazes de rua) dos *Estridentes* e fui a um *show*. O Pedrão começou o espetáculo dizendo que não importava que ele fosse o único sobrevivente dos *Estridentes* original, ele manteria o projeto mesmo se estivesse acorrentado em uma masmorra, e o reduzido público ovacionou. No fundo, ele tem razão. Todos nós abandonamos um barco à deriva e ele ficou, não temos como não nos sentir culpados. Casamos, compramos jóias, um dos nossos, o Flavinho, morreu de overdose, outra amiga de Aids embora digam que foi depressão, fora a história do Glauco que o Hermes deve haver contado, mas o Pedrão foi o único que se manteve no projeto que nós construímos para nossa própria vida. Isso eu falo não só por mim, falo principalmente pelos meninos, o Sérgio e o Edu. O Sérgio foi *Office-boy* em um banco e trabalha lá até hoje, agora como super-executivo, ganha muito; o Edu era balconista de uma loja na Liberdade, lutava caratê e em uma luta fraturou a bacia e agora vive de bicos e da pensão do INSS. Pelo que sei, foram esses os rumos. De qualquer modo, a conclusão do encontro que tivemos os três, depois do episódio, é esta: somos um bando de renegados que carrega uma culpa enorme, gigantesca, um fardo insustentável, porque como tripulantes abandonamos sozinho o Pedrão no barco que não conseguia aportar em lugar seguro. Essa culpa é que nos fez chegar a esse absurdo, todos nós mais ou menos pelo mesmo processo: se fosse isso o que o Pedrão precisava para começar uma nova vida longe do *Projeto Estridentes*, então que o tivesse. Se alguém se propôs a desencorajá-lo, ignoro. Eu não conversei muito com Pedrão, juntei meus oito mil, que era o que tinha, e pronto, transferi pra conta dele. E só fui à festa para conhecer a Agnes e desejar-lhe muita sorte. Virar a página. Depois é claro que pensei que tudo foi um erro, principalmente porque tinha a menina envolvida, mas confesso que foi depois. E, sabe, o arrependimento é estranho porque, se pensamos que se voltássemos no tempo, sob as mesmas condições, exatamente as mesmas, faríamos tudo de novo. Apesar do arrependimento. Bom, foram divagações que fizemos em grupo, porque estamos todos

metidos nessa inusitada situação, suspeitos de tráfico depois de maduros. Madurríssimos, eu diria. O Sérgio, com toda a autoridade e com seu bom humor embora falasse muito sério, disse algo que me marcou: quando a gente assistia aqueles filmes de faroeste (ele foi fã do John Wayne a vida toda) ou outros enlatados que diziam que alguém era “vítima do próprio passado”, achávamos que era exagero. Passam as décadas e nós vemos que aqueles clichês têm muito de real, todos os erros antigos cobram a conta algum dia nessa vida. Foi esse nosso acordo: se viéssemos aqui mentir, qualquer mentira, estaríamos prorrogando um erro, porque realmente houve uma distorção do nosso pensamento, dos nossos valores. Melhor, não posso dizer que nossos valores foram distorcidos, mas que esse compromisso com o passado superou outros valores que nós já tínhamos arraigados em nós. Falo por mim: sou médica, faço plantão em hospital, dia e noite, e posso afirmar que a droga é a própria encarnação do demônio. Os pacientes que usam cocaína ou crack estão condenados à morte, se não forem muito, muito fortes, como se o diabo lhes agarrasse mesmo com as unhas e os dentes, e os braços e as pernas. Difícil soltar. Daí o espanto, como poderia eu dar dinheiro para financiar compra desse pão do inferno? Desculpe se me expresse assim, mas estou deixando meus pensamentos aflorarem porque é a verdade e creio que a verdade me beneficia. Se não no processo, me beneficia como pessoa, porque tenho que lidar com ela. O abandono do *Projeto Estridentes* é, desculpe a comparação, como um aborto, que se faz na adolescência como pensamento inconsequente, que porém depois traz a conta, altíssima, com o peso da culpa que se arrasta por toda a vida. Perdão se me emocionio, perdão se pareço hiperbólica, mas neste caso o extrato bancário é prova do extremo da situação: os *Estridentes* são nosso filho abortado, com cuja memória temos que aprender a lidar, e não é fácil. Bem, isso é problema meu, não?”.

Sérgio Corelli, economista, 47 anos.

“Pois então, o que a Denisse disse, é exatamente o que eu tenho pra dizer, porque nós três combinamos que íamos falar a verdade e a verdade só tem uma versão. Podem mudar os detalhes, mas no fundo é o mesmo. Eu acho que nessa questão de falar a verdade, tenho algum mérito por dois motivos: primeiro, porque de nós três fui eu quem

fez o maior depósito, o de vinte mil reais; depois, porque, talvez por ter mais experiência que meus colegas, ao menos em relação ao trato bancário, fiz o depósito em dinheiro, nada de cheque, nada de transferência. Isso prova que eu sabia bem para que ia minha contribuição, não nego. Tudo o que a Denisse disse, creio eu, é então real. Depositei mais dinheiro porque sou o que ganha mais, pra que mentir? Sou gerente da agência ultra-vip-personal do Banco Macieira e tenho grandes clientes, pelo que sou comissionado, por isso dei mais dinheiro. O Nikita, pensionista do INSS, fez a menor contribuição. A Denisse falou tudo. Talvez eu tenha que acrescentar que, se ocorresse algo de mau com algum de nós, o Pedrão seria o primeiro a vir a nosso socorro, porque ele sempre realçou que, longe ou perto, seríamos sempre os verdadeiros *Estridentes*. Mesmo na minha cadeira de diretor do banco, eu sou um *Estridente*. Ele me fez confirmar essa realidade. Não peço a nenhum juiz nada mais que a compreensão dessa realidade, dos meus, dos nossos motivos. Eu também desconfio que o Pedrão pode até estar morto, se ele estava envolvido com gente mais perigosa, mas não foi o que me pareceu. Quer dizer, sempre acreditei que ele armou tudo por contra própria, visando a um futuro ao lado da filha. Não sei”.

Na Vara da Infância e da Juventude, no mesmo dia em que depunham Sérgio e Denisse, ouviu-se Teodora.

Juiz: Seu nome? Sua idade?

Menor: Agnes. Vinte e seis anos.

Juiz: Mas aqui diz que você se chama Teodora Vilar Rezende. Treze anos. E que nasceu em seis de agosto.

Menor: Se o senhor sabe, por que questiona?

Juiz: Vamos entrar em um acordo. Eu vou perguntou muitas coisas que eu sei, mas gostaria de ouvir sua opinião. De todos os modos, você não é obrigada a declarar o que não queira, certo? Simplesmente eu te garanto que seria bom para todos nós ouvirmos o que você tem a dizer sobre o que ocorreu. Talvez você não tenha noção da gravidade daquilo que estava fazendo.

Menor: Levar dez quilos de cristal de cocaína na maleta? Tenho noção sim. Aquilo custa pelo menos duzentos mil dólares em São Paulo, sabia?

Juiz: Quando as autoridades no Aeroporto te pararam, você disse que a mala era sua. Que a carga era toda sua e a responsabilidade era sua. Isso é verdade?

Menor: O quê? Que eu disse ou o que eu disse?

Juiz: Como?

Menor: Porque é verdade que eu disse que a carga era minha e a responsabilidade era minha. Mas é mentira que a responsabilidade fosse minha, entende?

Juiz: Sim. Então, preste atenção em minha pergunta: foi seu pai que colocou a carga na sua maleta?

Menor: Não.

Juiz: Então quem foi?

Menor: Meu avô.

Juiz: O pai dele está envolvido também?

Menor: O pai do meu pai morreu faz tempo. Era policial militar e morreu em 1987, com um tiro de revólver 32 que atravessou seu pescoço. Em 28 de julho de 1987, em Osasco, ao que se sabe porque foi sozinho fazer uma abordagem e levou um tiro à queima-roupa, como estava nos documentos que eu consegui descobrir nas coisas do meu pai. Tiro à queima-roupa no pescoço, estava escrito lá, embora eu duvide que meu avô estivesse usando alguma roupa no pescoço. Artéria arrebentada e ele sangrou até a morte na calçada, sem que seu companheiro pudesse socorrer ou mesmo prender ou disparar no agressor. Bem estranho, o senhor não acha?

Juiz: Voltando à carga da maleta. Então a carga foi colocada por seu avô materno. Pai da sua mãe, digo.

Menor: O arqui-famoso Doutor Theodoro Vilar.

Juiz: Ele te deu a carga?

Menor: Todo mundo pensa que eu não ouço e não vejo as coisas que ocorrem, mas eu sou mais esperta que muito adulto. E mais macho que muito homem, sabe? Pois é. Está claro que meu avô impôs que meu pai levasse essa carga, pra fazer dinheiro pro milionário doutor Theodoro, que diz pra todo mundo que ganha a vida no mercado financeiro e no comércio de obras de arte, mas o mercado dele é uma rota que sai da Colômbia e vai parar na Inglaterra.

Juiz: Seu pai te contou algo a respeito?

Menor: Meu pai me preserva. Mantemos um pacto de silêncio. Mas eu vi a cara de tristeza dele quando saiu da biblioteca artística do Doutor Theodoro, com autorização para me pegar pela mão e me levar pra viver com ele. Estava aí a condição: ser sua mula.

Juiz: Sua mãe sabia algo a respeito?

Menor: Essa sim, tem mais de trinta anos e não se dá conta de nada. Acorda pela manhã tomando champagne com café e termina a noite na quinta garrafa de vodka. Nessa hora, se um mamute sentar no sofá ao lado dela, ela lhe faz uma afago pensando que é o Gengibre, seu gato persa, castrado. Nunca vai desconfiar que é com dinheiro da pasta de coca que seu pai paga suas inúteis estâncias em centros de reabilitação. Falei.

Juiz: Você tem alguma prova de o que declara?

Menor: Um cara honrado porém liso, duro igual meu pai não teria dinheiro para conseguir aquilo que estava na minha mala. Bancar, eu digo. Ou o senhor acha que algum traficante grande vai soltar uma mercadoria desse valor na casa de alguém assim, confiando nos seus belos olhos?

Juiz: Seu pai fez uma festa no seu aniversário para arrecadar dinheiro?

Menor: Sim, senhor.

Juiz: E para que precisaria de dinheiro, se tudo era bancado pelo seu avô?

Menor: Eu sei, mas não vou responder. Se o senhor olhar a conta bancária dele, deve descobrir.

Juiz: Você tem que responder.

Menor: O senhor começou esta conversa dizendo que eu responderia ao que quisesse. O senhor mentiu pra mim, então. Nessas condições, meu depoimento está encerrado.

Juiz: Teodora, tente compreender. Sua colaboração é importante.

Menor: Meu nome é Agnes, e meu depoimento está encerrado.

Juiz: Como queira. Agnes, você sabe onde está o seu pai?

Menor: Se essa era a pergunta que o senhor queria fazer desde o início, podia economizar nosso tempo. É mais fácil minha mãe transar com o tal mamute que eu entregar meu pai. Se o senhor quiser, dou o endereço do meu avô Theodoro, assim o senhor evita os intermediários. Meu depoimento está encerrado. Dizer três vezes é o suficiente?

Despacho do Juiz, no processo:

Este juiz recebe pedido do Ministério Público nos autos. Diz o *parquet* que o depoimento da menor Teodora Vilar (em cópia recentemente juntada aos autos por gentileza de ofício do Digníssimo Juízo da Vara de Infância e da Juventude) revela a possibilidade de o seu avô, Antonio Theodoro, ser partícipe do narcotráfico investigado. A leitura atenta deste juízo dos autos, em especial do depoimento da menor, não permite aceitar aditamento de denúncia pela simples fala dela, que aparece ilhada no processo. Alguma investigação sobre origem do dinheiro do avô da menor, contra quem ela nutre evidente ódio pré-adolescente, deve ser feita por via própria, sob pena de desviar o objeto deste processo, que cuida da apreensão de dez quilos de pasta de cocaína com a menor e com seu pai, Pedro, este que empreendeu fuga. Sempre é interessante investigar a origem de todo o fluxo de dinheiro que o tráfico de drogas faz, mas aqui a investigação tenderia ao infinito, sem elementos concretos que o justifiquem. Diversamente ocorre com os demais investigados, amigos de Pedro, que confessam haver-lhe dado dinheiro com motivo esclarecido de adquirir a droga que foi apreendida, e cujo laudo pericial atesta ser cocaína em assustador grau de pureza.

Anexo 01 Documento relevante

Extrato bancário de Pedro Rezende:

Dia 01 de agosto:		Saldo: R\$ 310
Dia 02 de agosto:	Dep. em Dinheiro: 20.000,00	Saldo: R\$ 20.310,00
Dia 05 de agosto:	Transf. Den. Neumann 8.000,00	Saldo: R\$ 28.310,00
Dia 06 de agosto:	Transf. Eduar. Nikita 400,00	Saldo: R\$ 28.710,00
Dia 06 de agosto:	Dep. em Dinheiro: 1.000,00	Saldo: R\$ 29.710,00
Dia 06 de agosto:	Dep. em Dinheiro: 1.200,00	Saldo: R\$ 30.910,00
Dia 09 de agosto:	Saque caixa eletr: 300,00	Saldo: R\$ 30.610,00
Não há mais movimentação até a presente data.		

Anexo 02 Mensagens de Rede Social

Post de Pedrão – *Long Live Estridentes*

Pessoal, gente das antigas. Preciso da ajuda de vocês, pra uma grande “empreitada”.

Não deixem de me procurar, porque da sua ajuda depende o futuro da minha Agnes.

Aniversário dela dia 06 de agosto, com a retumbante volta dos *Estridentes*, na formação (dentro do possível) original!!! Todos lá, mas não esqueçam de me ajudar. Minha Agnes tem 13 anos e precisa de um lar estridente.

Estridentes: *Long Live!*

Comentários:

S. Corelli:

Depois falo pra vocês, Nikita e Denisse. Coisa pesada, mas importante. Estou em viagem fazendo um curso, coisa do banco, mas logo volto.

Du Nikita:

Também quero saber, como a Denisse. Como podemos ajudar??

Denissíssima Neumann:

De que se trata?

Funny Psicóloga:

Fase difícil, Pedrão. Mas conte com a gente!

Tarefa: Julgue o caso conforme a denúncia. Esta, entretanto, deve aqui especialmente estabelecer a conduta típica de cada um dos personagens, com a devida individualização. Deve justificar minimamente a escolha dos tipos apresentados, em especial, se for o caso, em relação à atuação do advogado e da psicóloga, que optaram por adotar estratégias distintas diante da mesma realidade. Não deixe de estabelecer também a eventual conduta típica dos componentes e fãs dos Estridentes que comprovadamente fizeram depósitos (Denisse, *Sérgio* e *Eduardo*) em favor de Pedrão. Este, aliás, também deve ser incluído na denúncia e, eventualmente, no julgamento, conquanto seu paradeiro seja incerto.

Personagens:

Teodora Vilar: menor.

Pedro Rezende: pai de Teodora, 52 anos, músico (vide **Caso 01**).

Paola Vilar, 31 anos, mãe de Teodora.

Antonio Theodoro Vilar, 62 anos: pai de Paola Vilar.

Hermes Duarte, 47 anos, advogado criminalista (vide **Caso 03**).

Estephânia Oliveira, 46 anos, psicóloga.

Josias, delegado da Polícia Civil, 42 anos.

Heleno Fagundes, 21 anos, estagiário do Dr. Hermes (vide **Caso 03**).

Denisse Neumann, 49 anos, médica.

Sergio Corelli, 47 anos, economista (vide **Caso 09**).

Eduardo Nikita, 45 anos, pensionista do INSS.



Caso 08

O Testamento Calatrava

Resumo: Euzébio Calatrava deixa, em testamento, uma coleção de canetas antigas para seu sobrinho Romeu, que mal tivera contato com o tio, falecido. Sabendo do fato, um comerciante rapidamente consegue comprar a coleção de canetas herdada por Romeu. Este, entretanto, só mais tarde vem a descobrir que a quantia paga pelos objetos foi irrisória, dado seu milionário valor. Rememorando as condições em que houve a operação de compra e venda, Romeu entende-se vítima de estelionato.

Complexidade: Baixa.

Temas: Limite entre Direito Civil e Direito Penal: a fraude – Princípios do Direito Penal: Subsidiariedade e Fragmentariedade – Relação entre Direito Penal e Moral – Tipicidade: elementos normativos: engano – Bem jurídico protegido no Estelionato – Limites de Intervenção do Estado – Autocolocação em Perigo.



CASO 08:

O testamento Calatrava

Temas:

Limite entre Direito Civil e Direito Penal: a fraude – Princípios do Direito Penal: Subsidiariedade e Fragmentariedade – Relação entre Direito Penal e Moral – Tipicidade: elementos normativos: engano – Bem jurídico protegido no Estelionato – Limites de Intervenção do Estado – Autocolocação em Perigo.

SUGESTÃO DE RESOLUÇÃO

O Caso é de resolução mais simples. Pode suscitar uma aprofundada análise interdisciplinar entre **Filosofia do Direito** e **Direito Penal**, mas é o exercício de mais célere trabalho: em regra, apenas um réu, com defesa objetiva.

Redigiu-se o caso para usar, primeiramente, na Parte Especial, na análise do dolo (antecedente) no estelionato, diferenciando-o da mera **fraude civil**. Entretanto, com seu uso em aula, percebi que, **além** da aplicação aos crimes contra o patrimônio, o estabelecimento de limites entre o que é uma atitude meramente **desonesta** e o que configura um **crime** era a parte mais importante dos debates.

Portanto, serve para recordar ao aluno de que o domínio dos conceitos filosóficos do Direito Penal é indispensável ao jurista. Um caso curto e objetivo, que propicia ao professor esse debate aberto. O professor deve ficar atento para identificar preconceitos ou idéias de simples senso

comum, que costumam aparecer nesse tipo de caso, alertando o aluno para os riscos de sua utilização.

Deve-se então simular um julgamento por uma câmara, de 05 julgadores. Em geral, escolhe-se uma equipe de acusação, composta de ao menos dois alunos, que se encarregarão de *formular uma denúncia escrita* e encaminhá-la ao mediador (vide instruções gerais) para que os defensores tenham acesso a ela. Formulada a denúncia, é marcada data para julgamento, que contará com fala dos seguintes atuantes:

01. Acusador (sugere-se 02 componentes).

02. Defesa de Charles (sugere-se 02 componentes)

Total de participantes: **09 alunos** ou mais.

Tempo estimado de debates: **1h** aprox., com 25 min. de fala para cada parte.

O Professor **Euzébio Calatrava** havia sido um dos juristas mais famosos de todo o País. Era catedrático da melhor universidade, tinha livros publicados em vários idiomas ao redor do mundo e, em diversas oportunidades, participou do governo, nas distintas esferas e escalões. Não foi exatamente um homem milionário, mas a herança que deixou não era de se desprezar: uma pequena casa na montanha, onde há seis anos vivia seu cão *boxer*; outra casa (esta, quase uma mansão), onde por anos vivera sozinho, e onde ficava sua gigantesca biblioteca jurídica, um carro antigo e uma coleção de objetos pela qual nutria grande apreço. Pois foi essa coleção que se tornou o núcleo de uma intrincada questão jurídica.

Porque o professor Euzébio Calatrava não teve filhos e, portanto, não tinha herdeiros necessários. Seus únicos contatos com a família eram os sobrinhos, mais especificamente os sobrinhos-netos: Eva, que tem 43 anos e Romeu, de 38. Como o Prof. Euzébio Calatrava era o mais novo dentre oito irmãos, todos já falecidos, com sua morte deixa neste mundo muitos parentes, porém, com nenhum deles travara forte laço de amizade. A leitura do seu testamento, uma carta registrada em cartório cujo texto foi revelado dias depois do falecimento, melhor explica o que se passou. A carta é datada de dois anos antes de seu falecimento, que ocorreu no último 06 de outubro¹⁰:

¹⁰ Vide Caso 05. Nota do autor.

Àqueles a quem possa interessar,

Mas em especial a meus parentes, já que não tenho descendentes diretos. Gostaria que eles entendessem a minha disposição, para que a cumpram no que for necessário. Não quero que minha morte se transforme em um estorvo, em um motivo a mais de cizânia para uma família que, digamos em nome da verdade, nunca foi especialmente abençoada com a paz. Simpatizo com muitos dos meus parentes, mas tenho, ou melhor, temos que reconhecer que em nossa família sobrevivem rancores insuperáveis, que parece que, ao passar do tempo, apenas crescem ou se multiplicam. Da minha parte, só posso de fato afirmar que nunca me vi obrigado a sustentar sobrinhos e sobrinhos-netos que desfrutaram de fartura e bonança desde a infância, e que tem pais bem formados e que trabalham. E pais e filhos só me visitam para pedir dinheiro ou algum favor. Sabem que não sou rico, mas tenho poucas contas a pagar e me permito uma vida confortável, porém esse conforto advém de trabalhar ativamente até hoje, com meus noventa anos, todos os dias. Nunca o sol me surpreendeu ainda na cama, que eu me lembre. Acho que não ocorre o mesmo com meus parentes mais jovens, mas também compreendo que isso seja por conta das gerações que se sobrepõem. Não os culpo de nada, porque nada lhes exijo, mas espero que pensem o mesmo a meu respeito: que meus parentes não esperem ganhar algo com minha morte, salvo duas exceções. Bom, vamos às regras, depois às exceções.

Escrevo esta carta-testamento hoje porque acabo de vir de uma visita. E só redijo estas linhas porque, como advogado muitos anos, já vi diversos testamentos serem anulados porque, basta o testador dar mostras de que quer fazer caridade, os corvos dizem que não está em seu juízo perfeito. Bom, ontem mesmo terminei um parecer sobre questões constitucionais que será levado à Suprema Corte, e na semana que vem tenho marcada uma sustentação oral no Superior Tribunal, defendendo os interesses da maior empresa aérea do Continente, então não me parece que eu esteja fora de juízo. E é com esse juízo que fiz ontem e hoje uma longa visita a um lar de idosos que as Irmãs Descalças mantêm na periferia. As pessoas envelhecem, não sei se todos se dão conta disso. Envelhecem e adoecem, e nem todas têm a sorte de manter a lucidez ou ter alguém que as cuide. Poderia

acontecer comigo, porque se Deus não me desse a graça de ter sobrinhos como Eva e Romeu, de quem falarei adiante, decerto, se me acometesse a ausência total de lucidez, nada me livraria de ir parar, sem pedir, nos amorosos braços do abrigo das Irmãs Descalças. Elas dedicam-se dia e noite a recolher essa gente que nós não vemos, mas que está por aí: velhos abandonados, que ao deixarem de ser trabalhadores ou consumidores são largados em hospitais ou até mesmo debaixo das pontes, sem muitas vezes terem sequer condição de pedir comida. Ou são aprisionados em quartos nos fundos das casas e alimentados a pão e água enquanto o descendente saca do banco a aposentadoria do encarcerado, e passam o dia rezando para que alguém lhes descubra o cativo. Não exagero: disseram que ontem mesmo chegou um, trazido pela assistência social, que tinha a pele tão cheia de feridas, mais vermelho que um tomate de marguerita. Pobre diabo. E bem-aventuradas Irmãs Descalças. Passei a tarde de hoje ali observando como estão constituídas como pessoa jurídica e vi que o tal asilo é do Instituto São Pancrácio, portanto é esse instituto, o São Pancrácio, que deverá, conforme ora disponho, herdar a casa onde vivo, com quase todos os seus pertences, e tudo o que houver em minha conta bancária, ou melhor: o que sobrar de minha conta depois de pagar todos os direitos trabalhistas dos meus empregados, porque minha casa e meu escritório certamente se extinguirão com minha morte. Não sei quanto sobrará na conta, porque pretendo gastar muito dinheiro nos prazeres carnavais antes da viagem final, mas pode ser que acumule ainda mais se sigo trabalhando com tanto afinco. Como sei que cuidar dos velhinhos não depende só de amor e oração, mas também dos chamados meios materiais, acho justo que as descalças administradoras do São Pancrácio façam o que entenderem honesto com o patrimônio imobilizado ou líquido que lhes deixe, desde que em nome da finalidade que lhes é consagrada.

Agora, as exceções. Porque, entre os familiares, apenas dois sobrinhos-netos me foram especiais, e creio por isso que eles merecem parte significativa do meu patrimônio. Primeiro, minha pequena Eva. Visitas todos os domingos, há vinte anos! Para um velho sozinho como eu, isso é um toque de Deus. A Eva vinha (vem, no momento que eu escrevo), pontualmente às nove da manhã, toma um café, tenta brincar com o Rufus (que, por essas coisas de cachorro, avança nela, mas é

implicância animal, difícil de reverter), pergunta-me se estou tomando remédios e revisa minhas receitas médicas. Colhe todas elas, junta na sua simpática pastinha amarela e vai à Farmácia que fica aberta aqui perto da Santa Casa, portando a relação de remédios que mais parece uma lista de compras de supermercado. Compra tudo, passa na padaria e me traz um mimo, e, mesmo pegando de minhas mãos o dinheiro equivalente ao reembolso da nota da Farmácia, nunca me pediu um tostão a mais. Nunca, nunca. E sei que sua situação financeira não é confortável, principalmente depois que o marido dela a largou para viver com um amigo, o sócio na boate gay que tinham. Ela já vinha aqui quando o marido quis montar a boate e eu perguntei “boate gay?”, ela disse que sim mas não tinha nada a ver com a preferência íntima dele, “é um negócio lucrativo, tio, você tem alguma coisa contra os homossexuais?”. Eu respondi a ela – e não me incomodo de dizer isso aqui – “ora, Eva, quem sou eu pra ter algo contra os homossexuais, por favor! Mas não recomendo que uma mulher se case com um deles”. E minha pequena Eva disse que eu estava delirando, que eu não entendia nada de negócios. Bom, mas sem o marido, também um pouco por gratidão a meu alerta, Eva passou a cuidar de mim aos domingos. E, está comprovado, eu conheço a alma humana: vejo nos seus olhos o amor e o desinteresse.

Por isso, minha casa na montanha deve ficar para Eva. Com uma condição: que ela leve para lá o Rufus, meu *boxer*, e talvez contrate alguém para cuidá-lo ali. O Rufus precisa de paz e espaço, e não viverá muito, já tem alguma idade, coitado. Viverá quatro ou cinco anos no máximo, a partir de quando escrevo estas linhas, então pode ser até possível que esta parte do testamento seja inútil, caso ele parta antes de mim. Mas se eu partir antes do Rufus, o que creio mais provável, Eva tem de garantir-lhe um bom lugar na Terra, porque o céu dos cachorros certamente já lhe reserva a suíte presidencial. E a Eva, com sua altivez de mulher compreensiva, entenderá que a implicância que o Rufus tem com ela é só algo circunstancial. Eu sempre tive um cão como companhia (a Creta, o Mormaço, o Cícero, a Dolores, todos com sua personalidade marcante e seu carinho incondicional) então criei a convicção de que, se seu amigo fiel não simpatiza com alguém, é porque esse alguém não te quer bem. Só a Eva me fez mudar de opinião, e o veterinário me explicou: como ela nunca teve cachorro,

inconscientemente os teme. E o cão fareja o temor como perigo, e por isso implica, quer avançar. Não é por notar falta de amor que o Rufus não vai contigo, Eva, melhor o contrário: terá ciúmes. Então, Eva, segue meu conselho: aproxime-se do Rufus sem nenhum medo, porque ele já intui que, na minha ausência, você irá cuidá-lo. E então se surpreenderá com o amor que um cão é capaz de dar. Cuidar do Rufus e da casa da montanha, necessariamente nessa ordem, não será para minha pequena Eva nada difícil, depois de ter dispensado tanta atenção a este velho ranzinza e ingrato. Se eu fosse um cão, Eva, abanaria o rabo toda vez que te visse.

Meu outro sobrinho, que merece uma herança mais do que especial, é o Romeu. Esse, tenho certeza, ficará surpreso com o que receberá. Porque na verdade tivemos muito pouco contato. Mas eu me lembro dele em algumas festas da família, quando criancinha. Levado, sapeca. Depois, adolescente. Um dia encontrei o pai dele em um Café aqui ao lado do Shopping e perguntei das crianças, como pergunto sempre, assim para ser agradável. É o mais agradável que consigo ser. Lembro fotograficamente do pai dele respondendo enquanto arrancava as sobrancelhas, grossas, de preocupação: “meu filho Romeu tem problemas de aprendizado. Muito ativo, desconcentra. E agora que já é um jovem, fica mais complicado: rebelde, grita. Minha preocupação é que entre nas drogas”. Dito e feito, pelo que sei. O Romeu esteve um bocado de anos vagabundeando. Como a cena do pai dele me marcou, com essa frase que lhe deve haver sido tão dura de pronunciar (“entrar nas drogas”), sempre perguntei dele. Do Romeu. E os parentes que sabiam algo diziam ou insinuavam que Romeu estava vagabundeando. Jogando em cavalos aqui, apostando no cassino clandestino ali, explorando uma mulher mais velha acolá. Esses velhos truques, que não me importo de registrar neste testamento que se publicará, simplesmente porque sei que tudo mudou. No velório do meu sobrinho Odílio, estava conversando com minha pequena Eva quando reconheci o Romeu. Ele me cumprimentou como “magnânimo jurista, tio Euzébio, que honra nosso sobrenome familiar”. Eu achei estranho que um preditivo assim saísse da boca dele, ou até que me reconhecesse como jurista, e então Romeu me contou: “estou estudando direito! Por fim, tomei jeito!”. Dizem que talvez se forme este mesmo ano, não sei. Lembrando bem, disse que não tinha tanta pressa “depois de tanto tempo que perdi”, ele declarou. Realista.

Quero dizer que, ainda que ele não venha a ser o maior jurista de todos os tempos (quem sabe?, sempre confiei nas vocações tardias) será um homem do Direito, que endireitou seu caminho, literalmente. Isso me alegra. E posso garantir que seu “tempo perdido”, para usar a expressão dele, não era vagabundagem, mas desapego à materialidade, o que também é uma virtude. Reconheço as virtudes, pela aura. Por isso, a integralidade da minha coleção de canetas – todas as setenta e sete, sem exceção, fora alguma que eu possa vir a adquirir até minha morte, pois ainda sonho em encontrar uma peça que a complete – será dele. Causará inveja a muitos do Clube dos Caneteiros, mas talvez aproveite. Eu sempre comento que colecionar canetas me garantiu uma vida social alegre e com muitos contatos importantes, o que ele poderá usufruir, se quiser seguir a carreira de profissional liberal. Bom, sobrinho, é só um conselho. O fato é que minhas canetas, que me consumiram tanto tempo e pelas quais tenho tanto carinho, são suas. Fique também com o Marshmallow, meu Fusca 1968. Uma jóia, que deve valer muito dinheiro. Coisa de colecionador.

Acho que aqui dispus de todos os meus bens. Agora, os desejos: Irmãs Descalças, cuidem de cada velhinho que chegue aí como se fosse o príncipe que lhes doou um palácio, como sempre fizeram; Eva, todas as noites em que estiver com o Rufus, coce dentro da orelha dele, que ele adora. Se eu não faço isso pelas noites, ele se queixa. Um beijo no focinho molhado dele tampouco vai mal, e o veterinário dele, Doutor Godofredo, sabe tirar o tártaro, para manter esse hálito de rosas que ele tem; Romeu, limpe todas minhas canetas e jamais coloque tinta em qualquer delas. Diferentemente de mim, elas estão velhas demais para trabalhar.

O que aconteceu em diante, e que pode ter relevância penal, está suficientemente esclarecido nos depoimentos que se registraram no inquérito policial, o qual, por sua vez, está relatado e pronto para que o Ministério Público decida o que fazer.

Romeu Calatrava, Estudante de Direito e corretor zoológico, vítima.

Comparece o depoente dizendo-se vítima de estelionato, nos termos que passa a relatar. Diz que, há mais ou menos três semanas, recebeu uma ligação de um advogado, que afirmava que o depoente tinha

recebido uma herança de seu tio-avô, Euzébio Calatrava. A princípio, o depoente pensou que se tratava de um golpe, desses que fossem pedir que ele depositasse um dinheiro em alguma conta para receber a herança. Então, o tal advogado disse que ele deveria apenas vir ao escritório buscar, e como o endereço do tal escritório era nobre, o depoente optou por fazer a tal visita. Antes, porém, o depoente informou-se na internet sobre o escritório, oportunidade em que, também na internet, viu que constava o nome do tio, em vários informes de notícia, como recém falecido. Assim decidiu o depoente que deveria marcar com o advogado e lá foi. O advogado mostrou-lhe o testamento e o vitimado, como estudante de direito que é, leu com atenção. Informa o vitimado que, por problemas pessoais, teve de trancar a matrícula há alguns anos na Faculdade de Direito, mas vai voltar a ela. O advogado, que lhe pareceu muito correto, deu-lhe para contar setenta e nove canetas antigas, envoltas em um saco plástico preto. Um saco de lixo, diz o depoente, “para falar a verdade”. Também recebeu as chaves do antigo Fusca creme, o *Marshmellow*, ciente da obrigação de somente o vender, se for o caso, a um bom colecionador. O depoente até o momento não foi buscar o carro, porque é necessário preencher a documentação, mas já pediu para que houvesse duas avaliações do veículo, que se encontra na casa do falecido tio-avô, a qual, pelo mesmo testamento, será destinada a um convento de freiras. O depoente saiu do escritório do advogado, portanto, com o saco com as setenta e nove canetas e as chaves do Fusca. Com o tempo muito curto por conta do seu trabalho, não foi atrás de avaliações periciais para aquelas canetas. Dias depois o depoente foi chamado, no mesmo celular, por um homem que se identificou apenas como “Carlos”, que se disse grande amigo do seu falecido tio-avô. Carlos, logo após se apresentar pelo telefone, foi direto ao ponto: estava interessado em comprar a coleção de canetas do falecido. O depoente, muito ocupado naquele momento, contestou que estaria sim interessado na tal venda, mas que naquele instante não poderia sequer anotar o número do telefone, pois fazia outras anotações urgentes de seu trabalho de corretor. O depoente esclarece que trabalha num ramo específico, de corretagem de animais raros, biodiversidade, em especial da fauna equatorial e sul-americana. É um grande conhecedor do tema. Por causa dessa sua grande especialização de conhecimento, diz o depoente, não

se apercebia do golpe de que estava sendo vítima, pois ali se exigia maior conhecimento na temática dos objetos colecionáveis. Dez dias depois (o celular comprova), recebeu o depoente nova chamada de Carlos. Ele estava mais “conversador” desta vez, como um verdadeiro estelionatário, diz o depoente. Afirmou o interlocutor, Carlos, que estimava bastante as canetas do tio-avô do depoente, e que faria por elas uma oferta que estaria diversa de qualquer outra do mercado. Bom, diz o depoente, “eu não tinha idéia de quanto aquelas canetas valiam, nenhuma noção”. Como naquele específico momento o depoente precisava de dinheiro, para cobrir despesas familiares, e já conseguia algum tempo livre até para pôr à venda o tal Fusca antigo, o depoente aceitou o convite para almoçarem em um restaurante e tratar da venda das canetas. Encontrou Carlos no dia seguinte em um fino restaurante, porque o aludido estelionatário se propunha a pagar a conta. Aí, segundo o depoente, está o detalhe: Carlos se apresentou como um grande amigo de seu tio-avô, Euzébio Calatrava, e também como especialista em canetas antigas, colecionador delas. Especialista ou colecionador, o depoente não lembra exatamente o termo que utilizou. Disse que tinha muita estima pelas canetas antigas do doutor Euzébio, que além de tudo era um grande amigo. E que nutria por elas, nas palavras de Carlos, “grande sentimento”. O depoente confirma que é uma boa idéia seguir colocando entre aspas as palavras utilizadas por Carlos, que são muito importantes. Depois de conversarem outras amenidades, o depoente entrou no assunto, com estas palavras: “Você tem idéia de quanto valem estas canetas”? E Carlos respondeu: “Não, não tenho. Talvez sejam canetas que tivessem mais valor para o seu tio-avô, que as colecionou desde adolescente. Por isso te deixou elas. Seu tio-avô comentou comigo: deixaria as canetas para seu sobrinho-neto, que se recuperou na vida e seguirá a carreira jurídica. Seu tio-avô tinha muita afeição por elas”. Esclarece o depoente que foi isso que ele, Carlos, respondeu. E, no fim, disse: “mas eu posso oferecer sete mil dólares. É o que disponho, é o que elas valem para mim”. Diz o depoente que, na sua inocência e ignorância específica, aquilo era muito dinheiro. Pois bem. O depoente perguntou quando poderia entregar o dinheiro, e então Carlos falou que poderia entregar naquela mesma tarde. Deu-lhe um cartão em que estava escrito “Charles Fergusson”, com o endereço de uma casa ali nos arredores.

Inocente, o depoente despediu-se do almoço, correu a casa e trouxe as canetas. Esqueceu uma delas em casa, porque a havia usado, mas chegou à tal casa, que é um misto de loja e casa de Charles. Entrou e estava repleto de obras de arte, que Charles apresentou. Charles mostrou algumas suas próprias canetas, disse que fazia reformas nelas. Realmente, havia muitas canetas ali. Charles deu-lhe o dinheiro para contar, e o depoente, ao receber sete maços de mil dólares, em notas de vinte, disse, exatamente nestes termos: “Eu não sabia que valiam tanto”, ao que o Charles, antes Carlos, respondeu: “Para mim, valem”. Redigiram um documento de venda, em que o depoente se declarou herdeiro e trocava todas as canetas por sete mil dólares, ou seu equivalente em reais. Com o dinheiro, o depoente despediu-se e Charles lhe apertou a mão, já à porta de saída, dizendo: “Tenho certeza de que você fez um bom negócio”. O depoente gastou os dólares em compras e investiu em seu negócio de corretagem. Para resumir o que segue: no dia seguinte, telefona ao depoente uma pessoa de nome Joaquina, que se dizia restauradora de móveis antigos em Minas Gerais. Disse Joaquina que estava de posse de um móvel pertencente ao tio-avô do depoente, em que ele guardava as canetas; disse também que o móvel estava com ela, em sua oficina, para restauração, e que já estava pronto para ser recolhido; que o depoente teria de buscá-lo; o depoente respondeu que seu tio-avô havia falecido, e que ele não tinha herdado qualquer móvel; que o móvel era das freiras que tomassem a casa, que elas pagassem a restauração, pois além de tudo tinham herdado a conta bancária. Além do mais, disse o depoente à interlocutora ao telefone, em sua casa não cabia sequer um cinzeiro, quem dirá um móvel colonial. Joaquina respondeu ao depoente que não lhe devia qualquer dinheiro, que o tio-avô já havia pago pela restauração realizada; disse também que entedia que o móvel deveria acompanhar as canetas, porque era adaptado como mostrador delas; e que, tendo lugar ou não, seria interessante ter a tal coleção dentro do móvel, porque este, o móvel, era uma peça do século XVI, européia. Foi quando o depoente disse que já havia vendido as canetas, e a restauradora se espantou, com estas palavras: “Mas já?”, e o depoente disse “sim, ontem as vendi. Os móveis terão de servir para outra coisa. Mas quanto conseguiria por esse móvel?”, e o depoente perguntou porque pensava em vendê-lo a Charles, que detinha já a coleção. Foi quando, diz o depoente, a

interlocutora questionou: “Por curiosidade, por quanto vendeste a coleção de canetas?”, e o depoente respondeu, em sua pura inocência: “Consegui sete mil dólares”. A restauradora desligou o telefone de imediato sem dizer sequer adeus. A partir daí, o celular do depoente não mais parou de tocar. Muitas pessoas distintas querendo saber da venda. Um deles se apresentou ao telefone como “Presidente do Clube das Canetas”. Esse homem disse ao depoente que o tal Charles havia com certeza aplicado um golpe, porque Charles sabia exatamente quanto valia a coleção. E então o homem pronunciou ao depoente: “No mínimo, quinhentos mil dólares”. Repete o depoente: “Meio milhão de dólares, por setenta e oito ou setenta e nove canetas”. O depoente deu-se conta então, somando-se as informações que então muitos lhe davam, que Charles já estaria negociando a venda em algum leiloeiro, “em Londres ou em Genebra”. O depoente se entende então vítima de um engendrado golpe. O golpista, sabedor do valor do quanto tinha, aproximou-se como amigo do avô (tio-avô, mas bem dizer avô de verdade) e, aproveitando-se da inocência do depoente, de sua ignorância sobre a coleção, ofertou valor irrisório, sempre ocultando, como verdadeiro estelionatário, a informação principal que detinha, acerca da fortuna pela qual eram avaliadas aquelas peças.

Lírio Macieira, economista, 63 anos.

Quando soubemos da morte de Euzébio Calatrava, nós, do Clube das Canetas – um pequeno e seletto clube de fãs que se reúne quinzenalmente em lugares distintos (muitas vezes na própria casa do Dr. Calatrava), em que participam políticos honrados, médicos distintos, desembargadores com sensibilidade artística, dentre outros – pensamos em alugar um espaço para fazer a exposição das suas peças, as canetas, para o grande público. Imaginávamos que, com a morte do Dr. Euzébio, quem herdasse aquele tesouro o venderia para algum colecionador europeu. Quer dizer, colecionador europeu, chinês ou árabe, mas na Europa. Então, vê-la pela última vez – ou pela primeira, no caso do grande público – seria um acontecimento memorável. Já estávamos até mesmo em contato com a fábrica das canetas *Genève*, aliás uma das maiores interessadas em adquirir, para seu museu, aquelas suas primeiras e raríssimas obras de arte. Liguei para o advogado que cuidava da sucessão dos bens, e ele me disse que já havia entre-

gue as canetas ao herdeiro, o Romeu. “Homem de sorte esse Romeu!”, pensei. Perguntei do móvel em que estavam as canetas, porque queria colocá-lo também na exposição, e o advogado disse que não sabia de móvel nenhum, então me lembrei que um dos nossos sócios havia comentado que o tal baú medieval estava em restauração, em uma grande especialista de Minas Gerais. Liguei para a restauradora, Joaquina, e me apresentei como interessado em, talvez, resgatar o tal móvel, se não houvesse interessados. É algo lindo, valioso, adaptado para mostrar canetas. Ficaria estupendo na sede do nosso clube, que um dia existirá. Sim, nosso sonho é fazer uma sede própria, pois estamos ainda nos utilizando sempre de espaços emprestados. Mas fui eu a outros afazeres, porque tenho, claro, uma profissão a cuidar, sou responsável pelo banco Macieira, como devem saber. Estava em meu escritório quando me ligou a Joaquina, a restauradora, dizendo estar espantada, pois soubera que a coleção havia sido vendida por sete mil dólares! Ela contou que havia ligado para o herdeiro das canetas diretamente, o tal Romeu, a fim de entregar o móvel (então não quis vendê-lo para mim) e ficou sabendo desse absurdo. Desse golpe. O que mais eu posso dizer? Que o Charles, que comprou, é um oportunista. Frequentemente nosso clube, mas sempre fazendo negócios escusos, importando e exportando canetas e pequenas peças de reposição, que traz e leva em avião no bolso da própria jaqueta. E vive pesquisando na internet, ou em outros meios, sempre isso: herdeiros que não sabem o que têm em mãos. Mas dessa vez ele exagerou, deu a sorte grande e, ademais, foi ágil como um relâmpago. Ou o grande golpe, não sei. Explico rapidamente: um objeto de coleção tem vários fatores que lhe somam ou retiram valor. Mas vou ficar em três: a raridade, o estado de conservação e o critério pelo qual se monta a coleção. Além de outros como o material, mas isso aqui importa menos. A coleção de Calatrava tinha os três requisitos em nível inigualável. Ele conseguiu juntar todas as setenta e oito canetas da *Genève* criadas a partir de 1914 pelo seu principal estilista. Tinha, então, esse critério de coleção fixo e determinado. Embora nunca o revelasse, porque o Professor era humilde nesse ponto, passou toda a vida buscando tais peças. Era obcecado por isso, mais que pelo Direito, acredite. Certa vez, foi até Madrid ou Paris, correndo mais que a formiga atômica, onde um herdeiro tinha “a” caneta que lhe faltava à coleção: velho pai, soldado na guerra, havia

pego a caneta como objeto de pilhagem de alguma casa de simpatizante nazista, que por sua vez roubara de algum judeu, e por aí vai. Acho que a história é assim, não sei bem. De qualquer modo, foi o que fez para adquirir a última a peça de sua coleção, que demorou anos a encontrar. Um colecionador não “junta” canetas, ele as “colecciona”. *Aquela* caneta fazia parte de seu estreito critério, então valia muito mais que uma viagem à Europa. Note que, individualmente, elas nem são tão caras, embora valham bastante se colocadas perto dos colecionadores. Mesmo assim, quanto vale *meia* coleção? Muito pouco, porque só adquire interesse a quem tem ou pode adquirir a outra metade. Faz dez meses, o Dr. Calatrava fez uma recepção. Ofereceu uma festa em sua casa. Serviu vinho, vinho do Porto, comida de belíssimo paladar. Depois nos levou à sala onde estava seu móvel, com exatamente 78 espaços para caneta, fez soar algo como uma sinfonia em um som todo preparador e veio, cenográfico, sustentando com a mão esquerda (a direita segurava sua muleta) uma almofada de seda branca em que repousava sua última aquisição: “Senhores, eu lhes apresento a septuagésima oitava!”, e todos aplaudimos. Era a trelha de ouro que termina o castelo: a coleção estava completa! Depositou no móvel e nós aplaudimos mais. Fechou o vidro do móvel como quem cerra um sarcófago: dali elas não saem mais. É a grande coleção. O móvel era um presente de um amigo, não sei, sei que valia bastante também, que era antigo, mas não era o objeto da coleção. Faz dois meses, a Genève, com a documentação da caneta 78 que lhe foi enviada, concedeu a distinção de “melhor coleção do mundo” a Calatrava. Para nós, do clube, é um orgulho. Participamos disso. Então fizemos uma vaquinha e ofertamos a Calatrava uma caneta Genève nova, em ouro e rubis. Linda, mas que, claro, em termos de valor colecionável, é insignificante. Foi algo simbólico. Fizemos um pedestal escrito: “a caneta 79” e lhe demos, como para demonstrar mesmo que a coleção estava completa. Foi uma bonita festa. Acho que foi aí que ele resolveu restaurar o móvel, porque tentamos convencê-lo de que o mundo deveria ver aquela coleção, então ele queria cuidar melhor da embalagem, entende? Bom, quanto vale a coleção? É impossível saber. Não tem preço. Calatrava comentou uma vez que a Genève, para completar seu museu, tinha lhe oferecido 500mil Euros na coleção toda. Mas era na época em que ainda faltava a última peça, essa que nós apelidamos

de caneta 78. Com a 78, somado ao certificado da fábrica de “melhor coleção do mundo”, vale muito mais. Se é colocado em um bom leilão, o preço é incalculável. Só o momento dirá: dá a sorte de que comparem no certame um milionários do petróleo e um chinês dono das fábricas de tecido e computador, que amem as canetas e quem sabe a quanto chega? Ninguém. Falo como banqueiro, acostumado aos grandes valores. Calhou de o móvel estar em reforma quando o Dr. Calatrava morreu, meio de surpresa, porque parecia ter boa saúde apesar da idade. Foi questão de momento, porque Dr. Calatrava recolhera todas as peças de modo pouco apresentável, pelo que sei em um grande saco plástico, e longe do tal certificado. O sobrinho achou que não valia nada, e o Charles chegou primeiro. Primeiro, digo, antes que nós informássemos o que era de fato a herança. Em nosso clube, na sessão do próximo sábado, que será em minha casa, outorgaremos a Charles o título de *Persona non Grata*. Nosso clube se baseia em princípios de lealdade e honestidade. Charles foi extremamente desonesto, porque pagou pela coleção um preço que ele sabia vil. E, pelo que fiquei sabendo, para isso montou todo um *mise-en-scène*, para que o pobre herdeiro cresse que estava a receber um dinheiro grande por aquilo que nada valia. Eu acho que é crime, mas não sou juiz. Não sou criança, em todo o lugar há comerciantes como Charles, e diria até que são imprescindíveis para que se complete uma coleção. Mas há regras éticas e limites. Até os banqueiros, acreditem, respeitam limites éticos. Estou falando sério, é verdade.

Charles Fergusson, 59 anos, comerciante

O que eu devo esclarecer é que meu trabalho se baseia no comércio, e em especial no comércio de produtos de preço muito volátil. Algumas vezes, incalculável. Ganho dinheiro, mas também perco dinheiro em meus negócios e, quando isso acontece, não venho me queixar na delegacia de polícia. Minto. Vim uma vez, porque um cidadão me vendeu um relógio falso. Por fora, um bellissimo relógio de ouro. Todo original, ponteiros em ouro, deveria valer uma fortuna. Paguei muito por ele. Quando abri, dentro do tal mostrador repousava uma máquina japonesa de quartzo, tic-tac. Um cirurgião, hoje renomado, aprontou essa para mim, acreditam? Em tal caso, sim, havia um estelionato, estou errado? O fulano tomou seu relógio que não funcio-

nava, que provavelmente não tinha conserto – ou que tinha mas não quis pagar por ele-, arrancou seu coração e meteu um motor novo, que no centro da cidade vale trinta reais. Então me vendeu como tesouro de família. Ou comprou o relógio já falsificado, mas, em lugar de agüentar o golpe, repassou-o para outro trouxa. Eu, no caso. Nada que ver com o que ocorreu com a assim chamada Coleção Calatrava. Tomei ciência do texto do depoimento do Romeu Calatrava, e posso dizer que avalizo tudo o que ele disse, no que me é possível. Ou seja, confirmo nosso diálogo, tal como está. Mas existem muitos detalhes que os senhores não sabem. Que eu devo contar aqui, caso contrário ele passa por um retardado desconhecedor do mundo, e não é bem assim. Começemos: eu soube da morte do Professor Calatrava pelos jornais. Demorei uns dias para descobrir com quem estava o inventário do falecido, mas isso faz parte da minha profissão: contatar os herdeiros, que geralmente não nutrem o mesmo carinho pelos objetos de arte dos seus antepassados. Isso ocorre muito hoje, porque antigamente as pessoas conviviam mais em família e então sabiam dos gostos dos ascendentes, do valor de o que tinham, de cada objeto da casa, tudo o mais. Hoje mudou tudo, o descendente não estuda a arte, não valoriza nada que não tenha liquidez, desconhece absolutamente aquilo pelo que, sem exagero, o antepassado dedicou sua vida. Ou mesmo não têm espaço em casa para guardar o que eles chamam de “tranqueiras”, e que podem ser verdadeiros tesouros. Mas o contrário também ocorre, com frequência: herdeiros que conhecem meu trabalho (porque tenho um nome no mercado como comprador de objetos antigos, e creio que isso deva ser considerado) procuram-me com coleções que não valem nada, desejando que eu ofereça fortuna por elas: selos podres, canetas sem qualquer distinção, moedas oxidadas, vinhos velhos que sequer servem de tempero de salada. Então, o que quero dizer é que se trata de um negócio de oportunidade, e se meu trabalho for criminoso, é melhor fechar a bolsa de valores e colocar todo e qualquer corretor bursátil detrás das grades. Falando aliás em corretagem, vamos a alguns fatos, e pode comparar com o depoimento do Romeu, que na cronologia vai bater. Eu liguei pra ele propondo a compra das canetas. Ele mal me deu atenção, para não dizer que me destratou mesmo, porque pelo que apurei a vida dele é essa montanha russa: um dia está bem de dinheiro e despreza a todos, horas depois

vai à bancarrota e então se transforma em um pobre inocente que precisa de ajuda, por amor de Deus. Bom, ao que parece eu fiz meu primeiro contato quando era seu dia de bonança, e portanto ele me tratou como se eu fora um chato vendedor de enciclopédias, ou um agente de *telemarketing* que liga para ofertar serviços de banco. Eu queria falar de canetas e ele, sem exagero, me ofereceu um Fusca velho como se fora um carro antigo. Negócio é oportunidade, como no esporte, um dia do touro, outro do toureiro, fazer o quê? Fiquei quieto. Menos de uma semana depois, recebo em minha loja uma ligação de uma senhora que se chama Eva. Ela me diz que vai me oferecer um grande negócio, mas quer uma comissão. Eu respondo a ela que quinze por cento é de lei, se o negócio fecha, desde que seja lícito. Tenho que alertar porque, nessa minha vida, já apareceu até proposta de comprar entorpecente. Mercadoria roubada aparece com freqüência, portanto qualquer conversa de negócios é antecedida por essa minha consciente advertência. Mas falávamos de comissão: ela me diz, ali ao telefone, que quer cinquenta por cento. Respondo-lhe que ela ligou para a pessoa errada (pensei logo em mercadoria roubada), mas ela pede que eu me tranquilize um momento e a escute. Sem problemas, eu escuto. Escutar também é parte do comércio de valores voláteis. Eva diz que o primo dela herdou a valiosíssima Coleção Calatrava. Ela não ignorava o que era, bem ao contrário. Eu a interrompi dizendo, logo, que sabia da coleção e que, se o tal primo dela era o “Romeu”, que desistisse, porque ele não queria desfazer-se das peças. Mas ela me garantiu que a situação mudara, e que, com a informação de que só ela dispunha, e que custava a gigantesca comissão, eu conseguiria convencer o herdeiro à venda. Mas teria que ser algo imediato. Antes que me criticquem, conseguir argumentos para convencer alguém à venda não é crime, e todos fazemos. Vendedores, advogados, diplomatas. Colecionadores, então, dominam incrivelmente essa arte. Sigo: Eva realmente estava empenhada, porque em menos de meia hora apareceu em minha loja, para expor sobre os negócios. Olhou as peças que exponho à venda, deu para notar que ela conhecia algo das canetas, não era ignorante. Eva me contou que o primo Romeu, na noite anterior, estivera em seu apartamento. Romeu pedia urgentemente dinheiro emprestado, quase aos prantos. O que ocorrera? Nessas horas a verdade começa a aparecer, principalmente porque Eva parecia aborrecidíssima

por não haver herdado a coleção. Estava em seus olhos, “Centenas de horas que investi para conseguir aquela herança”, ela disse. Assim é o ser humano, cheio de vícios. Falando neles: Romeu sempre foi um vagabundo, boa pinta e simpático, porém vagabundo. Tanto que o apelido dele lá no bairro é Sinuca, pergunte por Romeu e ninguém saberá quem é. Frequentou por seis meses uma Faculdade de direito qualquer, mas nem deve ter aparecido na aula. Essas informações me vêm porque são importantes para o negócio, não tenho nada a ver com a vida pessoal de ninguém, apenas o suficiente para a conversa que eu planejava, que nós planejávamos. Bom, era um vagabundo, metido a estelionatário, ou melhor, a espertalhão. E, ultimamente, mantinha e ainda deve manter uma banca de jogo do bicho, em um bairro da Zona Norte. A tal corretagem animal, a “fauna equatorial” a que ele se refere, então, é o jogo do bicho. Só que, para ele, não bastava a tal comissão do jogo ilegal, ele queria ser mais esperto, queria ser um banqueiro do bicho, talvez passar a perna no próprio patrão, que deve ser o Sr. João Tremeterra. Digo isso apenas porque toda a imprensa fala que ele é o chefe do jogo ilícito na cidade, não é assim? Tenho intimidade com isso porque trabalhei em Las Vegas quando era adolescente, conheço esse meio e seu risco. Digo, antes que me acusem de ser bicheiro também: em Las Vegas o jogo é legal. Mas o que então fazia, pelo relato de sua prima Eva, o ambicioso Romeu? Sonegava o repasse das apostas ao banqueiro, ficando com o dinheiro. Fez isso algum tempo e levava uma vida razoável. Como bom vagabundo, gastava tudo o que tinha. Aparentemente, naquele primeiro dia em que eu lhe chamara ele podia comprar seu uísque e seu charuto. Digo isso porque seu terno, quando o encontrei pessoalmente, fedía a ranço de tabaco negro. Mas Eva relatou-me que isso acabou no momento em que uma das apostas, que ele deixou de repassar ao grande banqueiro do jogo, ganhou a sorte grande. Deu na cabeça, como dizem. Assim, disse-me Eva que Romeu estava em apuros porque que pagar nada menos que 150 vezes o valor da aposta, que significava vinte mil reais. E ele, Romeu, não tinha isso. Correu, pegou dinheiro com um agiota que lhe cobrava dez por cento à semana, pagou o prêmio mas não dispunha de qualquer perspectiva de fazer dinheiro rápido. Rápido porque, nessa taxa de juros, o tempo é o principal inimigo, e o agiota não cobra seu empréstimo exatamente em uma ação de execução, entende? Bom, em

alguns casos extremos pode ser uma ação de execução. Romeu procurou Eva, portanto, no mais absoluto desespero, tanto que fez o relato dessa vergonhosa situação a uma prima com quem não tinha a menor intimidade. E por que procurou justo Eva? Essa é a grande questão. Porque no testamento do doutor Calatrava dizia que ela havia herdado a casa de campo do tio-avô, e ele, Romeu, auto-intitulando-se sobrinho predileto, pobre, apenas uma coleção de canetas velhas, envoltas em um saco de lixo. Palavras dele a Eva: “Canetas velhas, uma injustiça”. Agora já se compreende tudo, não? Eva, que freqüentava a casa do tio-avô, detinha, como eu disse, boa noção de o que eram essas canetas, que superavam o valor da casa; mas, claro, calou a informação. Não sei se essa omissão foi, como família, uma atitude honrada, mas tampouco a entendo criminosa. Pelo que entendi, Eva limitou-se a perguntar quanto saldaria a dívida do primo, e Romeu disse que conseguira juntar seis mil reais, portanto precisaria de mais catorze mil, chegando aos vinte. No câmbio¹¹, exatamente os sete mil dólares que eu lhe dei. Eva não estava errada quando, conforme me contou, pensou rápido que, se ela mesma quisesse comprar as canetas, ele suspeitaria de algo. Por orgulho, por desconfiança da prima. Foi quando ele soltou, ainda se queixando da coleção, que o único interessado por ela era um amigo antigo do avô, que certamente não seria mais que outro pobre colecionador de velharias em saco plástico. E o amigo antigo do tio-avô, claro, era eu, Charles Fergusson. Resumo: Eva queria me dizer que, se eu ligasse naquele momento e oferecesse justo o que salvaria a pele do pequeno-bicheiro azarado, levaria a coleção. E o lucro, quando houvesse a venda, seria dividido. As informações e previsões de Eva eram absolutamente verdadeiras, porque eu liguei de novo para o sobrinho, só perguntando se ele tinha repensado, que talvez valesse ouvir minha oferta. Ele veio correndo, sem as canetas mas vestindo o tal terno fedorento. Ofereci os sete mil dólares, e ele então trouxe 78 canetas. O grosso da coleção. Mas e a caneta 79? A caneta 79 o esperalhão não trouxe, como se eu não soubesse da sua existência. Porque era uma caneta nova, com ouro e rubi, e então ele achou que seria a

¹¹ Nota do autor: evidentemente, este câmbio pode variar, com o decorrer do tempo. Pode-se para tanto utilizar apenas o preço em dólares, porque alguma *referência* de valor é essencial ao exercício.

única valiosa. Ou talvez foi a primeira que vendera, às pressas, pra pagar o tal agiota, não sei. Eu fingi que não notei falta, aquela peça era bonita mas tecnicamente não fazia parte da coleção: era uma caneta nova que o Clube das Canetas havia concedido a Calatrava por haver tão rapidamente ganho o reconhecimento da Genève como melhor coleção do mundo, ao menos da marca. Só conto isso pra reforçar que ele não é tão inocente como quer fazer parecer, porque subtraí da coleção a caneta que ele achava mais valiosa. No diálogo que tivemos, eu não menti. Não poderia dizer para ele algo do tipo “eu estou fazendo um excelente negócio para mim e péssimo para você”, até porque nem seria verdade: eu estava salvando a vida dele e, não fora eu, talvez ele estivesse hoje sem algumas falanges dos dedos, entende o que digo? Sem uma orelha. Pois então. Sob esse ponto de vista, ele fez um ótimo negócio, não? Ele me perguntou se eu sabia quanto valia a coleção e eu disse que não, e é a mais absoluta verdade. Ninguém sabe, em se tratando daquilo qualquer estimativa é mera especulação. O que eu lembro de ter dito a ele é que valiam muito mais para o Doutor Euzébio Calatrava, para ele subjetivamente. E isso é verdade porque, do contrário, o velho professor as haveria vendido também, porque há provas mais do que contundentes de que ele bem previa o momento de sua morte. Tratava-se de um senhor de noventa e tantos anos. Não dei golpe algum, fiz apenas um bom negócio para mim. E vou pagar a Eva, mas não a encontro para a entrega dos seus caríssimos 50% de comissão, que ainda acho que posso renegociar. Telefonou-me uma senhora que se apresentou como “amiga” da Eva, dizendo que viria buscar o dinheiro em nome dela, porque Eva estaria hospitalizada por um acidente doméstico. Havia sido atacada pelo próprio cachorro. Estou velho demais para cair nessas histórias. E disse: Eva tem aqui trezentos mil dólares a receber, porque vendi a coleção por oitocentos, diretamente para a fábrica suíça. Menos os impostos. Entreguei a coleção e recebi o dinheiro, declarei tudo, e vou declarar a comissão de Eva. Ganhei também uma caneta de ouro e diamante (diamante!) da própria Genève, que está felicíssima com o negócio, porque agora tem todos seus modelos para mostrar no museu. A fábrica de canetas mais famosa da Europa reconhece meus préstimos, mas meus semi-amigos do clube de canetas me consideram *persona non grata*. O pessoal do Clube das Canetas é engraçado, entenda: eles não

gostam de gente como eu, porque faço comércio com aquilo que eles idolatram como amadores. Mas eles são gente rica, que, claro, não depende da coleção para ganhar dinheiro. Eu, ao contrário, sou profissional e vendo canetas a todos eles. Vendo, conserto. Quando precisam de mim, me tratam como um semi-deus; quando cobro meu preço, dizem que sou um velhaco sem escrúpulos. Onde eu fico? Sou um comerciante e, embora ame as antiguidades, elas são o meu pão, não posso me apegar: poderia, por exemplo, ter vendido a coleção por muito mais em um leilão internacional, mas tive que fazer dinheiro rápido, até mesmo para pagar a desaparecida comissionada. Negócio. Quando tenho prejuízo, ninguém lembra de mim. Quando tenho lucro, a polícia vem à minha porta.

Romeu Calatrava, em novo depoimento.

Volta a depor para esclarecer alguns pontos, depois de ter conhecimento das declarações do reputado autor dos fatos, Charles Fergusson. O depoente reitera haver sido vitimado por um golpe, e agora compreende a participação da própria prima. Ligou para Eva, mas no celular atende uma amiga que diz que ela está hospitalizada. O depoente sequer quis perguntar pelo motivo da internação. Ao que saiba o depoente, a prima não tem problemas de saúde. Não tinha, porque se agora está no hospital.. Sobre os fatos: realmente, lembrando bem, ele não foi ao restaurante com Charles, estava um pouco nervoso e confuso quando veio declarar a primeira vez. Mas nota o depoente que Charles e Eva se concertaram para enganá-lo, aproveitando um momento de fragilidade pessoal para comprar algo por menos de 5% de o que sabiam ser o valor de mercado. Tudo forjado e cronometrado para conduzi-lo ao engano. Um teatro calculado passo a passo, um verdadeiro golpe. Quanto à atividade a que se dedica, o declarante nega ser agente do jogo ilegal. Mas que, mesmo que fosse, isso não dá direito a que estelionatários se aproveitem dele. Sua prima mentiu sobre o valor das canetas, portanto, ou omitiu, porque poderia facilmente ter dito que a parte da herança que o depoente recebera saldaria a dívida que ele, o depoente, momentaneamente adquirira. Portanto, o depoente confirma haver estado na casa de sua prima Eva em busca do empréstimo, momento que desatou, na prima, toda a idéia do golpe, aprimorada por Carlos, que depois veio a chamar-se

Charles. Diz o depoente que ela, Eva, freqüentando a casa do tio-avô, sabia do valor da coleção. Calou e foi atrás de outro comprador para o tesouro. É isso. De fato, fez apenas um semestre de faculdade, mas já refez a matrícula para o próximo ano. O depoente faz juntar uma cópia do documento que ganhou do Clube das Canetas. Dos Caneteiros.

Diploma do Clube dos Caneteiros

Nós, membros do honorável Clube dos Caneteiros da *Metrópole*, outorgamos o título de **Persona non Grata** a Charles Fergusson, por haver violado os princípios de lealdade que orientam esta antiga, tradicional e honrada agremiação, ao comprar por preço vil a mais valiosa coleção de canetas *Genève*, que pertencera a nosso sócio-fundador-remido e Presidente *Honoris Causa*, Professor Euzébio Calatrava. Ao mesmo tempo, desagravamos seu sobrinho-neto, Romeu Calatrava, vitimado pelo espírito mercantil e desonesto que esta agremiação repudia. O desonroso título e o respectivo desagravo ficarão gravados na ata de nossa 120a. reunião ordinária, realizada em 16.02. deste ano.

Tarefa: estabeleça a situação jurídico-penal de **Charles Fergusson** apenas, desprezando a eventual participação de Eva Calatrava, que ainda será investigada, quando deixar o hospital em que de fato se encontra internada, em virtude de um acidente doméstico com animal de estimação.

Personagens:

Euzébio Calatava, falecido aos 92 anos (vide **Casos 05 e 10**).

Romeu Calatrava, 31 anos (vide **Caso 09**).

Eva Calatrava, 36 anos.

Lírio Macieira, economista, 63 anos, presidente do Clube das Canetas.

Charles Fergusson, 59 anos, comerciante.



Caso 09

A conta de Tremeterra

Resumo: A governanta da residência do mais famoso contraventor da metrópole, João Tremeterra, abre uma conta-corrente milionária em determinada agência bancária. Ela declara, entretanto, que o dinheiro era utilizado apenas pelo contraventor, mas que, ao emprestar a ele seu nome, não acreditava cometer qualquer delito. O gerente da tal agência confessa que sabia não pertencerem os valores manejados à titular nominal da conta, porém informa que não se entendia obrigado a quebrar o sigilo para denunciar o fato às autoridades. Nesse intervalo, há uma relevante alteração na lei de lavagem de dinheiro.

Complexidade: Média.

Temas: Tempo do Crime – Lei Penal no Tempo – Lei penal no tempo e espécies de delito – Erro de Proibição – Delitos de Dever – Culpabilidade: Exigibilidade de Conduta Diversa – Lavagem de Dinheiro – Contravenção Penal – Responsabilidade pela organização – *Compliance* – Concurso de Agentes.



CASO 09:

A Conta de Tremeterra

Temas:

Tempo do Crime – Lei Penal no Tempo – Lei penal no tempo e espécies de delito – Erro de Proibição – Delitos de Dever – Culpabilidade: Exigibilidade de Conduta Diversa – Lavagem de Dinheiro – Contravenção Penal – Responsabilidade pela organização – *Compliance* – Concurso de Agentes.

SUGESTÃO DE RESOLUÇÃO

Este é o único exercício em que existe uma fixação estrita de **datas**, para que se trabalhe com o tema da **lei penal no tempo**. Talvez nem seja esse o tema principal de discussão, mas com certeza é um deles. A alteração – durante a manutenção de uma conta-corrente possivelmente utilizada para disfarçar a origem ilícita dos bens – da lei de lavagem de dinheiro, por conta da entrada em vigor, em 09/07/2012, da Lei 12.683 de 2012. Como se trata de dispositivo específico, ao fim do exercício é copiado trecho relevante dessa lei.

Mas também o exercício faz entrar em debate eventual **erro de proibição**, e o tema da extensão do dever profissional, na organização da própria empresa, o tão debatido *compliance*. Para a parte geral, cuida-se então de um exercício com temática variada. Propositadamente não há muitas informações acerca do passado de um dos principais personagens, a ser acusado de lavagem de dinheiro, pois é tema a ser debatido o vínculo da lavagem com a comprovação do crime antecedente.

Deve-se então simular um julgamento por uma câmara, de 05 julgadores. Em geral, escolhe-se uma equipe de acusação, composta de ao menos três alunos, que se encarregarão de *formular uma denúncia escrita* e encaminhá-la ao mediador (vide instruções gerais) para que os defensores tenham acesso a ela. Formulada a denúncia, é marcada data para julgamento, que contará com fala dos seguintes atuantes:

01. Acusador (sugere-se 03 componentes).
02. Defesa de S. Corelli (réu principal).
03. Defesa de Vânia Fontes.
04. Defesa de Tremeterra.
05. Defesa de Romeu Calatrava (desaparecido – defensor dativo).
06. Julgadores (sugeridos 05).

Total de participantes: **12 alunos**.

Tempo estimado de debates: **01h30** ou mais, com 15 min. de fala para cada parte.

As investigações policiais descobriram que Vânia Fontes, aos seus 33 anos, abriu uma conta poupança na Agência Centro do Banco Macieira, em **22 de janeiro de 2009**. Fez, logo para inaugurar a conta, um depósito de mais de cinco milhões e meio de reais – o equivalente a quase três milhões de dólares, em dinheiro. A conta seguiu sendo movimentada por alguns anos, até que foi bloqueada, por ordem judicial, no dia **19 de setembro de 2013**¹². O motivo é, segundo o mandado, a utilização da conta-corrente para lavagem de dinheiro. A ordem judicial de bloqueio atendeu ao pedido feito pelo Ministério Público, que abaixo se transcreve:

Excelentíssimo Senhor Juiz,

As investigações perpetradas pela Polícia e, principalmente, por este Ministério Público, dão conta da utilização da conta 300/2009, da Agência Centro do Banco Macieira, como uma das mais importantes contas usadas para a movimentação e lavagem do dinheiro ob-

¹² Nota do Autor: Este caso é o único em que aparece o ano do fato. Isso ocorre por conta do trabalho com a alteração legislativa da lavagem de dinheiro no Brasil, pois a lei penal no tempo é parte do exercício.

tido pelo jogo ilegal. Em 22 de janeiro de 2009, a conta foi inaugurada mediante um depósito, de origem jamais referida, de um valor de R\$ **5.650.000,00** (cinco milhões, seiscentos e cinqüenta mil reais), em moeda corrente. Aponta a investigação, pela análise do extrato enviado pelo banco aos autos – em obediência à determinação desse Digno Juízo – que a conta é movimentada principalmente à última sexta-feira do mês, com depósitos entre 200.000,00 e R\$ 1.500.000,00 (duzentos mil e um milhão e quinhentos mil reais).

Conforme se vem investigando neste procedimento, a conta é, de fato, utilizada por João Tremeterra, o chefe maior do jogo do bicho e das máquinas caça-níqueis na cidade. Grosso modo, o jogo ilegal, tal qual se sabe, maneja em sua grande maioria dinheiro em espécie, daí que a conta é utilizada para o ingresso do lucro do mês, incorporando ao patrimônio do alcance pessoal de Tremeterra. Para tanto, utiliza-se de interposta pessoa.

Isso porque a conta corrente, cujo bloqueio agora se requer, é de titularidade de Vania Fontes, 38 anos, empregada doméstica. Trata-se da governanta da grande mansão Tremeterra, senhora que, ao que consta, não deve receber mais que dois salários mínimos ao mês. Incapaz, portanto, por si mesma, de dar origem econômica aos valores ali movimentados. Apenas como um dos exemplos mais evidentes de que a conta é utilizada para lavagem de dinheiro do jogo ilegal, temos que, no dia **25 de fevereiro de 2010**, uma transferência a partir da tal conta (frise-se, da empregada doméstica Vânia Fontes) faz ingressar na conta-corrente da Voe Bem Comércio de Aeronaves Ltda. o valor de 4.732.000,00 (quatro milhões, setecentos e trinta e dois mil reais), para a aquisição de uma aeronave. Tal aeronave segue em nome de Vânia Fontes, mas se trata, de fato, do luxuoso helicóptero que João Tremeterra usa para locomover-se pela metrópole, muitas vezes utilizando-se do heliporto que se encontra acima do prédio de seu escritório.

A conta-corrente é até hoje ativa, ao que se sabe, embora não constem movimentações a partir de junho de 2012. O saldo atual é de mais de dez milhões de reais, o equivalente a cinco milhões de dólares. Dez milhões de reais, em nome de Vânia, a governanta de Tremeterra. Nossas investigações continuam, no sentido de comprovação cabal do controle, por João Tremeterra, do jogo ilegal, mas o bloqueio da

referida conta milionária é urgente, a evitar que o bicheiro, que sabidamente tem informantes infiltrados no poder público, desapareça com a quantia.

Bloqueada a conta, as investigações alcançaram os principais envolvidos nas suspeitas transações financeiras. A primeira a ser questionada foi a titular da conta:

Vânia Fontes, 38 anos.

Eu mesma, Vânia Fontes. Antes de outra coisa, melhor esclarecer que ultimamente minha vida mudou bastante, tem mudado sempre. Cursei só até a quinta série, na época era o ginásial. Não consegui estudar mais, e hoje tenho trinta e oito anos e já trabalhei em tudo o que me apareceu: limpeza de banheiro de rodoviária, faxineira de hotel, caixa de supermercado e governanta da casa do Sr. João Tremeterra. Que eu lavava dinheiro pra mim é novidade, mas bem... A governanta é aquela que tem autoridade para comandar os demais empregados. Em uma casa gigantesca como aquela existem seis empregados fixos só para a limpeza, além de duas ou três cozinheiras, dois copeiros, dois jardineiros e uma babá. Isso quando não havia eventos. Festas, eu digo. Aí então tínhamos de garçons a garagistas, fora as mulheres contratadas para a diversão de todos por ali, entende? Bom, sobre elas eu não tinha autoridade, nem sobre os seguranças. Governanta deve ser dura, tem que ser a primeira a acordar, eu levantava às cinco da manhã, todos os dias, domingo a domingo; meu horário de me recolher era às 21h30, mas jamais o cumpri. Meia noite, normalmente, eu conseguia deixar tudo no jeito para o dia seguinte. Fazer o quê? Eu não trabalho mais lá, por problemas familiares. Porque eu morava na Mansão Tremeterra com meu marido Antonio e meu filho, Rodney. Meu marido chegou a prestar serviços gerais ali, depois passou a trabalhar fora, sem problemas. O problema era meu filho. Eu ficava trabalhando o dia todo e o menino lá dentro, vendo toda aquela riqueza, uma situação difícil. A verdade é que ele, pouco a pouco, se cercou das más companhias. E então, quando aconteciam essas festanças na casa do meu patrão, começavam a sumir objetos dos convidados, o que é inevitável, mas no fundo era eu quem deveria vigiar os empregados. Até que em uma madrugada me acordaram porque um convidado, delegado da polícia, estava ameaçando meu Rodney, eu corri e vi o tal

policial, bêbado, com o revólver na cara do meu menino, dizendo que ia atirar. Não disparou, claro, mas o Rodney tinha sido pego com o Rolex do convidado no bolso. É, furtando. Ele tinha uns treze anos de idade, e daí pra frente só piorou. Logo que eu consegui comprar minha casinha na periferia, pedi demissão e fui morar lá, com meu filho e meu marido. Isso foi no ano passado. Então, a questão da conta corrente. Eu já trabalhava fazia doze anos na Mansão Tremeterra, na mais absoluta confiança do meu patrão. Um dia ele me disse pra eu fazer um favor, que ele precisava meu nome pra abrir uma conta. Sem problema nenhum. Lembro bem que era começo de 2009, uma quinta-feira, porque quinta-feira era o dia de limpeza de piscinas e troca de lençóis, para preparar as orgias de sexta. Saímos de manhãzinha em dois carros. Em um deles, o senhor Tremeterra, o motorista e eu. No outro carro, que nos seguia, dois seguranças. Já na cidade, aproximou uma Kombi branca, que, depois eu vi, trazia outros empregados e o Sinuca, que naquele tempo era o braço direito do meu chefe. Fomos ao Banco Macieira, mas em uma sala que não parecia agência, ou não tem nada a ver com o que eu pensava que era um banco. Não tinha caixa, não tinha aquelas portas giratórias, o gerente veio nos receber na entrada, ofereceu café. Na sala estávamos os quatro: o gerente, meu patrão, o Sinuca e eu. Sinuca, acho que chama assim porque ele gasta todo o dinheiro no bilhar, apelido antigo. Isso, o nome dele é Romeu alguma coisa. Todos ficaram conversando, eu dei meus documentos na mão do Sinuca, que entregou para o gerente. Aí o Sinuca disse bem assim para o gerente: “Temos que agilizar a entrada, é perigoso”, e saiu da sala. Então eu logo vi que o Sinuca comandava, mandou o pessoal entrar com caixas e caixas de papelão fechadas, como se fosse assim mercadoria de escritório lacrada, dizia na caixa “folhas para impressora”, essas coisas. Conheço esse movimento, depois de anos ali na Mansão Tremeterra se aprende que dentro daquelas caixas fica o dinheiro vivo, mas olha, sinceramente, não achei que estava fazendo nada errado. Nada muito errado. Assinando aqueles papéis, digo. Pensei que emprestava meu nome pra ele ter mais uma conta sem ter de dizer que era um cara rico, só isso. O que mais tenho pra falar? Ficamos no banco não mais do que quarenta minutos, o gerente apertou minha mão e saímos todos. Entramos no carro em que viemos, a Kombi já tinha ido embora, o Sinuca foi no carro dos seguranças e

seguimos ao cartório. É, um cartório, igual desses que faz casamento, cópia autenticada. Ali estava um homem de terno, que me deu umas coisas para assinar, me falaram que era uma procuração, mas eu nem li. Assinei e só. Disso nunca mais tive outra notícia. Não, eu não sabia que eu era dona de uma conta milionária e muito menos de um helicóptero, eu tenho cara de quem tem helicóptero? Eu já vi sim esse helicóptero, o Tremendão. Tremendão é o helicóptero dele. Não lembro de ter assinado nada nos dias da compra do Tremendão, nem voei nele, também porque quando o meu patrão o comprou, eu já estava para pedir demissão. Foi, melhor lembrando, meses depois de eu conseguir adquirir minha casinha. Pedi demissão e fui morar na periferia, até agora estou desempregada. Seis meses depois que nos mudamos, meu filho, o Rodney, foi assassinado na porta de casa. Nem vou falar quem matou meu menino, porque corro sério risco, coisa de periferia, coisa em que ninguém quer se meter, nem vocês. Meu filho já era bandidinho, coitado, e eu tenho certeza de que quem estragou ele foi o meu ex-patrão, a vida que o menino tinha ali naquele castelo. Só vendo gente rica, só vendo coisa que o Rodney não podia ter. E muita gente ruim, de espírito sujo, entrava ali, gente de poder, mas que não vale nada, sabe? Gente da pior qualidade. Quando mataram meu filho, faz ano, eu voltei pra tirar satisfação com o meu ex-chefe. Meu marido é um banana, se conformou com a morte do nosso único filho, mas eu não. Não me arrisco à toa, mas não tenho medo de nada. Fui dizer pro meu ex-chefe que a culpa era dele, e que ele conhecia quem tinha matado meu filho; ou, se não conhecia, saberia ao menos como tirar uma satisfação, porque o Tremeterra manda prender e manda soltar. Manda em bandido e manda em polícia. Anos de mansão, eu sei quem frequenta ali. Acho que ele adivinhou o que eu tinha a tratar, porque nem ousou me receber. Fiquei dois dias plantada ali na porta da Mansão, ele só mandou recado por um maldito leão-de-chácara: “O patrão mandou dizer que atende a senhora quando estiver mais calma. E não vai ser hoje, nem amanhã, nem depois”. Até certo ponto, ele tinha razão. Deveria supor o que são os nervos de uma governanta que tem o filho assassinado. Passaram dois meses até que viesse em casa outro desses leões-de-chácara, e me colocasse no carro, dizendo que o meu ex-patrão precisava falar comigo. Confesso que foi uma viagem tensa, entrar assim em carro blindado com aquele sujeito pequenino, magri-

nho, esses são os mais perigosos. Ele não me levou à Mansão Tremeterra, sabe onde fui parar? Paramos no cartório, naquele mesmo perto do Banco Macieira. E meu ex-patrão não estava ali, estava um sujeito que eu jamais tinha visto, um gordo de barba, que me disse pra eu assinar outra procuração, desta vez pra ele, pro gordinho. Ao lado dele, o mesmo homem de terno, do cartório. Não esqueço um rosto. Simulei que estava calma e perguntei por que eu deveria fazer aquilo de novo, ele me disse deste jeito, “O Sinuca já não goza da confiança do Dr. Tremeterra. Está na lista cinza, por enquanto”. E o que eu tenho com isso, hein? Não assinei nada. Isso era, deixa eu lembrar...maio ou junho de 2012. Falei que não ia assinar e o gordo me disse “Tem certeza?”, eu respondi que precisava, antes, ter uma conversa com meu ex-patrão. “Preciso falar com ele, ele vai me atender, porque eu tenho um pedido importante e o Dr. Tremeterra sabe disso”. E saí andando. Aí o leãozinho magrinho veio atrás de mim e me levou de volta pra casa, eu reforcei o recado, “Diz pro Dr. Tremeterra que preciso falar com ele”. Só isso. Até agora, nada. Nenhum contato. Eu nunca mais soube dessa conta. Esclareço: até suspeitei que o que eu estava fazendo, quando assinei os papéis lá no banco, não era coisa muito correta, mas nunca pensei que fosse crime, já disse isso? Achei que era assim uma mentira, pra imprensa não ficar em cima do Tremeterra, noticiando que ele era rico, pra mulher não saber de todo o dinheiro que ele tinha. Era o que ele sempre repetia: a imprensa adora dizer que eu sou rico. Mas, crime? Cadeia por isso, por abrir conta em meu nome? E no cartório, então, o que havia de errado? Me explicaram o que era a procuração, que era pro Sinuca manejar a conta, só isso. Tudo feito com documento original meu, com selo de cartório, na frente de todo mundo, certinho. Juro, nunca suspeitei que fosse tão errado assim. “Lavagem de Dinheiro”, dez anos de cadeia, que é isso? Se suspeitasse que era essa coisa horrível, não faria. Volta praquilo que vocês falaram: é verdade que o Tremendão está no meu nome, é?

Em seguida, foi chamado o gerente da agência, que trouxe o seguinte depoimento:

Sérgio Corelli, 49 anos.

Sou economista formado. E sei bem de o que vou ser acusado, mas tenho algo o que dizer a respeito do tema. Primeiro, sou um sujeito de origem modesta, que batalhou pra chegar aonde estou hoje. Comecei

como *Office boy* do banco, aquelas histórias de novela mexicana que os senhores conhecem, fui subindo dentro do Banco Macieira, cursei economia em uma faculdade privada muito mal qualificada, toco em uma banda de rock que há alguns anos tentou renascer, em um show bastante tormentoso. Desperto todos os dias antes das seis da manhã, não durmo mais de quatro horas por noite. Acreditem, sou um indivíduo esforçado e, mais, algo que acho que conta aqui: me faço simpático. Porque o que me fez ser hoje o comandante da agência *ultra-prime-personal* do Banco Macieira, essa onde está a conta, bloqueada, da Vânia Fontes, é meu constante empenho para dar confiança ao cliente, e isso é algo que não repousa apenas na instituição. Porque as grandes empresas financeiras, como o Banco Macieira, são todas estandarizadas, ou seja, elas, na concorrência de mercado, acabam-se igualando, o diferencial é o trato humano. Pois então, faz treze anos que tenho o cargo de gerente, decerto não na mesma agência. Mas quando alguém se faz gerente já tem a oportunidade de contato direto com o cliente, e foi assim que consegui trazer, em meu nome e sob minha responsabilidade, as contas mais importantes que o Banco Macieira tem, em pessoas físicas. Ao menos, as contas mais importantes de pessoas físicas que o banco adquiriu depois de ter-me como gerente. Ou seja, talvez na hierarquia corporativa eu não seja grande coisa, mas não me afasto do contato direto com o cliente, e portanto ganho um dinheiro bastante razoável, porque sou comissionado. Comissionado das gigantescas contas pessoais. E qual o segredo? Pois então, o segredo é exatamente o segredo. Entende? O usuário da grande conta tem garantido o sigilo bancário, pelas senhas, máquinas e computadores, mas as pessoas... as pessoas são em geral falíveis, vaidosas, mentirosas e fofoqueiras. E os gerentes falam demais. O grande cliente sabe disso, e quando encontra um gerente que consegue ser, além de competente, simpático, atencioso e ao mesmo tempo ultra-discreto (o que são predicativos essenciais a outra profissão bem mais antiga mas talvez não tão socialmente aceita quanto a minha) não quer largá-lo. Sou apenas esse cara, que aprendeu desde menino que a regra da profissão é o silêncio. Veja, nunca deixei de mandar atenderem a uma ordem judicial, nem de colaborar com investigações, mas sempre nos estritos limites da determinação e com comunicação imediata ao cliente. E nesse ponto, se me é assim permitido, coloco em dúvida a

legitimidade da lei que me obriga a denunciar espontaneamente, quebrando todos meus valores, a um cliente. Denunciar por mera suspeita de algo que nenhum de nós bem sabe o que é. Esclareço: posso não ter estudado nas melhores universidades do País, mas não nego que minha qualificação para o que faço seja aprofundada. Graças ao Banco Macieira, aprendi idiomas, terminei minha faculdade, meu curso de finanças, aqui e nos Estados Unidos. É, não é apenas minha discrição que atrai clientes, são os resultados que propicio em seus investimentos, mas é esse também outro tema. No caso da conta-corrente da Vânia Fontes, o que eu tenho a dizer? Que sou obrigado a me colocar na posição de investigado, simplesmente para não ser compelido a responder se ela foi, ou não, a mim apresentada pessoalmente pelo famoso Sr. Tremeterra. Porque os dados da conta estão aí, disponíveis a todos, e os números, em regra, não mentem. Então, a conta comprova que existem depósitos regulares, no último dia do mês, e pelo que sei sua titular já esteve aqui, contando sua versão de o que ocorreu. Não tenho nada contra ela, e, porque quero falar a verdade, no limite de que não prejudique outras pessoas senão a mim mesmo, acho até que a versão que a Sra. Vânia concedeu para a abertura da conta deve ter sido muito próxima ao que realmente ocorreu. Essa senhora tinha o emprego que tinha, governanta de uma mansão, e, se eu fosse um gerente que me metesse em assuntos particulares do cliente, acho que até concordaria em reconhecer que ela traz toda a aparência de ser uma pessoa que jamais manejou dinheiro aos milhões. Mas quem trabalha com finanças bem conhece o que todos deveriam saber, que as aparências ludibriam muito, então somente se pode julgar a capacidade financeira de alguém quando ela mostra divisas. E as divisas que a Sra. Vânia trouxe eram bastante respeitáveis. Nesse sentido, e aqui vai a primeira parte do meu depoimento, ela seria sim uma pessoa que oficialmente mereceria toda a atenção de minha agência, construída com o propósito único de receber os grandes clientes pessoa-física. Cinco milhões e tanto em dinheiro: ela é, com perfeição, o alvo do meu trabalho, portanto seria, agora sim, uma gravíssima falta profissional que eu não viesse a atendê-la pessoalmente quando entrasse no banco. Afirmo então, para que não reste qualquer dúvida: eu estava presente no momento em que a Sra. Vania tramitou a abertura da conta em minha agência, que, se ela traz os

documentos corretos, não tarda quase nada. Naquele instante, ela não juntou procuração alguma, simplesmente porque a procuração precisa especificar o número da conta-corrente, que veio a existir apenas com o depósito. Isso mesmo: a conta foi aberta mediante o depósito milionário, tal qual imponho a qualquer pessoa física. Somente aceito na agência ultra-prime-personal aquele que demonstre, de imediato, trazer um bom aporte financeiro: nada de promessas de depósitos futuros que não chegam nunca. Não sei se isso interessa. Agora preciso voltar a colocar-me na condição de réu, porque, com justiça ou não, sei que sou eu o protagonista, o principal acusado de toda essa história. É impossível que eu afirme categoricamente que havia mais alguém acompanhando a Sra. Vânia no momento de abertura da conta, que ocorreu sim em minha sala, na minha presença. Não me recordo, são tantos clientes... creiam ou não, não me recordo e ponto. Deixando de recorrer à memória, que me apagou justo esse instante, posso tentar trilhar o que seria provável. A hipótese mais razoável, ou seja, que em uma cidade violenta como esta, ninguém transportaria mais de cinco milhões e meio, em dinheiro vivo, sozinha pela rua; pensando melhor, esse valor, nas notas mais altas do dinheiro nacional, caberia em uma mala bem grande, não em uma bolsinha de mulher. Por isso, provavelmente a Sra. Vânia estivesse acompanhada de alguém que a ajudasse a trazer os valores, mas não me recordo quem. Também é possível que o dinheiro entrasse disfarçado em caixas de papelão que indicassem outros conteúdos, por que não? É uma estratégia que até o governo usa, até o Exército, ou alguém crê que se transporta dinheiro em sacos com um cifrão desenhado, que reluzem tal qual ouro, como nos desenhos do Pica-Pau? Ora, por favor. Até para carros-fortes esses sacos estão em desuso. Pois bem, então de algum modo ela fez o depósito em espécie, e isso está documentado. Não fosse em espécie, necessitaríamos uma transferência desde outra instituição, e ela não existe. Esse sistema bancário não se burla, porque ele é controlado centavo a centavo pelo Banco Central, como garantia, mundial, da confiabilidade do mercado financeiro, de acordo? Agora, tentando suprir minha falha da memória, uma espécie de amnésia muito usual nos gerentes que sabem guardar segredo em um país livre, regressemos ao campo hipotético. Vamos supor que o Sr. **João Tremeterra** e o Sr. **Romeu Calatrava**, que dizem apelidar-se “Sinuca”

estivessem presentes no momento do depósito. Realizemos então o que deveria ser a cena. Eu estaria com três pessoas à minha frente. Tremeterra, Sinuca e Sra. Vânia, perfeito? E então me chega esse depósito. A Sra. Vânia me diz que o dinheiro vem de “economias pessoais”, que é exatamente o que eu preencho no documento de primeiro depósito, o qual por seu valor é, como foi, até o fim do dia enviado ao órgão fiscalizador do Banco Central. Logo, a pergunta que cabe: eu poderia suspeitar que o dinheiro provinha do jogo ilegal? Claro que sim. Porque todos os jornais noticiam, desde que eu era uma criança, que o Sr. João Tremeterra é o chefe do jogo do bicho na capital. Apesar disso, ao que eu saiba, até os dias de hoje não foi condenado em **nenhum** processo, pela contravenção. Repito: nenhum. Como eu sei disso? Porque figura em toda a imprensa, é só fazer uma busca pela internet: “João Tremeterra, bicheiro”, ou algo assim. Pode fazer agora. Vou-lhes contar uma história, que tem a ver com meu depoimento, um pequeno fato que ocorreu faz uns dois anos. Fui à Assembléia Legislativa. Era a visita a um deputado estadual, também rico, que eu desejava ter como cliente. Sentei no sofazinho na ante-sala do gabinete dele, aguardando o horário, porque os gerentes em visita sempre chegam antes da hora agendada, é uma regra da profissão. Pelo corredor do gabinete, entrou um sujeito vestido de garçom e me serviu um café. Logo atrás desse copeiro, uma senhora de seus quarenta e cinco anos. Ela puxou um boleto azulado e perguntou assim, abertamente, diante da secretária e de mim, se queríamos fazer apostas. “De quê?”, perguntei, “Do bicho, ué. Hoje é macaco na cabeça, vai por mim”. No corredor da Assembleia!, mas a história não pára por aí. Abriu a porta da sala do deputado (que acho que escutou a voz da senhora) e ele apareceu, todo feliz, nem me cumprimentou. Foi direto à mulher, dizendo “Macaco, não, cavalo. E coisa alta”. Entregou pra ela um maço de dinheiro, que ela meteu no bolso da calça, preencheu com a caneta algo no boleto azul e entregou ao deputado. Depois voltou-se a mim: “o senhor tem certeza que não joga hoje no macaco? Ou vai no palpite do cavalo?” Para fazer propaganda, o que é uma técnica de venda já visando à abordagem do cliente, eu disse: “não carrego dinheiro”, e puxei visivelmente o cartão do meu banco, porque isso fica na mente do futuro correntista, uma técnica visual aproveitando a presença do nosso parlamentar contraventor. Sabe o que a mulher fez? Pode adivi-

nhar? Aproximou-se para ver o que eu tinha em mãos e logo sacou da bolsa uma máquina sem fio de leitura de cartão de crédito e disse só assim: “Eu passo cartão também”. E onde? No gabinete de quem faz as nossas leis. Infelizmente, não lembro quem era o deputado, perdoem essa minha memória fraquíssima. Os senhores acreditam? Sim, acreditam, porque se formos à esquina em frente, podemos jogar no caça níquel e apostar no macaco, ou no cavalo. Não sei se tem pato no jogo do bicho, mas para mim seria hoje apropriado jogar no pato. Pato na cabeça! Ou bode, quem sabe? Quero dizer o seguinte: se nenhuma autoridade pública jamais conseguiu perseguir um cliente meu, porque não tem prova bastante de sua atividade ilegal, quem sou eu para fazer essa delação? E se eu acuso um cliente meu de exercer atividade eventualmente ilegal e ele exige que eu a comprove? Não comprovarei, porque ninguém nunca comprovou, e logo ele processará a mim e ao banco por dano moral. E sabe onde eu consigo arranjar emprego depois? Nem na banca do bicho. Então eu me limito a fazer o que deve ser feito, comunicar por escrito às autoridades financeiras as origens e os destinos das grandes movimentações, e seus motivos, mas a partir de o que meus clientes alegarem. Não sou um polígrafo, daqueles que testam verdades ou mentiras. Por exemplo, o tal do helicóptero. Custou milhões, e eu me lembro dessa transferência. Foi feita pelo Sr. Romeu Calatrava, com a tal procuração, lavrada e registrada publicamente em cartório. Qual o motivo alegado para a transferência de mais de quatro milhões e meio? “Compra de aeronave, para a titular da conta”. E o dinheiro efetivamente foi transferido para uma empresa, sólida, de venda de aeronaves. O que cabe ao gerente fazer, pedir o brevê de piloto da sra. Vânia? Desculpe, mas não haverá lei nenhuma que me transforme em detetive delator de meus clientes, sob minha própria conta e risco, mas voltemos ao helicóptero. Voltemos à internet. Todos sabem que se trata da aeronave do Dr. Tremeterra, mas todos sabem também que ela foi emprestada para a Defesa Civil, com piloto e tudo, para resgatar vítimas de enchente no ano passado, não foi isso? Deu em todos os jornais, o Tremendão sobrevoando a metrópole, salvando os desalojados. Naquele momento, ninguém perguntou como o bem havia sido comprado, nem em nome de quem figura, a pobre Sra. Vânia. Agora, a lei. No ano passado, quando mudou a lei de lavagem de dinheiro, o Dr. Waldir, advogado responsável pelo jurídico da agên-

cia, deu a mim e a outros dois funcionários uma pequena palestra sobre as tais alterações. E acho que se referia a meu cliente predileto quando falou que agora a norma considera lavagem a ocultação de bens oriundos de contravenção penal também. Ele disse que isso mudava muito o “panorama normativo”, mas para mim continuou na mesma, porque eu não tenho provas de que a Sra. Vânia maneja dinheiro oriundo de infração penal, ou ao menos não tenho evidência suficiente, para além de o que comentam todos os jornais, e a internet. Se a polícia não lê jornal para saber por onde começar a investigar, não é meu problema. Bom, eu respondi ao Dr. Waldir que ficasse tranquilo, porque eu estava ciente de minhas obrigações legais. Só que, a partir da mudança da lei, coincidentemente a conta não mais se movimentou. O que eu ouvi dizer é que o Sinuca... Ai, acabo de esquecer o que eu ouvi dizer. A conta cresceu e, no dia em que foi bloqueada por essa ordem judicial, contava com exatamente **dez milhões, setecentos e trinta e nove mil reais**, que estão à disposição da justiça. Justiça que até agora não comprovou a alegada origem ilícita do dinheiro, mas isso, com o perdão, é assunto de competência dos senhores. Sabe, esta madrugada eu, nervoso com essa questão de ter de vir para depoimento, não consegui dormir. Então assisti a um filme na TV, desses que gosto, de faroeste. Assino um canal só de faroeste. Então o forasteiro entrou no *saloon* e pediu um uísque ao *barman*, típico sujeito careca de bigodes, camisa branca e pano de prato na mão. No momento em que o *barman* pôs o copo sobre o balcão e virou-se para trás, a fim de alcançar a garrafa de bebida, o xerife da cidade, sentado à mesa ao fundo, disparou um tiro certo na prateleira, que estourou a garrafa de uísque. Grande John Wayne, não erra uma! Os caras são bravos, John Wayne, com a estrela de xerife reluzente ao peito, gritou “Esse bandoleiro não beberá nada na minha cidade!”, e seguiu apontando a arma, mas para quem? Para o *barman*! O *barman* pôs vagarosamente as mãos trêmulas sobre o balcão, para mostrar que não faria qualquer movimento, e logo olhou o forasteiro, que já tinha a arma em punho, apontando-lhe, como a determinar que seguisse em frente e lhe servisse uísque de outra garrafa. Então o *barman*, diante do conflito, levanta ambas as mãos ao lado da cabeça, como se rendido em um assalto, e implora: “Não atirem em mim, eu somente sirvo as bebidas”. Meus caros, se algum dia os senhores aparecerem

em minha agência ultra-prime, meu humilde boteco, eu lhes sirvo um uísque. Nada mais que isso.

Waldir Meirelles, 40 anos

Sou o advogado responsável pelo jurídico da agência *ultra-prime-personal* do Banco Macieira, onde é gerente o Sr. Corelli. Ele é uma pessoa ousada, simpática, bem humorada. Mas muito consciente. Bastante atenta a todas as regras, legais e do mercado. Ele tem apurada noção jurídica, e talvez por isso em alguns momentos seja um indivíduo bastante contestador. Mas entendo que, às vezes, nossos deveres profissionais nos colocam, a ele e a mim, em posições diametralmente opostas. Por exemplo, quando essa Sra. Vânia realizou seu milionário depósito, fui imediatamente comunicado. Era uma questão delicada, uma senhora que chegava ao banco com milhares de reais em dinheiro vivo para abrir conta. Milhões, melhor dito. A origem alegada por ela eram as “economias pessoais”, algo pouco crível para quem tinha um salário modesto como o dela, o que não é nenhuma desonra. Por detrás estaria o cliente principal, Sr. Tremeterra. Só revelo isso porque há ordem judicial de investigação de todos os fatos. Aí adentramos a um tema frágil, porque eu já levantei os antecedentes do Sr. Tremeterra. Tem duas acusações de homicídio, das quais foi absolvido. Não tem, portanto, dinheiro oriundo de crime comprovado. O que se diz, em toda a imprensa, é que sua fortuna vem do jogo ilegal. Bom, naquele momento a conclusão que eu tirei é que, se existia algo errado na origem daqueles milhões de Vânia, seria uma mera contravenção, o jogo. Determinei que se informassem as autoridades administrativo-financeiras sobre a movimentação, com a justificativa apresentada pela própria depositante e só. Sigilo bancário e fiscal nos impedem de tomar qualquer atitude mais drástica. Se nenhum fiscal foi em busca de eventuais tributos incidentes sobre a alegada renda da governanta, sinceramente eu não sei. Creio que não. Mas em julho de 2012, a lei penal mudou, e passou a considerar como antecedente da lavagem de dinheiro também a contravenção penal. Ou seja, como bem me observou o próprio Corelli quando lhe fui comunicar a alteração legislativa, a pessoa que maneja o dinheiro do jogo ilegal está sujeita a uma pena dez vezes maior da aplicada ao próprio bicheiro. “Não compete a mim esse tipo de julgamento”, respondi ao Sr. Corelli. Fato é que, coinci-

dentemente, dois meses antes dessa alteração a conta parou de ser movimentada; eu só soube disso depois. Com mais de dez milhões ali, a conta ficou parada, como está até o momento. Não entrou um real, não saiu um real, desde junho de 2012. Se o valor sobe a todo tempo, é por consequência das aplicações. Semanas ou meses depois da alteração da lei, conversando com o Sr. Corelli sobre outros temas, perguntei sobre essa mesma conta, ele me respondeu textualmente: “Nada entra, nada sai. Não vou ligar para minha cliente para saber o motivo, nem andar pelas avenidas com um megafone gritando para o mundo inteiro que, anos atrás, foi aberta uma conta em nome da governanta do contraventor”. Nisso, desculpem, nosso gerente me parece coberto de razão.

Clementina Cruz, 36 anos, cozinheira

Maria Clementina Fernandes Cruz, eu mesma. Ex-cozinheira do Sr. Tremeterra. Não sei de nada dos negócios dele, não. Ele sempre me pareceu um homem muito bom. Não trabalho mais lá na mansão, fui dispensada três meses atrás e me pagaram todos os direitos. O trabalho lá era bom, quer dizer, ficou bom depois que a tal Vânia pediu demissão. Aquela mulher é o cão. Mandona, ladra, falsa. O filho dela roubava todos os convidados das festas e ela acobertava sempre, pondo culpa nos funcionários. Até que não deu mais, porque deram flagra no menino: numa noite dessas, de festa, um convidado pegou o tal do Rodney roubando alguma coisa dele, deu escândalo. O clima de trabalho com a Vânia foi ficando mais tenso a partir dessa noite, com certeza. Mas ela era toda convencida, porque dizia que era amigona do patrão, que o patrão tinha até coisas no nome dela, tanta era a confiança. Um dia, eu perguntei se o patrão pagava ela bem, e ela disse desse jeito: “O salário é ruim, mas ele me dá um dinheiro por fora, que é coisa boa. Com esse dinheiro, vou terminando de construir minha casa”. Poucos meses depois, ela pediu demissão. Pelo que sei, disse que a casa dela na periferia tinha terminado, que ela ia morar com o marido e o filho e trabalhar por conta. A partir daí meu trabalho virou o paraíso. Deus que me perdoe, mas é verdade: sem humilhação, sem mentira, sem gritaria, e, melhor de tudo, sem roubo. Tão diferente do marido, coitado, o Antônio era tão trabalhador, tão quietinho, tão humilde. Gente simples mesmo. O filho também, só que foi ficando

adolescente, as idéias foram distorcendo. Soube que a polícia matou ele, o Rodney. A última vez que eu vi a Vânia foi na porta do casarão, ela dando escândalo, dizendo que o nosso patrão tinha que ajudar porque o filho dela estava morto. Não entendi direito, mas nisso não culpo a Vânia por nada, não. Uma mãe que perde um filho, Deus me livre, não quero nem imaginar o que passa na cabeça dessa mulher. Desgraça. Eu fui dispensada faz pouco, já falei? Sem o menor problema. É que na verdade o Sr. Tremeterra teve uma doença. Tem gente que diz que foi um derrame, mas o que mais se comenta é que era depressão mesmo, doença de gente muito inteligente. De uma semana a outra ele ficou quieto, não queria comer, não queria receber ninguém. As festas acabaram, por isso agora ele precisa de muito menos empregados. Depois da doença, um ou outro bacana mais desavisado aparecia lá para as noitadas do fim de semana, ele mandava a gente ser muito educado para comunicar que a farra estava suspensa. “As festas estão suspensas”, a gente dizia. Sobre os negócios dele já falei que não sei nada. Sei que ele caminha muito devagar e só sai de casa pela manhã, no Tremendão, vai para o escritório e volta ainda antes do almoço. Quer dizer, isso até quando eu trabalhava lá, faz quase quatro meses. Ele foi um ótimo patrão e veio me despedir pessoalmente, disse assim: “Clementina, eu adoro sua comida, mas realmente não necessito mais de tantas cozinheiras”. Não é uma fineza? Ele veio de roupão de seda, que velhinho elegante! Me deu um abraço e um envelope com um montão de dinheiro, que eu usei pra comprar um fogão e alugar um cantinho lá na vila, onde cozinho o acarajé mais famoso da cidade. Bom homem, o Tremeterra.

João Tremeterra, 77 anos.

Não se preocupem, estou habituado. Tenho setenta e sete anos, e desde os meus vinte e cinco sou constantemente acusado, sem nenhuma prova, de chefiar o jogo clandestino, de modo que tenho o couro mais duro que o de um hipopótamo para esses falsos testemunhos. Respondi criminalmente, até hoje, só a dois processos por homicídio, sem que as autoridades sequer apresentassem o corpo das vítimas. As vítimas podem estar por aí, passeando com as amantes pelo Caribe, e eu respondendo pelo assassinato deles. Mas os bons advogados fizeram a justiça prevalecer. Não sei de onde vem esse boato

da minha relação com o jogo, mas os boatos espalham-se sem controle. Meu dinheiro é oriundo das minhas duas fazendas no interior, que dão muito gado. O resto dos meus bens não é meu, é dos bons amigos. Minha irmã me empresta a casa em que vivo, que é bastante grande. E o helicóptero, que comentam que é meu, usei uma ou outra vez. Ele me foi alugado por essa minha amiga, a Vânia, alugado a preço vil porque estava parado, ela nem usava, sabe? Boa moça, mas ficou meio destemperada depois que perdeu o filho para as drogas. Uma tragédia de vida, uma moça milionária, não conseguiu desviar o filho da vida do crime. Eu estou realmente doente, uma pneumonia que não me abandona. Perdi muitos quilos. Não conheço esse Corelli, ao que me lembre nunca estive na tal agência ultra-vip do banco Macieira. Mas posso estar equivocado, minha atividade de empresário me faz visitar muitos lugares na cidade. Preferencialmente os que têm heliporto. Nada sei sobre as contas da minha amiga Vânia, mas aconselho que devolvam o dinheiro a ela, coitada. Perdeu o filho há pouco e ainda vai ter o dinheiro confiscado? Sob qual acusação? Ninguém sabe ao certo. Quanto a esse Sinuca, o Romeu Calatrava. Bom, esse moço realmente foi uma pessoa próxima a mim, quase um amigo. Durante cinco ou seis anos andamos juntos. Depois foi-se tornando um sujeito meio desajuizado, viciado em jogo. Ah, o jogo é como a droga, se utilizado em excesso pode levar à ruína, não é mesmo? Ruína de uns, fortuna de outros, como uma gangorra. Tragédia anunciada! Refiro-me ao vício dele, porque fiquei sabendo que o Sinuca desapareceu. Em uma quente noite de verão, despediu-se da mulher, bateu o portão de casa e não voltou nunca mais. Evaporou, como dizia minha falecida mãe, que em paz descanse. Uma vez vi um filme de um sujeito que gostava tanto de jogar no computador, que a máquina o engoliu pela tela, daí passou a viver dentro do próprio jogo. Não descarto que isso haja ocorrido com o Sinuca, aprisionado em algum caça níquel, ou dentro de um baralho, como naquele desenho da Alice. Coisas da vida. Ou talvez tenha recebido outra herança de um tio distante, e haja sumido no mundo até a roleta engolir seu último centavo. Esse jogo é uma ruína, sabem? Destrói famílias inteiras. É apenas o que eu tenho a dizer.

Tarefa: Denuncie, defenda e julgue pelos fatos descritos as possíveis condutas criminosas e os possíveis autores.

Anexo:

Extrato da Conta Corrente.

Banco Macieira.

Conta: 300/2009

Depósito em 22.01.2009:

	valor da movimentação (R\$)
22.01.2009	5.650.000,00
13.02.2009	230.000,00
27.02.2009	900.000,00
16.03.2009	-2.000.000,00
06.03.2009	431.500,00
27.02.2009	275.600,00
27.03.2009	428.000,00
24.04.2009	850.000,00
22.05.2009	729.900,00
26.06.2009	1.330.000,00
31.07.2009	510.000,00
06.08.2009	-4.000.000,00
28.08.2009	506.000,00
25.09.2009	411.000,00
29.10.2009	607.000,00
27.11.2009	402.000,00
23.12.2009	500.000,00
30.01.2010	302.000,00
25.02.2010	-4.732.000,00
27.02.2010	1.200.000,00
27.03.2010	410.000,00
24.04.2010	403.000,00
29.05.2010	610.000,00
26.06.2010	700.500,00
30.07.2010	406.000,00
06.08.2010	-4.000.000,00

§ 1º Incorre na mesma pena quem, para ocultar ou dissimular a utilização de bens, direitos ou valores provenientes de infração penal:

.....
§ 2º Incorre, ainda, na mesma pena quem:

I – utiliza, na atividade econômica ou financeira, bens, direitos ou valores provenientes de infração penal;

.....
§ 4º A pena será aumentada de um a dois terços, se os crimes definidos nesta Lei forem cometidos de forma reiterada ou por intermédio de organização criminosa.

§ 5º A pena poderá ser reduzida de um a dois terços e ser cumprida em regime aberto ou semiaberto, facultando-se ao juiz deixar de aplicá-la ou substituí-la, a qualquer tempo, por pena restritiva de direitos, se o autor, coautor ou partícipe colaborar espontaneamente com as autoridades, prestando esclarecimentos que conduzam à apuração das infrações penais, à identificação dos autores, coautores e partícipes, ou à localização dos bens, direitos ou valores objeto do crime.” (NR)

“Art. 2º

.....
II – independem do processo e julgamento das infrações penais antecedentes, ainda que praticados em outro país, cabendo ao juiz competente para os crimes previstos nesta Lei a decisão sobre a unidade de processo e julgamento;

.....
III –

.....
b) quando a infração penal antecedente for de competência da Justiça Federal.

§ 1º A denúncia será instruída com indícios suficientes da existência da infração penal antecedente, sendo puníveis os fatos previstos nesta Lei, ainda que desconhecido ou isento de pena o autor, ou extinta a punibilidade da infração penal antecedente.

§ 2º No processo por crime previsto nesta Lei, não se aplica o disposto no art. 366 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), devendo o acusado que não comparecer nem constituir advogado ser citado por edital, prosseguindo o feito até o julgamento, com a nomeação de defensor dativo.” (NR)

Personagens:

Romeu Calatrava (Sinuca), 33 anos, desaparecido (vide **Caso 08**).

Sergio Corelli, 49 anos, economista (vide **Caso 07**).

Vânia Fontes, 38 anos, titular da conta (vide **Caso 06**).

Waldir Meirelles, 40 anos, advogado.

Clementina Cruz, 36 anos, cozinheira.

João Tremeterra, 77 anos, empresário.

Caso 10

A curiosa Morte de Jaci

(Caso do Matemático
Homicida)

Resumo: Um matemático reúne a juristas seletos para relatar que matou um homem. A vítima é Jaci, indivíduo que foi causa da ruína familiar do protagonista. Alega, porém, que agiu motivado pela honra e pelo cumprimento do seu próprio destino. Questiona aos juristas, após a narrativa detalhada dos episódios de sua vida, qual função teria a aplicação da pena em seu caso. Circunstâncias relevantes como o consentimento do ofendido tornam a resposta bem mais difícil que aquilo que de início aparenta.

Complexidade: Alta.

Temas: Função da Pena – Função do Direito Penal – Prevenção – Prevenção Geral Positiva e Negativa – Prevenção Especial – Dosimetria da Pena – Motivos do Crime – Desvalor da ação e Desvalor do Resultado – Circunstâncias do Crime – Consentimento do Ofendido – Determinismo e Indeterminismo Psíquicos.



CASO 10:

A Curiosa Morte de Jaci (Caso do Matemático Homicida)

Temas:

Função da Pena – Função do Direito Penal – Prevenção – Prevenção Geral Positiva e Negativa – Prevenção Especial – Dosimetria da Pena – Motivos do Crime – Desvalor da ação e Desvalor do Resultado – Circunstâncias do Crime – Consentimento do Ofendido – Determinismo e Indeterminismo Psíquicos.

SUGESTÃO DE RESOLUÇÃO

Dos casos apresentados, é o de mais complexa resolução. Um caso longo, com suficientes detalhes. O principal tema envolvido é a **função da pena**, o qual, pessoalmente prefiro tratar logo no início do curso (conforme aparece em meu *Fundamentos de Direito Penal*), porém reconheço que a maioria dos professores abordam-no após o estudo integral da teoria do crime. No início, portanto, da **Teoria da Pena**.

A história, em resumo: um criminoso confesso pergunta sobre a função da pena no seu caso concreto, e os juízes devem respondê-lo detalhadamente. É um homicídio, mas nada simples. Porque o agente atribui a seu próprio passado as causas que o conduzem ao delito, sua história de vida, na qual se mescla o reprovável comportamento do ofendido. Assim, o caso concreto – já muitas vezes testado em sala de aula, com **excelentes resultados** para a reflexão sobre a função da pena e os motivos do crime – propicia a análise da versão parcial porém muito sincera que o agente

concede à sua motivação. Demonstra que não existe delito que possa ser analisado por um corte temporal, e mesmo isso deixa a cargo do aluno-juiz: os complexos fatos narrados são essenciais para a compreensão do crime e aplicação da pena? É algo que também se deve responder.

Para solucionar em sala de aula, a sugestão é que se escolham **sete** juizes-juristas, um deles presidente da seção. Eles devem ler a carta do réu e, a partir dela, decidir seu destino, com **muitos** fundamentos. O exercício, no decorrer do texto, dá a possibilidade de que se nomeiem, além dos juizes, um acusador e um defensor, que se responsabilizarão por, sem apresentar nada escrito, fazer um discurso (recomendo o máximo de 25min), pugnando pela condenação ou absolvição do acusado. Tecnicamente a existência de acusador e defensor é opcional, mas a creio altamente recomendável. Porque, sem essa obrigação da dialética, é possível que muitos juizes sequer percebam possibilidades interpretativas essenciais, e daí o julgamento corre o risco de transformar-se em um consenso muito reducionista.

Já na primeira folha do exercício se nota que o julgamento não ocorre em um tribunal comum, e a isso o professor deve atentar, na resolução. Trata-se de um café e jantar promovido pelo próprio réu, que ouvirá as considerações dos destinatários de sua carta. Ao final, se lhe dirá, no veredito, se ele deve ou não confessar o crime às autoridades constituídas.

É um ótimo texto para trabalhar com mais tempo e uma cenografia apurada. Fazer com que todos os alunos (platéia) recebam o texto da carta, e então os sete juizes se reúnam em uma mesa que simule realmente o café/jantar (possivelmente instalada em um auditório), à presença do autor dos fatos, pode propiciar um interessante espetáculo dentro e fora da aula de direito penal. Pode-se fazer com que os próprios juizes discutam entre si, influenciando um no posicionamento do outro, mas isso não deve dispensar a apresentação de um texto escrito e bem estruturado. De qualquer modo, a discussão que ele proporciona é riquíssima, e o aluno que souber atentar para todos os detalhes dos fatos e enfrentá-los racionalmente merece recompensa. O caso realmente não é fácil. Pode-se utilizar em conjunto com **Filosofia do Direito, Ética** ou outra disciplina próxima. Em geral, os alunos adoram participar da solução do caso, ainda que lhes implique uma leitura mais longa. Um exercício bastante recomendável para **pós graduação**.

Em uma **sala**, uma grande **mesa** com **dez** lugares comporta:

01. Um acusador

02. Um defensor.

03. Sete juízes.

04. O autor da morte, que deve permanecer em silêncio.

Total de participantes: **10 alunos**.

Tempo estimado de debates: **50 min.** para as partes (25min para cada uma/opcional) e, ao menos, **02h** para leitura do voto dos juízes.

Estimado (a) Senhor(a),

Doutor(a) _____

Contrato a Vossa Excelência, e a outros seis dos maiores juristas da cidade, para que apreciem a narrativa anexa que demorei meses em elaborar.

Na próxima semana, às 17h, em um salão cujo endereço segue anexo, reuniremos todos nós: Vossa Excelência, os demais seis renomados juristas, que recebem uma carta exatamente igual e esta, e eu. Talvez mais dois debatedores, mas eu os apresentarei oportunamente.

Nesse salão, servirei um café da tarde e, logo após, gostaria de ouvir vosso pronunciamento acerca dos fatos que narro, respondendo às questões que aparecem ao fim. Peço o uso aprofundado da razão e do intelecto de Vossa Excelência, pois deles depende meu futuro.

Por Seu trabalho, pagarei bem mais que o justo.

Até breve,

César Bongarr

-|-

Meu crime

Fatos, sim. Mas não. Não basta que os senhores acompanhem os fatos. Devem compreender o que se passa comigo, o que raciocinei. E talvez faça algum sentido dizer que cada palavra de o que aqui conto foi pensada, lida e relida; dentro de minha capacidade, é o melhor que pude fazer. Neste momento em que tomam conhecimento destas palavras, os senhores já me conhecem. Sabem que não sou bandido, que na altura destes quarenta e cinco anos de idade tenho quase trinta de trabalho intenso, diário. Alguma leitura, algum estudo e talvez uma ideia de sentido da vida que poucos conseguiram conceber, digo agora isso com pouca humildade. Quando terminarem de ler estas linhas, talvez se arrependam de haver amaldiçoado o fato de eu me estender no presente relato, mas vejam: só os senhores, doutores, lograrão recheiar de significado cada ponto de minha vida, e enfileirá-los de modo que eles se completem e expliquem um ato final, porque na verdade a história da existência e do meu crime não são apenas um processo de causa-conseqüência, são um momento único, indissolúvel, divisível apenas na mente daqueles que não compreendem que é necessário fazer a vida tomar uma forma palpável, bela, harmoniosa como a colmeia, ou a Via Láctea. Ou a forma de um bom livro. A vida deve tomar uma estética, deixar que os olhares se comuniquem e se expandam, abrir caminho para uma unidade que devolva à elipse seu sentido de constituir e proteger um núcleo, como um quadro de Velázquez, a forma áurea de uma galáxia ou um livro de Hemingway.

Escolhi os senhores, doutores, não tanto como juristas reconhecidos, mas como mulheres e homens de valor. Os senhores sete foram selecionados com absoluto rigor, após ampla pesquisa. Notarão que será necessária não apenas sua ilustração técnica, seu raciocínio apurado, mas algo também da compreensão humana dos senhores, qualidade que certamente os destaca nessa selva de profissionais. Em uma darwiniana lei de sobrevivência, os senhores são os melhores juristas da metrópole. Talvez de momento não alcancem o nível de compreensão que tenho, de que as ocorrências são uma eclipse e que a vida do ser humano não tem começo meio e fim quando visto de um espectro maior, então, como eu dizia, pouco importa se eu conto minha história pelo fim ou pelo começo porque na verdade tudo é tão indivisível como um elétron, e a narrativa se faz direcionando a própria vida, não apenas contando-a. Pelo fim: eu matei um homem. Eu matei um homem e até agora só ele e eu sabíamos disso. Entre os vivos, agora só eu e cada um de vós sete, que recebeis esta carta.

Preciso entretanto dizer que o meu crime não foi um delito comum, ele é repleto de situações especiais, que são do passado. São do passado, mas eu as revivo quase todos os dias, e, mesmo que eu não as revivesse, elas continuariam existindo porque eu sou direta consequência delas. Eu e minhas atitudes, e talvez minha busca por justiça, que também se reveste de um duplo viés: a morte e a procura por alguém que possa, de modo neutro, resolver o dilema que agora como um obsessivo fantasma continua a me perseguir. Então os senhores já detêm uma importante pista para compreender o que lhes pedirei. Não recebam meu pedido na condição de meus defensores, o que menos necessito é que me defendam neste momento, porque minha defesa é só a verdade. Talvez todos os réus digam algo nesse estilo, mas eu sequer réu sou. Preciso apenas que cada um dos senhores use a consciência de jurista para poder julgar-me. Pagarei para que usem sua própria consciência, para que ela lhes aponte a convicção pessoal.

Mas, para poder-lhes alcançar a consciência, necessito agora que nossa mente se traslade a Balástya.

Esse crime começa, no século passado, em 1915. Em Balástya, um pequeno povoado na Hungria. Acho que é no Sudoeste da Hungria, o que não nos representa muito, porque de qualquer modo é tudo distante demais. Em 1915 nascia meu pai em Balástya, não sei exatamente em quais condições. O que ele me contava é que eram camponeses, nem ricos

nem pobres, mas penso que para os padrões de hoje eram pobres sim, apenas não miseráveis. Devia ser uma terra fértil, a terra de lá tem seus mistérios até mesmo para os melhores agrônomos. Agora pulamos para 1936 e meu pai já tem mais de vinte anos, segurando um fuzil como todos os de sua geração. Mais especificamente, estamos tratando da Guerra Civil da Espanha, ele está agora caído ao chão porque ao que parece foi atingido por um estilhaço de granada que os nacionalistas lançaram em uma trincheira qualquer, na sua mente passam todos aqueles pensamentos de saber se existe mesmo um ideal nesta vida, se ele está do lado certo da batalha, se vale a pena uma guerra que, vista com mais perspectiva, não passa de um fratricídio. Esses detalhes, doutores, eu consegui saber depois de muito tempo de pesquisa, de conversa, e, como poderão notar, sobrevivem ainda muitas lacunas. Como a de o que ocorreu exatamente depois de ferido pelo tal estilhaço, mas sei que ele se faz prisioneiro de guerra e passa dias (ou meses?) quase sem comida em um campo de concentração improvisado, que na verdade era um terraço misto de arena de tourada e campo de futebol onde se amontoavam inimigos e, de vez em quando, se lançavam balas para diminuir o contingente. Ele se furta desses fuzilamentos-relâmpago e dias depois logra, com mais dois amigos, fugir correndo pela estrada enquanto era levado por um trajeto de quinze quilômetros entre a tal praça de touros e uma chácara que servia também de concentração de inimigos políticos. Algum indício há de que, na fuga, um tiro lhe atinge de raspão, e que seu companheiro tomba morto por uma bala de fuzil. Acreditem, doutores, que todos esses detalhes compõem o crime que lhes narro. Agora estamos já terminada a guerra de Espanha, mais exatamente no meio da Segunda Grande Guerra. Porém já não no fronte, mas em uma bucólica chácara além da fronteira entre Espanha e França. Meu pai consegue passaporte ou identidade francesa e agora cultiva vinhedos em um pedaço de terra que lhe pertence, contíguo à fazenda que o abrigara alguma vez quando ele cruzava a fronteira. Ele recebe uma condecoração do exército gaulês, honra ao mérito pelos serviços de guerra, mas não quer nunca explicar o motivo daquilo, mesmo passados trinta ou quarenta anos de tudo isso ele ainda se cala, Eram tempos difíceis e estávamos todos armados até os dentes!, foi a única frase que consegui retirar dele sobre os anos 1940. Mas voltemos, ou seguimos adiante: estamos em 1951, ele soma trinta e poucos anos e vende tudo o que tem para despedir-se da França, dos vinhedos,

do exército que lhe condecora. Ao que consta apura bastante dinheiro, mas despreza aquele conforto e aquela cultura, a partir de então os quatro idiomas que deve falar à perfeição lhe servirão pouco, e do dialeto húngaro acho que lhe resta somente o sotaque. O que consta é que tudo é convertido em ouro, que ele traz amarrado ao próprio corpo, junto a um punhal para garantir sua posse, porque na viagem não lhe permitirão mais carregar pistola. A viagem a que me refiro é o navio que deixa algum porto basco, e cruza o Atlântico para atracar na costa da Venezuela ou Colômbia, onde ele desce porque, ao que consta, como muitos outros queria conhecer o mundo novo, onde se fazia a borracha, e onde havia terras ainda não pisadas pelo homem. Tem muitos outros detalhes por meio, mas talvez não façam parte do meu crime, ou façam parte sem determinar o resultado, fato é que ele passa três anos no coração da selva da Venezuela, ou Colômbia, aprendendo a andar no mato, vendo garimpos e depois campos de petróleo. Não se esqueçam que ele era um soldado experiente, a quem, imagino, alguns dias sem comer ou uma pequena febre tropical não intimidam tanto. Agora vem uma lacuna que eu gostaria de preencher, mas não a creio essencial: algo faz com que ele abandone tudo aquilo e venha diretamente ao Brasil, talvez porque já houvesse ali juntado o dinheiro desejado, ou porque a gente não é afável, ignoro. Curioso, ele chega a São Paulo um dia antes da morte de Getúlio Vargas, pelo quanto sei ainda com ouro na cintura e algum dólar no bolso, mas agora já um revólver Taurus, que naquele tempo se podia portar sem prestar muita satisfação às autoridades. Sei que ele tem dinheiro e quer comprar terras na selva, para isso busca um advogado. Um grande homem, então recém formado. Meu pai está no escritório do jovem advogado no centro da metrópole, um homem muito sereno, talvez já alcoólatra, que lhe diz que é impossível que ele sozinho leve adiante seu plano de aquisição de terras, o advogado afirma algo muito próximo a isso: “O senhor tem quase nenhum documento pessoal, um passaporte francês de duvidosa procedência, cara e fortíssimo sotaque de estrangeiro, não poderá comprar qualquer pedaço de terra no nosso país, e creio que nem aqui, nem na Colômbia, nem na Venezuela, talvez Paraguai ou Argentina, mas ali não lhe interessa porque ali não tem selva. Tem boa terra, mas não tem selva. A solução mais segura é que o senhor se naturalize brasileiro, mas nestes tempos esse processo não está tão simples. O mais imediato é um contrato de gaveta ou a participação pequena em uma empresa que

adquirisse terras, o senhor seria então sócio de alguém, um nacional”. Essas palavras me foram reproduzidas por esse mesmo advogado, que ainda vive. Agora meu pai tem seu ouro certificado pelo Banco do Brasil e guardado no cofre da instituição na XV de novembro, e mesmo assim mora em uma pensão ao lado da estação de trens, que deveria ser um lugar bem simples embora nada comparável aos pulgueiros que existem ali agora. O que me faz pensar que ele era muito obstinado e que tampouco seu ouro era uma grande fortuna, porque a terra no país era então muito barata. Pois bem, alguns sujeitos – dentre eles meu padrinho, que entrará na história em breve – garantem que os planos do meu pai tinham a ver com os mais de dois anos que ficara metido na selva venezuelana (ou colombiana), sobre os quais não tenho dele qualquer rastro. Sei só que ele ficou encantado em saber como era possível que a terra desse tanta coisa sem que houvesse de plantar, porque os índios, que ele acabava de conhecer de perto, viviam simplesmente retirando das árvores comida, e remédio, e frutas, e borracha. Pode parecer exageradamente melancólico o que afirmo aqui, mas é frase que meu pai teria pronunciado, naquelas décadas de convulsão política nacional, ao tal advogado, “Na Hungria aprendi que todo o esforço que se faz para cuidar da terra, ela te devolve na colheita; mas aqui eu vi que se a terra for respeitada como vida e alma, ela te doa frutos sem plantio. Sem esforço. É quase um milagre”. Afora alguma carga de sentimentalismo que pode ser falsa em um texto reproduzido de segunda mão, os planos dele consistiam em comprar terras à beira da floresta densa, a fim de cultivar o que o índio só extraía, e então aumentar a capacidade de produção agrícola no planeta. E ganhar mais dinheiro com isso, claro, não sei se com a valorização, mas o que eu posso garantir é que, se ele quisesse só dinheiro, investiria em arrancar madeira e ouro daquela região, o que todos faziam gerando milhões, e isso ele nunca fez. Prefiro acreditar na versão do ideal de aumentar a produção de víveres do planeta, porque ela concorda com a obsessão daquela geração: pelo temor à fome global, produzir grãos. Por motivos evidentes no pós-guerra.

Então ele se mantém na pensão em São Paulo e viaja pela primeira vez ao Xingu. Poderia ter outros planos, mas sua idéia era conhecer a região para, depois, comprar alguma terra ali. Nisso também se passam muitos anos, em que o que sei é que ele economiza ao máximo de seu dinheiro, e financia por si mesmo longas expedições no Xingu, onde conhece muita

gente, faz alguns amigos, estreita laços com a realidade indígena. Um patrimônio também de conhecimento.

E aqui começam os problemas.

Porque agora estamos em janeiro de 1965 e meu pai está em um hospital de meia légua em Cuiabá, que se pode imaginar o que era naquele tempo. A questão é que nesses anos de exploração, talvez tenha tardado em questionar-se e ao final descobrir por que a terra era tão barata, a terra é barata porque comprá-la não garante nada. Sem a guerra pela posse, a propriedade fica só no papel. Ou ele já sabia disso, não sei, o fato é que agora ele está no hospital porque estava descendo algum rio no Norte do Mato Grosso, com uma ou duas canoas com caboclos e índios dali, e foi atraído para a margem por gritos de socorro que não eram mais que uma emboscada. Tratava-se de um ataque inimigo, em que lhe atingem uma ponta de lança feita de osso, essa é uma das versões.

No hospital lhe visita um tal de Jaci, esse homem que eu, tempos depois, decido que merece a morte por minhas mãos, como lhes disse, são simultâneos todos esses fatos. Para mim, são. Jaci é um homem de menos de trinta anos, de pele morena e provavelmente alguém de compleição forte. E, pelo que consegui reconstituir, muito alegre, falando sempre alto, hiperativo. Ele conta a meu pai que aquelas terras são muito perigosas (como se isso já não lhe fora claro) e que e ele se aventurou demais buscando explorar a região assim sem maior proteção contra os riscos locais. Os riscos humanos, porque macacos, jaguatiricas e jacarés não são os animais mais perigosos do Xingu, meu pai era prova semi-viva disso. Posso hoje jurar que na verdade fora esse Jaci que mandara dar um susto naquele a quem então falava sobre parceria e amizade, porque, segundo Jaci, tinham interesse em comum: conseguir comprar terra, porém com ética; com escritura, posse e sem grilagem.

Pra encurtar já estamos em uma tarde de fria garoa no inverno de 1968, no escritório do advogado amigo de meu pai, em São Paulo. Ali ele entrega, na frente do advogado e desse Jaci, *todo* o ouro que tem. Eu disse *todo*. São cautelas com assinaturas e selos oficiais que permitem que seu portador desça à XV de Novembro e retire tudo o que meu pai ganhou enquanto fugia de fuzilamentos na Espanha e protegia fugitivos de nazistas em território francês, ou resistia à febre amarela na selva quase-caribenha e sabe Deus mais o quê. Tudo porque era constituída ali uma sociedade de capital ínfimo, que nunca recebeu o incremento do ouro,

porque o ouro foi parar diretamente no nome do Jaci sob a alegação de que somente ele, o Jaci, poderia comprar de imediato as terras que seriam exploradas pela empresa “Companhia Agrícola do Xingu”. Companhia que só existiu no papel. O compromisso era que Jaci adquirisse as terras e, ao fim de dois anos, ele as transferisse para a empresa. Se os senhores, doutores, já pensam que esse dinheiro desapareceu e o tal Jaci deixou meu pai na miséria, estão enganados. A maldade desse homem vai muito mais longe.

O tal Jaci fez-se, individualmente, dono de uma fazenda gigantesca naquela mesma região, cuja compra meu pai negociou de perto. E agora se passam mais quatro anos, estamos em 1973 e eu acabo de nascer, pouco antes de minha irmãzinha Mercedes completar três anos. Meu pai é um sujeito razoavelmente feliz, que ainda se crê proprietário de vastas terras no Xingu, porque continua sendo sócio da tal empresa. Um homem feliz, porém cansado. Porque ele conhecera minha mãe em São Paulo, e se casara, e rejeitara totalmente a ideia de que seus filhos pudessem ser criados em uma cidade pequena, então sua rotina é viajar durante meses para administrar os negócios no Xingu e depois voltar a seus mapas. Sim, os mapas. Naquele tempo, meu pai vivia desenhando mapas em papel vegetal, a partir de cadernos de anotações e medições que fazia nessas viagens. Entenda: a terra que compraram não era bem uma fazenda, era um pedaço de chão quase sem fim. Sem *Google Earth* ou qualquer coisa parecida, tardava-se anos para mapear o território: rio por rio, morro por morro. Seu plano, isso ouvi dele próprio, era conseguir ter toda a terra explorada, os rios e capões registrados, as áreas cultiváveis planejadas. Sim, ele falava em preservação da floresta em conjunto com cultivo, em um tempo em que fazer de índios semi-escravos e arrancar toda a madeira possível, já o disse, era a regra. Acreditem ou não, senhores, é uma verdade historicamente documentada.

Um ano depois de meu nascimento já desaba a traição, quando meu pai termina o mapeamento e ocupação do território – o que custa trabalho e muitos tiros de escopeta, o tal do Jaci arranja um comprador para a área, livre de grileiros e posseiros e todo o resto. Só vinte e quatro anos depois eu venho a saber que, quando eu completava um ano de idade, no justo dia da minha festinha para os vizinhos, meu pai soube por uma carta que a fazenda havia sido vendida por completo (o que jamais compusera seus planos) e que a parte dele... bom, que a parte dele simplesmente não

existia. Não existia porque as terras estavam em nome de Jaci, declarado único dono e recebedor de toda a fortuna que resultara da venda daquela área. Sobre o que ocorreu nesse intervalo em que meu pai trabalhava como um burro para explorar a área e desocupá-la de posseiros, mapeá-la e registrá-la para a compra há duas versões distintas, mas tampouco mudam o essencial: uma delas diz que Jaci, bom conversador, a cada ano que se findava encontrava um motivo para não passar as terras ao nome da tal sociedade agrícola; a segunda diz que, ao cabo desses dois anos, ele apresentou a meu pai uma escritura de transferência das terras à pessoa jurídica, lavradas em um cartório matogrossense, que ao fim se revelaram documentos falsos.

Tanto faz. Relevante é apenas que, como disse, enquanto eu completava exatamente um ano, meu pai se descobria um homem à bancarrota. A miséria rondava nossa casa. Mas nesse momento existe uma pergunta-chave: como meu pai agiu diante disso? Um homem que veio da guerra, que manejou fuzis (dizem que um fuzil nunca se abandona), de qual reação foi capaz, ao saber que seu sócio, alguém que se poderia encontrar, lhe roubara todos os bens? Nenhuma reação. Os motivos dessa passividade serão, isso sim, parte do crime que cometi. Fiquemos com a seguinte informação: meu pai não procurou Jaci nem a Justiça para queixar-se do golpe. Fato.

- II -

Mercedes

Minha irmã, três anos mais que eu. Lembro de tudo, absolutamente tudo dela. Dos cabelos levemente avermelhados, dos olhos verdes. De que íamos juntos à praça e ela não brincava com as meninas de sua idade para ficar comigo, brincar de bola, eu dificilmente fazia amigos, mas quem precisa de amizade maior que a da Mercedes? Nós íamos juntos à pré escolinha, e ela vinha ver meus desenhos e meus trabalhos, depois meu caderno de caligrafia. De noite, apertados no mesmo quarto falávamos sempre do medo do escuro e ela perguntava “Você não tem saudades do pai?”, porque meu pai ficava meses longe, ainda. Eu respondia “Não muita”, e Mercedes ralhava comigo, “Pois meu coração dói por não ver o pai cada noite, e não pense que a mãe não sente o mesmo”. “Claro, eu respondia, coisas de menina”. É que, depois de saber-se pobre por conta da desonestidade desse homem que eu vim a matar, meu pai seguiu no mesmo trabalho; depois eu fui informado de que foi o tal advogado, talvez com algum peso na consciência por sua falta de zelo, que sugeriu aos compradores da fazenda que concedessem a meu velho um emprego porque, ao fim das contas, passara anos explorando o local comprado, sabia negociar a paz ou travar a guerra. Ou seja, o advogado enfiou goela abaixo dos novos donos da fazenda o antigo plano sobre a exploração da área com plantio de grãos, e meu pai se manteve fazendo o de sempre, sob uma remuneração ridícula, e o gosto amargo de trabalhar de empregado na gleba que ele mesmo comprara. A verdade era que meu pai era

útil naqueles anos porque a terra era tão grande que tinham de manter todo um aparato de vigilância contra invasão, em cada um de seus limites, como se fosse mesmo um exército de fronteiras. Se perguntassem a ele, escondia o caso e dizia que trabalhava com um plano de colonização e exploração “sem desmatamento” no Mato Grosso, o que para aqueles tempos era ininteligível, mas também ninguém queria mais explicações. Como também não queriam explicações sobre sua formação, ele se intitulava engenheiro agrimensor com um diploma militar que não era reconhecido no país, mas creio que era a mentira do inocente: afirmar que falava línguas, conhecia o mundo, dominava as matemáticas mas não tinha diploma era algo que para ele talvez fosse vergonhoso, em um país de bacharéis de pouca erudição. Ou talvez ninguém perguntasse nada, porque neste mundo ninguém tem curiosidade pela vida dos que não mais têm dinheiro.

Em minha casa, quem reparasse bem notava um passado de alguma opulência que deve ter sido rápida, do intervalo entre ele casar-se, nascer Mercedes e eu completar um ano. Havia em casa pratarias, louças, sofás em couro e madeira de lei, enormes para o tamanho do nosso sobradinho de aluguel na vila metropolitana, mas estavam lá. Para minha infância, meu pai era um cara legal que se metia na selva durante meses e voltava com presentes que naquele tempo eu não valorizava mas que hoje são um tesouro: arcos, flechas, lanças das mais diversas, e até um colar de dentes de onça que um cacique lhe deu e que cheirava muito mal até que eu resolvi, com uma faca, limpar peça por peça, porque neles ainda havia carne podre do pobre bicho abatido. Objetos que desapareceram, com o passar dos anos.

Agora meu pai tem 69 anos e eu tenho dez. Sim, me teve com idade avançada. E minha irmã tosse tanto, está pálida como um fantasma, de cama. Ela é tão bonita mas seus lábios não têm cor e seu corpo exala um cheiro bastante estranho, que eu nunca havia sentido. Algo ácido, algo ágrío. Não sei dizer. Suave e ácido ao mesmo tempo, um odor que hoje infelizmente eu bem sei identificar. Minha mãe está ao telefone, discando, discando, com seus lamentos, Ela está muito mal, pra qual hospital vamos?, e adentra pela porta um casal de amigos de meus pais, dou-lhes um beijo e os sigo até o quarto de Mercedes, e não esqueço a cara do homem – tio Alexandre, eu assim o chamava – quando viu o rosto da minha irmã, tirou-lhe as cobertas e o cheiro ácido agravou muito, pegou-a

nos braços, ela tinha os olhos fechados. Tio Alexandre, um homem justo, ainda com Mercedes nos braços me viu olhando a cena, e então colocou-a de volta na cama, Dê um beijo em sua irmã. Eu a abracei, aquele raro cheiro se impregnou em mim, mas estava mais doce, como um perfume de rosas que talvez seu corpo exalasse por si mesmo. Foram em busca de um hospital e não me deixaram acompanhá-los.

Fiquei em casa aguardando a chegada do meu pai, vindo de taxi do aeroporto e, creio, já sabendo das más notícias. Só nesse dia, quando ele depositou as malas judiadas em cima de sua cama, e eu perguntei se estava tudo bem e ele disse que não. Seus olhos brilhavam como se parafinados, é como ficam os homens acostumados ao sofrimento, que não choram. Ele perguntou algo como se eu tinha noção do estado da minha irmã, afirmei que sim. Correu ao telefone, e foi a primeira vez que eu ouvi aquele maldito nome. Naquelas condições, um jovem de dez anos não esqueceria o diálogo, mesmo que faltassem informações para recheá-lo de sentido, por completo. Acreditem em mim, foi essa a fala:

– Jaci, por favor. É Rodolfo. Por favor, me escute só um minuto.

–...

– Eu sei, é tarde. Não quero cobrar-te nada. E não te ligaria, se não fora urgente.

–...

– Entendo, mas ouça. É por minha filha, Mercedes. Não fosse por ela, eu não chamaria. Está no pronto-socorro do Estado, está largada em uma maca, eu acabo de chegar a casa e vou vê-la.

–...

– Sim, eu vou direto ao ponto. Preciso apenas de um cheque. Um cheque seu, e eu a transfiro a um hospital particular. Mercedes se salva e eu esqueço tudo, nunca mais te incomodo.

–...

– Claro, Jaci, nunca mais. Sim, eu entendo.

–...

– Mas eu não tenho ninguém mais. Se tivesse, recorreria a outra pessoa.

–...

– Em uma maca de hospital, só pode ser questão de vida ou morte.

–...

– Já entendi. Adeus, Jaci.

Das poucas vezes que tivemos um diálogo. Porque ele quase chorava, ainda com a mão no aparelho de telefone que repousava no gancho, e eu me aproximei. Ele deixou o telefone e me puxou pela mão até o sofá, eu vi suas pupilas parafinadas quando olhou bem nos meus olhos. Acho que era a primeira vez que o fazia: “Filho, só um milagre faz tua irmã atravessar estes dias se não sai já daquele hospital. Lástima, que eu não acredite em milagres. Acredito em responsabilidade, e sou responsável porque erreí em algo no meu passado, que nos fez ficar pobres. Somos pobres porque confiei em alguém, depois de tanta experiência na vida, quando eu pensava conhecer as pessoas. Tua irmã vai nos deixar, porque pegou uma gripe forte nesta cidade de clima imprevisível, e a gripe virou pneumonia, que agora requer uma limpeza de pulmão, não entendi bem, que só um grande hospital faria. Mas naquela filial de inferno em que está metida não há quem a salve, e eu não tenho um amigo que me empreste algum dinheiro para tirá-la de lá. Espero que um dia você conheça toda essa história, porque agora serás único filho. A não ser que venha o tal milagre”.

Eu não respondi. Apenas o segui enquanto se encaminhava ao quarto para mexer na bolsa da viagem, ainda não desfeita. Tirou de dentro sua carteira e comentou:

– Vou ao hospital e você fica aqui. Fique atento ao telefone, dê as informações a quem quer que chame. Isso talvez te obrigue a passar a noite acordado, mas não há outra solução. Você, hoje, é o homem da casa.

Falas como essa não saem da memória, e isso é parte do crime que cometi, acreditai. Passem os anos que passem, a morte de minha Mercedes está associada à resposta negativa desse tal Jaci. Ele seria o tal milagre, e o milagre não veio.

- III -

O Xingu, eu e as conseqüências

Tenho então quinze anos e levo uma vida normal de estudante de colégio de estado, sem mencionar em casa a morte da minha irmã, nem quando surpreendia minha mãe chorando perto da janela da minúscula cozinha, a morte dela é assunto veladamente proibido em nossa casa. Ou seja, era tão proibido que não se falou a respeito, sequer para proibir. O que importa dizer que eu nunca mais perguntei da tal história de um dia ele ter sido rico ou algo parecido, nem perguntei quem era o tal Jaci. Os pactos familiares de silêncio, ao menos foi assim que aprendi, superam qualquer curiosidade.

Com esses quinze anos de vida, vou pela primeira – única, realmente – vez com meu pai para o Xingu. A princípio ele apenas me respondera ao pedido que sempre havia feito de visitar a selva que me rendia tanta curiosidade, essas coisas de moleque, saber como o pai trabalha. Aqui minha memória falha em algo, e eu quisera ser bastante sincero aos fatos, mas não altero nunca o essencial. Sei que eram dias de Copa do Mundo, eu vesti uma camisa amarela da seleção e estava pronto. Saímos de São Paulo em um avião de carreira até a capital de Goiás e então entramos em um monomotor particular que pertencia à empresa, que meu pai chamava de “avioneta”. Comandante Zamppetri (o piloto), meu pai e eu na tal avioneta que era pouco maior que um carro popular, carregando mochilas de viagem e um tubo de mapas, faríamos nossa parada numa cidade à

beira de um rio gigante, fronteira entre Goiás e Mato Grosso. Descemos sob aquele sol forte e eu estava ao lado do piloto quando vi meu pai tentar se afastar com discrição para encontrar-se com dois homens que se aproximavam a pé pelo outro lado da pista de pouso, eu fiquei de longe enquanto via diminuir o espaço entre eles. Já dava pra notar que os homens tinham farda do Exército, tentei avançar até onde pude sem ser visto, consegui a sombra da única árvore dali, razoavelmente perto. O militar que vinha atrás carregava um carrinho de mão com algumas caixas, e encostou-o totalmente ao chão. A conversa entre os três, que não consegui ouvir, foi muito rápida e eu fiquei orgulhoso porque eles largaram o carrinho ali mas antes de saírem se cumprimentaram com continência militar, lembro perfeitamente que eu reparava no Ray-Ban brilhante do primeiro fardado quando notei que ele descobria a cabeça para a saudação a meu pai. Naquele sol. Só depois voltou a por o chapéu cor-da-selva, bateu as botas e deu meia volta como se fora um subordinado. Interessante. Me apresentei de surpresa ao lado do meu velho, que já estava sozinho e me oferecia a empurrar o carrinho de mão, fiz força extrema pra tirar aquilo do lugar, O que tem aqui que pesa tanto?, Você verá o que é peso quando tivermos de subir essas coisas no avião.

Era mesmo tanto peso naquelas caixinhas que eu imaginei que o teco-teco não sairia do chão, mas não apenas saiu como ainda voou mil e quinhentos quilômetros sobre um tapete de floresta que ia ficando cada vez mais densa, cortada apenas por rios, algumas poucas áreas queimadas e uma ou outra pista de pouso clandestinas. De terra batida. Muito tempo, muito vôo, e cada vento mais forte era tão agressivo ao aviãozinho que o piloto tinha de se esforçar para reencontrar a rota. No fim, tudo bem.

Em uma dessas pistas clandestinas, ao lado de uma cidadela que não passava de algumas casas de madeira encravadas em um clarão da mata, pousamos e fomos recebidos por um caboclo moreno e de barba que estacionou na cabeceira da pista uma caminhonete avermelhada de tanta terra para nos transportar ao tal povoado. Eram vinte e nove casas de madeira, contando uma capela fechada e, claro, o bar. Entramos em uma dessas, que estava reservada para nós, e até que as instalações não eram mesmo ruins: por dentro a madeira das paredes era pintada com muita cal branca, até cheirava bem, e um gerador de energia garantiria, quando anoitasse, uma lâmpada, fraquíssima, que se podia acender em cada um dos cômodos: dois quartos e uma sala. De fora, o banheiro e uma cozinha, que

não usamos porque logo fomos chamados pelo mesmo caboclo, de nome Raimundo, para comer um almoço requentado (eram mais de quatro da tarde) porém delicioso em uma casa em frente: peixe, farinha e arroz de primeiríssima qualidade, com direito a molho, servido por uma boliviana meio gordinha e simpática, que se apresentou como Soledad, a responsável por aquela cozinha. Voltamos, dormimos a siesta tardia e, quando já anoitecia, regressamos com lanternas até o avião e descarregamos as tais caixas, mas com ajuda de outros cinco homens. Quase não fiz força, portanto. Estranhei que dois desses homens estivessem já montando guarda ao lado do avião, um deles com uma espingarda às costas e um cinturão de couro, que lhe cruzava o peito (hoje tenho dúvida de que algo atado ao peito possa ser chamado de cinturão, mas àquele tempo isso não me preocupava em nada) que portava vários projéteis, ao estilo de guerreiro mexicano. Curioso, para um menino de cidade.

As caixas foram empilhadas no quarto em que dormimos meu pai e eu, voltamos na casa onde almoçamos para comer um bolo a título de jantar, só então percebi que aquilo era uma espécie de pensão improvisada para forasteiros, porque o piloto do avião me disse, Vou dormir aqui, aquela casa está perigosa. De fato, quando voltamos notei que os dois homens que vigiavam o avião agora montavam guarda separados, nos extremos da casa. Da nossa casa. Um deles até nos abriu a porta para entrarmos, como se fora um mordomo muito bronco. Tomei coragem e perguntei a meu pai se ali estava assim tão perigoso, porque tínhamos dois guarda-costas, mas no fundo eu estava achando muito divertido. “Espero que não tenha tanto perigo”, ele disse, mas é bom descansar porque amanhã será um dia difícil. Você entenderá muita coisa. E meteu a mão debaixo da cama, de onde retirou uma sacola de lona verde-oliva, que eu jamais havia visto. Dali, um revólver prateado grande, envolto em um coldre marrom, coldre que suportava também algumas balas. Pegou uma estopa e se pôs a limpar o revólver já sob a luz fraca da lâmpada; habilidoso, os projéteis caíam na sua mão e voltavam ao tambor com a arma já limpa, como se obedecessem a uma ordem de seus próprios dedos, imantados. Girou o tambor, que fez barulho de roleta de filme de cassino, e logo o fechou para dentro da arma, que guardou debaixo do travesseiro. Virou-se para mim, já esperando que eu estivesse de olhos cravados na cena e me retrucou, “Fique longe disso. Se ouvir algum barulho, me acorde”.

Quando desperto pela manhã encontro meu pai já vestido de calça jeans (a primeira vez que eu o via com jeans na vida) velha e surrada, mas limpa; uma jaqueta bege de safári, e o tal revólver preso à cintura. Diz algo como “Eu já tomei café e devo voltar em alguns minutos, vá para a casa da Dona Soledad, que fez lá outros bolos, está tudo muito bom”. No caminho noto que nossa casa não tem mais aqueles vigilantes mas o Raimundo me espera logo na porta, e sigo a andar já sentindo mesmo o cheiro de café na entrada da pensão, vejo o piloto saindo dali com cara muito séria, Rezem por nós!, ele disse enquanto vestia um boné azul. Enquanto eu tomo o tal café com bolo de milho escuto o barulho da partida do avião e logo o ruído do sobrevoos acima de nossas cabeças, eles fazem algo como um reconhecimento de área, e eu fico chateado porque com certeza meu pai está no avião e não me chamou para a aventura, justo quando tinha rasantes. Lástima. Raimundo se senta à minha frente para provar o café e fala, Olha, seu velho me deu ordem pra depois que você comer tudo aí, voltar pra casa, que a gente tem que esperar ele lá. Tem trabalho.

O trabalho era abrir aquelas caixas. Só Raimundo e eu sentamos no chão da sala e vamos rasgando o papelão com a faca, é munição de revólver e espingarda, mas muita. Projéteis grandes, que eu nunca tinha visto, Nosso trabalho é encher isto aqui!, e me conduz a outro quarto e abre um dos cinco guarda-roupas. Na parte de cima, havia vários revólveres cuidadosamente colocados lado a lado, e a parte de baixo era repleta de cinturões, empoeirados e com cheiro forte de couro meio apodrecido e óleo lubrificante, É um arsenal! eu disse e ele retruca, Você não viu nada ainda, rapaz. Agora ele abre os outros guarda-roupas, que continham mais escopetas e revólveres, e panos, e óleo, e ferramentas, aquela casa era um armazém que poderia armar um batalhão, mas agora pouco me importa porque tem trabalho, esticamos os cinturões e vamos completando-os com as munições novinhas, Isso aqui mata um elefante!, ele resmungando enquanto coloca também uma a uma as balas no cinturão, e de repente se cala e indica com o dedo em frente à boca para que eu nem pense em conversar, logo esse dedo vai ao seu ouvido sinalizando que eu escute os sons, alguns estampidos, que entram pela janela. E logo dá uma gargalhada mostrando ao menos três dentes de ouro, ri enquanto balança a cabeça.

– Rapaz, seu pai não é muito bom da cuca, não. Doido.

– Aqui parece que ninguém é – retruquei, mas logo me arrependi. Precisava do Raimundo pra me dar informação, sorte que ele já estava com a língua solta.

– Mas a gente aqui não vale nada. Ninguém tem nada a perder. Doutor Rodolfo, não, é homem estudado, de cidade. Não tem que viver fugindo.

– Você vive fugindo?

– Todo mundo nesta vila. Se não, ninguém se metia tanto com estes demônios, né? Pólvora é do cão.

– E da onde vêm esses tiros? Meu pai que está disparando?

– Não. É que você não sabe nada de o que está acontecendo. Seu pai quer que eu te conte, mas não sou muito bom assim de palavrório.

Ele era rude mesmo, mas eu podia ajudar, Onde ele foi com o avião?

– Foi dar aviso. Ordem dele, que a gente não discute, mas nossa ideia é outra. Atacar de repente, no jeito deles. Surdina. Da última vez faz dois anos. Mandamos o Jeringa pra dar alerta, um dos nossos melhores, de mão pra cima, e pano branco e tudo. Homem de paz pra dar mensagem de guerra. Voltou? Nada, deixaram a carcaça dele no meio da picada, cravejada de bala, estocada no pau. Eu que encontrei, a carcaça de pé e podre.

– E agora foi meu pai dar esse aviso?

– De avião. Ele voa por ali e os malditos já sabem o que significa, e daí disparam pra mostrar reação. Mas as armas deles derrubam, viu? Se ouvir um estouro forte. O avião pum! Arrebentou nas árvores.

Mentira se eu dissesse que senti medo. Ficava era orgulhoso de ver o velho naquela forma, dando rasante no meio dos tiros para avisar que haveria um ataque. Muito ainda eu não compreendia de o que ocorria ali, mas não sobrava tempo para outras perguntas. Meu pai chegou seguido de outros três homens e foi então para o avião retirar seu tubo de mapas. Me viu sentado no chão do quarto com um cinturão no colo e muita munição na frente, mas quando cruzamos olhares ele fingiu ignorar meu ofício. Ou o achava natural, não sei.

Estendeu os tais mapas sobre a mesa da sala e novamente simulou não ver que eu abandonei meu posto de armeiro para poder levantar-me e acompanhar o discurso que ele faria, ilustrado pela cartografia. Com uma lapiseira verde escura, quase como aqueles generais de filme da Segunda Guerra, marcou o ponto inimigo.

“Não estou colocando minha estratégia em discussão. Quero só que vocês entendam. Recuso-me a atacar de surpresa, porque ali pode haver famílias vivendo. Como aqui. Agora os posseiros se ocupam com uma casa em chamas, mas, pelo que se pode ver, estão bem armados. Nós estamos em maior número e eles farejam isso, já são experientes. Por conta do nosso alerta, as mulheres e crianças devem sair de lá no próximo nascer do sol. E tenho a esperança de que os homens também. É provável que não encontremos resistência, mas também é provável que eles tenham reforços. Por isso, não temos opção: amanhã avançamos pelo rio e vamos até nossa frente. Esteja tudo arrumado, de contrário teremos ainda mais trabalho. É importante que as trincheiras estejam fundas e limpas, e que os sacos de terra estejam levantados, prensados e firmes. Se não, em um ataque eles acabam conosco. É bem aqui o nosso acampamento, não? (E marcava com a lapiseira um ponto específico). Pois ali estenderemos ao menos duas tendas de campanha mais, porque precisamos estar todos confortáveis. Se eles vierem, encontrarão resistência brava e ninguém de nós se fere, se estiver atento. Isso, repito, se eles tentarem atacar. Um dia para organizar as trincheiras, outro pra observar e vigiar, e o último para ocupar. Lá nos dividiremos em duas equipes, para atacar pelos lados. Se for necessário. Podem rir de mim, mas eu tenho esperança de que vamos encontrar o marco de posse totalmente deserto. Sem ninguém, entendem? E que Deus cuide de todos nós.”

Pensei que iria eu participar de uma batalha campal e já me via com uma escopeta em mãos. Mas nada disso ocorreu. Conteí vinte homens que saíram no dia seguinte com espingardas às costas, e cinturões cheios de munição que eu passara a manhã arrumando. Era uma verdadeira expedição: dois homens traziam apoiados nos ombros um tronco fino em que se amarravam sacos de mantimentos, eles eram os cozinheiros, os únicos sem espingarda, mas com cinturões e revólver. Duas mulas, uma maior e outra pequenina, iam carregadas de mantimentos e panos, talvez tendas de campanha. Foi em vão o escândalo que armei para acompanhar os tais expedicionários, o único que consegui foi ganhar uma bronca:

– Você fica na Dona Soledad. Com o comandante Zamppetri, até eu voltar. Não há risco nenhum de que exista aqui na vila qualquer ataque, eu lhe garanto. A não ser que lá nos passe algo errado. Então temos dois guardas na mata, com ordem de recuar caso não saíamos vencedores.

Nessa hipótese, minha ordem é clara: você e o Comandante correm para a avioneta e decolam imediatamente, em direção a Goiás. E não ousem voltar atrás.

Diante de meu olhar, que devia ser de desgosto e enfrentamento, meu pai bateu forte as botas no solo e levou a mão revólver: “Não é um pedido de pai para filho, é uma ordem de comando. Não seja criança e perceba que você veio para guerra”. Fiquei outra vez todo orgulhoso. O homem do acampamento. Com passos firmes, dirigi-me até Raimundo, que assumia posição de destaque na tropa, Seja bravo, Raimundo!, ele se curvou para me abraçar de lado, Estamos todos juntos!, ele disse apertando meu ombro, e exalou um odor ácido que me fez lembrar Mercedes. Estranho.

Os dias que se seguiram foram tensos. Tristes e tensos, melhor dito. Zamppetri passava as horas em um rádio amador (um trambolho gigantesco) de uma das casas, e eu lembro bem que fui perguntar a ele se conseguia saber como tinha sido o jogo do Brasil, a Copa de que eu estava há tempos sem notícias. Ele disse que a seleção tinha sido eliminada, Nos pênaltis? Ele nada respondia, tinha dito só que fez a pergunta que eu mandara e disseram isso, o Brasil tinha sido eliminado. Como quase todos os homens da cidade estavam, por assim dizer, na expedição demarcadora, não havia outras fontes de informação, mas ele podia me garantir: tinha sido eliminado. Algum outro detalhe? Eu buscava qualquer informação que pudesse atestar veracidade.

– O Brasil está fora da Copa do Mundo – disseram isso. E algo mais, o que era? – Ah, sim, que estavam guardando bandeiras.

– Bandeiras?

– É, deve ser. Essas que eles põem nas janelas. Pro jogo.

Escutei isso e então sim senti meu estômago embrulhando, a garganta inchando como se fosse explodir e quando isso ocorria era sinal claro de que eu estava pra cair em um choro longo, já me conhecia o suficiente. Agora sim estava convencido da verdade, a frase de guardar as bandeiras não era simples como um “perdeu nos pênaltis”, não creio que suspeitara antes que estivesse mentindo, porém faltavam detalhes e já não havia dúvida, minha garganta inchava por dentro, saí pelos fundos da pensão da dona Soledad correndo pra entrar no começo do capão que havia atrás, como um quintal feito de selva semi desmatada para permitir que seus periquitos tivessem um *playground*, encostei na última árvore que me permitia caminhar sem ficar entalado em outras folhas, e fiquei ali um bom

tempo, pra dizer assim um chavão, escondido de mim mesmo e chorando demais, até que alguém tocou meu ombro.

– Não se preocupe tanto com futebol.

De novo, Zamppetri. Fiquei ofendido porque ele parecia depreciar minha condição.

– É fácil falar.

– Não, não é isso. É que temos problemas piores pra ocupar a cabeça -e fez alguma introdução que não lembro, antes de explicar o que eu tinha de saber – Nascendo o sol, César, fui ao mirante. É uma árvore grande e alta e firme que eles limpam com serra e facão pra que fique um tronco firme, e do cume amarram uma escada feita em corda e madeira, nada mais. Vira um ponto de observação acima da floresta.

– E não me chamou?

– Você estava dormindo. Do mirante, eu vi que havia fogo na mata.

– Um incêndio?

– É, mas esta mata não pega fogo naturalmente, sequer nestes tempos de seca. Teu pai está em perigo.

– Tem certeza?

– Como tenho de que o Brasil está fora da Copa. – e essa foi uma comparação que eu não merecia, mas ele não foi mal-intencionado. – É um fogo grande. Uma das formas mais comuns de guerrilha na mata é esperar o inimigo acampar em um lugar e prender fogo em volta. A natureza cuida de fazer o resto, se não chove. Muito querosene e um palito de fósforo. É fatal.

– Então devemos pegar o avião e ir até lá.

– Sem pista de pouso? O avião só serve para salvar a nossa pele. A tua e a minha. Você já quer fugir?

Para os senhores, advogados, eu devo aclarar: fuga, já desde então, para mim é sempre hipótese não cogitada.

Encurto agora a história. A tal expedição regressou passados cinco dias. Todos estavam muito mais magros, com barba grande, roupas e pele rasgadas. Todos, inclusive meu pai. De três deles voltaram apenas os corpos, dois enrolados em panos grossos e esticados nas mesmas varas que antes levavam comida. O outro vinha atado pelos pés e arrastado pela mula pequenina. A mula grande ficou pelo caminho. Fui correndo ver o corpo atado, que não estava sequer coberto, e reconheci o rosto cadavérico e ao mesmo tempo fermentado de Raimundo, a boca aberta já sem

os dentes de ouro. Fiquei com pena dele, até ouvir o relato que meu pai proferiu, após reunir o grupo de curiosos ouvintes: Soledad, Zamppetri, uma mulher que eu não conhecia e eu. Sentou-se em uma cadeira velha de plástico que ficava sob uma árvore gigantesca (lá só há árvores gigantes), descalçou as botas e pôs os pés sobre elas, evitando encostá-los na terra.

A tal aldeia que eles ocupariam estava aparentemente abandonada. Só aparentemente. Raimundo, com sua posição de guia nas sendas internas da mata, desviou a todos para uma saída por outro caminho, alternativo, quando o fogo começou, ao redor do local para onde o caboclo os havia atraído. Ao notar o fogo, Raimundo já havia desaparecido, por assim dizer, cruzando para o fronte inimigo. Se não fossem todos ali tão experientes, teriam sucumbido, mas, como depois me disse um deles, Deus e seus rifles os haviam salvo. Regressaram ao rumo da missão e, na entrada da aldeia a ser invadida, caíram ainda na tocaia de dois vigias, que descarregaram revólveres em direção aos sobreviventes do incêndio. Ali tombaram dois dos mais incautos (ou mais valentes?), e os demais seguiram adiante, fazendo cargo dos dois vigias. Com a reação, os posseiros se deram conta de que o grupo havia superado a emboscada de incêndio e rapidamente negociaram a rendição. O primeiro a se entregar foi Raimundo, covarde, com as mãos para o alto e pedindo perdão.

Ouvindo o relato, Soledad interrompeu para indagar: “le ajusticiaron”?

– *No hubo más remedio*, respondeu meu velho. Há momentos em que é impossível deixar de cumprir as leis.

Dois dias depois, pedi eu mesmo para cavar a cova rasa em que despejamos o corpo já todo decomposto. Aproveitei que meu velho não estava por ali, para pedir para atuar no tal enterro, mas hoje tenho enormes dúvidas de que ele, o velho, não controlasse tudo de longe. A terra era muito mais dura do que parecia e eu precisei de ajuda, mas fiz questão de puxar o corpo de Raimundo pela corda que ainda atava seus pés e alojá-lo naquele buraco raso, fiz uma força tremenda e precisei de ajuda, mas agi. Tampouco esqueço, e daí algo de minha suspeita, que esse homem que me ajudava fez questão de levantar o cadáver pelos cabelos apodrecidos e checar que o buraco de bala lhe entrava justo pela nuca. Execução mesmo, mas a rotina seguia: tomei um banho em um dos tantos riachos dali, comi o último café com bolo de milho da dona Soledad e fui ao avião, porque já era hora. Com a hélice fazendo um barulho grande, tirei da mala

minha camiseta-canarinho e a entreguei ao homem que me exibira a nuca de Raimundo, Como recuerdo!, e ele ficou todo feliz. A verdade é que eu nunca mais me interessaria por futebol. Me interessaria, isso sim, por descobrir o sentido da palavra “ajusticiar”, ou “ajustiçar”, mas ela não estaria no dicionário de casa. Já não era simpático aos dicionários, quando descobri que eles são esburacados como queijo suíço. Ou como o corpo de um traidor.

Também foi a última vez que via desde o céu a mata fechada do Xingu, lembro bem, enquanto sentia a mão do meu pai em meu ombro, sem nada dizer mas aparentemente orgulhoso de mim. Agora sim, eu estava habilitado a ser oficialmente o homem da casa. Viesse o que viesse.

- IV -

Outras perdas

Passaram-se dois anos em que quase tudo corria absolutamente igual. A diferença é que, como meu pai ainda era um assalariado (o que eu já conseguia achar injusto porque tinha sentido bem que seu trabalho não era um emprego qualquer) e a inflação galopava a extremos, nosso poder aquisitivo baixara ainda mais. Deixamos a casa de vila e fomos a um semi-cortiço, de onde até seríamos despejados se um vizinho, amigado com uma advogada, não conseguisse na justiça um congelamento no preço do aluguel, mas já quase nos faltava para comer. Já quase nos faltava para comer e eu me recusava a trabalhar porque com livros emprestados seguia estudando horas a fio para tentar passar no vestibular e cursar em alguma universidade pública minhas amadas ciências matemáticas. Ficava sozinho no quarto tentando compensar com minha leitura a ausência das aulas dos grandes cursinhos que, claro, eu não podia frequentar. Pois foi assim que eu estudava muito e quase não dei atenção ao velho quando ele entrou no meu quartinho que parecia uma estufa porque não tinha ventilação (e aquelas lâmpadas de então esquentavam tanto), disse, Amanhã volto pro mato pra cumprir minha última missão. Fechou a porta da minha estufa e só quando terminei o exercício notei que ele queria me falar algo, fui pra sala onde ele assistia ao Jornal Nacional em volume insuportável porque já era bem surdo e falei alto, Gostaria de voltar alguma vez pra lá, mas meu vestibular é na próxima semana.

- Não tem problema, filho. Eu só vim te dizer que vai ser a última vez que vou pro mato, porque estou muito velho. Meu corpo já não suporta

mais, são muitos anos. E seus olhos pareciam outra vez recobertos por aquela película de parafina que os fazia brilhar.

Certifiquei de que minha mãe, que estava na cozinha, não nos ouviria e só então sentei no sofá a seu lado.

– Vai haver outra batalha?

– Espero que não. Digo, como da outra vez.

Dei-lhe um abraço lateral, passando meu braço direito por detrás dos seus ombros, o máximo que nossa intimidade permitia:

– Eu passo na prova e ano que vem já vou trabalhar. E o senhor poderá descansar. Só falta um mês.

Ele sorriu, esperançoso.

– Isso me alegra. Meu corpo dói e meus reflexos já foram. Se tenho que entrar numa luta, não sei mais. Terá de ser a última vez e eu não queria que as coisas fossem assim. Queria poder ficar aqui te contando minha experiência, os tempos de guerra, você talvez precise saber. Talvez necessitássemos conversar mais. Um dia, eu lhe disse que fui culpado pela nossa ruína. Pode ser verdade. Mas também é verdade que nem tudo dependeu de mim nessa vida.

Foi mais uma referência a seu passado, que eu deveria ter aproveitado melhor, porque me pouparia muito esforço futuro, porém minha cabeça estava nos exercícios da apostila.

Meu pai foi ao mato, eu prestei meu vestibular e fui bem. Foram longos os dias à espera do resultado da prova. Poucas horas depois que meu vizinho, Marquito, bateu em casa feliz pra me avisar que tinha visto, na lista pregada no muro da Escola, meu nome como aprovado (a-pro-va-do) para ingresso na Universidade, recebi a notícia de que meu pai estava morto porque seu avião caíra. A avioneta. Nem eu nem minha mãe vimos jamais seus restos mortais, a empresa disse só que o avião sumiu e tal, mas sinceramente eu não duvido nada que seu corpo possa ter sido encontrado sem condições mínimas de apresentação, queimado ou, sem exagero, escalpelado, porque ali a lei era assim. Uns dólares e um pedaço de terra e estaria armado um motim esperando a chegada do velho. Repassei o rosto de cada um dos que conheci naquela selva e me enchi de raiva sem a menor informação suficiente: se descobrisse quem haviam agido, os “ajusticiava”, como disse de modo tão sonante a dona Soledad. Jamais a empresa nos deu mais notícias: nada do avião? E o piloto? Chegou-nos sim um envelope com algum dinheiro e um cartão de advogado,

Doutor Carlos, que escreveu apenas que estaria disposto a falar comigo quando quisesse. Liguei para ele e perguntei se havia alguma esperança de receber mais dinheiro da empresa e, como ele afirmou que o assunto não era monetário, agradei e desliguei. Devo ter pensado que não queria perder meu tempo com nostalgia.

De resto foi como planejado, no ano seguinte eu fazia meu sonhado curso de Matemática na Universidade Pública de noite e pela manhã e pela tarde dava aula em cursinhos para vestibular, que então pagavam bastante bem. E a partir daí meu salário só aumentou. Demorou quase quatro anos para eu notar que minha mãe passava o dia todo em nosso apartamento, que agora era no centro da cidade, lembrando da figura do marido e da filha morta tão cedo, enquanto eu me desgastava em números e nos espetáculos que são aquelas aulas de cursinho, que me fizeram criar no palco um personagem divertido, que não era eu. Com a rescisão do meu contrato com a tal escola-espetáculo comprei um apartamento para minha mãe na capital de seu Estado natal, onde ficava toda a família dela. As irmãs, digo. Comprei essa casa a centenas de quilômetros de São Paulo, a princípio sem que ela soubesse de nada. Depois contei que eu tirara meu diploma e, mais, tinha sido convidado para um doutorado nos Estados Unidos, mas que já teria um salário e as coisas estavam em constante câmbio.

Estavam mesmo.

Em Nova Iorque pouco sabia da família, ia à cidade de minha mãe a cada dois anos. No doutorado um projeto para um Banco Americano, uns cálculos que me consumiram seis anos, mas no fim deu tudo certo. Dois anos trabalhando em banco, com gel nos cabelos e uma sala tão grande em que se podia fazer *jogging*, depois uma empresa de cigarros que precisava arrumar suas contas porque a população estava deixando de fumar, e logo cinco anos de cálculos para uma empresa que, justo ao contrário, fazia cosméticos masculinos que subiam de vendas ano a ano. Tinha minha estratégia para meus bons contratos de trabalho: me dizia dono de uma técnica, totalmente inovadora, de calcular todos os movimentos da empresa com apenas uma enorme equação, que eu deveria criar a partir de sua realidade específica. As pessoas acreditavam e me pagavam caro por isso, para que eu desenvolvesse a tal equação. Os cálculos eram sempre os mesmos, mas se eu soltasse a fórmula ninguém precisaria de mim, era fazer uma aura de mistério e encher planilhas com números detalhadís-

simos que dão trabalho imenso, mas eu não podia pedir a ajuda de ninguém porque descobririam minha farsa. Minha farsa, não, minha filosofia: a matemática tem sentimentos e só quem sabe entendê-los a domina. Mas essa parte da minha vida realmente não conta aqui. São anos em que eu só envelheci e engordei. Interessa que novamente eu pedi minha saída da empresa de cosméticos para voltar à cidade de minha mãe, para cuidar dela. Detectara um câncer e por conta disso já freqüentava os hospitais. Pediram para que eu pudesse seguir meus cálculos no Brasil, mas respondi precisava de descanso, tudo estava encaminhado. Se interessa dizer, o que eu queria era ficar livre para negociar novos contratos, depois que cumprisse a via crucis com minha mãe.

Agora eu tinha dinheiro bastante para injetar periodicamente na veia da pobre senhora aquele veneno inútil a que chamam quimioterapia, mas ela achava que estava se curando com isso, e assim a equação se equilibra. O melhor que pude fazer foi ajeitar um quarto de enfermo para ela, conseguir uma cadeira de rodas e dar um passeio no *shopping Center* chique da cidade, comprar-lhe uma caríssima bolsa inglesa, um lenço de cabeça francês e um relógio suíço, para que ela se sentisse na clínica como uma senhora elegante que vai às tardes ao salão de beleza, falar com as amigas e cuidar dos cabelos que a quimio lhe atirava ao solo. Daí uns meses de rotina no tal apartamento, eu morrendo de calor e ela morrendo de o que tinha que morrer, da doença ou da cura. Hoje penso que foi gratificante ter tempo para conviver com ela durante aqueles oito meses em que eu a vi definhar, perder os movimentos, o raciocínio e a vontade de viver. Conversamos suficientemente nas poltronas da clínica em que ela se envenenava, ou na sala do nosso apartamento, ou ao lado da sua cama, onde ficou paralisada três meses, com a bolsa pendurada em um mancebo, Porque o dia que melhorar quero dar outra volta com ela no shopping, Claro, mãe, no dia em que a senhora melhorar! Pobre. Deitada, ela relatava histórias da sua infância na roça, como havia conhecido meu pai, a mudança para São Paulo, mas permanecia fiel ao nosso acordo porque jamais mencionou o nome de minha irmã. E do meu pai falava mesmo só aquelas coisas de passado distante, e dizia “vítima de tamanha injustiça”, “vítima um maldito sem nenhum caráter”, “o quanto ele sofreu com a gente deste país”, e outros contos dele sobre a guerra, sobre a acolhida da resistência nazista. Mas era estranho. Porque pra ela eu não tinha coragem de perguntar nada sobre o que realmente deveria importar, nosso

salto à pobreza, muito menos saber se ela tinha algo a ver com o tal Jaci, a quem meu pai recorrera quando Mercedes precisava da limpeza no pulmão. Sentia-me impotente, mas não só: os pactos de silêncio devem ser cumpridos.

Um dia desses minha mãe estava toda dopada de analgésico e eu acabara de dispensar a cuidadora quando recebi um contato bastante inesperado. Era meu padrinho, que eu havia visto pela última vez, creio, nos meus oito anos de idade. Dizia que havia encontrado uma irmã de minha mãe na ante-sala do oftalmologista, lamentou que a perda do nosso contato, mas pediu para me ver. Sua voz parecia bastante animada, ele sugeriu um restaurante e eu bem entendi que ele não queria fazer a visita semi-fúnebre que seria aparecer em minha casa naquelas condições. Melhor assim.

Meu padrinho estava só no restaurante. Então faltava minha madrinha, morte ou divórcio? Não era momento de questionar, apenas dei-lhe um forte abraço e senti seus músculos rígidos, extrema saúde para quem devia contar com setenta ou setenta e cinco anos. Tomei do vinho, precioso, enquanto escutava:

– Voltamos ao Brasil faz cinco anos, mas eu não soube de vocês. Semana passada estava no médico e sua tia chamou por meu nome e eu não a reconhecia, sou péssimo pra rostos. Bom, ela já me contou tudo. Das mortes, do estado de saúde de sua mãe, eu lamento muito. Sua mãe eu vi pouquíssimas vezes na vida, na verdade, porque eu era companheiro inseparável de seu pai na vida de solteiro, mas foi casarmos e já... cada um pra um lado. À exceção do seu batizado.

– Pois é.

Falamos amenidades familiares que pouco acrescentam ao que preciso contar aos senhores, doutores, mas daqui em diante o diálogo é essencial para a apurada análise que vos pedirei. Disse o padrinho:

– No fim das contas, gosto muito desta cidade.

– Eu não – respondi.

– Compramos duas casas vizinhas aqui em um bairro bom, que valorizou. Tranquilo o lugar, já não estou para agitação. A lástima é que só tem uma padaria boa no bairro, e lá todo o fim de tarde está o Jaci. Atrapalha meu pão. Velho, o maldito.

– Que Jaci? Quem é esse?, questionei, com a cabeça cheia de bom vinho.

– Como, quem é Jaci? O Jaci, do teu pai.

– Não sabia que meu pai tinha um Jaci. O que é um Jaci? – meio bêbado eu simulava ignorância, mas a verdade é que o maldito nome retumbava no meu cérebro. De outro lado, eu também tinha vergonha de não ter muito mais que intuição sobre o que significaria esse homem em nossas vidas, então talvez também fosse um modo de fazer meu padrinho falar. Eu já tinha muita experiência em negociação.

Ele se colocou nervosíssimo, Seu pai tinha dessas coisas, nunca te falou da história do maldito que roubou todas as suas terras, que o deixou na miséria com um golpe, que tirou dele tudo o que conseguiu acumular em uma vida? Teu pai passa a vida toda desviando de tiros, e delatando nazistas, e enfrentando ditaduras, e fronteiras, e febres e onças, pra entregar todos os bens acumulados na vida pra um caboclo malandro, e ele não te conta essa história?

– Contou. Não. Contou mais ou menos. Só não lembrava que se chamava Jaci. E que estava vivo, isso eu ignorava.

Olhei bem para meu padrinho enquanto meus pensamentos formulavam. Para algumas coisas eu penso devagar. Quando passei a imaginar esse homem como um corpo físico, palpável, vagante em uma padaria, minha curiosidade foi aumentando e pela primeira vez eu tentei ser agradável para que alguém tocasse no assunto, Padrinho, eu queria muito saber essa história em minúcias, e essa frase se pronunciou assim quase sozinha.

Então ele bebeu mais e falou toda aquela biografia que eu já relatei. Faltaram alguns dados que eu fui buscar em um café no centro de São Paulo com Doutor Carlos, que ainda virá aqui acrescentar outros sórdidos detalhes a esta parte de minha vida. Enquanto falava meu padrinho, eu pensava apenas na possibilidade do encontro:

– Numa padaria, é? Esse homem, numa padaria?

– Todas as tardes. Bermuda, sandálias, como se não devesse nada a ninguém, como se não devesse a própria alma ao diabo. Fingimos um ao outro que não nos conhecemos. Mas então sabemos que somos vizinhos de bairro, tremendo azar. Ver aquele homem me corta o apetite, se houvesse no bairro outra padaria...

Contou-me detalhes dos momentos de aflição do meu velho, que ligou pra ele pouco depois de meu batismo, dizendo que tudo estava perdido,

Um homem tão calmo, seu pai, mas tão calmo, que parecia que eu falava com um padre, e levou um golpe desses. Um direto de direita no fígado.

Ele pediu sobremesa, Tome um café. Parecia que não queria acabar o momento, porque talvez não nos víssemos mais em toda a vida. Era um fato, o afastamento. Aceitei o café, que não cortou o efeito do vinho, mas ainda assim gosto dessa interação química. Ele pediu a conta.

– Estranho – eu falei por impulso, coisas do álcool.

– Quê?

– Meu pai, apesar de tão calmo. Era um homem da guerra. De valores, eu digo – e falava com a imagem do corpo de Raimundo chegando arrastado pela mula.

– Não tenha dúvida. Bom que você o tenha tão claro.

Segui:

– Pois então. Ele nunca tomou uma atitude contra esse sujeito? Uma vez o vi ao telefone com ele, meu pai parecia tão submisso.

– Ele era calmo, já dissemos.

– São coisas diferentes, retruquei. Por que não acertou essas contas? Por que não foi em busca de sua própria justiça? – e na minha cabeça as palavras de Soledad, que eu buscava preencher de sentido, alguém “ajustado”, tem momentos em que a justiça parece tão evidente como o resultado de uma prova dos nove.

Meu padrinho sorriu, como um capitão de caravela que avista a terra:

– Ah, agora você chegou ao ponto. Pergunte-se assim: “Por que seu pai não acertou as contas com Jaci”? Pois isso é o que você, sozinho, tem que descobrir. Você, sozinho – falou pausadamente, enquanto assinava a nota do cartão de crédito, que o garçom trouxera.

– Eu?

E levantou-se:

– Nós, na Hungria, temos costumes a serem respeitados. Eles estão nos genes, talvez, mas a ti cabe interpretá-los, porque eles respondem certamente a essas dúvidas. Os costumes. Apenas não demore, porque o Jaci já tem muitos anos, e, claro, ele é peça essencial nisso tudo.

Covardia. Dizer a um matemático que tem de descobrir algo é como dizer ao toureiro que há um touro bravo que ele não pode enfrentar. Falar ainda algo tão confuso como ter “costumes” nos “genes”, algo tão social inscrito em algo tão biológico, entender aquela situação parecia ser como desvendar a humanidade mesma. Despedi do meu padrinho, saí do res-

taurante e fiquei vagando a pé pela cidade, de chapéu e camisa de linho sob aquele calor insuportável, enquanto o vinho ainda fazia efeito. Eu me considerava um homem de negócios já, uma pessoa que direcionava reuniões à exatidão subjetiva dos meus números, e ainda assim aquele padrinho tinha, em pouco mais de uma hora, me encarregado de uma missão profunda, que eu a princípio me desse conta do motivo do seu chamado. Trouxa. Fazia trinta e cinco anos exatos que eu não o via, calculei. Ele não me encontrara assim por acaso.

- V -

A padaria e o coágulo

Não era bem uma padaria, era um empório metido a fino, de bairro novo. Verdade, vendia pão. O homem entrou vestido de sandálias, exatamente como na descrição do meu padrinho, só que em vez de bermuda branca, era bege escuro, a camisa colorida também coincidia, pele morena de um homem de seus setenta e poucos anos de idade, porém vital, com boa postura. O balconista lhe deu um saco de papel com bengalas de pão refinado. Aproximei-me e fingi reconhecê-lo ao lado do balcão, Mas o senhor não é o Jaci?, ele sorriu:

- Eu mesmo, mas não estou lembrando de você, essa minha cabeça...

- O senhor não me conhece. Mas conheceu meu pai.

- Seu pai...

Quando lhe disse o nome, deixou os pães caírem ao chão, mas o espanto era simulado. Tentou me abraçar, Não me queira mal, eu sou um velho doente, eu perdi tudo. Se você soubesse... E choramingou, Tenho uma bolha no cérebro que me matará a qualquer instante!

Assim, malandros lamentam-se. Eu não queria conversa, apenas um reconhecimento.

- Eu não quero conversa com o senhor. Apenas um reconhecimento.

- Mas por que vieste até aqui? Por favor, perdoe este velho doente.

- Não se preocupe, respondi apenas por obrigação. Nós voltaremos a nos ver. Antes de sua bolha no cérebro explodir.

Deixei o empório, depois de pegar uma lata de cerveja. Jaci ainda estava lá dentro. Do empório.

Hoje, passados quase três anos desse encontro, não sei exatamente o motivo por que prometi àquele infeliz que nos veríamos outra vez. Não identifico a que eu estava decidido naquele instante, mas o fato é que a promessa estava feita. E muito mais ainda viria.

- VI -

Vinho

Cheguei a casa com mais cerveja transitando pelo cérebro – eu que não era de bebida – enquanto o sol baixava e deixava o céu em um curioso tom lilás, cor de sacrifício. Busquei minha mãe e nosso diálogo se resumiu a sua voz ínfima afirmar que estava tudo bem, mas que estava muito cansada, que queria dormir, dispensamos sua cuidadora da velada da cama, podia ir a seu quarto que eu estaria ali atento, mas na verdade pedi muita cerveja no disk-entrega e fiquei apenas pensando que no dia seguinte queria saber todos os detalhes do passado da família. Ouvi a voz de minha mãe, que deve haver feito um enorme esforço para conseguir chamar-me ao quarto só para pedir um abraço, Dá um abraço, meu filho, eu estou tendo sonhos, sonhos tão estranhos, tão reais, você se lembra da mangueira, que sua tia escalava, no quintal? Nem quintal, nem mangueira, calei. Eu a abracei e senti aquele mesmo cheiro ácido e adocicado. Não havia dúvida, ela estava de partida. Me apressei para falar claro no seu ouvido, Tchau, mãe, muito obrigado! Teu quintal te aguarda, as mangueiras ou o que seja, mas teu filho cumprirá as obrigações por aqui! Tampouco sei por que disse isso, mas disse. Quando a soltei, seus olhos abertos já não tinham expressão, liguei para a ambulância e calmamente chamei a cuidadora no quarto. Sentei no sofá e ouvi seu grito de horror. Nada adequado, para uma profissional.

A tal da ambulância não tardou, mas ainda assim sua função foi de retirada de um corpo, desci para receber a ambulância enquanto chegou

a moto do disk-pizza, Ah, minha cerveja. E agora algo mais que preciso narrar. Entrei em casa para entregar o corpo e preparar os trâmites da funerária. Fui direto buscar os documentos da falecida, dentro de sua tal bolsa inglesa, que não voltou a passear no shopping. A bolsa exalou um cheiro de perfume e náilon intacto, mas dentro dela havia algo mais sem odor a novo, algo mais que carteira, batom, maquiagem, espelho e cartões de seguro-saúde. Havia um envelope de carta, amarelado pelo tempo, dobrado ao meio.

O envelope estava fechado. Lacrado, e foi fácil descobrir por que: era uma carta devolvida pelo destinatário. Enviava-a meu pai, e estava endereçada ao Jaci. Sobre o nome deste, um carimbo “Ao Remetente” e atrás, tangenciando o nome do meu pai, outro carimbo de “Motivo da Devolução”, em que uma cruz a caneta marcava a opção: recusada pelo destinatário. Recusada. O vagabundo viu o nome do meu pai e sequer se deu ao trabalho de abrir. Claro que aquele envelope traria muitos mistérios: por que minha mãe a guardara tantos anos? Por que não abri-la? Por que era o único objeto tão estranho dentro de sua bolsa, tão nova? Eu gosto das charadas, mas essas não eram assim tão difíceis de responder, ao menos por hipóteses com grandes probabilidades de se confirmarem: meu pai, em um passado distante, enviara a carta a Jaci, e minha mãe certamente sabia o que havia nela. A mulher recebeu pelo correio a devolução e talvez tenha querido preservar meu velho pai da humilhação de não ter a missiva sequer lida. Assim a guardara na bolsa inglesa porque na verdade não tinha tanta esperança de vida como aparentava, e se dera conta que era por ali, por sua bolsa nova, que me entregaria os primeiros objetos no momento de sua morte. Não abri o envelope, mas vi o dia da devolução: dois de janeiro. Do ano em que eu fizera dezessete anos, minha irmã estava morta há muito e já seria tempo de que meu pai houvesse esquecido esse sujeito. Seria, mas não era, ali estava a carta para prová-lo. Pensei que abrir aquele envelope ali seria uma curiosidade mórbida demais, meti-o de volta na bolsa e me dirigi à funerária. A reaparição desse sujeito na minha vida já havia dado suficientemente de si, e eu tinha problemas muito práticos a resolver. Velório e enterro necessitam atenção intensa e velos.

Daí em diante há um vazio em minha memória, mas ainda assim o que lembro, creio, será importante para a decisão dos senhores. Eu assinei um cheque astronômico na funerária, que evidentemente se aproveitava

desse momento único na, por dizer algo, vida dos nossos parentes, e fui comprar um vinho no supermercado. Umas garrafas. Lembro vagamente que no dia seguinte à morte de minha mãe entrei no táxi com direção ao cemitério, e lembro que o taxista me ofendeu quando chegamos ao destino, não recordo o motivo. Lembro que havia uma sala de velório, lembro que o caixão estava aberto porque dele saía odor de muitas flores, mas não lembro do rosto do cadáver de minha mãe. Recordo sim de faces pedindo que eu discursasse algo, talvez estivesse lá um padre de hábito negro, mas pode ser criação minha, lembro que não conseguia falar.

Meu próximo recorde é que minha cabeça e minha boca doíam muito, eu abri os olhos e estava em uma cama, sobre um travesseiro com cheiro de há muito guardado. Logo vi o rosto do meu padrinho.

– Você bebeu muito, ele disse.

– Ah, é?

– Não quis te levar para o hospital. Te trouxe para casa. Estamos no quarto de hóspedes.

– Certo.

– Sente-se bem?

– Minha boca dói.

– Você tombou e seu lábio se cortou no chão. Uma pedra. Nada demais. Sua tia limpou o ferimento com álcool, como se fosse necessário.

– O quê?

– Tentei fazer uma piada. Quis dizer que parecia que o sangue que jorrava deveria conter maior teor alcoólico que o líquido com que sua tia queria limpar o ferimento.

– Ah.

– Mas você está bem. Foi só um porre.

– Entendo. Minha cabeça também dói.

– Você quer alguma coisa?

– Vinho.

Ele riu. Depois fechou o semblante, quando se deu conta de que eu estava falando sério.

A verdade é que passei ali naquele quarto dois dias, bem atendido mas com muita dor, deitado na cama, até o momento em que me senti melhor (queria mais vinho), tomei meu último banho, coloquei a roupa que havia ali, e olhei no espelho minha boca ainda inchada pela queda e minha barba por fazer. Ela estava esbranquiçada, fazia tempo que me barbeava

diariamente e não notara que eram esbranquiçados aqueles pelos que eu não permitia crescerem. Ia pedir a meu padrinho um barbeador, mas achei simpático o sinal do passo dos anos. Vi meu anfitrião na sala, que me chamou a sentar. Contou durante duas horas a história de vida de meu pai, desde a guerra. E se deu por vencido, quando viu que eu não abria a boca para qualquer questão.

– Já estou de saída – resmunguei – Só queria te contar uma coisa: conheci o tal Jaci.

– Eu sei, disse meu padrinho, e seu forte sotaque me fez lembrar meu pai. Nesses três dias em que você passou aqui, muitas coisas ocorreram, eu ia chegar a esse assunto.

– Três dias? Passa rápido o tempo.

– Vai te ligar o Doutor Carlos, um homem bom. Ele foi advogado de seu pai muitos anos, e vive ainda em São Paulo. Está velho, como eu. Falando em velho, deixas aparecer tua barba branca. Não preferes voltar ao quarto e cortá-la?

– Não. Agora vou sair. Manterei meu telefone ligado, para o Doutor Carlos. Na verdade, não tenho muito para fazer.

– Vais para casa?

– Vou a um lugar em que me sirvam vinho. Adeus.

Fechei a porta sem mais despedidas, mas não entrei em um bar, entrei no banco. Vi que tinha dinheiro e agora não tinha despesas. Não tinha ascendentes, não tinha descendentes. Tampouco tinha um contrato de trabalho, mas isso não era urgente. Fui ao apartamento, vesti algo mais confortável, guardei a carta lacrada a Jaci em uma pequena caixa de madeira com duas recordações de meu pai (uma foto e um passaporte) e busquei um bar que servisse vinho.

O tal doutor Carlos me ligou dois dias depois, lembrei que ele havia me telefonado em casa, quase duas décadas antes, quando meu pai morrera. Sangue de corvo, se me permitem dizer, como todos os advogados. Foi só uma brincadeira, agora quem doía era meu estômago, pois a última refeição que eu fizera fora na tal padaria, antes de ver a Jaci. Nada sólido me descia pela goela havia dias.

Doutor Carlos, com suas cordas vocais defumadas por muitas décadas:

– Seria útil que você viesse a São Paulo falar comigo. Tenho alguns assuntos muito importantes a tratar, e me é difícil ir te ver na cidade em que você está.

– Vou a teu escritório.

– Sou um advogado aposentado, compulsoriamente. Aliás, esse é um dos temas que tenho de te explicar, por expressa recomendação: o motivo de minha aposentadoria. Mas te atendo no escritório de um colega. Me ligue quando estiver por aqui.

– Claro.

E aí sim fui a um bar.



– VII –

São Paulo e o advogado

Gostava da minha barba já grande quando a olhei no hotel em que me alojei em minha metrópole natal. Não me vinha mal e, na verdade, tinha só metade dos fios brancos. Não todos. Tampouco me vinha mal voltar àquela cidade, porque havia muitos bares a serem visitados. Agora eu posso lembrar que acordei no hotel, fingi que tinha os horários alterados por algum *jetlag* e pedi vinho na recepção. Tinha na cabeça a imagem de Jaci e da bolsa de minha mãe. Também pensava nos enigmas: tinha que descobrir por que meu pai jamais cobrara de Jaci sua parte, por que fora tão subserviente ao telefone quando lhe pedia uma ajuda para salvar minha Mercedes. Talvez não fosse de todo verdade que Jaci figurasse como tão desonesto da história. Naqueles dias, lembrem-se, eu tinha apenas afirmações, por assim dizer, de fontes não isentas: meu pai, a quem eu dou todo o crédito, dizendo que Jaci o roubara; meu padrinho, em quem eu confiava e que me parecia muito sincero. Algumas insinuações de minha mãe acerca da desonestidade do negociador malandro, mas também, claro, provinham de minha mãe. Bom, na verdade tinha também um assustado e falso pedido de perdão do próprio Jaci, que não atirara os pães ao solo apenas pela emoção de arrostar meus olhos castanhos. A culpa lhe saía pela boca. E havia a tal carta, que, contivesse o que contivesse, seria algo escrito por meu pai. Um desabafo, quem sabe? Provavelmente. Mas não seria, não era um acerto de contas, como deve ser um acerto de contas.

Na manhã seguinte estava no escritório do tal amigo do Doutor Carlos que era uma sala simples. Lembro que pensava em chamá-lo para descer e tomar um drinque quando me anunciei à secretária e o vi, saindo de uma sala que devia pertencer ao dono do escritório, ele se despedia de um senhor que talvez fosse um antigo cliente. Cliente que deveria haver-lhe dado um uísque, porque ele segurava com o braço esquerdo um embrulho negro típico de garrafa de scotch. Reparei em sua gravata de crochê, fazia muito que eu não via uma gravata de crochê, que tentava combinar com um paletó cinza e calças negras que pareciam confortáveis, natural para alguém que aparentava seus setenta e tantos anos, bem vividos. Gastos. Dei-lhe a mão e ele quis me abraçar, apoiando o embrulho na mesa da secretária, Não sabe quanto estou feliz em te ver. Eu era muito amigo de seu pai.

Mas ele não me chamou para entrar na tal saleta, Vamos daqui, vamos dar uma volta, eu gosto do Centro, quando faz frio, você não?, Eu gosto também, respondi, Ótimo, poderia levar isso para mim?, e sem mais cerimônia me passou o embrulho aproveitando de minhas mãos livres, pegou com a secretária uma pasta de couro marrom e despediu-se com um “Até mais ver”.

– O senhor ganhou um uísque, eu disse enquanto caminhava, acompanhando seus passos rápidos. Rapidíssimos, para sua idade.

– Advogados ganham uísque.

– Bem, pelo que vejo, o senhor não gosta mais do escritório, não?

– Tive que me aposentar, já lhe falei.

Pensei que pararíamos no bonito café em frente ao prédio, mas ele preferiu seguir em frente e eu me deixava levar pelas ruas, foram duas quadras e meia de caminhada lépida ladeira abaixo e ele entrou em uma porta como um soldado que escuta o comando de virar em ordem unida, era um bar muito feio que cheirava a feijão, e meu fígado não estava para enfrentar aquela cozinha de comercial-com-ovo. Sentou-se à mesa do canto ao fundo e afastou o prato que descansava virado pra baixo, sentei em frente, e na cadeira ao lado apoiei o embrulho negro e meu paletó, Deixa aqui!, ele indicou com o dedo que eu apoiasse o embrulho do uísque sobre a mesa, e afastou mais um prato.

Nem bem sentamos e o garçom (vamos, o homem que servia a mesa) trouxe em uma travessa que nem era bandeja uma coca-cola, um copo baixo com algum gelo, uma garrafa de uísque quase vazia e um cinzeiro,

colocou tudo diante do advogado e começou a verter o líquido no copo com gelo. Eu só observava. A garrafa esvaziou toda, e o garçom logo pegou o pacote embrulhado, como se fora um presente para ele mesmo, rasgou o celofane, abriu a caixa e tirou uma garrafa igual à que estava na mesa, de uma marca cara de etiqueta negra, fez um elogio qualquer enquanto a destapava e logo completou o copo; pôs na sua bandeja o celofane, a caixa de cartolina, a garrafa recém inaugurada – que tomou o lugar da coca-cola – e voltou naturalmente para trás do balcão, sem sequer perguntar o que eu queria. Se perguntasse, eu não saberia o que responder, concentrado que estava em observar aquele estranho homem que me chamava para uma conversa que tardava tanto em iniciar. Pensei naquele momento que, ali, era um voto de confiança que o velho fazia em mim, ele esperava que eu dissesse algo, porque precisávamos criar intimidade e realmente ele estava me desvelando seus segredos com aquele ato provocativo, o garçom abrindo o uísque de presente, ele desejava uma reação. Falei:

– O senhor *não* ganhou o uísque, verdade?

Ele sorriu e acendeu o cigarro, porque naquele bar barato a lei não vige para os melhores clientes.

– Como detetive, você está mal. Eu ganhei *sim* a garrafa. De presente.

– Mas não hoje.

– Não hoje.

– Nem estava embrulhada, suponho.

Ele tomou enorme trago do uísque e logo do cigarro, sorrindo, como se quisesse sinalizar que estava feliz com minha conclusão. Esperou um pouco e retrucou.

– É bom saber que você é perspicaz. Vai precisar dessa inteligência.

Do bolso do paletó tirou uma caneta negra, envelhecida, que me entregou:

– Eu queria te dar isso. Foi praticamente a primeira caneta que usei como advogado, seu pai que me deu. Trouxe da França. Hoje eu sei que é um dos primeiros modelos da *Genève*, vale uma nota. Mas, claro, é sua, não minha.

Agradei. Pensei em recusar, mas gostaria de ter algo que meu pai trouxera de seus tempos de guerra. E era um objeto bonito, aliás, apesar de um tanto judiado. Ele deu mais um gole do uísque.

– Por isso o senhor me chamou? – perguntei, olhando a caneta.

– Parece-lhe pouco?

– Na verdade, sim.

O advogado riu.

– Gostei de você. Tem mais dois assuntos. O Jaci me procurou, ele quer uma negociação contigo.

Olhei bem nos olhos de Dr. Carlos, notei um brilho estranho, como lacrimejando, mas muito diverso da parafina que recobria os olhos do meu pai, porque a parafina é o acúmulo do sofrimento, que não estava no advogado. Era apenas a idade, com coca-cola e uísque.

– O Jaci te ligou? Não sei de que lado o senhor está, doutor.

– Esse homem é um bandido, vagabundo, enganador. Isso responde à sua pergunta?

– E o senhor ainda assim aceita falar com ele? A mim soa como humilhação.

– Minha profissão impõe, e o diálogo nunca é humilhante, dependendo de como você se posiciona. A postura, sabe? Ele está muito rico, mas doente. E desgraçado, pelo que sei um filho está preso, a filha é narcodependente grave. Bom, ao que importa: ele deve querer pagar-lhe um bom dinheiro.

– Que doença ele tem?

– Parece um câncer.

– Ele me disse que tinha um coágulo no cérebro.

– Naquele momento que você o encontrou, ele disse qualquer coisa. Porque estava assustado.

– Ele comentou isso com o senhor, doutor?

– Contou-me sim. Me disse que falou o primeiro que lhe veio à cabeça.

– Literalmente. Veio-lhe a cabeça um coágulo no cérebro. – brinquei, porque a saúde de Jaci não me importava em nada – Quisera que fosse verdade.

– Bom, a verdade nunca foi uma qualidade dele – contestou o doutor, sacudindo sua gravata de crochê para afastar um pouco de cinza de cigarro que lhe caíra.

– Desde o dia que me encontrei com esse sujeito, fiquei muito mal. Muito mesmo. Mas posso lhe garantir que o dinheiro não é o que pretendo desse infame. Do senhor, doutor, eu gostaria de muitas informações. Que me contasse exatamente o que esse homem fez a meu pai.

Mas gostaria de tomar um trago, antes. O garçom me serviria um pouco do teu presente?

– Ah, estou aqui para isso também. Para as informações, não para te dar uísque. No meu escocês ninguém mexe, é uma lei neste bar, porque este bar é meu território. E leis se cumprem, entende? Vamos ao tema: em resumo, Jaci deixou seu pai na miséria, quando você e sua irmã eram criancinhas.

E então me deu uma série de detalhes, que eu já contei no início desta carta, e peço que novamente que os senhores, destinatários desta minha missiva, guardem-nos com carinho.

– Terei que decidir o que fazer sobre esse sujeito, eu disse. Mas transacionar dinheiro, garanto, não é meu objetivo agora.

– Respondo ao Jaci então que você não quer diálogo? – perguntou Dr. Carlos, e sinceramente não parecia decepcionado.

– Por favor.

O velho foi servido de mais uísque e tomou meio copo, literalmente como se fosse água. Eu ficava nervoso porque queria prová-lo, Me traz um conhaque!, ordenei ao tal garçom, imaginando que ali não passaria nem a sombra de um vinho tragável.

– Temos mais um assunto, ele resmungou.

– Ah, sim?

– Você não se lembra qual? Pra quem fez tantas perguntas, você deveria ter boa memória. Se não, eu te contei tantas coisas para se perderem nesses neurônios, então desperdicei meu tempo.

– Não lembro do outro assunto. Mas lembro de tudo o que o senhor me contou, acredite.

– Eu havia lhe prometido que te contaria a causa da minha aposentadoria.

– É mesmo – disse, fingindo me importar. Os velhos sempre querem contar suas próprias histórias, direito deles.

– Na verdade, teve um único culpado, e eu vou apresentá-lo, neste exato momento.

– Quem foi?, perguntei, agora curioso. Claro, anos de advocacia faziam aquele sujeito manter algum interessante suspense. – Quem forçou sua aposentadoria?

Vi então que ele me apontava o copo de *scotch*, com as duas mãos abertas, como quem introduz um novo amigo. Bingo!

A história é ainda mais forte não apenas porque ele passou a me relatar que toda sua tensão inexplicável das manhãs só passava depois que visitava o bar, que tinha que se ocultar como um rato naquele antro sujo onde serviam sua bebida (palavras dele) e que talvez não fosse folclore dizer que os advogados bebem muito, mas que o álcool ajudava o pensamento era sim um mito. Que se tivesse mesmo um raciocínio amplo não perderia o controle, e os clientes, e a melhor mulher do mundo e por aí vai.

– O que quer que decidas em relação ao Jaci, decida-se longe dessa droga.

Quando o homem trouxe meu conhaque barato, eu o olhei como um copo de veneno, enquanto minha fome aumentava tremendamente, os dias todos que eu não havia provado comida resolveram no mesmo momento invadir alguma parte do meu cérebro reservada às necessidades vitais, Vocês já estão servindo almoço?, Almoço é pouco, servimos o melhor virado à Paulista do Brasil!, falou com bom humor, enquanto Dr. Carlos assentia com um sinal de cabeça.

– Então manda um, ordenei, a arrastar o prato a meu lado sobre a toalha de papel manteiga.

Dias depois estava ainda em São Paulo, mas no escritório de uma multinacional francesa, a negociar, com um executivo espanhol que mal falava inglês, meu novo contrato de trabalho. Eu disse que deveria passar, no mínimo, dois anos ali para chegar à equação correta sobre lucros e estimativas daquela grande produtora de cosméticos, novamente os cosméticos. Ao cabo de não menos de seis dias de negociações, chegamos a um bom termo sobre minha remuneração. A um ótimo termo, eu diria, mas não diante do interlocutor. Para isso, em duas semanas já deveria eu viver em Paris, com acesso a toda a contabilidade da empresa.

– Dizem que na nossa sede, os homens de avental branco, como nós os chamamos, desenvolvem produtos para cuidar da barba. Talvez o senhor lhes sirva de cobaia, ele brincou, notando que ao cabo de tantos dias de encontros diários, minha barba tomava corpo. Eu estava gostando dela.

– VIII –

Livros e Sentido

De fato, me proporcionaram um escritório bem grande, eu digo, uma sala enorme e bem decorada em um edifício-sede parisiense que, esse sim, não era tão espaçoso. A empresa em si era pequena, mas seus lucros impressionantes. Impressionantes, mas já houveram sido maiores.

Um mês na cidade e eu já tinha aulas intensivas que me permitiam alguma comunicação incipiente, ficava no anoitecer com minha pastinha de aluno de idiomas reconhecendo becos alegres, comprava dois jornais vespertinos e lia (ou tentava ler) em cafés diversos, comia aqueles brioches e tomava vinho. Não mais de uma taça, creiam. Usualmente eu saía da escola de francês às sete e meia e caminhava oito quadras até as margens do rio, depois me impunha não ter destino. Teria de entrar em lugar novo, como em uma teoria de aleatoriedade. Comia apenas em restaurantes e vivia em um hotel, caro como qualquer coisa semi-limpa ali, e ainda assim não gastava a décima parte do contratado com a empresa de cosméticos, e as planilhas estavam já desvendadas, os cálculos eram muito simples porém longos. Eu os fazia em lápis e papel, porque assim trabalham os verdadeiros matemáticos: lápis, papel; ou lousa e giz. Com as planilhas de computador, apenas fermentava uma conta que estava desvendada na ponta do lápis. Coisas da sobrevivência.

Dez semanas em Paris e então fiz o que acho que mudaria meu pensamento para sempre: entrei em uma biblioteca, uma biblioteca de ver-

dade. Não, melhor relatar um pouco antes. Saí da aula da aula de idioma todo empolgado porque havia tagarelado muito – tudo errado, mas comunicativo – e entrei na banca de jornal pra comprar alguma revista que desse notícias de ciências, porque precisava apresentar um trabalho na aula de idioma e queria falar sobre astronomia. Mas não me saíram as palavras com a perfeição que o tal jornaleiro parisiense exigia, e ele me humilhou tanto dizendo que não me compreendia uma palavra – cortando minha empolgação no aprendizado – que eu resolvi não comprar porcaria nenhuma e ficar quieto e voltar a vagar sozinho pra ir tomar algum café em qualquer canto onde as pessoas fossem mais simpáticas. Foi aí que reparei nos olhos com traços mais lindos que já havia visto na vida. Olhos esverdeados sem maquiagem, diferentes daqueles que ilustravam as ante-salas do meu escritório do negócio dos cosméticos, eu fiquei admirando aquela mulher que devia ter seus trinta e poucos anos e que novamente baixou a atenção ao livro que sustentava entre as mãos e eu tive que pensar rápido e correr e pedir qualquer coisa com chantili naquele estabelecimento, para demarcar meu território. Ela estava em uma daquelas mesas de café que ficam na calçada e eu pensei que poderia pedir pra compartilhar mesa porque as outras quatro estavam lotadas, quando eu voltei carregando minha xícara com creme eu pedi licença e me respondeu em inglês, Será um prazer, Você é turista?, questionei e ela disse que não, que era húngara e que passava o dia ali lendo pra conseguir aprender francês, Livros em francês que eu escolho na biblioteca.

Ficamos logo amigos de toda a vida, ela porque teve empatia com minha condição de estrangeiro barbarizado e eu porque estava encantado com os mais belos olhos que a Hungria perdera. Ela me levou à tal biblioteca, um prédio público a uma quadra do tal café. Entramos em um salão lateral enorme (“Dedicado apenas aos clássicos”) em madeira escura no estilo barroco, com mesas de leitura antigas e que se viam sólidas como jacarandá, então ela me ensinou o que fazia, falando baixo, pausado e colado ao meu ouvido:

– As pessoas levantam das mesas de leitura e deixam os livros por ali onde estão. Os livros só podem ser guardados pelo bibliotecário. A maioria deles podem ser emprestados, mas só por algumas horas, nesse momento que eu uso pra tomar meu café. Depois eu volto e me sento, mas eu nunca leio o mesmo livro. Eu não os termino, porque eu gosto de saber as histórias dos leitores. É assim.

– Como, saber as histórias dos leitores?

– Eu entro aqui e observo o máximo possível das pessoas que estão lendo. Sempre gente rara, porque, pensa bem, quem vem hoje ler ficção em biblioteca? Vejo como se vestem, vejo seus traços, a cor dos cabelos, a idade que eu tento adivinhar. E quando eles terminam de ler o livro e o deixam sobre a mesa, vou diretamente mirar o que estavam lendo, então tenho uma dupla história: no livro lido e em quem o lia. Há muitas histórias em um livro que não são o conteúdo que o autor pretende dar-lhe, no exemplar do livro mesmo há tantas histórias que podem ser mais interessantes que o que originariamente se imprimiu ali. Você já pensou nisso?

Eu, claro, respondi que não.

– Pois é. Mas existem. Como eu dizia, trate primeiro o livro como objeto. Se você tiver a sorte de o leitor ter esquecido nele um marca-páginas, já saberás o que mais lhe interessou, ou ao menos quais foram as últimas palavras que leu. Com isso saberás o que está na sua mente, porque o bom leitor não interrompe a leitura quando decide que o texto está maçante ou porque crê que acabou o tempo exato que ele tinha para dedicar-se à leitura, de modo algum.

– Não?

– Do bom livro, não. O leitor espera chegar a um ponto que lhe demanda reflexão, para abandonar a biblioteca refletindo sobre aquele fragmento específico. Pois bem, descobrir esse fragmento significa para mim ganhar a alma daquela pessoa, ao menos naquele momento.

– Como um vampiro? – perguntei, mas ela ignorou o comentário.

– Se a pessoa não deixa um marca páginas, tampouco é difícil descobrir onde parou a leitura. A viragem das folhas deixa uma marca no livro, porque se desacomoda na lombada, então a última folha desacomodada corresponde à página mais recentemente lida. Isso, no aspecto particular, mas tem o geral.

Segui escutando:

– As páginas mais visitadas viciam a lombada, a costura do volume. Isso significa que, se você for cuidadoso na abordagem, o livro abrirá sempre na página mais lida. Antigamente, eram as páginas onde ficavam as cenas sexuais, que as moças liam repetidamente, mas hoje isso já não é regra. Às vezes, leio apenas esses fragmentos. Retiro o livro daqui por alguns momentos e vou ao café, descobrir esses elementos mágicos do texto que encantam as pessoas, ou apenas me imaginar na mente daquele

que acabou de sair refletindo sobre uma passagem, e então eu leio esse trecho e lhe roubo o pensamento, que nada mais é que o néctar de uma composição, que ele selecionou pra mim, e que segue dando voltas em seus neurônios, porque um bom texto é como uma droga potente, que continua em seu prolongado efeito. Os dois funcionários daqui já estão acostumados a me ver retirar os livros abandonados pelos outros, devem pensar que sou louca.

– Injustamente, respondi. – e eu a convidei a mais um café, interessado muito mais em seus olhos que na narrativa. Ela aceitou, despediu-se com um aceno do bibliotecário, que fez questão de não responder e, fora da biblioteca, falava alto e rápido:

– Assim é que aprendo idioma. Captando a mente de alguns cidadãos locais. Um idioma não é uma questão de correspondência de códigos, é bem mais que isso. Porque na verdade é o idioma que formou o livro que estou lendo e a pessoa que o lê, ou, no caso, que o lia. Só que no caso daqueles que lêem ficções, principalmente ficções em biblioteca, existe algo muito mais interessante, que acho que só eu notei. Já comentei com algumas pessoas, como faço contigo, mas provavelmente ninguém entendeu. Pensa comigo: quem lê uma obra de ficção na verdade busca um sentido para a vida. Tem no fundo sempre a esperança de que um personagem lhe diga o que fazer, busca uma cena análoga à que o coloca tanto em dúvida neste mundo real, admira alguém (admira o personagem) e então quer seguir seus passos ou, ainda, pensa que é obrigado a segui-los, e nesse sentido a ficção é um grande oráculo. É como se escutasse uma música para querer dançá-la e assim há que se entrar na mesma vibração e, depois que se entra, ela te conduz durante aqueles instantes, com a ficção é a quase igual só que mais difícil porque na verdade a vibração segue se reproduzindo, talvez a vida toda. O efeito da droga, a viagem sem volta.

– Eu nunca li um livro assim.

Seus olhos cor de garapa de cana se fixaram durante um tempo no relógio de parede de um café que entramos, só depois notei que ela decidia se já era hora de pedir o *sundowner*, Provavia apenas um vinho, mas estou sem nenhum dinheiro, Não seja por isso, os parisienses me pagam em dólar, disso não me queixo. Ela me mirou profundamente, os cílios avermelhados não se moviam:

– Você se importa se eu beber apenas da sua taça?

Meu coração disparou. Nem respondi. Ou respondi, não lembro mesmo. Ela compreendeu e seguiu:

– Os livros são um mundo.

– Eu não imaginava que eles fossem assim tão cheios de significado. – pensei alto.

– Eles contam tantas histórias, eles sempre falam dos outros – e provou do vinho que mandei trazer, que não era francês, e em lugar de marca de batom no copo, que pensando bem seria muito piegas, deixou escorrendo pelo cristal da taça um pouco do líquido vermelho, como uma lágrima de sangue – e ao mesmo tempo revelam tantos segredos nossos. Por exemplo, qual o último livro que você leu?

Gelei. Mas sou adulto suficiente pra falar a verdade.

– Tinha medo de que você me fizesse essa pergunta. Porque acho que não leio um livro desde que entrei na faculdade, no Brasil. Tive que estudar doutorado, mas li apenas fragmentos de livros técnicos, cópias de alguns textos que não me trazem o menor interesse. E hoje folheio jornais depois da aula de francês e revistas de moda que ficam na sala da recepção da empresa, em algum momento especial do dia. Mas acho que dá pra notar que moda não é bem meu forte.

– Nem livros.

–Menos ainda.

Ela calou. Levantou-se, inclinou-se para beijar-me o rosto e eu senti um perfume de que não me esqueço, que provavelmente não era local porque mais parecia um cheiro de sabonete suave daqueles de criança, e pronunciou algo que (pode-se notar) eu jamais esqueci, e algo lhe devolveu um francês perfeito:

– *Pardon*, mas você é uma perda de tempo. Pra mim, eu digo. Me entende?

E saiu.

Passei uma noite péssima, não porque estava apaixonado nem algo parecido. Bom, talvez algo parecido. Mas o que me incomodava alguém dizer que eu era uma perda de tempo. Porque eu era isso mesmo: Uma perda total de tempo. Alguém até então que vivia algo sem sentido porque não tinha família nem objetivo de vida e convenhamos que viver forjando contas em um escritório de cosméticos não era exatamente um ideal de existência. Se eu pensasse bem... se eu pensasse bem, o que faria

mesmo sentido pra mim? Acho que foi a primeira vez, naquela noite, que pensei nisso e é claro que eu tinha alguma ideia, mas muito esfumçada, na verdade eu pensei que minha húngara exagerava em dizer que alguém sem leitura não valia nada, por outro lado tinha sua razão sobre as histórias e a riqueza e o que até então eu não sabia.

Na tarde seguinte, deixei meus livrinhos de francês no armário da tal biblioteca e fui à sala de leitura emadeirada, só então notei como era ampla, porque eram os tons escuros da madeira que lhe roubavam a sensação de infinito. E como eram mesmo raros os homens dali, a princípio tinha olhado a todos em busca da minha predileta ladra de histórias, mas ela não estava na sala. Era estranho: havia onze pessoas sentadas e nove fileiras de cadeiras com doze lugares cada, mas ainda assim elas ocupavam apenas as quatro fileiras de trás. Um leitor na primeira fileira, mais distante de mim, e logo adiante duas mulheres muito concentradas, e logo três, e na fileira mais próxima, cinco pessoas alinhadas, em absoluto silêncio mas que, vistas assim em conjunto, pareciam adquirir algum movimento. A primeira delas se levantou e eu ocupei seu lugar, rapidamente, ali estava um livro: Berlin Alexanderplatz. Lembrei da lição que recebera e procurei nele algum marca páginas, não havia. Mas sim era possível identificar a página em que o leitor o havia abandonado, isso não me empolgou. O título parecia alemão, o livro de autor alemão ou suíço ou austríaco, mas traduzido ao francês. Olhei a contracapa que tecia elogios, como sempre (mas eu estava desabituaado e ver contracapas) e então notei que conseguia compreender bem o conteúdo, que falaria algo da guerra, não sei, algo da Alemanha que eu sabia tão pouco. Um bom dicionário eletrônico e eu faria horrores, porque afinal, aos trancos, já havia lido três páginas quando me dei conta que estava sentado e acomodado como um leitor. Um pouco por intuição e um tanto por pensá-lo, peguei o livro e fui sentar-me duas fileiras à frente, e tão logo o fiz um outro daqueles estranhos leitores, como se eu tivesse aberto um caminho até então não desbravado naquele salão, fingiu querer descansar as pernas, deu uma volta pelas passagens laterais das fileiras e veio ocupar um lugar na mesma fila que eu, mas do outro lado. Como nove lugares nos separavam, não posso dizer que queria falar comigo. Um homem passou a meu lado e vi que era aquele primeiro que estava sozinho na fileira mais distante, eu o saudei com um aceno de cabeça porque ele percebeu que eu o estava olhando. Minutos depois uma mulher muito alta (portanto,

não era quem eu aguardava) entrou já com um livro em mãos e ocupou a mesma cadeira, ao fundo. Para vê-la, olhei para trás muito discretamente. Foi quando ela mesma passou a meu lado, horas depois, que eu desviei da história de Biberkopf, o livro que lia, e notei que todos já se estavam ao mesmo tempo levantando, meu relógio caro apontava para as dez da noite, eu não queria soltar o livro. Eu. Sentia um misto de ódio por ter de interromper o que acontecia com o personagem, e foi aí, na interrupção tão a contragosto, que algo muito estranho me ocorreu.

Estranho. Na rua, aumentou o dissabor por desconhecer o futuro da personagem, então eu tentava dizer pra mim mesmo que aquilo era uma ilusão, que o tal Biberkopf era fruto da mente de um escritor, o personagem não houvera existido nunca, não tinha futuro nem passado, mas nada adiantou. Minha curiosidade me corroía com mais interesse do que teria se um cigano me oferecesse contar meu próprio futuro. De que importa meu futuro? Meu futuro é incerto como o movimento aleatório dos átomos, mas o futuro de Biberkopf não só existia – eu que o ignorava – como tinha sentido lógico. Havia sido traçado, e ainda que eu o visse parcialmente, como o segmento de reta, existia no infinito e fazia sentido. Era uma das poucas coisas nesta vida que realmente fazia sentido. Foi refletindo algo nesse estilo que aquela noite eu cheguei ao hotel e dormi profundamente. Como eu jamais houvera dormido.

Quando me levantei tudo estava bastante diverso. Fui colocar meu relógio no pulso e tive uma sensação que desde então se repetiria muitas vezes. Perguntei por que o relógio. Me perguntei por que ele havia sido feito e se suas horas eram confiáveis, finalmente por que ele me havia custado tão caro. Que era um diferencial de minha personalidade, mas eu imaginava seu mecanismo marcando horas ali dentro e... Pensei que alguém poderia um dia escrever um grande livro que explicasse à humanidade a função do relógio, ou melhor: que explicasse o mundo a partir do relógio, porque era este que dava a todas as coisas seu ritmo de existência, e então o próprio relógio buscaria desvendar a charada que cada objeto lança no mundo – por que estou aqui? Para que sirvo? – e assim eu começava a notar que era o mundo todo que me atirava questões, perguntas que mereciam ser respondidas ou, antes, desvendadas, para adquirir sentido, como se a cada volta do relógio me questionassem, Você já sabe por que seu pai jamais reagiu ao roubo de Jaci, à morte de Mercedes, à miséria que o fez ter de enfrentar uma arriscada aventura que só termi-

nou com sua morte, na avioneta? Cada parte do mundo me fazia perguntas, às vezes tão precisas e intensas, acreditem, como um problema matemático, que se revira, debate contra a pedra da lousa enquanto não se lhe encontra solução, tal qual um doente que se revolve na cama porque não consegue respirar.

De todos os modos, eu precisava de outro livro. E assim, creiam, abandonei meu curso de francês para entrar na biblioteca e, todas as tardes, logo após o almoço, sentar-me diante daquela estante e escolher o mundo em que eu entraria, e para tanto comecei com bastante humildade. Assim que terminei o intenso *Berlin Alexanderplatz*, sentei-me com o bibliotecário que me pareceu mais simpático e lhe disse que eu era um estudante do idioma e, apesar da idade, um aprendiz do gosto da literatura. O que era aquilo? Que significava aquele mundo de códigos, em que a vida assumia um sentido claro, em que as pessoas eram obstinadas a mudar seu futuro ou a aceitá-lo de acordo com uma consciência de que não existe movimento ou pensamento vão, em que cada diálogo, cada palavra era parte visivelmente integrante de um mundo, em que esta nossa realidade externa significa algo não muito diverso de uma simples nota musical em uma sinfonia que se alastra por universos particulares muito mais harmônicos e melodiosos que este aqui? Segui o caminho que o bibliotecário me indicava para tentar adentrar no que fora essa magia, Camus, Fitzgerald, Faulkner, Carver, Fuentes, Celine, Auster, Clarice, Saramago. Mas passavam os meses e minha visita vespertina à biblioteca ia tomando rumos mais pessoais, meio inconscientemente perguntava pelos livros que traziam relatos de guerra. Não, não os relatos do fronte, mas de tudo o que o cercava, a fome, as grandes decisões, o preconceito, os ataques, Levi, Javier Cercas, Sebald, Hemingway. Mais Hemingway. Os momentos em que as pequenas hostilidades se transformam em guerra declarada. Ao cabo de um ano, meu domínio do idioma era quase perfeito, minha barba era grande e brilhante, mas não era apenas o que havia mudado em mim. Só me dei conta disso, porém, quando, pela primeira vez, o bibliotecário assentiu a fazer um intervalo clandestino em seu horário de trabalho e acompanhar-me em minha tradicional pausa para o café, às seis e meia. Era o começo de primavera.

– Meu trabalho é curioso, disse o bibliotecário, mexendo em seus óculos. Parece monótono, mas não é. Eu leio muito e observo as pessoas.

– Observa?

– Sim, faço uma análise. As pessoas pensam que lêem os livros, mas na verdade é o livro que as lê.

– E como isso funciona? – perguntei, quase com curiosidade.

– Você, por exemplo.

– Eu? – agora sim, a conversa me interessava muito.

– Você muda de livro, mas faz meses que pede sempre a mesma história. Se o livro não narra aquela mesma história, você me o devolve sem terminá-lo.

– Qual história?

– História de extremos. Situações extremas, que levam a atos de coragem. Ou ao arrependimento eterno pela covardia. Em geral, são esses os bons livros do entorno da guerra, como você diz.

– Isso são os livros lendo a mim?

– Naturalmente. Eles dizem quem é você, de modo muito mais detalhado que outros hábitos. Por exemplo, neste bairro há, sem exagero, mais de uma centena de cafés. Por que você veio direto, justo este?

Era uma questão e tanto. Lembrei dos olhos esverdeados da moça por quem tive minha paixão de poucos dias, porque de fato me havia esquecido dela. Onde estaria? De todos os modos, ela era a resposta:

– Encontrei aqui uma moça húngara de olhos esverdeados, que me apresentou a biblioteca. A primeira vez que entrei lá, não sei se você se lembra, estava com ela.

– Me lembro de você entrar sozinho. Sou atento a isso e nossos frequentadores são poucos. Mas se você diz...

– Todas as tardes, ela pegava um livro de quem o abandonava na mesa, pedia emprestado e o trazia até este café. Depois o devolvia. Uma húngara de cabelos avermelhados.

O bibliotecário riu alto, Mais um que delira!, Como assim, “delira”?, questionei.

– O sotaque do leste é o mais marcante de todo o planeta, eu jamais deixo de identificar um húngaro. Mas muito pior: é mais fácil tirar um filé da boca de um leão que um livro daquela biblioteca, a saída do livro significaria uma demissão sumária de qualquer um de nós. As leituras têm esse pequeno efeito colateral: eles fazem alucinar, Don Quixote!

E riu muito mais. Voltando à biblioteca, o funcionário buscou um pequeno livro de um autor mexicano, São contos, de situações extremas como as que você gosta. Sentei, abri o livro no início de um conto qual-

quer e ali estava a frase, em destaque: “Mataram a cadela, mas ainda vivem os filhotes”. Maldito, era o livro me lendo. Tento aqui me expressar, aos senhores, para contar como isso é importante para mim. Espero que consiga.

Não contaria isso aos senhores, doutores, se não fosse a absoluta verdade, e se eu não tivesse a certeza de que me encontro em meu perfeito juízo, dois psiquiatras o atestam. São, de todas as maneiras, antecedentes importantes a meu delito. Talvez a moça húngara fosse alguém com um estranho fetiche de contar mentiras, e me tenha pego em um momento de vulnerabilidade. Isso explicaria por que ela desapareceu de um momento a outro, talvez esperasse o próximo trem para Budapeste, quem sabe? Fato é que eu estava alterado, era alguém com consciência de dever e, se é verdade que os livros me liam, o que existia em mim de mais forte era a gratidão pelas gerações anteriores à minha, que não conheceram a fartura e a abundância, que passaram fome sem desfrutar tardes inteiras em um café, que portavam pistolas em lugar de *smartphones* e que pagaram preço alto por manter sua ideologia, fosse qual fosse. Os livros me diziam que eu era alguém que devia muito a quem me antecederam, que preparara o caminho para uma geração de ócio, malandragem e canetas de plástico.

Minha vida, agora, deveria ter um roteiro. Aliás, um pouco por isso, busquei os psiquiatras que escrevem o atestado anexo: acho que agir conforme valores como a honra, ou buscar intensa e efetivamente um sentido para a vida não significa estar fora do próprio juízo. Embora poucos o façam.

Foi na manhã seguinte, quando eu no lápis e papel pensava em outras fórmulas, que tocou o telefone com alguém me falando em português. Era a voz de outro homem idoso, que se apresentou como “um velho jurista”. Mas não era doutor Carlos. Prefiro, nesta carta, omitir o seu nome, porque se trata de alguém muito conhecido, que teve um grande papel na vida política de nosso país. Um ancião que faleceu recentemente, não sem após algum desgosto com a mídia, e não digo mais de quem se trata. Ele se apresentou pelo telefone e seu sobrenome marcante me fez relacionar a algo na memória, que o buscador da internet depois me ajudou

a desvendar. Depois do *Google*, não há segredos. Mas o tal jurista falava ao meu celular:

– Diga-me só uma coisa, ou duas, para não destruir pela ansiedade o coração deste velho que vos procura.

– Pois não.

– Você é o filho do Sr. Rodolfo Bognarr?

– O próprio. Acho que foi por isso que você me localizou.

– Claro, disse o velho, não ocultando alegria. Perdoe-me tocar no assunto por telefone, mas digo eu, em respeito a minha idade, aceite que eu vá direto ao ponto.

– Siga.

– Você se lembra de haver tido um encontro, em um bar paulistano, com um advogado chamado Dr. Carlos? Um dia em que você comeu um prato feito.

– O melhor virado à paulista do Brasil. Que, conseqüentemente, deve ser o melhor de todo o mundo – retruquei, empolgado com a lembrança.

A voz do homem ia aumentando de volume, com um contentamento que cruzava o Atlântico.

– Isso mesmo! O Doutor Carlos, nessa ocasião, deu-lhe uma caneta antiga, certo?

– Uma gentileza. Uma caneta antiga, que meu pai pilhara na guerra. Uma bonita história. Meu pai deu a doutor Carlos no início da carreira e, no fim, quando se aposentou (pensei em falar “compulsoriamente”, mas achei melhor calar), o advogado me a devolveu. Um homem correto.

– Estupendo! Agora eu lhe vou fazer a última pergunta, mas cuidado porque eu posso ter um infarto. Responda devagar: você guardou essa caneta?

– Ela está comigo no hotel, respondi, enquanto tentava lembrar onde estaria guardada. Em algum lugar, mas está.

– Tem certeza?

– Absoluta. Não se guardam muitas coisas em um quarto de hotel.

– Pois amanhã mesmo embarco a Paris. Você precisa me ouvir! Eu te dou um toque quando chegar.

Desliguei pensando como ouvi-lo falar “dou um toque” contrastava com a imagem que fazia de um homem cuja voz aparentava mesmo idade bem avançada. Deveria ser um personagem interessante. Olhei o nome do sujeito na internet e não foi difícil descobrir que, além de homem

influyente em vários governos, jurista reconhecido quase mundialmente, era um colecionador de canetas. Claro estava, a peça era rara. Fui ao hotel procurá-la enquanto imaginava que a caneta não tinha para mim um valor exatamente sentimental. Melhor dito, sentimental, como as pessoas em geral definiam o valor dos objetos de família, era um vocábulo pouco apropriado. Porque então já tinha aprendido nos livros que naquela caneta – paradoxalmente, porque a caneta é instrumento de escrita – havia inscrita talvez a parte mais importante da história da humanidade, pela qual eu coincidentemente estava apaixonado: os objetos feitos com arte, a guerra, a perseguição racial, a ocultação, a luta pelos ideais, a gratidão, a morte. E o exílio. História que coincidia com a do meu pai, isso não era um valor sentimental, era a história própria da coisa, alvo também da paixão do tal colecionador, do contrário não sobrevoaria o oceano em busca da tal caneta *Genève*.

Abri a segunda gaveta pequena do armário e ali estavam três objetos: a caneta, uma única foto que eu encontrara em que aparecíamos Mercedes e eu, e a carta lacrada. A carta devolvida pelo Jaci. Agora, os livros me davam a clareza das coisas, ditas assim mesmo, coisas, que eu guardava para ler a mim mesmo. Ao simbolismo, eu me refiro: uma caneta e um papel, meu pai e minha mãe, minha origem escrita. Curioso. Tudo então conspirava para que eu abrisse a carta que até hoje estivera fechada. Primeiro, eu revisitava valores; depois, meu contrato de dois anos já se findava e eu estava um tanto melancólico; mas, principalmente, a conclusão que os livros me deram: eu tinha que dar sentido a minha vida. E manter um objeto de tamanho valor simbólico em uma gaveta, sem descobrir o que havia dentro transformara-se agora em uma contradição. Mas também me ensinaram os livros que as descobertas têm seu próprio tempo.

A carta, que vinha em frases curtas de um estrangeiro que não dominava tão bem o idioma (dos tantos que ele falava) mas que tentava ser culto:

“Caro Jaci,

Escrevo-lhe estas breves linhas, porque não me atendes ao telefone. Vou escrever muito pouco e ser bastante direto.

Levei uma vida difícil, bem diferente da tua. Em mais de uma centena de ocasiões fui dormir suspeitando, seriamente, que não estaria vivo no dia seguinte. Dezenas de vezes, me fizeram de alvo direto de miras de pistolas que dispararam, mas que erraram o alvo. Em algumas oportunidades tive este corpo preservado por quem não tinha a

menor obrigação para com minha sobrevivência; ao contrário, alguns que me deram de comer e beber mais bem detinham a obrigação de matar-me. E, como eu, toda uma geração de conterrâneos: gente que sentiu a tensão de recostar os ombros no paredão, ou (tantos e tantos, meus parentes) o garrote vil lhes deslocando a nuca.

Não gosto de lembrar de nada disso, mas resumo aqui apenas para te dizer que, depois de tudo o que passei, cada dia vivo é só um dia a mais. Mais de o que eu merecia. Portanto, acredite ou não, cada momento na minha vida me importa muito pouco, porque é sobra. Não sou já tão apegado a ela. Acho que você não acreditará, mas é a verdade.

Porém, sobre meus descendentes eu não penso o mesmo. Eles têm ou deveriam ter sua própria existência, e são de uma geração que deverá saber desfazer os tantos erros da minha. Infelizmente, minha filha Mercedes eu já perdi. Você não sabe o motivo, mas deve suspeitar ocorreu a ela logo depois do momento em que falamos a última vez por telefone, quando eu te liguei para dizer que ela estava hospitalizada.

Mas tem ainda o César, meu filho mais novo. Agora único. Ele, ao contrário, é cheio de vida. Um pouco tímido, bastante calado como eu e bem ao contrário da irmã, mas também muito íntegro. O sonho dele é entrar na Universidade, e então esse passa a ser meu sonho também, o maior deles. Repito, ele estuda muito.

Meu salário está muito curto. Quase não dá para a comida. Por causa da inflação nesses anos passados, perdeu todo seu valor. Preciso completá-lo e é claro que os primeiros a quem recorri foram meus patrões, mas eles negaram a desvalorização. Dizem que a inflação está reposta na correção monetária, mas essa não é a verdade, sabemos. A verdade é que estou velho e meu trabalho, depois que já desenhei toda a fazenda, seu registro e sua exploração, não vale nada. Eles me mantêm de favor, para que eu continue defendendo as terras que você lhes vendeu, mas não sou o único que pode fazê-lo.

Volto ao César. Nem em sonho eu posso pagar sua universidade, e ele sabe disso. Não entendo muito das Universidades, mas sei que nesta gigantesca cidade só há uma universidade do Estado, gratuita. E é muito difícil entrar nela, mas, repito, o César é inteligente e estuda muito. Não teve a melhor escola, mas é inteligente e estuda muito.

Ontem, sábado, estive aqui um amigo dele, o Marcos. É um vizinho, da idade do César. Tenho mais diálogo com esse rapaz que com meu próprio filho, para esses temas duros. Ele me explicou que, se o César fizer um “cursinho”, que prepara para a prova da universidade, com certeza ascende a ela. Está muito preparado, o amigo garantiu, e esse Marcos é muito sincero. Disse que, para o César, só faltam algumas “dicas”. Pedi pra esse Marcos fazer um orçamento desses “cursinhos”, mas ele já trazia tudo na cabeça. Conversamos bastante. O curso mais barato custa onze parcelas de 355 URVs. Trezentos e cinquenta e cinco dólares. Onze vezes. Isso, e César se faz universitário. Neste país, que eu achei que era o país das oportunidades, o país do futuro, é necessário esse tal investimento. Investimento seguro, porque o César é inteligente e estuda muito.

Eu não tenho este dinheiro, Jaci, nem perto disso. Mas sei que você está muito rico, talvez parcialmente pelos teus próprios méritos. Para você, Jaci, não fará a menor diferença.

Jaci, não queria lhe dizer assim, porque não faço ameaças. Nunca fiz, nem farei. Já lhe disse que, no primeiro dia de guerra em que realmente estive na batalha, eu segurava uma metralhadora grande, dessas fincadas ao solo? Eu e mais dois soldados. Disparamos muito no inimigo que chegava, e com certeza matamos a muita gente. A partir desse dia, quando vi no chão corpos que tombamos (de homens que tiveram a valentia de nos atacar) prometi a Deus que jamais usaria a violência para qualquer fim pessoal. Não podia dizer que jamais fosse disparar uma arma, porque seria uma promessa vã para o que minha vida figuraria ser. Mas, para mim mesmo, Rodolfo, a violência estava fora de cogitação. Nem violência, nem vingança, nem perjúrio. Nem tomar dos outros o que não me pertence. Ou mesmo, como vocês dizem neste raro país, “fofoca”. Nunca fui pelos bares a comentar como você me arruinou, e jamais o farei. Por causa dessa minha promessa, Jaci, é que você segue vivo e intacto. Eu não sou um tonto, como você pensa. Eu apenas tenho palavra, porque prestarei da minha vida contas a alguém muito mais importante que você. Um dia, Jaci, você me dará razão.

Eu só não posso garantir por meu filho, por seus atos. Melhor dito, eu tenho bem vislumbradas as reações dele. Por isso, para que ele não se desvie de seu rumo, é que eu gostaria de poder dizer ao meu César que você é um homem que se reaproximou, que desfez antigas ofen-

sas. Porém, jamais mentiria, ainda menos a meu filho. Mais cedo ou mais tarde, como ocorre com todos, absolutamente todos, ele buscará suas origens, quererá remontar sua história. Isso é inevitável, porque é do ser humano. Ele encontrará no passado, na minha história, uma lacuna, um vazio que terá de ser preenchido. E eu não quero que ele preencha esse vazio com uma atitude violenta. Estive em ocasiões importantes com o César, Jaci, inclusive naquelas terras que durante muitos anos imaginei que eram minhas. Posso te garantir que ele é um verdadeiro homem, e que, além de ser inteligente e estudar muito, é valente. Está forjado como valente, e compreendeu a noção de honra e justiça humanas de um modo muito mais claro, eu te garanto, que os demais da sua geração. Ele viveu momentos que o Marcos, o vizinho dele, decerto não viveu, e traz consigo a compreensão das leis, as leis que não estão escritas, e que não se aprendem em nenhum “cursinho”. Sei disso porque, quando viu as regras mais duras serem aplicadas, não as questionou. A lei não escrita é imutável, por isso me preocupa um pouco o dia em que o menino se dê conta de que, em alguns momentos, a vida lhe porá na posição de aplicador dessas leis, que ele já conhece. É uma posição irrenunciável. Sempre queremos evitar ser o chamado braço dessa lei, mas não é uma escolha nossa. Talvez você não entenda isso bem, mas César já entendeu.

Digo-lhe novamente: não é uma ameaça. Um dia, em um momento de desespero, aproximei-me de meu filho a fim de contar todo meu passado contigo, mas desisti na última hora, porque não quero influenciar. Nada concreto falarei a ele sobre ti, mas um dia a verdade aparecerá por si mesma, e isso pode prejudicar tua vida e, principalmente, a dele, daí meu receio.

Há valores que se mantêm no sangue, Jaci. Por isso eu lhe peço, eu lhe dou um conselho: aproxime-se do menino. Para que eu diga a ele que quem patrocina esse pequeno intervalo de estudos é um homem que esteve distante, mas remontou sua honra diante de nós.

São onze parcelas de 355 URVs.

Meu endereço e meu telefone estão no envelope. Por favor, não tarde em responder. Você entende que não o peço por mim. O menino é inteligente e estuda muito.

Rodolfo.”

Quisera poupar-vos de o que significava, para mim, ler aquelas palavras. As conclusões que eu cheguei são as conclusões a que os senhores, doutores, todos chegariam. A consciência que tinha o velho de que eu buscaria minhas origens, que me depararia com a lacuna de Jaci, suas palavras a mim no dia em que minha irmã agonizava no hospital, minha dúvida plasmada, Por que meu pai é tão respeitoso com esse sujeito?, o medo na voz daquele patife na padaria, a fala uníssona do meu padrinho e do Dr. Carlos, Isso você terá que descobrir. E eu descobrira, claro: meu pai não reagira contra Jaci, porque sabia que eu o faria. Eu cumpriria a lei que estava no sangue, que era a do índio, que era a do *ajusticiar*, que era a de todos os livros que leram a mim. Todos, a mesma lei. Toda a resposta, guardada dentro da bolsa inglesa de minha mãe, dentro da gaveta do hotel francês do qual eu já me estava despedindo. A proposta do meu pai, buscando a rendição, buscando a paz: 355 URVs, em onze parcelas. Proposta já em si humilhante, sequer foi considerada.

– E ele lhe pagou o tal cursinho? – perguntou o renomado jurista colecionador de canetas, no dia seguinte, no *bistrot* que ele mesmo escolheu para me forçar à venda do objeto. Eu não tinha amigos e devia contar a história para alguém, aquele velhinho colecionador de canetas tinha cara de bom homem, além de que decerto teria predisposição a saber dos antecedentes do seu objeto de desejo. Acertei no prognóstico, porque ele ouviu com interesse cada linha da carta, que eu trazia no bolso. Respondi:

– Claro que não pagou nada, se sequer leu o pedido! Por isso conheci o Dr. Carlos. Porque esse covarde queria me dar dinheiro, só quando descobriu que sua vida se aproximava do fim. Então eu já era um matemático relativamente consagrado, que não mendiga tostões.

– Então você ingressou na tal universidade.

– Eu era inteligente e estudava muito – ri. – Pelo menos, era o que meu pai dizia.

– Seu pai lhe deixou um objeto muito valioso. Valiosíssimo.

– Esta carta?

– A caneta Genève é o único exemplar que sobrou desse modelo. Foram feitas pouquíssimas, logo depois veio a guerra. A caneta não tinha jóias encravadas, e então essas são mais difíceis de serem guardadas. Aí ficam mais raras. Hoje a marca é famosíssima, mas seus primeiros exemplares se perderam nas agruras do nazismo.

– Tem muita história inscrita nela – eu disse, e só então tirei a caneta do bolso do meu paletó. Quando a viu, o tal jurista só faltou abanar a cauda, com o perdão da comparação.

– Eu poderia ser desonesto com você e dizer que ela vale pouco, e que eu só quisera completar minha coleção. Isso seria, porém, uma deslealdade a que um colecionador de verdade não se atreve. Temos a superstição de que uma coleção conseguida sem honestidade traz muito azar. Talvez seja uma lenda criada para evitar roubo de peças entre nós mesmos, mas eu acredito assim. Como você bem sabe, alguns valores se nos gravam na alma e nós não o perdemos.

– O senhor não viria a Paris por uma caneta que vale pouco.

– Não creia tanto nisso. O importante é a coleção. Passei anos buscando esse objeto e, olhe só, descobri que até meses atrás repousara no escritório de um advogado, no centro da minha cidade natal. Esperava saber dela em Israel, em Londres... ou em Berlim, mas estava, até faz pouco, pertinho de casa. Poderia ir andando, se não precisasse desta muleta – e mostrou o objeto que o ajudava a caminhar.

– Eu lembro do senhor no governo – confessei – O senhor não se acha importante demais, quero dizer... que tenha papéis mais importantes que caçar canetas pelo mundo?

– Importante e tanto. Volto ao Brasil para uma reunião com o próprio governador do Estado, que diz querer conselhos. Conto só a você, porque já nos fizemos íntimos. Mas existem coisas que nos dão rumo à vida, eu sei bem disso porque sou velho como o diabo. Recuperar a história dessas canetas, que de alguma forma também é a história da minha distante origem, de holocaustos inúmeros, parece ridículo a muitos, mas me é mais proeminente que o governo. Como bem escreveu vosso falecido pai, é um processo inevitável o de buscar as próprias origens, e essa marca de canetas faz, para mim, parte dele. Do processo. A princípio inconscientemente, mas hoje de modo mais claro. A carta que eu você acaba de ler a mim, veja, confirmou minha missão também. De modo que seguir essa caneta, saber que ela existe, e talvez incorporá-la à minha coleção é tão importante quanto é para você buscar esse Jaci e mostrar a ele que você fez o que todos esperavam que você fizesse.

Engoli em seco. Tinha que perguntar

– E o que todos esperam que eu faça?

– Preciso falar?

– Você acha que eu vou matá-lo?

– Não sei nem se ele está vivo, você não me disse. Mas se estiver, que outra saída você tem? Pessoalmente, eu digo.

Então eu não delirava. Não era só eu que pensava aquilo, era também um dos juristas mais renomados do País. Não um louco varrido, mas um homem com os valores dos tempos antigos, os valores que eu pretendia preservar. Dei-lhe a caneta como um presente, Mas isso vale muito dinheiro!, Não foi o senhor que disse que nossos valores são pessoais?, Fui durante apenas mais duas semanas na empresa de cosméticos, apresentei resultados, uma equação mágica que lhes permitiria medir todo o desempenho da empresa por um número final de dois dígitos, pedi tudo o que me era devido e alguns potes de condicionador para a barba. Visitei a biblioteca pública, mas fiquei olhando as estantes de longe, provavelmente sorrindo, *Pardon*, o senhor deseja que eu lhe pegue algo?, perguntou meu amigo bibliotecário em tom muito sério, Talvez, estou apenas me despedindo de velhos amigos, que gostavam de gastar a tarde passando minhas páginas. Pedi o mesmo livro do meu predileto autor mexicano, queria conversar com ele outra vez mais, desvendar meus próprios atos. E ali estava o que li em voz alta e, vejam, está na memória encravado:

É o costume. Ali chamam de lei, mas dá no mesmo. Os filhos passam a vida trabalhando para os pais, como estes trabalharam para os seus e como quem sabe quantos, antes deles, cumpriram a mesma lei.

Como eu passei tantos anos longe desses oráculos?, me perguntava, enquanto devolvia o livro em mãos do bibliotecário, que tinha um semblante triste, pra demonstrar intuir que não me veria jamais outra vez.

- IX -

O quarto 213

De qualquer forma eu voltaria para o Brasil, mas dei sorte: Jaci estava vivo, e até fiquei feliz quando Dr. Carlos, muito alcoolizado, deu-me todas as informações. Feliz, acho, por dois motivos: porque poderia dar sentido à minha vida, e porque aquele maldito, afinal, não era tão mentiroso como parecia; ou ao menos havia contado a verdade ao advogado, porque Jaci estava internado em um hospital de São Paulo, para onde viajou em busca da cura para sua doença letal. Recuperava-se de uma cirurgia contra o câncer, e não havia quem o acompanhasse. Até que recebeu a visita do Dr. Carlos, quem se encarregou de descobrir, a pedido do próprio Jaci, o paradeiro dos filhos: o mais velho continuava preso, a filha fugira da clínica de recuperação (que ainda cobrava mensalidade) sem deixar qualquer rastro. Eu sequer suspeitava dessa descendência, mas não me assustava, são as penas daqueles que descumprem as leis.

No quarto do hotel da metrópole, aparei um pouco minha barba com a tesoura, vesti terno e gravata (não sei por que fiz isso) que havia trazido da Europa, pus óculos escuros apenas porque o sol da manhã já me incomodava e fui ao tal hospital. Meu terno inglês me abriu portas, porque acabava de terminar o horário de visita mas eu disse à atendente que queria ver Jaci Lobo, ela respondeu diretamente, Vou ver o que posso fazer!, e eu agradei quando ela veio com a enfermeira-chefe e disse, Ela lhe acompanha até o leito. O quarto era individual, sinal que realmente ele

tinha dinheiro, mas a cena que visualizei, ainda pela porta 213 aberta era deplorável e quase me comoveu: Jaci estava atirado ao chão e uma auxiliar de enfermagem estirava suas pernas para ajeitá-lo deitado ao solo, enquanto um homem grande se aproximava, por detrás de nós, Que bom que vocês vieram!, disse a auxiliar à enfermeira e ao homem, Parece que ele foi tentar ir sozinho ao banheiro. E caiu.

– Minhas pernas não movem! – gritou o moribundo em um semi choro. Típico dele.

Eu me virei de costas para que ele não me notasse, e de fato o doente tinha problemas maiores pra cuidar que observar o semblante de quem entrava, Acalme-se e deite-se!, disse a enfermeira agachando-se e levantando-lhe a cabeça para acomodar um travesseiro de fronha azul atrás de sua nuca. Esperei que o tumulto passasse ainda olhando pela porta entreaberta, quando a enfermeira saiu eu apenas falei a ela, Gostaria de falar com o médico responsável por ele. Ela me explicou:

– O paciente fez cirurgia há alguns dias, mas sinceramente não resolveu muito. Está ferido por dentro e a doença, pelo visto, não está nada controlada. Ao que parece, perdeu o movimento das pernas, ou está fraco demais. O médico responsável por acompanhar o quadro geral é o oncologista, mas hoje, pelo que sei, ele vem a partir das 18h. Das 18h às 20h.

– Pois bem. Desejaria falar algo a ele.

Pretendo, com este último relato, mostrar aos senhores, juristas, que meu intuito era o de minimizar danos. Danos inevitáveis, marcados no destino, que eu procurava apenas conter, e acho que consegui. Não sei se isso importa juridicamente algo, porque não sou especialista, mas em minhas equações empresariais sempre havia uma variável para emergências, para as más ocorrências inevitáveis, e a isso chamamos minimização ou contenção de danos. Danos que vão ocorrer, porque estão gravados, no caso da empresa por estatísticas que não mentem, que prevêem o futuro; e, no meu caso, por uma lei que seria cumprida de qualquer maneira. Eu tentava conter danos, era essa a conversa que tive com o simpático oncologista, um homem de seus quarenta anos, com cabelo pintado, que me observou com algum sinal de alívio, depois descobri que ele queria passar adiante informação cuja retenção o incomodava. Apresentei-me como um amigo antigo, que há muito não via o enfermo, e que buscava

notícias pela voz do médico, quem não tirara o avental com o logotipo do hospital para cruzar a rua e me acompanhar até o lugar onde eu lhe pagaria um cappuccino com chantilly. Identifiquei-me e imediatamente o convidei ao tal cappuccino, ele aceitou sorrindo, pediu licença um momento e entrou pelos corredores, imaginei que ele iria deixar seu jaleco em algum cabide, mas voltou tal qual estava, Precisava pegar algo! Coisas da vaidade humana, o avental posto, o estetoscópio ao lado do pescoço, cruzando a rua até o café. Um espaço que tentava, muito de longe, imitar os cafés de Paris, covardia. Falou:

– O quadro do teu amigo é grave. Não porque ele tenha idade avançada só, mas porque a doença está agora, por falar as coisas como são, galopante. Tem quase oitenta anos, e eu o conheci semanas atrás, lúcido e com um físico impressionante, porque havia interrompido a quimioterapia e estava em perfeito estado. Não fossem os exames, não diria que tinha um tumor, mas infelizmente... Eu o acompanho desde que deu entrada no hospital, parece que veio de outra cidade.

– Sim, ele morava em outra capital.

– Até agora, nenhum familiar apareceu por teu amigo. Veio sim um advogado, alguém também de idade, mas já há algumas semanas, quando a doença nos parecia estabilizada.

– Bom, ele tem filhos, eu disse. Quando houver herança, eles aparecem rápido como um relâmpago, mesmo que estejam trancados em alguma cela. Da minha parte, eu vim do exterior em busca dele [até aí eu não mentia, mas daqui em diante não posso dizer-vos o mesmo] porque estou muito preocupado com sua saúde. Entretanto, doutor, meu trabalho me deixa muito pouco tempo. Eu gostaria de estar a seu lado nos momentos finais. Só isso.

– Mas não tenho por que esconder – e revelou, apontando com o indicador da mão direita o relógio suíço, prateado, que estava em seu pulso esquerdo: – A cirurgia debilita o paciente e, às vezes, até desata a progressão da doença. Estes são seus momentos finais.

– É mesmo?

– Acabo de ver seus últimos exames. O quadro, já há alguns dias, era o de metástase no cérebro, que, como previsto, avança a passos largos. Por isso, hoje pela manhã, já perdeu os movimentos das pernas.

– Não tem qualquer chance de cura?

O doutor se surpreendeu, ao ponto de babar cappuccino em seu avental impecável. Agora entendia por que ele o usava. Sorriu, depois me olhou direito e ficou sério:

– Você acredita em milagres?, questionou.

Eu lembrei de imediato do meu pai “Infelizmente, não acredito em milagres”, e com alguma maldade pensei que, se não houve milagre para minha irmã Mercedes, não haveria para Jaci. Salvá-lo não seria milagre, seria magia negra. Mas fiquei quieto.

– Não. Nesse caso, não acredito em milagres.

– Então, não há cura.

Simulei um pouco de pesar:

– O senhor acha que eu devo despedir-me já?

– Acho que sim. O prognóstico é sempre o mesmo: ele hoje perde o movimento das pernas, amanhã dos braços. Em poucas horas, a fala. Pode-se alterar essa ordem, e é possível que agora ele já não consiga falar, o que prejudicaria sua despedida, pelo que entendo. Se é tão importante como você diz, apresse-se.

– Ele pode já estar morto?

– Improvável, porque eu acabo de vê-lo. Mas possível. No atual estado, desculpe se eu já tenho assim tanta experiência, eu lhe digo que o óbito vem em no máximo três dias. Com um retardamento do avanço da metástase cerebral, que pode ocorrer, cinco dias. O cérebro é um grande mistério.

– Concordo.

– Mas é um mistério que se pode mapear, porém não sou especialista nisso. Depende das células que o câncer afeta: pode parar a respiração, pode parar até o coração, antes de paralisar a fala. Impossível dizer exatamente a rota, mas o destino é o mesmo. E a velocidade não muda muito.

Tive de mentir outra vez, mas os senhores a relevância da pergunta. Simulei observar a agenda do meu celular:

– Tenho uma viagem a fazer, de trabalho. Se eu voltar em doze dias, ainda o terei vivo?

– Não.

– Com certeza?

– Nem se eu o congelar.

– O senhor, doutor, está absolutamente seguro de o que me diz? Porque essa minha viagem é muito importante.

– Se você voltar em doze dias, não encontrará nem a herança. Observo quadros como o do teu amigo diariamente. Três dias, o máximo normal; sete dias, se a metástase resolver passear pelo cérebro, em caminhos não letais. Fui claro?

– É uma pena – falei, em tom de despedida porque olhava o caixa do estabelecimento, em sinal de que pagaria a conta.

– Tem mais uma coisa.

– O quê?

– Eu sou um médico conhecedor dos meus deveres. Digo isso porque, quando vi no exame a metástase no cérebro, fui conversar com Jaci, que estava bem consciente, apenas perdia de modo incipiente a coordenação dos membros. Isso foi faz três dias.

– Sei.

– Disse a ele que a cirurgia não tinha dado o efeito esperado e falei abertamente do quadro, também porque não havia mais a quem noticiar. Talvez por isso ele estivesse tão desesperado nas últimas horas, porque soube a verdade. Mas sempre acho que ela é o melhor caminho.

– E?

– Poucas horas depois de terminada nossa conversa, a enfermeira me entregou isto aqui – e me estendeu um papel pautado, uma folha de caderno – Um bilhete manuscrito por ele. Pede para que eu o mate assim que entre em inconsciência. É uma situação de desespero, mas bastante realista, como vê.

Li o bilhete.

– Se me permite ficar com ele, pedi e o médico assentiu com a cabeça, então questionei, O que o senhor fará a respeito?, mas acho que meu interlocutor ficou bastante ofendido:

– Do bilhete? Ora, meu caro, os médicos não ministram a morte. Na minha especialidade, se eu atendesse a esse tipo de pedido, mataria mais que Hitler.

Ele notou minha cara séria.

–Bom, talvez nem tanto.

Então pude sorrir, apesar da sordidez do comentário.

Despedi-me e voltei dois dias depois. Um dia e meio, mais exatamente. Gostaria que os senhores, destinatários desta missiva, compreendessem minha política de minimização de prejuízos: se o médico me dissesse que

Jaci viveria mais de uma semana, eu aguardaria seus momentos finais. Quinze dias, um mês, dois meses. Ou um ano. Não tinha qualquer pressa, afinal minha atitude já tardara décadas em plasmar-se. Ao contrário, desfrutaria da expectativa com algum prazer, portanto o tempo seria meu aliado. Não que tivesse volta atrás, apenas queria dar maior carga de razão, com uma liturgia consagrada àquele momento, porque compreender o que na vida é compulsório também se faz nossa tarefa. Li algumas vezes o tal bilhete que Jaci escrevera ao médico, e cada leitura aumentava minha carga de decepção. Decepcionado, mas não surpreso, porque seu pedido nada mais era que a covardia prevalecendo sobre seu pragmatismo materialista.

Entrei no hospital antes de iniciar o horário de visita. Como bom verdugo, quando nascia o sol. Temi que a recepcionista, a mesma que me atendera outra vez, me dessa a notícia do óbito ou me fizera esperar até as dez da manhã, mas ela a me autorizou a visita imediata, sabem, o terno inglês. Veio a enfermeira:

- Ele está pouco consciente, mas cuidado. Tinha dores, então lhe demos um forte sedativo. O quadro, como o senhor deve saber, é terminal.
- Terminal mesmo?
- Gostaria de poder dar alguma esperança, mas meus anos de corredor de oncologia não me permitem.
- Entendo.

Nem precisei pedir à enfermeira que me deixasse a sós com o moribundo. Ela mesma disse, Fique com ele, eu volto já. Qualquer problema, tem a campainha, Obrigado, eu disse, vai ser uma conversa rápida.

Aproximei-me do homem que estava de olhos fechados e com sondas e tubos pelo corpo. Afastei o lençol para ver seu braço de pele morena pelo sol e ao mesmo tempo pálida pela falta de sangue, um antebraço perfurado dezenas de vezes por agulhas que lhe tentaram curar, Uma picada a mais não fará diferença!, pensei. Ou falei. Mas ao afastar o lençol, senti subir com força o cheiro ácido – desta vez pouco adocicado, porém ácido – que havia notado outras vezes na vida, mas apenas em quando o mundo perdia bons homens. Lembro-me que sorri ao pensar isso, mas de algum modo me desagradou, logo depois, concluir que aquele odor indicava que sua vida chegava ao fim independentemente de minha ação. Tentava prolongar o momento, porém os sinais me diziam que meu

tempo era curto. Saquei do bolso do meu paletó uma seringa com o êmbolo já puxado e cheia de líquido fatal, uma dose gigante de um relaxante muscular que simplesmente interrompe as funções vitais. Simples assim. Tirei a capa da agulha e – não posso ocultar aos senhores que com satisfação, a satisfação de quem cumpre a lei – perfurei o braço do homem. Prolonguei a injeção do líquido, bem vagarosa, porque enquanto colocava, imaginava meu velho pai escrevendo a carta que o moribundo se recusou a ler, como se com o líquido eu lhe forçasse pela veia as palavras que ele rejeitara conhecer, Meu filho conhece honra, e é bastante corajoso. “Nenhum de minha linhagem foi covarde, Jaci”, eu lhe disse ao ouvido, Morta a cadela, ficaram os filhotes. Lembrei de dona Soledad questionando, *Le ajusticiaron?*, Não havia outro remédio, e agora eu sabia realmente o sentido daquela palavra. Encontrei-lhe sentido fora do dicionário, é assim que se aprende um vocábulo, não? Foi ao sabe-lo que desisti da minha escolinha de francês.

Retirei a seringa vazia, guardei-a no bolso com a agulha protegida, abri a porta 213, e dali mesmo mirei atrás, para admirar o corpo de Jaci. Não havia máquinas que monitorassem seus sinais de vida, pelo visto, então a função cabia a mim: encontrei a enfermeira no quarto ao lado.

– Perdão, mas eu acho que o paciente que eu visito não está respirando. Eu acho. A senhora pode ir checar?

Caminhei pelo corredor, para a saída, enquanto do quarto dele já soava uma campainha de emergência e jovens médicos cruzavam rápido a porta 213.

No café em frente ao hospital, que estava abrindo suas portas, pedi um chocolate quente e me olhei no espelho, com a sensação de que só então eu começava a viver minha própria vida, que as contas com o destino, ou com o passado, estavam devidamente saldadas, como em uma equação que finalmente indica o zero, que então está limpa para novas variáveis, para outra aplicação. Minha barba estava grande e quase toda branca, e eu planejava cortá-la ao chegar em casa, para mudar o rosto, para que não fosse facilmente reconhecido, mas sequer era necessário: ninguém jamais suspeitou que a causa da morte de Jaci não fosse o estado terminal do mal que trazia em suas próprias células malignas, com ânsia de reprodução. Em certo sentido, é uma grande metáfora, porque a causa da morte de Jaci foi uma lei da natureza, não biológica, a lei da natureza humana, Deixe a barba aqui no rosto!, pensei, Afinal, ela tem brilho e vitalidade.



- X -

Pedido

Hoje, quando termino esse relato, coincidentemente me ligou o Doutor Carlos. Tossindo, para avisar da morte, e dizer que o falecido me deixara algo ou alguma mensagem, que eu me obrigo a ignorar. Doutor Carlos entendeu isso rápido. Pensei apenas que a tal morte não era uma má notícia, porque o povo diz que as notícias ruins galopam, e hoje faz exatamente um mês que fiz uso da tal injeção letal. Agradei ao velho advogado, claro, sua boa vontade.

Em minha opinião, todos os detalhes que aqui narrei devem ser levados em consideração para responder às perguntas que formulo. Tomem em consideração que todos os fatos sejam absolutamente verdadeiros, porque não há lógica que me faça confessar um delito e mentir sobre suas condições, quando era tão fácil calar-se. De qualquer modo, peço que trabalhem com essa narrativa.

Gostaria que cada um dos senhores, consagrados juristas, utilizasse sua experiência e seu conhecimento. Para isso, pagarei o quanto pedirem pelo trabalho. Quanto seja justo, quanto me cobreis a hora de análise, de escrita, de reflexão. Eu ainda não decidi se devo me entregar às autoridades, se devo confessar que a *causa mortis* (como os senhores dizem) que consta no atestado de óbito anexo não é a real. Talvez, por justiça histórica, devesse ali constar que a razão do óbito é a paralisação repentina das atividades cerebrais, causada pela injeção endovenosa de um potente relaxante muscular, mas sobre isso decidirão os senhores.

Para dizer que o crime que cometi está capitulado no art. 121 do Código Penal, eu consultaria – sem nenhum demérito – qualquer guarda de trânsito, ou então aquele sujeito desprezível que comenta na televisão as notícias policiais. Não um “jurista”. Não uma advogada de intelecto premiado em concursos internacionais. Cada um de vós sete tem um papel, individualmente, na minha questão. Se a maioria dos senhores me disser que tenho de entregar-me às autoridades, à lei humana, o farei sem qualquer hesitação. Essa é minha dupla obrigação: pago os honorários devidos e, se assim decidir a maioria, me entrego às autoridades, porém apresentando vossas anteriores e fundamentadas considerações. Se a maioria, por justiça, entender que me devo calar, peço que minha história fique sob segredo profissional. A obrigação de Vossas Excelências (e notem que já os trato como juízes do meu futuro) será, depois de analisar profundamente o que escrevi, responder às sete questões abaixo, pormenorizada e individualmente. Se entenderéis imprescindível, pago dois profissionais diversos mais, para que, diante de minha narrativa, formulem acusação e defesa, promovendo alguma dialética. Lembrai, apenas: não lhes pago para que formulem minha defesa, nem para que me lancem acusações destemperadas. Pago pela resposta de sua livre razão e consciência.

Apenas para constar, lembro que com esta narrativa seguem três anexos: 1) um atestado sobre minha saúde mental, firmado por dois psiquiatras de renome; 2) cópia do atestado de óbito de Jaci; e 3) cópia do bilhete que o covarde escreveu, infelizmente desejando a própria morte.

Abaixo, as questões a serem individualmente respondidas:

I. A narrativa que eu aqui fiz, que retrocede a momentos anteriores a meu próprio nascimento, é relevante para o deslinde jurídico do caso? Se houver detalhes prescindíveis, Vossa Excelência pode indicar-me quais são? O que aqui realmente não interessa para sua decisão final?

II. Considerando minha atitude aqui narrada, que culminou com a tal injeção de veneno, o ordenamento jurídico, globalmente analisado, impõe que eu seja punido? Por quê?

III. Em caso positivo, qual seria a pena legal a mim devida? Por favor, esclareça-me como chegou à pena e a sua quantidade. Passo a passo, para que este leigo a compreenda.

IV. Qual a função de uma eventual condenação, no meu caso? Por que a lei imporá um (acho eu) sofrimento futuro para mim? Por favor, explique-me de modo bastante claro.

V. Considerando tudo o que eu narrei, é **justo** que eu venha a ser punido? Em caso negativo ou positivo, responde-me: coincidem pena **legal** e pena **justa**? Por quê?

VI. Só ao fim, só explicado tudo, escreve-me o principal: devo entregar-me às autoridades, confessando minha ação? Sim ou não? Obedeçerei o que disserem em veredicto, porém me respondam: minha entrega implicaria um risco de ser eu mesmo injustiçado pela lei do Estado? Por quê? É **justo** que eu me entregue?

VII. No caso, apenas nesse caso, de entender que a pena não seria justa, é ético e legal que Vossa Excelência, advogado por mim contratado e obrigado ao segredo, aconselhe-me a não revelar meu delito a qualquer autoridade pública?

Vós sabeis a responsabilidade de vosso ato. Nele está o futuro deste pobre matemático. Espero que Vossas Excelências desfrutem do meu café. Será um diálogo de gênios.

Anexo 01:

Atestado médico psiquiátrico

Nós, abaixo assinados, médicos psiquiatras devidamente inscritos na Sociedade Brasileira de Psiquiatria, após distintos exames, realizados independentemente, em conjunto firmamos o presente atestado, para afirmar que o paciente César está em pleno gozo de suas faculdades mentais, sendo, nos termos legais, capaz de conhecer a realidade e se autodeterminar de acordo com ela, nada havendo que possa indicar qualquer processo gravemente maníaco-depressivo, ou que importe em qualquer espécie de delírio, alucinação ou descontrole.

Anexo 02:

Certidão de Óbito:

Jaci Lobo, sexo masculino, viúvo, oitenta e três anos, falecido em 31 de julho do corrente ano, no Hospital Sagrado Coração, tendo como causa

da morte: falência múltipla de órgãos, metástase cerebral, adenocarcinoma, sepultado no cemitério do Bom Descanso.

**Anexo 03:
Manuscrito**

Doutor, compreendi bem meu quadro terminal. Queria dizer-lhe ao vivo, mas preferi deixar por escrito. Por favor: ministre-me um sedativo e me leve desta vida. Estou sofrendo muito. Garanto-lhe que, lá para onde eu for, estarei agradecido para com sua ação. Obrigado, meu doutor.

Ass. Jaci Lobo

Personagens:

César Bongarr, 45 anos.

Mercedes Bongarr, falecida aos 13 anos.

Rodolfo Bongarr, falecido aos 76 anos.

Jaci Lobo, morto aos 79 anos.

Euzébio Calatrava, falecido aos 92 anos (vide **Casos 05 e 08**).

ÍNDICE

INTRODUÇÃO AOS PROFESSORES	5
1. A participação do aluno	5
2. A utilização dos casos	7
3. A concepção dos casos concretos	11
4. A seqüência dos casos e sua orientação	14
RESUMO DE TEMAS	17
PROGRAMA DE DIREITO PENAL	23
CASO 01: Quem matou Getúlio?	27
CASO 02: O Caribbean Dreams	43
CASO 03: O Dossiê Gutiérrez	57
CASO 04: O Posto de Gasolina	131
CASO 05: O Extermínio e o Indulto	147
CASO 06: O ‘Polícia na Rua’	185
CASO 07: A Viagem de Teodora	207
CASO 08: O testamento Calatrava	255
CASO 09: A Conta de Tremeterra	279
CASO 10: A Curiosa Morte de Jaci (<i>Caso do Matemático Homicida</i>)	301

